

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Isabel Aparecida Bilhão

IDENTIDADE E TRABALHO:
ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DOS OPERÁRIOS
PORTO-ALEGRENSES (1896 A 1920)

Porto Alegre

2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Isabel Aparecida Bilhão

IDENTIDADE E TRABALHO:
ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DOS OPERÁRIOS
PORTO-ALEGRENSES (1896 A 1920)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Profa. Dra. Silvia Regina Ferraz Petersen

Porto Alegre

2005

Isabel Aparecida Bilhão

IDENTIDADE E TRABALHO:
ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DOS OPERÁRIOS
PORTO-ALEGRENSES (1896 A 1920)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História

Aprovada em 25 de novembro de 2005

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a.: Sílvia Regina Ferraz Petersen (Orientadora)

Prof. Dr.: Francisco Carlos Palomanes Martinho

Prof^a. Dr^a.: Beatriz Ana Loner

Prof^a. Dr^a.: Marluza Marques Harres

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt

[...] Mas ele desconhecia
Esse fato extraordinário:
Que o operário faz a coisa
E a coisa faz o operário.
De forma que, certo dia
À mesa, ao cortar o pão
O operário foi tomado
De uma súbita emoção
Ao constatar assombrado
Que tudo naquela mesa
Garrafa, prato, facão –
Era ele quem os fazia
Ele, um humilde operário,
Um operário em construção.
Olhou em torno: gamela
Banco, enxerga, caldeirão
Vidro, parede, janela
Casa, cidade, nação!
Tudo, tudo o que existia
Era ele quem o fazia
Ele, um humilde operário
Um operário que sabia
Exercer a profissão.

(Vinícius de Moares, *Operário em Construção*)

Para Hernán

AGRADECIMENTOS

Esse é um dos melhores momentos do trabalho acadêmico, é hora de lembrar e agradecer por todo apoio intelectual e afetivo recebido e a todas as pessoas e instituições que ajudaram na realização da tese. Evidentemente, o risco de esquecimento existe e, nesse caso, não resta nada a fazer além de pedir a compreensão de todos aqueles que direta ou indiretamente me apoiaram para que aceitem, embora sem uma menção explícita, um sincero obrigada.

Início por agradecer à Silvia Regina Ferraz Petersen, orientadora e exemplo de dedicação à docência e à pesquisa histórica, pela maneira como ela conseguiu equilibrar as exigências formais, o rigorismo acadêmico e o incentivo constante ao meu trabalho, fundamentais para sua execução. Ao longo desses quatro anos, muito de minha qualificação pessoal e profissional deveu-se a sua presença constante e amiga.

Agradeço ao PPG em História da UFRGS que me acolheu carinhosamente, extensivamente à coordenação, professores, funcionários e colegas, em especial, Haike, Elisabeth, Carlinda, Janice, Eric, Manoela e Tiago. Em nosso convívio pude comprovar que vida intelectual, bom humor e amizade podem e devem andar juntos.

À agência CAPES pela concessão de uma bolsa do Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior – PDEE, que me permitiu a realização de parte importante da pesquisa em acervos de Lisboa.

Ao Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa, pela recepção carinhosa e por colocar à minha disposição toda a infra-estrutura necessária para a realização de meu plano de estudos.

Ao Dr. António Costa-Pinto, meu co-orientador estrangeiro, pela generosidade de sua acolhida, por suas sugestões de leitura e pelos contatos e trocas de informações que pude, por seu intermédio, realizar com outros pesquisadores portugueses. Cabendo destacar, nesse tópico, o especial interesse da Dr^a. Maria Goretti Matias, do ICS, que me possibilitou o acesso aos documentos do Espólio Pinto Quartim, que se encontra em fase de catalogação e informatização. Sem sua inestimável prestação parte importante da pesquisa teria ficado comprometida.

À Biblioteca Nacional de Lisboa, por contar com uma infra-estrutura de serviços eficiente e com funcionários prestativos que me apontaram novos materiais para consulta, ampliando minhas possibilidades investigativas.

A Francisco Martinho e a Fernando Teixeira da Silva, pelas dicas de pesquisa e pela intermediação dos contatos que tornaram possível minha ida à terra de Camões.

Ao colega Alexandre Samis que no mesmo período, por uma feliz coincidência, também se encontrava pesquisando em Lisboa, pelas mais variadas dicas e por sua generosidade em compartilhar fontes, informações e caminhos teóricos que em muito ajudaram no desenvolvimento de meu trabalho.

Às queridas Flora Salgueiro e Teresa Mendes pela simpática acolhida e por me mostrarem uma Lisboa que não estava no guia turístico, tornando minha estada em terras lusas muito mais feliz.

À Universidade de Caxias do Sul pela concessão da bolsa qualificação, no período em que estive realizando a pesquisa no exterior. Agradeço igualmente aos meus colegas e alunos do Departamento de História e Geografia pelo apoio, incentivo e trocas intelectuais que em muito colaboraram, mesmo que nem todos tenham se dado conta, para a elaboração dessa tese. Dentre eles, destaco, as colegas Marília Conforto, Maria Beatriz Pinheiro Machado, Eliana Relá, Maria Amélia Gonçalves da Silva, Eliana Xerri e Luiza Iotti e os alunos, Melissa Francescato, Isabel Cardoso Magnus e Fabrício Romani Gomes.

Agradeço também aos meus colegas e alunos da Faculdade Porto-Alegrense (FAPA), em especial, à Itaara Gomes Pires, que colaborou na fase inicial da pesquisa, como bolsista de iniciação científica.

Existe, entretanto, um grupo com o qual mantenho uma estreita ligação que, embora iniciada em âmbito profissional, extrapolou em muito essa esfera e se constituiu numa forte amizade. Agradeço à Márcia Espig, Rejane Jardim, Katani Monteiro, José Remedi e José Alberione por todo o apoio nos mais diversos níveis e situações e por todas as nossas conversas para “resolver a vida” uns dos outros, elas sempre tornaram tudo mais fácil.

Aos colegas e amigos do GT Mundos do Trabalho, núcleo RS, (Adhemar Lourenço, Beatriz Loner, Benito Schmidt, Evangelia Aravanis, Regina Xavier, Silvia Petersen e, mais recentemente, Gláucia e George Konrad) agradeço pelas trocas intelectuais e afetivas, pela análise atenta e criteriosa de muito do que tenho escrito e por compartilharem comigo o interesse e o otimismo pelas perspectivas de estudo e trabalho que esta área de pesquisa pode oferecer.

À Evangelia Aravanis agradeço ainda pelo empréstimo de seus fichamentos dos jornais *A Luta* e *A Democracia*, que em muito contribuíram para minha pesquisa.

Benito Schmidt e Beatriz Loner compuseram a banca do Exame de Qualificação, agradeço-lhes pelas análises e recomendações que me ajudaram a definir os rumos da tese.

A Benito Schmidt e a Francisco Martinho agradeço ainda pela leitura criteriosa na “fase crítica” do trabalho.

Aos funcionários do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), da Unicamp, pela atenção e apoio à pesquisa e aos amigos Elisabete Leal e Karl Mosma por terem me hospedado e tornado minha estada em Campinas muito proveitosa e agradável.

À Valquiria Borba, minha querida Val, agradeço pela tradução do Abstract, pela duradoura amizade que nos une e pelas muitas ocasiões em que, com seu constante

bom-humor, chamou minha atenção para os aspectos mais generosos e alegres da vida.

Aos amigos Márcio Ezequiel e Márcia Espig, Luciana Coronel e Nico, Margarete Ruppenthal e Nelson Jung, Carla Meinerz, Claudinha Glavann, Dona Adélia, Flavia Couto e Sandra Careli, agradeço pelo carinho, pelas conversas animadoras e pelo incentivo constante.

Agradeço aos meus pais Dilva e Ernesto e ao meu irmão Jonas por terem entendido minhas ausências e por terem feito tudo o que podiam para me ajudar e à Ângela Dutra por ter, entre outras coisas, me auxiliado a compreender isso melhor.

Aos demais familiares, de longe e de perto, agradeço pela torcida, mesmo que à distância e por estarem sempre dispostos a estender a mão nos momentos de necessidade.

Especialmente ao Hernán, minha cara metade, amorosa e intelectualmente falando, agradeço pelo carinho, apoio e compreensão em todas as etapas do trabalho.

RESUMO

A tese tem por objetivo analisar o processo de construção identitária dos operários porto-alegrenses no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, no qual a interação das vivências pessoais e sociais é considerada de forma relacional, engajando-se, assim, em uma opção historiográfica na qual a análise das experiências constitutivas dos sujeitos sociais vêm ocupando um espaço cada vez maior.

Parte-se de três hipóteses norteadoras: 1) A construção da identidade operária tem como um de seus fundamentos a busca de reconhecimento através do orgulho de sua capacidade produtiva. Isto implica que os operários se distingam tanto dos “exploradores capitalistas” e das “classes perigosas” quanto da imagem construída pelo discurso dominante, que os associa ao vício, à preguiça e à indisciplina sempre que eles ameaçam sair do controle e/ou reivindicam melhores condições de vida e trabalho; 2) As identidades sociais existem sempre em relação umas com as outras, influenciando-se mutuamente e contribuindo para que ocorram permanentes transformações identitárias. Optou-se, na tese – devido à importância percebida ao longo do trabalho com as fontes – por analisar as interfaces entre as identidades operária, étnicas e de gênero; 3) A identidade operária é construída não apenas a partir das peculiaridades do local e do contexto em que se encontram os trabalhadores, mas também da conjugação dessas peculiaridades com idéias, símbolos e características que aparecem em diversos lugares e circulavam em diferentes países, possibilitando aos operários manter contato com as múltiplas dimensões dessa realidade, auxiliando na formação de uma identidade coletiva que ultrapassa barreiras geográficas.

No Primeiro Capítulo, foi analisado o processo de construção da identidade operária através das operações de reconhecimento dadas pela aproximação aos “iguais” e pela valorização do trabalho, transformado em emblema, bem como pela oposição aos “outros”, através tanto da denúncia dos “exploradores capitalistas”, quanto pela demonstração das diferenças em relação às “classes perigosas”. O Segundo Capítulo analisou as transformações identitárias motivadas pela convivência de novos contingentes populacionais que, chegados à cidade a partir da segunda metade do século XIX, trouxeram novas características étnicas e/ou nacionais, que foram redimensionadas e/ou transformadas a partir da convivência no mundo produtivo. Também se analisou as relações estabelecidas entre as características identitárias de gênero e operárias, ocasionadas pela crescente entrada do “elemento feminino” no mercado de trabalho da cidade. No Terceiro Capítulo buscou-se compreender as relações identitárias estabelecidas entre o movimento operário porto-alegrense com os de outras partes do Brasil e do exterior, observando, para isso, tanto a circulação de militantes locais em outras cidades do interior do Estado e do centro do país, quanto os textos de autores nacionais e estrangeiros, publicados nos jornais locais, bem como as influências de militantes que, vindos do centro do país, aqui residiram. Analisou-se ainda as comemorações do Primeiro de Maio, observando-se como sua memória e simbologia foram apropriadas e permitiram diferentes visões da data entre o operariado local, transformando-a tanto em momento de festa e confraternização, quanto em ritual de reconhecimento, distinção e luta.

ABSTRACT

The present thesis has as its aim analyzing the process of the identity construction of the porto-alegrense working class in the end of the XIX century and the first decades of the XX century. It develops from the identity experience notion that shows how the interaction of social and personal experiences is considered in a relational way. It takes, thus, part of a historical option where the analyses of the daily surviving conditions and the daily worker's relations has getting bigger.

There are three hypotheses: 1) The construction of the working class identity demands searching for recognition through its pride of its productive capacity. This claim implies distinction of the working class from the *capital exploiters* and from the *dangerous classes* as well as from the image built by the dominant discourse that relates them to the vices, laziness and lack of discipline whenever they try to get out of control or they claim for better work and life conditions; 2) There are always social identities in relation, having mutual influences and contributing to permanent identity transformation. In this thesis, due to the importance that has been noticed through the searching, it has been analyzed the interfaces among the genre, working class and ethnics identities; 3) The working class identity has not been built only from characteristics and from the context in which the worker are, but also from the combination of these characteristics with ideas, symbols and characteristics from many places that have been found in different countries and that have made possible to workers maintain contact with multiple dimensions from this reality and that has helped the formation of a class identity that goes beyond the geographic limits.

In Chapter I, it has been analyzed the construction of the working class identity through recognition operations according to the *equal's* joining up and the work value

judgment that has become its emblem as well as by the opposition to the *others* through the denunciation of the *capitalist exploiters* as well as by showing the differences in relation to the *dangerous classes*. In Chapter II, it has been analyzed the identity transformations motivated by getting on with new population contingents that have arrived in the city from the middle of the XIX century on, bringing new national or ethnic characteristics that have been redefined or changed according to the experience in the productive world. It has also been analyzed the established relations between the working class and genre characteristics caused by the growth of the *feminine element* in the work market in the city. In Chapter III, it has been done an attempt to understand the relations that have been established between the porto-alegrense working class movement and others from Brazil and abroad. Then, it has been analyzed the local militant circulation in other cities from the countryside of this state and from the center of this country as well as texts from national and foreign authors published in local newspapers, and it has also been analyzed the influences from militants who have come from the center of this country and who have set up here. Yet, it has been analyzed the celebrations of May 1st to see how its memory has been taken in a way that it has allowed different visions of this date that has gotten stronger and has become a symbol of recognition as well as a moment of distinction and struggle.

ACERVOS PESQUISADOS

AEL – Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp – Campinas/SP

AH/BNL – Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional – Lisboa/Portugal

AHPA – Arquivo Histórico de Porto Alegre “Moysés Vellinho”

AHRGS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Porto Alegre/RS

APRGS – Arquivo Público do Rio Grande do Sul – Porto Alegre/RS

BICE/PUCRS – Biblioteca Central/Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Porto Alegre/RS

BIFCH – Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UFRGS – Porto Alegre/RS

BGC – Biblioteca General de Catalunya – Barcelona/Espanha

BN – Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro/RJ

BPE – Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul – Porto Alegre/RS

CEDOC/UCS – Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul (coleção Laudelino Teixeira de Medeiros) – Caxias do Sul/RS

EPQ/ICS – Espólio Pinto Quartim/Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa - Portugal

MCSHJC – Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre/RS

NPH – Núcleo de Pesquisa Histórica da UFRGS – Porto Alegre/RS

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
I- TRABALHO, DIGNIDADE E HONRA: A IDENTIDADE OPERÁRIA EM CONSTRUÇÃO	48
1.1. De estigma a emblema: considerações em torno da importância do trabalho na construção da identidade operária	49
1.2. Entre “exploradores capitalistas” e “classes perigosas”: demarcando as diferenças perante os “outros”	68
1.3. A fórmula da virtude, ou como deveriam ser os “bons operários”	88
II- RELAÇÕES IDENTITÁRIAS: TRABALHO, ETNICIDADE E GÊNERO	102
2.1. A vida na “Babel Operária”	103
2.2. Entre bombas de dinamite e ramalhetes de flores: algumas interfaces das identidades operária e de gênero	146
III- <i>PROLETÁRIO NÃO TEM PÁTRIA!</i> – INTERNACIONALISMO, CIRCULAÇÃO DE SÍMBOLOS E MEMÓRIAS E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE OPERÁRIA PORTO-ALEGRENSE	175
3.1. Circulação de pessoas, textos e idéias	181
3.2. Dia de festa ou dia de luto: <i>Viva o Primeiro de Maio!</i>	218
CONCLUSÃO	252
FONTES E BIBLIOGRAFIA	264

INTRODUÇÃO

O principal objetivo dessa tese é analisar o processo de construção da identidade dos operários porto-alegrenses na virada e primeiras décadas do século XX, procurando pensar esse processo tanto a partir da superação de uma visão determinista das estruturas sociais em relação aos grupos e indivíduos, quanto a partir de uma visão que privilegie a interação entre os sujeitos sociais que contracenam e negociam diariamente com outros indivíduos e grupos dentro da sociedade na qual estão inseridos.

Engajo-me, assim, a uma opção historiográfica que vem conquistando cada vez mais importância nas reflexões sobre o mundo do trabalho, na qual a história operária deixou de ser unicamente a história do movimento operário organizado, onde os sindicatos, partidos e correntes ideológicas deixaram de ocupar sozinhos o centro das preocupações e passaram a compartilhar espaços cada vez maiores com a análise das condições de existência diárias e das relações cotidianas do operariado.

Essa opção liga-se a uma visão da história do mundo do trabalho que deve muito aos estudos de E. P. Thompson¹; reconhecidamente ele é um dos primeiros historiadores a buscar romper com determinismos economicistas e estruturalistas até então predominantes nessa área de investigação, criticando uma noção simplista do conceito de classe operária, vinculada a uma tradição presente tanto nos estudos acadêmicos, tributários de um viés estruturalista do marxismo, quanto no movimento comunista europeu².

¹ Especialmente THOMPSON, E. P. *Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 3 volumes.

² THOMPSON, E. P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿Lucha de clases sin clases?”. In: *Tradición revuelta e consciencia de clase: Estudios sobre la crisis de la*

Das reflexões formuladas por Thompson, três interessarão especialmente a esse trabalho. Primeiramente, a de que no interior da classe operária existem homens e mulheres que, em suas relações de produção, convivem com uma cultura e expectativas herdadas, ao mesmo tempo em que moldam essas experiências em novas formas culturais³. Ou seja, a percepção do caráter dinâmico da experiência, do “fazer-se classe”, que ocorre a partir da interação de inúmeros fatores, dentre eles: as tradições políticas, os costumes de trabalho, a formação religiosa, a divulgação de idéias através de textos de diversos pensadores, a legislação ou o combate a ela⁴.

Em segundo lugar, sua concepção de que a consciência de classe não pode ser analisada separada do processo histórico do fazer-se classe, pois é nele que, dinamicamente, o conjunto dos trabalhadores, enquanto faz-se classe, adquire consciência disso. Dessa forma, segundo Thompson, “a classe acontece quando alguns homens, como resultados de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”⁵.

E, finalmente, a idéia de que a classe operária forma-se e é formada em diversos “campos de batalha”. Assim, se por um lado, é necessário pensa-la de forma distinta e em oposição aos interesses dos patrões; por outro, os trabalhadores também buscarão se diferenciar das classes inferiores ou “perigosas” afastando-se de seu mundo de miséria, doenças e insegurança. Dessa forma, a consciência da classe operária, que se constrói no enfrentamento e na percepção da exploração em relação às classes superiores, também irá se construir a partir da diferenciação em relação às

sociedad preindustrial. Barcelona: Editorial Crítica, 1979, p. 13 a 61. E ainda uma entrevista com o autor publicada nesta mesma obra págs. 294 a 318. A entrevista dada por Thompson em Nova York, quinze anos depois do lançamento de *Formação da Classe Operária Inglesa*, demonstra, ao mesmo tempo, um balanço posterior em relação às suas intenções e a repercussão que esse debate alcançou no mundo acadêmico e fora dele. *Idem*, p. 295

³ THOMPSON. *Formação...* Vol. I, p. 10.

⁴ THOMPSON. *Formação...* Vol. II, p. 18.

⁵ THOMPSON. *Formação...* Vol. II, p. 10.

classes subalternas, com as quais os operários não querem ser confundidos⁶.

Da leitura dessas proposições, surgiram algumas inquietações que motivaram a realização dessa tese; dentre elas, destaca-se a percepção de que a dinâmica do fazer-se classe e, ao mesmo tempo, ir se percebendo como tal é perpassada por um processo de construção identitária dos operários que estabelecem critérios e estratégias de reconhecimento e distinção, o que significa dizer que a construção da consciência de pertencimento a uma classe é indissociável da percepção identitária que os operários constroem entre si e em relação às outras classes sociais.

Essa reflexão teórica motivou-me a tentar compreender como ocorreu, no interior do mundo do trabalho porto-alegrense, o processo de construção identitária dos operários que, no final do século XIX e inícios do século XX, viveram nessa cidade, estabelecendo em relação aos seus “iguais” e em relação aos “outros” laços de solidariedade, reconhecimento, distinção e oposição.

O interesse por analisar a questão dentro desse marco cronológico decorre do fato de que, nesse período, Porto Alegre foi marcada por uma transformação no processo e nas relações de trabalho, que será analisada no Primeiro Capítulo, caracterizada pela redução do número de artífices especializados e de oficinas artesanais que passaram, paulatinamente, a dar lugar às fábricas, permitindo, ao mesmo tempo, o surgimento da atividade de operário e sua valorização social, fazendo com que o antigo orgulho de ofício começasse a ceder lugar a uma nova conduta: a de pensar-se coletivamente, postulando progressivamente não mais a valorização da técnica e do saber individuais, mas o pertencimento a uma coletividade de operários.

Nesse contexto, a cidade cresceu tanto do ponto de vista econômico quanto demográfico e se transformou urbanisticamente, passando a conviver com uma incipiente organização operária marcada por agitações, prisões e destaque de lideranças de diferentes tendências ideológicas, evidenciando-se disputas, posições

⁶ THOMPSON. *Formação...* vol. III, p. 418-419.

de reconhecimento e distinção, nas quais se percebem características do processo de construção da identidade operária em inter-relação com outras identidades coletivas, como as étnicas e as de gênero.

Assim, o eixo analítico desse trabalho será a busca do entendimento de como, no interior de todas essas transformações, os operários porto-alegrenses construíram suas relações identitárias, vistas aqui como um fator indissociável de sua construção/reconhecimento como classe.

Feita essa primeira aproximação ao tema, passarei a analisar um pouco da trajetória historiográfica percorrida pela questão “identidade”, especialmente no que se refere aos estudos relacionados ao mundo do trabalho. Nesse sentido, a primeira constatação é de que, embora a discussão acerca das identidades coletivas já não seja uma questão nova na historiografia em geral, essa abordagem ainda comparece discretamente nos trabalhos que estudam os mais variados períodos e contextos da história dos trabalhadores brasileiros. Por isso, é importante salientar que, em princípios da década de 1980, é o “olhar antropológico” que primeiro irá observá-la. Em âmbito nacional, um dos marcos iniciais dessa discussão será o encontro realizado em 1982 pela Associação Brasileira de Antropologia, no Museu Nacional no Rio de Janeiro, tendo como tema “Questões sobre cultura operária”.

Alguns dos textos apresentados nesse encontro foram publicados, juntamente com outros artigos, no livro *Cultura e Identidade Operária: Aspectos da Cultura da Classe Trabalhadora*, lançado em 1987 e coordenado por José Sérgio Leite Lopes⁷. Esse estudo, reunindo artigos de mais quatro autores⁸, analisou as questões de cultura e identidade operária demonstrando um alargamento das possibilidades de estudos, especialmente através de novas abordagens teóricas e metodológicas que

⁷ LOPES, José Sérgio Leite (coord.). *Cultura e identidade operária: Aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: UFRJ/ Museu Nacional/ Marco Zero, 1987.

⁸ Além do coordenador, José Sérgio Leite Lopes, estão presentes: Luiz Fernando Dias Duarte, Maria Célia Paoli, Giralda Seyferth e Maria Rosilene Barbosa Alvim.

privilegiavam diferentes vias de acesso à “cultura operária”, buscando uma análise conjunta e complementar da observação histórica e antropológica e da relação entre os particularismos dos grupos estudados com as questões mais gerais da formação da classe trabalhadora.

No âmbito dos historiadores, um dos primeiros trabalhos a abordar a questão da identidade é *A vida fora das fábricas*, de Maria Auxiliadora de Decca⁹, publicado em 1987 – sobre a história dos trabalhadores de São Paulo na década de 1930. Tendo como fonte principal os jornais sindicais, a autora analisa as afirmações de uma tradição operária e as reivindicações de uma identidade operária, vistas como contrapontos à desvalorização do trabalhador em um momento de desqualificação do trabalho e de condições adversas do mercado, ou seja, o enfoque principal da obra é o de que a reivindicação de uma identidade operária pode ser entendida como uma estratégia de luta e de busca de valorização social dos trabalhadores. Embora essa seja uma análise possível, parece-me que, devido ao seu pioneirismo, esse trabalho ainda tendia a enxergar a dinâmica da construção identitária mais como um recurso das lideranças na luta contra a exploração, transformando-a em algo exterior à própria classe.

Em 1992, Cláudio Batalha dedicou-se a analisar o tema em um artigo intitulado “Identidade da Classe operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou legitimidade”¹⁰. Nele, discutindo a “atipicidade” da classe operária brasileira, o autor problematizou uma visão de imaturidade dos trabalhadores, percebida tanto em análises acadêmicas quanto nas falas das lideranças operárias. Essa leitura é vista no texto como fruto de uma recorrência ao paradigma no qual o operariado europeu representa sempre uma “imagem oposta e positiva daquilo que no operariado brasileiro só assume um caráter

⁹ DECCA, Maria Auxiliadora G. de. *A vida fora das fábricas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹⁰ BATALHA, Cláudio. “Identidade da Classe operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou legitimidade”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 12, n. 23/24, p. 111-124, set./ago.1992.

negativo”¹¹. Segundo Batalha, esse procedimento pode caracterizar-se como um recurso das lideranças, no sentido de apontar ao operariado como ele deveria ser. Em suas palavras: “Esses paradigmas, constituídos pelas experiências da classe operária na Europa, são, portanto, pontos de referência, horizontes, na busca da identidade e da legitimidade empreendida pela classe operária no Brasil”¹².

Na visão de Batalha, é em torno da ética do trabalho que se pode encontrar um dos mais fortes referenciais de criação da identidade operária. É a partir dela “que se inicia a distinção entre ‘bons cidadãos’ e ‘classes perigosas’ nas sociedades capitalistas”, observando, nesse sentido, que tanto o combate ao ócio quanto ao alcoolismo são tarefas que parecem se equivaler no “esforço de conscientização do operariado”. O trabalho tende a tornar-se, dessa maneira, “um fator de forte legitimação social numa sociedade que nega qualquer legitimidade às classes subalternas”¹³.

Outro exemplo é o livro *Imagens e identidades do trabalho*¹⁴, lançado em 1995, reunindo cinco estudos – realizados em convênio entre pesquisadores da Universidade Federal da Bahia e *L’Institut Français de Recherche Scientifique pour le Développement en Coopération* da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* de Marselha – sobre a trajetória de vida e a mobilidade social de trabalhadores da indústria química na Bahia. Essas pesquisas foram realizadas em Salvador e sua região metropolitana e seu objetivo principal era analisar o processo de constituição identitária do grupo de “trabalhadores do Polo” (assalariados da moderna indústria petroquímica). Os autores partiram, para esse intuito, da observação das transformações dos sistemas de valores e de classificações sociais que passaram a sustentar novas representações sobre o trabalho industrial, o saber profissional e o

¹¹ BATALHA. “Identidade...” p. 116.

¹² BATALHA. “Identidade...” p. 118.

¹³ BATALHA. “Identidade...” p. 120.

¹⁴ GUIMARÃES, Antônio Sérgio; AGIER, Michel & CASTRO, Nadya. *Imagens e identidades do trabalho*. São Paulo: HUCITEC, 1995.

trabalho individual nas décadas de 1970 e 1980.

Artur José Renda Vitorino, em seu livro *Máquinas e operários: Mudanças técnicas e sindicalismo gráfico*¹⁵, também aborda aspectos dessa problemática em um estudo comparativo entre as organizações e vivências dos gráficos do Rio de Janeiro e São Paulo no período de 1858 a 1912. Um dos sub-capítulos de seu trabalho, intitulado “A formação da identidade de classe do trabalhador gráfico”, concentra-se na descrição das condições de vida e trabalho desses trabalhadores. Essa opção acaba por revelar-se limitadora de seu estudo, uma vez que a mera descrição não consegue, sem uma análise mais aprofundada, dar conta de explicitar o conceito – identidade de classe – que termina por aparecer apenas no título.

Recentemente, Vitorino retomou essa discussão em seu artigo “Os sonhos dos tipógrafos na Corte Imperial Brasileira”¹⁶, onde, apesar de não se propor explicitamente a discutir a identidade operária, analisou, a partir de periódicos do período, o que foi por ele chamado de “sentidos constitutivos de identidade para os operários tipógrafos”, destacando aqueles voltados para a transmissão de princípios morais: o amor ao trabalho e à família, a amizade, e aqueles que enalteciam a importância e qualificação da atividade, que passava a receber “foro de nobreza” e nos quais o tipógrafo era apresentado como “o mais eficaz soldado da redenção social”.

Sobre esses enaltecimentos o autor formula as seguintes questões: “Estariam eles satisfeitos com seu trabalho? Ou, pelo contrário, por justamente se sentirem insatisfeitos que eles precisavam cantar hinos de louvor ao trabalho e de júbilo à sua profissão?”; concluindo então que, se por um lado, independente de todas as dificuldades, o trabalho representava um fator de dignificação e base da construção da

¹⁵ VITORINO, Artur José Renda. *Máquinas e operários: mudanças técnicas e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858 – 1912)*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

¹⁶ VITORINO, Artur José Renda. “Os sonhos dos tipógrafos na Corte Imperial Brasileira”. In: BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da & FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p. 167-203.

identidade de tipógrafo, por outro lado, as “energias psíquicas” dos tipógrafos não estavam concentradas somente no trabalho, porque “o mundo que os rodeava era muito mais do que só trabalhar”. Com essa conclusão, o artigo deixa entrever que existiriam inúmeros fatores externos ao mundo das oficinas, igualmente importantes na construção da identidade operária dos tipógrafos que, entretanto, não aparecem em sua análise.

Teresa Malatian já havia enfrentado esse problema ao analisar as transformações das formas de trabalho dos sapateiros de Franca (SP), ao longo da primeira metade do século XX. Enfocando as mudanças tecnológicas e o crescimento da atividade fabril, a autora percebeu a identidade associada diretamente ao conhecimento do ofício, chegando à conclusão de que “com a introdução de máquinas, o antigo ‘ofício’ foi modificando-se e com ele a identidade do sapateiro, que passou a se considerar cada vez menos um artista e cada vez mais um operário como qualquer outro (...) o saber do sapateiro, que se identificava com seu ‘ofício’ foi apropriado pela fábrica”¹⁷.

Parece-me que a limitação dessa análise, assim como a da anterior, consiste em observar a constituição da identidade de um grupo de trabalhadores de maneira restrita aos domínios do conhecimento e/ou da honorabilidade do ofício. Mesmo que esses possam ser considerados, de fato, fatores importantes, não são os únicos, pois já não se pode desconsiderar que as vivências “fora das fábricas” e oficinas em muito contribuem para a construção e transformação da identidade dos operários.

Mais recentemente, a obra *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*, organizada por Cláudio Batalha, Fernando Teixeira da Silva e Alexandre Fortes, apresenta uma coletânea de artigos de historiadores, sociólogos e antropólogos, brasileiros e estrangeiros, dentre eles o citado de Artur José Vitorino,

¹⁷ MALATIAN, Teresa. “Memórias de sapateiros: transformações no mundo do trabalho e identidade”. Texto apresentado em comunicação coordenada, XXI Simpósio Nacional de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 22 a 27 de julho de 2001.

dedicados a um amplo panorama dos estudos históricos da “cultura operária”, entendida, segundo os organizadores, “mais como um campo de discussão do que propriamente como um conceito”¹⁸.

Das várias abordagens apresentadas, chamaram-me atenção as discussões que animam o debate teórico sobre a história do trabalho inglesa, tratadas nos textos de Mike Savage¹⁹ e Neville Kirk²⁰ que discutem a tensão entre os elementos integradores e desintegradores da experiência de classe, apresentando, por um lado, as visões da classe operária como “totalidade cultural consolidada, com práticas, símbolos e instituições claramente diferenciadas” e, por outro, como fruto do “processo marcado pela multiplicidade de experiências, pela flexibilidade dos costumes e pela circulação de valores”.

É em meio a essa tensão que, em meu entendimento, deve ser analisada, em diferentes contextos e escalas, a construção da identidade operária, tendo em mente que “tanto elementos sociais e culturais desagregadores quanto estratégias de resolução ou atenuação dos conflitos em busca de unidade fazem parte das experiências vividas pelas coletividades operárias”²¹.

Nesse sentido, o artigo de Mike Savage questiona “inclinações reducionistas” das visões economicistas ou mercadológicas da classe operária e aponta para a necessidade de um aporte analítico mais complexo, voltado especialmente para a “formação da classe”, no qual não se procure uma “base estrutural precisa para as relações de classe”, e que se olhe mais “para as estratégias de vida atualizadas nos bairros urbanos e nos lares” do que “para o processo de trabalho em si mesmo”.

Segundo essa proposição, o traço distintivo da vida operária não se apóia

¹⁸ BATALHA; SILVA & FORTES, (orgs.). *Culturas de Classe...* p. 12.

¹⁹ SAVAGE, Mike. “Classe e História do Trabalho”. In: BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da & FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe...*, p. 25-48.

²⁰ KIRK, Neville. “Cultura: costume, comercialização e classe”. In: BATALHA; SILVA & FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe...*, p.49-70.

²¹ BATALHA; SILVA & FORTES, (orgs.). *Culturas de Classe...* p. 12 a 15.

exclusivamente no processo de trabalho, mas, especialmente para aqueles que não fazem parte de uma “aristocracia operária”, na “*insegurança estrutural*” vivida pelos trabalhadores nas sociedades capitalistas. Para Savage essa formulação ajuda a superar reducionismos, uma vez que o dado básico da insegurança não implica em nenhuma forma específica de desdobramento na consciência de classe ou na política expressa pelos trabalhadores e também não implica união do operariado, em detrimento de rivalidades internas. Mas, por outro lado, “reforça a necessidade de olhar para os fatores contextuais que explicam como a própria carência geral dos trabalhadores em lidar com tal insegurança conduz a diferentes tipos de resultados culturais e políticos”²².

Seria, portanto, o primado da análise das peculiaridades locais²³ e conjunturais na formação da classe operária, em detrimento de um modelo estruturalista. Perspectiva reforçada no artigo de Neville Kirk, especialmente por sua preocupação em demonstrar que “elementos tanto de diversidade e semelhança quanto de divisão e unidade coexistem entre os trabalhadores”, e que esses só podem ser pensados “nos seus contextos históricos totais e cambiantes”, levando-se em consideração que “nem a classe trabalhadora, nem qualquer outra classe social será jamais um ente completamente unido e indiferenciado, fixo e congelado no tempo”²⁴.

Voltando ao âmbito nacional, Emilia Viotti da Costa, ao elaborar, no final dos

²² BATALHA; SILVA & FORTES, (orgs.). *Culturas de Classe...* p. 33

²³ Parece-me interessante lembrar que Thompson já havia reivindicado, no que se refere ao estudo da classe operária inglesa, esse mesmo cuidado com as “peculiaridades” locais. Em THOMPSON, E. P. *As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. NEGRO, Antonio Luigi & SILVA, Sergio (ORGS.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. Nessa obra, Thompson procura romper com o esquema da “verdadeira” formação de classe em certo “estágio” do processo, reafirmando a necessidade de que a classe seja vista como algo que só se delinea no modo como as pessoas *vivem* e a partir de suas *experiências*, no interior de suas relações sociais, utilizando-se de uma metáfora para lembrar aos intelectuais que a classe não é “uma motocicleta cujo assento esteja vazio” sobre o qual estes possam saltar para, com sua verdadeira teoria, dar a direção correta.

²⁴ KIRK, Neville. “Cultura: costume, comercialização e classe”. In: BATALHA; SILVA & FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe...* p. 52-53.

anos 90, um balanço sobre os estudos em história social, mostrava-se preocupada com o risco da fragmentação que uma visão voltada apenas às especificidades locais poderia causar a este campo de investigação e alertava para o fato de que, se os historiadores optassem por uma visão que privilegiasse apenas o estudo dos pequenos grupos (trabalhadores, vizinhanças, tribos de jovens, etc.), poderiam cair na tentação de criar “ilhas alternativas de cultura”, oferecendo apenas “uma compilação não-crítica de detalhes, cuja relevância não é questionada”, “um cemitério de fontes ou um museu de curiosidades”²⁵.

Por outro lado, Viotti da Costa evidenciava seu otimismo quanto às possibilidades de realização de sínteses que poderiam evitar “todas as formas de reducionismos e de reificação, seja econômico, cultural ou lingüístico”, propondo que os estudos em história social procurassem não perder de vista “a articulação entre a micro e a macro-física do poder, [...] que reconhecesse[m] que a subjetividade humana é ao mesmo tempo constituída por e constituinte de realidades sociais”²⁶.

Assim, ao analisar a construção da identidade operária em um determinado contexto e local, penso ser necessário levar em conta as duas preocupações expressas nos textos anteriormente mencionados, ou seja, não se pode perder de vista os particularismos da esfera local com suas peculiaridades e desdobramentos e, por outro lado, deve-se observar que essa construção identitária não ocorre de forma isolada, tanto no que diz respeito à sociedade na qual está inserida o grupo de identidade quanto, em um contexto mais amplo, à época e aos acontecimentos nacionais e internacionais que, em diferentes medidas, lhe dizem respeito, procurando combinar, dessa forma, as esferas micro e macro-lógicas de análise.

Retomando a análise bibliográfica, nos trabalhos sobre o Rio Grande do Sul a discussão acerca da identidade operária também partiu dos estudos antropológicos.

²⁵ COSTA, Emilia Viotti da. “Novos públicos, novas políticas, novas histórias: do reducionismo econômico ao reducionismo cultural: em busca da dialética”. *Anos 90*. Porto Alegre: PPG em História da UFRGS, n. 10, dez./1998, p. 17.

²⁶ COSTA. “Novos públicos...” p. 20.

Uma das primeiras investigações enfocando as condições de vida e representações entre trabalhadores, aproximando essa discussão da idéia de identidade social, foi a dissertação de Cornélia Eckert, *Os Homens da Mina: um estudo das condições de vida e representações dos mineiros de carvão em Charqueadas – RS*, defendida em 1985²⁷. Nela a autora buscou, a partir de um estudo de caso – a comunidade de mineiros de carvão de Charqueadas – observar as condições de trabalho, organização familiar, relações de parentesco e vizinhança integrantes da rede social em que viviam esses mineiros, e também analisar seus sistemas de símbolos, ritos e crenças, percebendo seus códigos de valores e tradições, examinando as condições estruturais e históricas da formação e composição da comunidade mineira local e sua organização.

Joan Bak, em seu estudo sobre a greve de 1906²⁸, “Class, Ethnicity, and

²⁷ ECKERT, Cornélia. *Os Homens da Mina: um estudo das condições de vida e representações dos mineiros de carvão em Charqueadas – RS*. Porto Alegre: Programa de Pós-graduação em Antropologia, Sociologia e Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado, 1985. Prosseguindo nessa mesma área de estudos, Eckert realizará sua pesquisa de doutorado sobre *La Grand-Combe*, região situada no sudoeste da França, a 650 Km de Paris, local que abrigou uma das grandes indústrias carboníferas daquele país. Nesse novo trabalho, a autora observa a relação entre memória e identidade na qual percebe que “quando a mina ainda existia era mais do que um meio de trabalho, era toda uma razão de existência e de composição de redes de relações”. ECKERT, Cornélia. “Memória e identidade: ritmos e ressonâncias da duração de uma comunidade de trabalho: mineiros do carvão. (La Grand-Combe, França)”. In: *Cadernos de Antropologia*. Porto Alegre: Programa de Pós-graduação em Antropologia, UFRGS, n. 11, 1993, p. 12.

²⁸ Essa é a primeira greve geral do Estado do Rio Grande do Sul; estima-se que a maioria dos operários da cidade tenham paralisado suas atividades por 21 dias, durante o mês de outubro de 1906. Ver, além do estudo de Joan Bak: BILHÃO, Isabel. *Rivalidades e solidariedades no movimento operário (Porto Alegre 1906-1911)*. Porto Alegre; EDIPUCRS, 1999, p. 42-68. PETERSEN, Silvia. *Que a União Operária Seja Nossa Pátria! História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Santa Maria: editoraufsm; Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001, p. 196-215. SCHMIDT, Benito. *O Patriarca e o Tribuno: Caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187?-1934) e Carlos Cavaco (1878-1961)*. Campinas/SP: Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Tese de Doutorado, 2002, p.165-267. Publicada em livro como: *Em Busca da Terra da Promissão: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004 e SCHMIDT, Benito. *De*

Gender in Brazil: The Negotiation of workers' Identities in Porto Alegre's 1906 Strike"²⁹, analisou as transformações identitárias pelas quais passavam os trabalhadores porto-alegrenses, observando-as a partir de três mudanças estruturais: a introdução de novas modalidades de produção, que desorganizavam os antigos hábitos familiares de trabalho artesanal; o crescimento e transformação das comunidades que, recebendo novas levas de imigrantes, intensificaram as relações inter-étnicas no interior do mundo do trabalho e o aumento do número de mulheres assalariadas, levando para o universo operário questões de gênero que anteriormente eram vividas apenas em âmbito privado. Bak analisa como, nesse contexto de transformações, os trabalhadores construíram e reconstruíram suas identidades de classe, etnicidade e gênero.

Em trabalhos como os de Regina Weber³⁰ e Benito Schmidt³¹, mesmo não enfocando diretamente essa problemática, pode-se perceber algumas preocupações em relação à construção identitária dos operários. Weber estuda, em *Os Operários e a Colméia*, os trabalhadores fabris de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul – Ijuí – que se originou de um núcleo de colonização alemã. A autora analisa aspectos da *cultura operária* desses trabalhadores, percebidos em documentos escritos e em entrevistas, referentes a seus modos de diversão, condições de vida, participação sindical e política. Uma de suas preocupações, que particularmente interessará no decorrer do presente trabalho, é a análise das relações e tensões inter-étnicas

Mármore e de Flores: A primeira greve geral do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS (Col. Síntese Rio-grandense), 2005.

²⁹ BAK, Joan. "Class, ethnicity, and gender in Brazil: the negotiation of workers' identities in Porto Alegre's 1906 Strike. In: *Latin American Research Review*, volume 35, number 3, 2000. A versão em português desse estudo foi publicada como: "Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na greve de 1906 em Porto Alegre". *Métis História e Cultura: Revista de História da Universidade de Caxias do Sul*: Caxias do Sul (RS): EDUCS, v.2, n.4, jul.-dez./2003, p. 181-224.

³⁰ WEBER, Regina. *Os operários e a colméia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado, 1996. Este trabalho foi publicado com o mesmo título pela editora da Unijuí, 2002.

³¹ SCHMIDT. *O Patriarca...*

estabelecidas no mundo do trabalho ijuiense entre imigrantes, que mesmo vindos de diversas regiões da Europa ficaram conhecidos como “teutos”, e os “nacionais”, antigos moradores da cidade, luso-brasileiros ou mestiços.

Benito Schmidt realiza, em *O Patriarca e o Tribuno: caminhos, encruzilhadas viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa e Carlos Cavaco*, um estudo histórico-biográfico de dois importantes líderes socialistas³² atuantes em Porto Alegre na virada e primeiras décadas do século XX. Em sua tese, o autor preocupa-se em definir, no capítulo “Qual é o nosso socialismo?: as idéias socialistas de Xavier da Costa e de Cavaco (e talvez de muitos de seus companheiros)”, os principais aspectos do ideário socialista presentes nesse momento em Porto Alegre. Particularmente, interessam-me nessa parte de seu trabalho, as relações entre o ideário socialista e a formação de uma identidade operária. Segundo Schmidt, “a formação dessa identidade era vista [...] como base da almejada ampliação da cidadania, ou seja, eles buscaram, simultaneamente, conquistar para os trabalhadores o ‘status’ de operários e cidadãos”³³.

Beatriz Loner, em *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*³⁴, se preocupou – tendo como referências Thompson e Adam Przeworski – em ampliar a análise do conceito de classe, procurando fugir de visões deterministas

³² Ao me referir, ao longo dessa tese, aos “socialistas” ou aos “anarquistas” estarei tratando de militantes que postulavam versões difusas das duas linhas teórico-ideológicas, cujo acesso ocorria pela leitura de obras variadas de teóricos e especialmente de tradutores e divulgadores. Os dois grupos assemelhavam-se, entre outras coisas, pela defesa dos direitos operários, com ênfase na conquista da jornada de oito horas de trabalho, pelas campanhas em prol do “alevramento moral” da classe, através da educação, bem como pela condenação aos vícios e à vida desregrada, além de defenderem a organização sindical dos operários e a declaração de greve como um meio eficaz de pressão e conquista de demandas. Entretanto, divergiam pela opção político parlamentar e partidária dos primeiros, a qual os segundos se contrapunham com suas táticas de ação direta, no campo econômico, e com a organização autônoma de entidades operárias, especialmente escolas e sindicatos.

³³ SCHMIDT. *O Patriarca...* p. 372.

³⁴ LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. Ed. Universitária: Unitrabalho, 2001. Esse livro é parte de sua Tese de Doutorado, realizada junto ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS.

ou economicistas, propondo-se a entender a construção de classe a partir dos processos de relações entre indivíduos que, estando inseridos na estrutura produtiva, compartilhavam experiências e semelhanças nos modos de vida que os levavam a um processo de identificação e a formas de ação comum.

Finalmente, Alexandre Fortes, em *Nós do Quarto Distrito – a Classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas*³⁵, observa a sobreposição das relações de classe e inter-étnicas em uma população de trabalhadores formada a partir de um diversificado fluxo migratório tanto de “brasileiros”, quanto de imigrantes do leste europeu, que passaram a conviver com industriais em sua maioria teuto-brasileiros. Dessa análise interessam-me especialmente as discussões acerca da forma como esses operários precisaram conviver e definir seus espaços sociais e culturais na cidade em momentos marcados pela emergência de conflitos internacionais no período Entre Guerras.

Penso que esse breve percurso por trabalhos que, ao longo das duas últimas décadas, aproximaram-se, em diferentes medidas, da questão da identidade, torna possível elaborar um balanço, ainda que parcial, das transformações pelas quais tem passado o estudo da história dos trabalhadores brasileiros no que se refere à construção de sua identidade coletiva.

Uma constatação importante diz respeito ao débito dos historiadores para com outras áreas de estudo, notadamente a Antropologia e a Sociologia. São os antropólogos e sociólogos que, ao fazerem incursões pelo campo da História, demonstraram inicialmente as possibilidades e riquezas das análises, que mesmo não abrindo mão de uma explicação macro-social, pensem os *sujeitos reais* em suas vivências cotidianas. Assim, esse enfoque, que entrecruza os olhares dessas diferentes áreas do conhecimento, vem demonstrando aos historiadores do mundo do

³⁵ FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito – a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2001, (tese de doutorado). Trabalho publicado, com o mesmo título, Caxias do Sul (RS): EDUCS, 2004.

trabalho, cada vez mais, a necessidade de estudar a classe a partir não apenas do *locus* da produção, mas também em seus ambientes de moradia e sociabilidade e trabalhar com noções como as de cultura, tradição, costumes e comunidade.

É nesse âmbito de discussões que o estudo da construção da identidade operária tem encontrado terreno fértil para ampliar e aprofundar suas análises, priorizando as noções de experiência identitária e a percepção de que a identidade operária é construída e se constrói de forma inter-relacional com outras identidades coletivas, a partir tanto de peculiaridades locais quanto de macro influências.

Entretanto, conforme constatou o sociólogo Stuart Hall, analisando diferentes concepções acerca da identidade, esse é um conceito “muito complexo, pouco desenvolvido e mal compreendido na ciência social contemporânea”³⁶. Tal dificuldade de compreensão pode estar ligada, como escreve Hall, entre outros motivos, ao fato de que uma identidade “totalmente segura, completa, unificada e coerente é uma fantasia muitas vezes embasada em narrativas construídas *a posteriori*, que permite aos grupos sentirem-se seguros e reconfortados”³⁷. Dito de outra maneira, deve-se ter em mente, ao estudar a construção das identidades coletivas, que elas são sempre construções fluídas e cambiantes, nas quais não se pode encontrar algo como um “núcleo duro”, um “caroço” essencial e imutável, mesmo que muitas vezes o grupo identitário tenda discursivamente à unificação e ao essencialismo e busque a construção de uma memória livre de contradições.

Lidar com toda essa dinâmica constitui uma matéria extremamente complexa, por esse motivo, parece-me inevitável recorrer novamente à contribuição de outros campos de estudo, notadamente a Sociologia e a Antropologia, para procurar definir os referenciais com os quais irei analisar a construção da identidade coletiva dos operários porto-alegrenses.

³⁶ HALL, Stuart. “A questão da identidade cultural”. *Textos Didáticos*. Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, n. 18, 2ª ed. Fev. 1998, p. 8.

³⁷ HALL. “A questão da identidade...” p.17.

Nesse caso, uma primeira questão diz respeito ao fato de que, quando se fala em identidades coletivas, não se pode esquecer que não existe uma separação, uma linha divisória clara e estabelecida entre as identidades pessoal e social. Esse alerta é feito pelo antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, no clássico *Identidade, etnia e estrutura Social*, onde ele trabalha com a proposição de que “a identidade social não se descarta da identidade pessoal, pois esta também de algum modo é um reflexo daquela”³⁸. Para ele,

[...] a identidade é um fenômeno que emerge da dialética entre indivíduo e sociedade. Sendo formada por processos sociais e, uma vez cristalizada, é mantida, modificada, ou, mesmo, remodelada pelas relações sociais [...], dessa forma o conceito de identidade social ou coletiva esta diretamente relacionado à noção de experiências ou de ‘relações de identidade’³⁹.

Penso que essa proposição pode ser aproximada das idéias mais recentemente formuladas pelo antropólogo português José Manuel Oliveira Mendes, de que “[...] a identidade é socialmente distribuída, construída e reconstruída nas interações sociais. As identidades serão, assim, construções relativamente estáveis num processo contínuo de atividade social”⁴⁰. Isso significa que, conforme Mendes, “o indivíduo forma sua identidade não da reprodução pelo idêntico oriunda da socialização familiar, do grupo de amigos, etc., mas sim do ruído social, dos conflitos entre os diferentes agentes e lugares de socialização”.

Portanto, para esse autor, a identidade social é vista como “um cruzamento de atributos pessoais e estruturais” e como

[...] uma tentativa permanente por parte do indivíduo de integração da multiplicidade de pertenças sociais e papéis a que está submetido. A busca do reconhecimento, da honra, é contínua, procurando o indivíduo redes de reconhecimento mútuo. Os participantes nessas redes procuram criar ideologias comuns,

³⁸ OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura Social*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976, p.5.

³⁹ OLIVEIRA. *Identidade...*, p. 44.

⁴⁰ MENDES, José Manuel Oliveira. “O desafio das identidades”. In: *A globalização e as Ciências Sociais*. SANTOS, Boaventura de Souza (org.). São Paulo: Cortez, 2002, p.504.

histórias comuns, que integrem e legitimem suas ações⁴¹.

Logo, cabe esclarecer que, ao analisar a construção da identidade operária porto-alegrense no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, opto por um enfoque que privilegie a noção de experiência identitária, na qual a interação das vivências pessoais e sociais, em seus múltiplos papéis e pertencas, deve ser considerada de forma relacional.

Para contemplar esse enfoque, trabalharei com um instrumental analítico que prioriza três aspectos da construção identitária: o reconhecimento, a distinção e a memória coletiva. Nesse caso, o reconhecimento será pensado a partir das relações estabelecidas pelo sociólogo Pierre Bourdieu, tomadas de empréstimo de sua análise sobre a importância da identidade na construção e utilização da idéia de região. Para Bourdieu, a identidade é um “ser percebido que existe fundamentalmente pelo reconhecimento dos outros”. Entretanto,

[...] o efeito de reconhecimento que o fato da objetivação no discurso exerce não depende apenas do reconhecimento consentido àquele que o detém; ele depende também do grau em que o discurso, que anuncia ao grupo sua identidade, está fundamentado na objetividade do grupo a que ele se dirige, isto é, no reconhecimento e na crença que lhe concedem os membros deste grupo assim como nas propriedades econômicas ou culturais que eles têm em comum⁴².

No caso dessa tese, a importância de tal proposição encontra-se no entendimento de que, para haver a aceitação da validade do discurso identitário – ou da liderança daquele que o profere – é preciso que o grupo de identidade tenha condições objetivas de reconhecimento dessas características unificadoras, que seriam, por exemplo, o pertencimento a um mesmo local de trabalho (ou ao grupo operário), a frequência aos divertimentos “tipicamente” operários, a utilização de símbolos identificadores em momentos de apresentação pública da coletividade operária, etc.

⁴¹ MENDES. “O desafio...”, p. 505-509.

⁴² BOURDIEU, Pierre. “A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região”. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, 1989, p. 117.

Isso significa que o reconhecimento demanda ações práticas, operações de pertencimento que podem definir a aceitação ou exclusão de um determinado membro do grupo. Em um estudo na área da Psicologia Social, Antonio da Costa Ciampa chama atenção justamente para as condições objetivas de reconhecimento, que estabelecem os fatores de aceitação do indivíduo em seu grupo de identidade, salientando a existência de uma “expectativa generalizada de que alguém deve agir de acordo com o que é (e conseqüentemente ser tratado como tal), re-atualizando através de rituais sociais uma identidade pressuposta que assim é reposta”⁴³.

Mas, além do reconhecimento, a distinção é outra característica importante na construção das identidades coletivas. Pierre Bourdieu, no texto anteriormente citado, também coloca a distinção como um fator decisivo nas construções identitárias; segundo ele, “o mundo social é representação e vontade, e existir socialmente é também ser reconhecido como distinto”⁴⁴.

Essa distinção, de acordo Bourdieu, por vezes ocorre pela via da estigmatização de comportamentos, vivências e hábitos. Entretanto, a própria estigmatização pode vir a ser um dos fatores constitutivos da identidade grupal, quando “o estigma produz a revolta contra o estigma, que começa pela reivindicação pública do estigma, constituindo assim um emblema [...] que termina na institucionalização do grupo constituído que sofre os efeitos econômicos e sociais da estigmatização”⁴⁵.

A referida proposição, observada à luz do que pretendo examinar nessa tese, pode ser pensada, por exemplo, a partir da apropriação do estigma do demérito do trabalho braçal por parte dos operários, que passam a reivindicá-lo como um valor positivo, através da idéia de que o trabalho constrói a riqueza da sociedade e de que aqueles que o exercem merecem respeito, transformando-se em um importante

⁴³ CIAMPA, Antônio da Costa. “Identidade”. *Psicologia Social: O homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 66.

⁴⁴ BOURDIEU, *O poder...*, p. 118.

⁴⁵ BOURDIEU, *O poder...*, p.129.

emblema de reconhecimento, ajudando na construção de sua identidade coletiva.

Portanto, a dinâmica relação de pertencer a um grupo em oposição ou diferenciação aos outros também indica o *lugar no mundo* ocupado pelos indivíduos. Ao estudar os imaginários sociais, o historiador polonês Bronislaw Baczko propôs que é através deles que uma coletividade define suas distinções, pois “[...] elaborando uma representação de si mesma; marca a distribuição dos papéis e as posições sociais, expressa e impõe certas crenças comuns”. Assim, para Baczko, designar uma identidade coletiva consiste em delimitar um “território” e as fronteiras deste; definir suas relações com os *outros*; formar imagens de amigos e inimigos, de rivais e aliados; do mesmo modo, significa selecionar, conservar e modelar as lembranças do passado, assim como projetar para o futuro seus temores e esperanças⁴⁶.

Com isso chego ao terceiro elemento com o qual pretendo analisar a construção da identidade operária – a memória. Nesse caso, recorro às análises do sociólogo Michael Pollak, especialmente a sua proposição de que a valorização dos acontecimentos dos quais as pessoas nem sempre participaram faz com que esses ganhem força no imaginário de um grupo e se transformem em eventos comuns, socializados política ou historicamente, gerando a identificação dos indivíduos com um determinado passado, com uma memória herdada que serve, inclusive, para marcar distinções históricas com outros grupos, reforçando e justificando as relações de identificação e de oposição vivenciadas no presente⁴⁷.

Portanto, a construção identitária dos operários porto-alegrenses será pensada a partir de suas relações de reconhecimento e distinção, bem como pela reivindicação de uma memória comum herdada que reforça e justifica, no presente, a delimitação de “territórios” sociais e o estabelecimento de alteridades.

⁴⁶ BACZKO, *Los imaginários sociales. Memórias y esperanzas colectivas*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1991, p. 28.

⁴⁷ POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Associação de Pesquisa e Documentação Histórica (APDOC), vol. 5, n.10, 1992, p. 201.

A seguir, passarei a explicitar as hipóteses de pesquisa que norteiam esse trabalho, bem como a forma como estão organizados os capítulos, onde procurarei contemplar tais análises.

A primeira hipótese norteadora dessa investigação é a de que a construção da identidade operária passa pela “auto-estima no trabalho”⁴⁸, buscando o reconhecimento e a valorização do grupo através do orgulho de sua capacidade para o trabalho – inclusive pela apropriação do estigma de “trabalhadores braçais” que é transformado em emblema.

Esta reivindicação de reconhecimento implica também que os operários se distingam tanto dos “exploradores capitalistas” e das “classes perigosas” – aqueles que se encontram fora do mundo produtivo, indigentes e/ou delinqüentes ou que vivem de forma considerada desonrosa pela moral predominante no período, da prostituição, por exemplo⁴⁹ – quanto da imagem construída pelo discurso dominante, que os associa ao vício, à preguiça e à indisciplina sempre que eles ameaçam sair do controle e/ou reivindicam melhores condições de vida e trabalho.

Essa hipótese será discutida no Primeiro Capítulo, intitulado *Trabalho, dignidade e honra: a identidade operária em construção*. Nele, trabalharei com a idéia de que o processo de construção da identidade operária pode ocorrer tanto pela aproximação com os iguais quanto pela oposição aos “outros”. A aproximação aos iguais ocorreria, nesse caso, pela valorização do trabalho e pela sua transformação em emblema de reconhecimento; ao passo que a diferenciação passaria tanto pela

⁴⁸ THOMPSON, E. P. “Folclore, antropologia e história social”. In: *Peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. NEGRO, Antônio Luigi & SILVA, Sérgio (orgs.). Campinas: Ed. da Unicamp, 2001, p. 258 e 260.

⁴⁹ Versão mais ou menos generalizada para o uso do qualificativo “classes perigosas” em diferentes obras: ver, entre outros: para a Inglaterra, ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985. (Especialmente o capítulo “As grandes cidades” p. 35-92); para a França: CHEVALLIER, Louis. *Classes laborieuses et classes dangereuses* Paris: Librairie académique Perrin, 2002; para o Brasil: GUIMARÃES, Alberto Passos. *As classes perigosas: banditismo urbano e rural*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981; CHALLHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Especialmente o capítulo “Sobrevivendo...” p. 35-111).

denúncia da oposição de interesses, em relação aos “exploradores capitalistas”, quanto pela demonstração das diferenças dos operários, em relação às “classes perigosas”.

Esse Capítulo está dividido em três seções: A primeira, *De estigma à emblema considerações em torno da importância do trabalho na construção da identidade operária*, é destinada às considerações em torno da importância do trabalho na constituição identitária do operário. Na segunda, *Entre “exploradores capitalistas” e “classes perigosas”: demarcando as diferenças perante os outros*, procuro observar a constituição das características da identidade operária em oposição aos traços atribuídos a outros grupos, notadamente à burguesia e às “classes perigosas”. Na terceira seção, *A fórmula da virtude, ou como deveriam ser os “bons operários”*, analiso os modelos de conduta propostos pelas lideranças, tentando perceber seus alcances e limites na construção da identidade operária em questão.

A segunda hipótese desse trabalho é a de que as identidades coletivas não existem de forma isolada umas das outras. Dessa forma, a identidade operária será pensada a partir da relação, convivência ou conflito com outras identidades que interagem em sua construção, contribuindo para uma constante e recíproca transformação e re-elaboração.

Assim, no Segundo Capítulo – *Relações identitárias: trabalho, etnicidade e gênero* – pela impossibilidade de compreender todas as relações identitárias em que estão envolvidos os operários, opto – devido à importância percebida ao longo do trabalho com as fontes – por analisar as interfaces entre as identidades operária, étnica e de gênero, que são trabalhadas em duas seções. Na primeira, *A vida na “Babel Operária”*, trato das interações, conflitos e transformações decorrentes da convivência de múltiplas identidades étnicas e/ou nacionais com a identidade operária, em processo de construção, no interior do mundo do trabalho porto-alegrense. Na segunda seção, *Entre bombas de dinamite e ramalhetes de flores: algumas interfaces das identidades operária e de gênero*, procurarei analisar as relações, conflitos e

interações das identidades de gênero e de classe em um contexto marcado tanto pelo domínio da força e da liderança masculina no mercado de trabalho e na organização operária, quanto pela incipiente incorporação do “elemento feminino” a esse contexto, buscando observar suas influências na construção da identidade operária na cidade.

A terceira hipótese desta tese é a de que a construção identitária dos operários passa pela apropriação/invenção de símbolos e de uma memória historicamente herdada, que reafirmam seus sentimentos de pertença e distinção, não apenas em âmbito local, mas de forma integrada a um sentimento de contemporaneidade e simultaneidade com o “operariado universal” – seus conflitos, contradições, campanhas – auxiliando na formação de uma identidade coletiva que ultrapassa barreiras geográficas.

No Terceiro e último Capítulo, intitulado *Proletário não tem pátria! – internacionalismo, circulação de símbolos e memórias e a construção da identidade operária porto-alegrense*, trabalharei com a proposição de que a identidade operária é construída não apenas a partir das peculiaridades do local e do contexto em que se encontra o grupo operário, mas também da conjugação dessas peculiaridades com idéias, símbolos e memórias herdadas, que aparecem em diversos lugares e circulam em diferentes países, fazendo com que o grupo que se identifica como operário possa sentir-se como pertencente ao operariado internacional, percebendo-se ainda como opositor a uma burguesia também internacional.

Esse Capítulo está dividido em duas seções. Na primeira, *Circulação de pessoas, textos e idéias*, busco analisar a importância das inter-relações entre as peculiaridades locais e o contexto nacional e internacional em que estão inseridos os operários que interagem na construção de sua identidade coletiva. Na segunda seção, *Dia de festa ou dia de luto: Viva o Primeiro de Maio!*, objetivo analisar tanto os rituais operários e símbolos de reconhecimento internacionalmente utilizados, quanto os elementos de destaque de uma memória operária herdada, da qual os operários locais

sentem-se “herdeiros”.

Portanto, na presente tese opto por tratar de uma perspectiva da história do movimento operário porto-alegrense, não privilegiando uma sucessão cronológica, mas sim trabalhando com recortes temáticos e com problemáticas cujo eixo norteador é a análise da construção identitária desses operários. Estou ciente, entretanto, de que essa opção trás consigo algumas dificuldades inerentes ao tipo de “olhar” lançado às fontes: a primeira – e talvez a mais séria – seja a tendência em ver “identidade” em tudo, ou seja, dada à amplitude da discussão que envolve o assunto, um dos perigos que cercam sua abordagem é tender à constatação de que qualquer faceta do discurso operário poderia indicar uma característica identitária. Para tentar evitar esse risco procurarei retornar sempre aos referenciais teóricos desse trabalho.

Outro problema que pode acometer uma pesquisa como esta é o se de tentar padronizar os discursos identitários, esquecendo-se que eles são permeados por conflitos, disputas e distintas informações ideológicas que se conjugam tanto no interior do grupo operário quanto em sua relação com o restante da sociedade. Assim, é novamente o diálogo entre o referencial teórico e a análise empírica que pode contribuir para evitar essa outra armadilha.

Quanto à análise empírica, foram utilizadas principalmente fontes jornalísticas. No que diz respeito a elas, estou ciente de estar partindo, no caso das publicações operárias e das “colunas operárias” dos jornais comerciais, do ponto de vista de um grupo de lideranças – ou nem tanto – que compõe o que se poderia chamar de “os de cima” do movimento operário, aqueles que têm acesso a alguma forma de instrução, ao trabalho na imprensa (que lhes facilita a veiculação de idéias), à circulação nos meios intelectuais, políticos e artísticos da cidade e que, portanto, formam uma pequena parte, muitas vezes distinta, do conjunto do operariado⁵⁰. Assim, os textos

⁵⁰ Reitero, portanto, estar atenta à constatação já feita por Claudio Batalha de que o grupo composto pelas lideranças operárias é bastante reduzido se comparado com aquele que denominamos de bases, entretanto, “nosso conhecimento sobre cada um

publicados nos jornais operários só permitem chegar muito indiretamente às formas de constituição de uma identidade operária, pois, na maioria dos casos, mostram muito mais os projetos das lideranças do caminho a ser trilhado pelo conjunto dos trabalhadores do que a realidade da vida cotidiana. Também não se pode perder de vista que esses textos são marcados por disputas ideológicas pela direção dos rumos da organização operária⁵¹.

Os veículos analisados nessa investigação podem ser divididos em quatro categorias. Inicialmente, os jornais operários, nesse caso, *A Democracia*, periódico socialista que circulou de 1905 a 1907, segundo Benito Schmidt esse jornal amparava-se “em um discurso messiânico, cabendo ao litógrafo Xavier da Costa o papel de ‘apóstolo’, líder de um grupo votado ao sacerdócio em prol da difusão de nobres ideais”⁵²; seu sucessor, também socialista, *Avante*, que circulou durante o ano de 1908 e *A Luta*, veículo dos militantes anarquistas, analisado em sua primeira fase (de 1906 a 1911), contando, como principais editores, com Polydoro dos Santos (gráfico), Henrique Gomes Ferro (médico) Henrique Martins (Cecílio Vilar - gráfico), Stefan Michalski (marmorista e alfaiate); Reynaldo Frederico Geyer (médico) e José Rey Gil (gráfico)⁵³. Uma preocupação constante desses periódicos era a de “informar” para “formar”, definindo posturas e características a serem seguidas ou evitadas, bem como explicando, o que é socialismo e o que é anarquismo; para isso recorriam a falas de autoridades, traduções e vulgarizações de textos publicados no exterior e em outros estados e explicações didáticas, feitas por articulistas locais.

desses tipos de militantes é inversamente proporcional ao seu peso numérico”. BATALHA, Claudio. “Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário”. Anos 90. Porto Alegre: n.8, dezembro de 1997, p. 93.

⁵¹ Realizei uma discussão preliminar a respeito dessas disputas. Ver: BILHÃO, Rivalidades... p. 77-109.

⁵² SCHMIDT. *O Patriarca*...p. 269.

⁵³ Sobre esse jornal ver: ARAVANIS, Evangelia. “Leituras, edições e circulações de impressos na Porto Alegre de 1906 a 1911: uma análise a partir do periódico *A Luta*”. *História Unisinos*. São Leopoldo: Revista do PPG em História da UNISINOS, vol. 6, nº 6, 2002, p. 268, (dossiê: Trabalho e movimento operário).

Na segunda categoria, encontram-se os jornais comerciais que possuíam entre seus redatores militantes ou simpatizantes do movimento operário, como é o caso da *Gazetinha* (analisada no período de 1897 e 1898), de propriedade de Octaviano Manoel de Oliveira, contando com a colaboração de Francisco Xavier da Costa e tratando, em vários momentos, das “questões operárias”; o *Echo do Povo* (analisado de 1908 a 1914), veículo onde Xavier da Costa trabalhou como Redator-Chefe a partir de 1911, cujo proprietário, Antônio Heit, era antigo colaborador deste líder socialista n’*A Democracia*; o *Petit Journal* (analisado de 1905 a 1907), periódico literário que contava com o socialista Carlos Cavaco como secretário-geral, e *O Diário* (analisado de 1912 a 1914), no qual Polydoro dos Santos trabalhava como redator.

Na terceira categoria, estão os jornais comerciais que se apresentavam como “órgãos independentes”, ou seja, que não pertenciam ao Governo do Estado⁵⁴ e nem a algum grupo ideologicamente identificado, como é caso do *Correio do Povo* e do *Jornal do Comércio* que ajudam a perceber os discursos de outros setores da sociedade, como os dos empresários, políticos e profissionais liberais a respeito do operariado, possibilitando analisar tanto as contradições quanto as aproximações desses discursos em relação à construção identitária, proposta pela imprensa operária. Além disso, esses veículos também permitem acompanhar o desenrolar de determinados fatos importantes, quando as fontes operárias rareiam ou desaparecem completamente. Exemplo disso é a cobertura das comemorações do Primeiro de Maio, feita pelo *Correio do Povo*, da qual me valerei entre os anos de 1909 a 1920 para realizar a análise proposta no Terceiro Capítulo.

E, finalmente, *A Federação* (analisada especialmente de 1906 a 1920), órgão do Partido Republicano Rio-Grandense e, por extensão, do Governo do Estado, onde se pode perceber a voz “oficial” a respeito do movimento e das manifestações operárias na cidade.

⁵⁴ O que não significa que fizessem abertamente oposição ao governo, pois esse é o período da chamada ditadura Castilhisto-Borgista.

Além desses jornais, que subsidiaram toda a investigação, no Terceiro Capítulo, para analisar as relações entre as perspectivas locais e o panorama internacional na construção da identidade operária porto-alegrense, optei por estudar as redes de relações, trocas de informações, opiniões e circulação de idéias e pessoas, estabelecidas no interior do movimento operário europeu e brasileiro, a partir das informações encontradas em arquivos lisboetas.

Minhas atividades de pesquisa desenvolveram-se basicamente em dois fundos documentais: no Arquivo Histórico Social (AHS), que se encontra na Biblioteca Nacional de Lisboa, e no Espólio Pinto Quartim (EPQ), que se encontra no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Essa opção de pesquisa justifica-se, em meu entendimento, pelo fato da cidade de Lisboa ter assumido, no período estudado, um importante papel de ligação entre o Brasil e a Europa, constituindo-se em um centro difusor de idéias e trocas de informações. Nesse sentido, constatei que muitos dos documentos analisados (opúsculos, livretos e panfletos) eram traduzidos do francês, italiano, alemão e inglês para o português e espanhol, impressos nas gráficas de Lisboa e Porto e distribuídos tanto em Portugal e Espanha quanto no Brasil.

Os jornais operários portugueses, notadamente os anarquistas, também se preocupavam em manter colunas de informações sobre o que ocorria no movimento operário em diversas partes do mundo, cabendo destacar que tanto os militantes brasileiros utilizavam-se largamente desses veículos para fazerem chegar à Europa informações acerca do movimento operário e denunciar as arbitrariedades cometidas pelas autoridades brasileiras – sendo comum a solicitação, por parte da imprensa portuguesa, da divulgação dessas notícias pelos demais jornais operários europeus – quanto, da mesma forma, os escritos produzidos por militantes e teóricos do movimento operário europeu chegavam ao Brasil, provenientes de Portugal.

Uma das vias privilegiadas dessa circulação de idéias era, para o caso de Porto Alegre, o intercâmbio com os periodistas portugueses responsáveis pela

publicação dos jornais *Novos Horizontes*, de Lisboa, ou *A Vida*, do Porto, que eram divulgados pelo grupo editor d'A *Luta*, além disso, os militantes locais faziam freqüentes referências de seus contatos com grupos portugueses, como o Libertário *Ação Direta*, de Lisboa.

É inegável que tal possibilidade de contato, ainda que indireta, com todos esses textos pode ter provocado nos operários porto-alegrenses, aquilo que Evaristo de Moraes chamou de “porre ideológico”⁵⁵, ocasionado pela leitura de pensadores tão diversos como Marx, Proudhon, Bakunin, Lassalle, Engels, Benoît Malon, Eliseu Réclus, Tolstói, Lombroso, Max Nordau ou principalmente de seus resenhistas e comentadores. Mas, por outro lado, deve-se levar em conta, primeiro, que essa não é uma característica exclusiva dos grupos operários brasileiros e sim forma marcante de como ocorreu difusão do pensamento social do século XIX em várias partes do mundo e, segundo, que – embora essa leitura pudesse estar perpassada por um entendimento “desigual e difícil” – penso ser possível dizer que, quando apropriada pelos operários, acabou por servir-lhes de base para um processo de identificação, não apenas em relação a seus colegas mais próximos, mas também com aqueles que, em outras partes do mundo, passavam por situações semelhantes de exploração e luta, ajudando a difundir um sentimento de pertencimento e solidariedade ao “operariado universal”.

Entretanto, considerando todos esses riscos e, além deles, o fato de existir, no período em estudo, uma elevada incidência de analfabetismo – representando um obstáculo importante às idéias divulgadas na imprensa – penso ser possível analisar, mesmo que de forma indireta e indiciária, através das referidas fontes, as principais características presentes na construção identitária dos trabalhadores porto-alegrenses.

Nesse sentido, recorro novamente às considerações de Thompson, quando ele

⁵⁵ MORAES FILHO, Evaristo de. “A proto-história do Marxismo no Brasil”. In: REIS Filho e outros. *História do Marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 37.

observa, em seu *Formação da Classe Operária Inglesa*, que o autodidatismo dos trabalhadores é um dos fatores preponderantes na dinâmica do fazer-se classe operária, exemplificado com suas constatações de que “um sapateiro, que aprendera a ler pelo Antigo Testamento, ia se aperfeiçoar com a *Idade da razão*” e de que “diaristas analfabetos nem por isso deixavam de ir, todas as semanas, a um bar onde lia-se em voz alta e discutia-se o editorial de Cobbett”; podia-se ler igualmente nas pensões operárias ou em reuniões políticas⁵⁶; e também, ainda segundo o historiador inglês, a preocupação com a informação gerou nos trabalhadores, de diversas categorias, a necessidade de organizar clubes de leitura e escolas o que, por outro lado, motivou pensadores *radicais* a disputar o público leitor com as sociedades cristãs.

Estas constatações mostram, na percepção de Thompson, que o autodidata tinha “muitas vezes um entendimento desigual e difícil, mas [que] era seu”. Após a leitura em grupo, fazia-se uma discussão. Assim, os articulistas buscavam expressar seus argumentos “o mais diretamente possível”, mas os tecelões, malharistas ou sapateiros discutiam e interpretavam-nos a seu modo. Dessa forma, as idéias dos diferentes pensadores, ao chegarem ao público, deixavam de pertencer a eles⁵⁷.

Tomo de empréstimo essas considerações de Thompson porque penso ser possível observar um fenômeno semelhante – guardadas as proporções e características locais – em relação aos trabalhadores porto-alegrenses. Assim, as lideranças operárias publicavam textos próprios ou traduzidos de outras partes do mundo, procurando falar o mais diretamente possível a seu público, mas, ao circularem pelas rodas de leitura e discussão, entre os diversos grupos operários da cidade, esses textos deixavam de pertencer a quem os escrevia, eram lidos por alguém, discutidos, interpretados e reinterpretados por outros tantos, produzindo resultados muitas vezes diferentes do esperado por quem os publicou, mas, de

⁵⁶ THOMPSON. *Formação...*, vol. III p. 304.

⁵⁷ THOMPSON. *Formação...*, vol. III p.366-367.

qualquer forma, influenciando na construção das características identitárias daqueles operários que tiverem acesso a eles.

Além disso, não se pode desconsiderar o fato de que as livrarias, juntamente com outros espaços, como as redações de jornais, os bares e os cafés, funcionavam como locais de leitura, trocas de idéias e discussões. Os bares serviam inclusive como locais de contribuição, através de listas de subscrições, para a manutenção dos periódicos⁵⁸.

Estudos precedentes já demonstraram a importância dos bares e cafés como locais de debates e sociabilidades. Adhemar Lourenço destacou, por exemplo, o sentimento de fidelidade que identificava as diversas categorias profissionais, cada qual com o “seu” café. Assim, “os caixeiros freqüentavam o *América* aos domingos”, já os gráficos freqüentavam o café *Ferro Carril*; essa fidelidade parecia ser levada a sério também pelo restante da comunidade e mesmo pelo Poder Judiciário, uma vez que o bar podia funcionar como o “endereço” de alguém, servindo inclusive para que “oficiais de justiça intimassem réus de processos”⁵⁹.

Portanto, parece-me ser defensável a idéia de que nas escolas, nas salas de leituras, nos bares, nas livrarias e em outros pontos de encontro menos ortodoxos (como, por exemplo, a alfaiataria do militante anarquista Stefan Michalski⁶⁰), espalhados pela Porto Alegre do início do século XX, os textos, discursos e exemplos

⁵⁸ Nesse sentido, por exemplo, os redatores d'*A Luta* mencionam e agradecem as colaborações recebidas no “café”. *A Luta*, 20/01/1911, p. 4.

⁵⁹ SILVA JR, Adhemar Lourenço. “*Povo, trabalhadores*”: *tumultos e movimento operário (estudo centrado em Porto Alegre, 1917)*. Porto Alegre, IFCH/UFRGS, 1994, (dissertação de mestrado), p. 158. Ainda quanto à importância dos cafés como locais de divulgação e trocas de informações operárias pode-se ver, por exemplo, que no café *Ferro Carril* ficaram expostas duas cartas enviadas a Carlos Cavaco, durante a greve de 1906, ameaçando-o de morte, caso o movimento não acabasse logo. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 11/10/1906, p. 2.

⁶⁰ A alfaiataria do anarquista Stefan Michalski, que se localizava na Rua dos Andradas era, pelo menos até 1930, um conhecido ponto de encontro de intelectuais e militantes. Ver, MARÇAL, João Batista *Os anarquistas no Rio Grande do Sul; anotações biográficas, textos e fotos de velhos militantes da classe operária gaúcha*. Porto Alegre: EU/Porto Alegre, 1995, p. 128.

do movimento operário de outras partes do Brasil e do mundo podiam encontrar um público que não apenas participava das discussões, mas que também servia como multiplicador de idéias.

Além das fontes jornalísticas, também trabalho, no Segundo Capítulo, com dois processos-crime: um deles instaurado após tumulto ocorrido durante uma greve encabeçada pelo *Sindicato dos Calceteiros e Classes Anexas*⁶¹, em 1917, e outro instaurado em 1919, em decorrência de um assassinato praticado durante uma greve dos padeiros⁶².

Mesmo levando em consideração o filtro estabelecido pela linguagem jurídica da época e a excepcionalidade dos fatos tratados – uma vez que esse tipo de documento só é produzido quando as normas legais são quebradas – penso que a riqueza das informações neles contidas justifica sua utilização, especialmente porque permitem nomear os personagens envolvidos e conhecer, ao menos em parte, características de sua vida cotidiana.

O processo de 1917, para apurar o tumulto e a morte de um operário, foi instaurado contra vários réus, o principal deles era o espanhol Longuinho Monumento. Entretanto, entre vítimas e depoentes, passaram na época, pela Delegacia de Polícia do 1º Distrito, mais ou menos 65 pessoas. A partir das informações contidas nos vários depoimentos, foi possível estabelecer alguns parâmetros de análise, observando, entre outras, as relações entre o grau de profissionalização e as origens étnicas e/ou nacionais dos depoentes, as possíveis rivalidades entre trabalhadores brasileiros e estrangeiros e os comportamentos considerados honrosos e desonrosos no decorrer do movimento grevista.

O outro processo, de 1919, tinha como réu um jovem padeiro chamado Leopoldo Silva, acusado de emboscar e matar a tiros um colega que não havia

⁶¹ *Processo-crime* 856. Maço: 53, Estante 29. Réus: Longuinho Monumento & outros, 1917 (a grafia do nome do acusado foi abrasileirada no processo).

⁶² *Processo-crime* 1029. Maço: 67, Estante 29. Réu: Leopoldo Silva, Porto Alegre, 1919.

aderido a uma greve de sua categoria. Esse caso oferece uma série de informações interessantes que ajudam a perceber algumas características das vivências operárias da época, entre elas o entrelaçamento dos códigos de masculinidade e lealdade ao movimento operário, ou seja, as inter-relações entre as identidades de gênero e de operário.

A partir dessas fontes e com esses referenciais teóricos buscarei, portanto, analisar o processo de construção identitária dos operários que viveram na Porto Alegre do final do século XIX e primeiras décadas do século XX.

CAPÍTULO I

TRABALHO, DIGNIDADE E HONRA: A IDENTIDADE OPERÁRIA EM CONSTRUÇÃO

Nesse capítulo, objetivo analisar a construção da identidade operária a partir da hipótese de que o processo de identificação pode ocorrer tanto pela aproximação com os iguais quanto pela oposição aos “outros”, como num jogo de diferenças e semelhanças. A aproximação aos iguais ocorreria, nesse caso, pela valorização do trabalho e por sua transformação em emblema de luta e reconhecimento; ao passo que a diferenciação passaria tanto pela denúncia da oposição de interesses, em relação aos “exploradores capitalistas”, quanto pela demonstração das diferenças dos operários em contraposição às “classes perigosas” (ladrões, desocupados, prostitutas...) ressaltando-se, em todos os casos, a necessidade de uma conduta honrada, que garantisse aos operários diferenciarem-se objetivamente desses grupos.

Entretanto, não é excessivo assinalar que uma característica marcante dos textos analisados a seguir é o fato de terem sido produzidos em um contexto de disputa pela orientação ideológica a ser seguida pelos operários. Por isso, a análise dessa construção identitária não pode furtar-se a considerar que nesses escritos existiam tanto características distintas relacionadas aos grupos opostos, “exploradores” ou “classes perigosas”, quanto relacionadas à “verdadeira conduta” operária e essas orientações tanto poderiam ser conflitantes quanto, não raras vezes, convergentes (procurarei fazer essas observações, de maneira pontual, ao longo do texto).

Para dar conta do objetivo proposto, esse capítulo foi dividido em três seções: na primeira – *De estigma a emblema: considerações em torno da importância do trabalho na construção da identidade operária* – parto da hipótese de que a construção da identidade operária passa pela demanda “por uma auto-estima no trabalho” que,

levando ao reconhecimento e à valorização do grupo e ao orgulho de sua capacidade, transforma o estigma do trabalho braçal em um emblema de luta.

Esta transformação implica, para os operários, além da valorização do trabalho, tanto se distinguirem dos “exploradores capitalistas” e das “classes perigosas”, quanto da imagem construída pelo discurso dominante para representá-los.

Na segunda seção – *Entre “exploradores capitalistas” e “classes perigosas”:* *demarcando as diferenças perante os outros* – procurarei analisar as principais características constitutivas da identidade operária, estabelecidas em oposição às características atribuídas a outros grupos, notadamente, a burguesia e às “classes perigosas”.

Na terceira seção – *A fórmula da virtude, ou como deveriam ser os “bons operários”* – busco analisar o modelo de comportamento defendido pelas lideranças operárias, pensando-o como uma faceta do discurso identitário, uma vez que ele contribuiria, se fosse seguido pelo operariado, tanto para sua diferenciação em relação às “classes perigosas” quanto para a defesa de sua honorabilidade frente à sociedade.

1.1. De estigma a emblema: considerações em torno da importância do trabalho na construção da identidade operária

Partindo da hipótese de que o trabalho se constitui como traço marcante da identidade operária, e que é a condição de trabalhador que dá significado a esse contingente que encontra suas condições de subsistência na venda de sua força de trabalho; passo, nessa seção, a examinar como o trabalho articula essa identidade social que se constitui como efeito, entre outros, das relações capitalistas de produção.

Assim, mesmo que durante o período escravista tenham existido grupos de trabalhadores urbanos livres como, por exemplo, os caixeiros, que postulavam o

“orgulho do ofício” e a defesa da dignidade do trabalho¹, essa constatação não invalida a percepção de que existe uma visão social dominante – ainda no período coberto por esse estudo – de demérito do trabalho braçal, estigmatização esta que precisou ser re-apropriada e transformada em emblema constitutivo de uma nova identidade, a de operário.

Nesse sentido, as marcas da escravidão estavam presentes nas falas das lideranças operárias tanto em âmbito nacional quanto local. Em um exemplo fornecido por Cláudio Batalha², podemos perceber que a “imaturidade operária” no Brasil era justificada pelo recente fim do sistema escravista. Conforme a análise feita, em 1911, pelo tipógrafo português Mota Assunção, citada por Batalha:

[...] a República encontrou aqui um proletário atrasadíssimo, a um ou dois séculos de distância do proletariado europeu. Na parte indígena – pretos, mulatos, e brancos – predomina a subserviência da escravidão, abolida havia um ano; porque os hábitos e as tradições daquele nefasto regime não se limitavam às suas presas diretas: refletindo-se como ainda hoje se refletem, sobre todos os que ainda trabalham para outrem.[...] As conseqüências depressivas desse funesto ambiente ainda se notam hoje em muitos trabalhadores, que experimentam como que um supersticioso medo diante do patrão, raramente ousando discutir com ele os seus interesses [...]³.

Em âmbito local, Antônio Guedes Coutinho⁴ – importante líder socialista do

¹ Discussão feita, por exemplo, em CHALHOUR, Sidney *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Em âmbito local, ver: DUARTE, Paulo César Borges. *Despachando no balcão: caixeiros de Pelotas e identidade social dos empregados do comércio do Rio Grande do Sul (1879-1904)*. Porto Alegre: PPG-História, PUCRS, 2001. (Dissertação de Mestrado).

² BATALHA, “Identidade...” p. 111-124

³ BATALHA, “Identidade...” p. 112.

⁴ Antônio Guedes Coutinho nasceu na Província de Trás-os-Montes em Portugal, em 1868, vindo para o Brasil em 1886, residiu inicialmente em Pelotas onde se casou com Cecília Peixe, mudaram-se para Rio Grande em 1893. Nessa cidade Coutinho destacou-se como militante socialista, entre outras coisas, por ter editado o jornal *Echo Operário*, entre 1896 e 1901, onde publicou em forma de folhetim sua obra teórica o *Catecismo Socialista* e por ser um dos fundadores e membro ativo do Partido Socialista Rio-Grandino, de 1899. Em Rio Grande, Coutinho trabalhou inicialmente como operário da Rheingantz, uma das mais importantes indústrias têxteis do Estado naquele período e, em 1905, tornou-se professor público. Em 1908, viúvo e pai de cinco filhos, se casou com a professora Gertrudes, sua colega de profissão, mudando-se em 1911 com a família para Jaguarão, retornando a Rio Grande apenas em 1940, onde faleceu em 1945.

interior do Rio Grande do Sul – respondendo às questões formuladas no *I Congresso Operário Rio-Grandense*, realizado em 1898, “O que é o operário? Qual é sua posição no Rio Grande do Sul? O que lhe cumpre fazer como classe produtora? Qual deve ser o modo de agir do proletariado no Estado?”⁵, escreveu: “[...] o operário é aquele que trabalha, que tudo produz, porém nada vale, é o escravo que foi arrancado do seio de sua família para vir substituir o antigo escravo sujeito ao azorrague de um malfeitor”⁶.

Constata-se, portanto, a recorrência de uma fala que enxerga no operário as marcas da escravidão, e essa relação não ficará restrita ao século XIX, podendo ser percebida, por exemplo, nas as primeiras estrofes do *Canto dos Operários*, publicado no jornal *A Luta* no Primeiro de Maio de 1910:

Neste inferno proletário
Nossa vida se consome,
Ó escravos do salário,
Açoitados pela fome:

Não é livre quem depende
De potentes monstros d’aço.
Não é livre quem se vende,
Só dispondo do seu braço⁷.

A escravidão é representada aqui tanto pela baixa remuneração, quanto pelo fato dos trabalhadores só disporem de sua força física para subsistir no mercado de trabalho. Embora essa proposição também seja recorrente nos textos das lideranças operárias europeias – que fazem a aproximação dos operários à escravidão, especialmente relacionada à miséria, devido aos baixos salários⁸ – no Brasil agrega-se

Coutinho se destaca ainda por ter colaborado com jornais como *O Tempo*, de Pelotas e o *Correio do Povo*, de Porto Alegre, além de ter escrito contos, cônicas e peças de teatro de cunho doutrinário e social. Ver: SCHMIDT, Benito. *Um socialista no Rio Grande do Sul: Antônio Guedes Coutinho*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000.

⁵ *Gazetinha*, Porto Alegre, 1º /07/1897, p. 1. Apud PETERSEN. *Que a União....* p. 111.

⁶ *Gazetinha*. Porto Alegre, 6/1/1898, p. 3. Apud PETERSEN. *Que a União....*, p. 116.

⁷ *A Luta*, Porto Alegre, 01/05/1910, p. 1. Todas as citações de fontes primárias tiveram sua grafia atualizada.

⁸ Esse tipo de frase é recorrente nos escritos das lideranças operárias. Ver, para o caso dos portugueses, por exemplo: SZESZ, Maria Manuela Tavares Ribeiro, et all. *Portugal-Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia*. Bauru, SP: EDUSC, 2003, p. 30.

a essa figura de retórica a imagem vívida da escravidão há pouco abolida.

Entretanto, como foi observado na Introdução, a construção de uma identidade coletiva implica auto-reconhecimento e reconhecimento dos outros. E, em se tratando de uma identidade operária, esse reconhecimento depende de uma constante afirmação da pessoa do operário e do valor de seu trabalho. Assim, por mais que as marcas da escravidão estigmatizassem os trabalhadores, é na re-significação valorativa do trabalho que se encontra sua transformação em traço identitário distintivo e edificante em relação aos que não trabalham, tornando-se um emblema de luta.

Significativo, nesse sentido, é o texto publicado, em 1907, pelo *A Democracia* intitulado *O Trabalho*, no qual lê-se que os que não trabalham “[...] não passam de exploradores dos seus irmãos, que vivem sem produzir e que são portanto indignos”. Ou seja, a dignidade se expressa por sua ligação com o trabalho. Segue o texto, “[...] potentados, vós sois indignos, porque não sabeis o valor desse pão com o qual matais a fome de vossa mulher e de vossos filhos. Vós sois indignos porque não sabeis manejar a enxada, a pá ou a enxada (sic), o lápis ou o cinzel” e, reafirmando a proposição anterior, concluía dizendo que “[...] só é digno o homem que sabe ganhar o pão com que se sustenta, pelo trabalho honesto”⁹.

Entretanto, a indignidade atribuída ao capitalista não está apenas no fato dele não trabalhar, mas, principalmente, no fato de explorar o trabalho alheio. Tem-se, portanto, na denúncia da exploração do trabalho, a constituição de um marcante componente identitário: o da oposição de interesses. Essa mesma oposição também pode ser percebida no texto intitulado *Capital e trabalho*, publicado n’ *A Luta*, em 1909:

O capitalista diz ao trabalhador: se queres existir, aceita as minhas condições, recebe a minha lei, sê o meu criado e o meu servo; eu apreciarei o teu trabalho, darei por ele o que entender e quiser, serei o teu amo, o teu tirano, e, só assim terás o direito de existir. Se estas condições te parecem duras, cruéis, inadmissíveis, deixo-te nesse caso a liberdade de morrer de fome, a liberdade da inanição.

É isto justo? é isto humano? Não, mil vezes não, e todavia é esta cruel realidade!

A concorrência e o salário põem o trabalho à mercê do capital, e

⁹ *A Democracia*, Porto Alegre. 21/07/1907, p. 3 e 4

este, sentindo-se forte, extrai do trabalhador tudo quanto ele produz, deixando-lhe apenas o suficiente para não morrer, isto é, para continuar a trabalhar![...]¹⁰.

Esse trecho foi retirado de um veículo anarquista, mas o teor da denúncia e mesmo o tom indignado do articulista podem ser encontrados também nos textos socialistas. Assim, a denúncia da falta de reconhecimento da importância e dignidade do operariado, das péssimas condições de trabalho no interior das oficinas e fábricas e dos constantes abusos da autoridade patronal, torna-se um ponto convergente nas campanhas de ambos os grupos pela valorização do operário.

Nesse sentido, percebe-se que uma identidade social se estabelece no jogo entre semelhanças e diferenças. Para o caso em questão, esse jogo marcadamente diz respeito à valorização da imagem do operário, apoiada tanto pelo valor do trabalho, quanto pela insistência na contraposição entre a dignidade desses em relação àqueles que não trabalham. Ilustrativo, nesse sentido, é também o seguinte texto publicado n'A *Luta*:

[...]diz o capitalista:

- A produção social é devida a mim, porque sou eu quem coloca o capital à disposição, da mão-de-obra.

E, é sofismando por esse modo, que se pretende justificar e perpetuar o sistema de espoliação; mas contesta o trabalhador:

- O capital sem o meu esforço é impotente para produzir, do mesmo modo que o sol por si só não pode produzir a sombra. Sou, eu, eu só, que com o meu suor, com a força dos meus músculos, com o esgotamento das minhas energias, a custa do sacrifício da minha vida, santificando o calvário do trabalho com o holocausto generoso do meu sangue, de pedaços de minhas carnes, produzo todas as riquezas¹¹.

Portanto, a mensagem é a de que o capital nada pode e nada vale sem o trabalho, que, mostrado nessa passagem como sacrificial e sagrado, torna-se ainda mais importante. Assim, o fato de trabalhar designa o lugar social ocupado pelo operário que assume, dessa forma, uma posição de destaque na sociedade capitalista. Os versos a seguir, publicados em 1914, no jornal *Echo do Povo*, indicam que este entendimento permaneceu ao longo do tempo.

¹⁰ *A Luta*, Porto Alegre. 12/08/1909, p.1.

¹¹ *A Luta*, Porto Alegre 09/02/1908, p.4.

O operário representa
 O trabalho, e o capital
 Que vale nítida idéia
 Sem o elemento braçal?
 É ele que faz a riqueza,
 A maravilha, a beleza
 O encanto duma nação¹²

Entretanto, é importante salientar que a re-significação do trabalho e a valorização do trabalhador não foram apenas inspiração para prosa e verso: a luta em torno da condição de operário esteve presente na vida da cidade. É interessante examinar, nesse sentido, uma notícia publicada em 1910, n'A *Luta*, relatando acontecimentos posteriores a uma greve nas empresas de Alberto Bins¹³, que possuem alguns significados para essa análise. Relata o jornal que certos operários grevistas decidiram se retirar da cidade devido ao fato de não conseguirem emprego e estarem sofrendo humilhações. A notícia lamentava a retirada de trabalhadores “hábeis e honestos”, que ocasionaria atraso na indústria local e que os operários

[...] têm passado uma existência, colaborando no progresso da cidade; operários que aqui aportaram para alugar seus braços aos patrões e fazê-los ricos; operários que aqui nasceram e foram criados, viram-se tomados e tratados como ferozes inimigos pelo fato simplíssimo e justicíssimo (sic.) de se recusarem trabalhar numa oficina sob um regulamento vexatório!¹⁴.

Ou seja, a matéria destacava tanto o prejuízo ao progresso da cidade, causado pela retirada destes operários, quanto a justiça de suas reclamações, uma vez que

¹² *Echo do Povo*, Porto Alegre, 1914, p. 1.

¹³ Alberto Bins foi um dos mais importantes industriais porto-alegrenses do período, possuía empresas no ramo da fundição (União de Ferros, Cofres Berta) e da estalagem (Estaleiro Bins). Foi o líder do *Convênio de Industrialistas*, formado para negociar com os grevistas em 1906, tornando-se depois Presidente da *Associação Comercial de Porto Alegre*. Tornou-se Intendente Municipal, indicado pelo PRR, em 1928, mantido no cargo, como interventor, após a “Revolução de 30”. Ver: BAKOS, Margaret. *A continuidade administrativa no governo municipal de Porto Alegre: 1897-1937*. Tese de Doutorado em História, São Paulo: USP, 1986. Publicado com o título *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. Ver também: PESAVENTO, Sandra. “O imigrante na política rio-grandense”. In: DACANAL, José H. & GONZAGA, Sergius. *RS: Imigração e Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p. 156-194.

¹⁴ *A Luta*, Porto Alegre. 1º/07/1910, p. 2.

sua principal demanda era não trabalhar sob um regulamento que os humilhava. Nesse mesmo texto, questionava o articulista: “Qual é a noção que têm essas autoridades do que seja o operário?”, respondendo: “para essa gente o operário é um tipo sujo e burro que não tem direito à coisa alguma e que é obrigado a pagar tudo, desde os cordões das botinas do patrão até os charutos dos burocratas [...]”.

Esse trecho tanto demonstra que o debate em torno das definições identitárias (o que é ser operário?) estava presente na vida da cidade, quanto expressa a indignação pelo fato de que o operariado não estaria recebendo o reconhecimento merecido, situação que demandava um esforço constante em reafirmar essa importância.

Mas não bastava identificar o operariado com as forças do progresso; a essa construção identitária positiva era preciso somar tanto a demonstração do que ele não era (como veremos na próxima seção) quanto reafirmar o orgulho em o ser. As lideranças sindicais da cidade não fugiram a essa regra. Em seus textos apareciam tanto a reafirmação da condição de operários quanto o fato de sentirem-se orgulhosos dela.

Nesse sentido, é o teor de uma nota publicada, sem maiores comentários: “Com o intuito de desmanchar infundados boatos, declaramos que a redação d'*A Luta* é exclusivamente composta de operários”¹⁵.

Sabendo-se que esse jornal era um dos suportes da disputa ideológica entre socialistas e anarquistas pela direção do movimento sindical¹⁶, notificar a real condição de operários de seus dirigentes era um argumento poderoso, pois caso essa dúvida se colocasse poderia ameaçar a legitimidade desse corpo editorial diante dos operários sendo, portanto, muito importante reafirmar, sempre que fosse o caso, essa identidade.

¹⁵ *A Luta*, Porto Alegre. 20/06/1908, p.2

¹⁶ Uma discussão a respeito dessas disputas é feita em BILHÃO, *Rivalidades...*, p. 77-109. Ver também: PETERSEN. *Que a União...*, p. 210-215, 227-260.

Da mesma forma, Francisco Xavier da Costa¹⁷, importante liderança socialista da cidade, nas páginas d'*A Democracia*, escreveu que muito cedo se descobriu “filho de pai operário e de mãe pobre como ele”, e que isso o tornou “nobrememente orgulhoso”, destacando ser

[...] simples trabalhador que convencido de que se cabem deveres ao proletário cabem-lhe, igualmente, direitos relativos a eles e tais direitos são sonogados – [e que] luta por todos os meios do seu alcance, com a pena e com a palavra, na imprensa e na tribuna contra a iníqua usurpação do poderoso capitalismo e contra as legiões de outros exploradores que engordam a custa do sacrossanto suor dos pobres que de fato trabalham¹⁸.

Aqui se pode perceber tanto a afirmação do orgulho do trabalho quanto, novamente, o indicativo de uma oposição, uma vez que esse trabalho, ao ser usurpado, gerava a riqueza de outros.

Entretanto, o tema do orgulho não apenas de ser, mas de pertencer a uma família de operários, não aparece somente na escrita de Xavier da Costa; ele foi recorrente ao longo dos anos cobertos por esse estudo. Assim, em 1914, cantava o *Echo do Povo*

Levanta-te bem cedinho
Do seu mísero agasalho,
Seguindo a estrada da vida
Com honradez e trabalho.
E assim, com fina nobreza
Ele vive na pobreza

¹⁷ Francisco Xavier da Costa, litógrafo de profissão, nasceu em um ano incerto da década de 1870. Com a morte do pai, aos 11 anos, passou a trabalhar nas oficinas gráficas de Emílio Wiedmann, iniciou sua formação socialista. A partir de 1898 começou a escrever no jornal *Gazetinha*, e participou dos preparativos do *I Congresso Operário Rio-Grandense*, onde representou a *Liga Operária Internacional*. Em 1906, foi uma das mais destacadas lideranças da greve geral, participando não apenas da liderança do movimento como também das negociações com os empresários para e da fundação da FORGS, entidade da qual se tornou uma das principais lideranças até o ano de 1911. Trabalhou como redator em dois importantes jornais socialistas da cidade: n'*A Democracia*, em sua etapa de 1906 a 1908, e n'*O Avante*, que circulou no ano de 1908. Trabalhou também em jornais comerciais como o *Echo do Povo*. Durante o período de 1905 a 1911 manteve influência em grande parte das instituições operárias porto-alegrenses, delas participando como presidente ou como membro honorário. A partir de 1912 passou a fazer parte do *Partido Republicano Rio-Grandense* – PRR, sendo indicado Conselheiro Municipal. Ver: SCHMIDT. *O Patriarca...*

¹⁸ *A Democracia*. Porto Alegre. 20/08/1905, p. 1-2.

E na pobreza com brilhos,
 Se ele pertence aos pobres
 É mais nobre do que os nobres
 E nobres são os seus filhos,

.....
 Seus frutos são coroados
 Como os dos antepassados
 Pela nova geração;
 Quem trabalha goza a vida
 E o trabalho é a flor querida
 Do jardim do coração¹⁹.

Penso que nesse ponto é necessário cessar a multiplicação dos exemplos empíricos, e analisar um pouco mais detidamente o significado dessas proposições, observando sua inserção no contexto de transformação do valor do trabalho na história do pensamento ocidental. Evidentemente não pretendo esgotar tão gigantesca discussão e, dentro dos objetivos dessa tese, proponho-me apenas a caracterizar sumariamente as mudanças no estatuto do trabalho e daquele que trabalha a partir de uma leitura das reflexões de Hannah Arendt²⁰.

O primeiro cuidado dessa autora é diferenciar os conceitos “labor” e “trabalho”, muito embora, no decorrer de sua análise, demonstre que a transformação histórica desses conceitos tenderá a aproximá-los novamente chegando mesmo, a partir do advento da modernidade, a confundi-los. Originalmente, o significado do “labor” seria o das atividades diárias que correspondem à necessidade biológica do “manter-se vivo”, de cada ser humano, repetidas diária e infindavelmente num processo contínuo de prover a subsistência, sendo o produto do labor destinado ao consumo imediato. Já o “trabalho” seria a atividade correspondente à criação artificial, aquela que subjuga a natureza e produz “um mundo artificial de coisas”. O produto do trabalho seria, portanto, aquele destinado a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais²¹.

Assim, todas as palavras européias para labor – “o grego *ponos*, o francês *travail*, o alemão *arbeit* – significavam “dor e esforço” ligado à “fadigas e penas” quase

¹⁹ *Echo do Povo*. Porto Alegre, n.º 98, 1914, p. 1.

²⁰ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 10^a ed., 2001.

²¹ ARENDT. *A condição...*, p.15.

insuportáveis e, conseqüentemente, à deformação do corpo humano, de sorte que “somente a extrema miséria” poderia obrigar alguém a laborar²². Por seu turno, o emprego da palavra trabalho tinha uma conotação de “feito heróico que exige grande força e coragem e é realizado com espírito de luta”²³.

Segundo Arendt,

A súbita e espetacular promoção do labor, da mais humilde e desprezível posição à mais alta categoria, como a mais estimada de todas as atividades humanas, começou quando Locke descobriu que o “labour” é a fonte de toda a propriedade; prosseguiu quando Adam Smith afirmou que esse mesmo “labour” era fonte de toda riqueza; e atingiu o clímax no “system of labor” de Marx, no qual o labor passou a ser a origem de toda a produtividade e a expressão da própria humanidade do homem²⁴.

A Revolução Industrial seria, para Arendt, o momento em que o valor do trabalho artesanal – aquele realizado pelo “homo faber”, passou a ser confundido e, ao mesmo tempo, substituído pelo resultado do labor – produto do trabalho dos operários – resultante da produção em massa e da divisão da produção, que permitiu, em última análise, a própria substituição do artífice pelo operário e, conseqüentemente, levou este último a uma valorização social até então inédita²⁵.

Nesse sentido, parece ser correta a idéia de que, no período aqui analisado, um processo semelhante iniciava-se entre os trabalhadores de Porto Alegre: eles começavam a sair da “idade da ferramenta” rumo à “idade da máquina”²⁶, o que

²² ARENDT. *A condição...*, p. 58.

²³ ARENDT. *A condição...*, p. 112. Segundo LEFRANC, Georges. *História do trabalho e dos trabalhadores*. Odivelas/ Portugal: Europress, 1988, p.8-9, a separação do trabalho-castigo (labor) do trabalho-criação (opus) é obra de alguns “doutores da Igreja” que irão opor o trabalho, enquanto “atividade natural” à “punição do trabalho, consequência do pecado”. Destaca ainda esse autor que, no latim, a palavra *tripalium* designava um “aparelho de três pés que servia para ferrar ou domar cavalos rebeldes”. Essa significação foi generalizada como tortura, passando – apenas a partir do século XVI – a tomar a acepção que hoje lhe atribuímos.

²⁴ ARENDT. *A condição...*, p. 113.

²⁵ ARENDT. *A condição...*, p. 137.

²⁶ LEFRANC. *História do trabalho...*, p.8. Segundo a definição proposta por esse autor “A ferramenta é um instrumento de trabalho de que o homem se serve para prolongar, precisar, ou melhor, orientar seu esforço físico. A palavra foi empregada já nesse sentido no século XII, no livro dos Ofícios de Etienne Boileau. Durante muito

significa dizer que um crescente número deles estava deixando de ser artesão para tornar-se operário e, em decorrência disso, o antigo orgulho do ofício começava a ceder lugar a uma nova conduta: a de pensar-se coletivamente, postulando progressivamente não mais a valorização da técnica e do saber individuais, mas seu pertencimento ao operariado. Essa, portanto, seria uma nova identidade coletiva.

Corroborando essa idéia, o estudo de Joan Bak sobre a primeira greve geral da cidade – ocorrida em outubro de 1906, chegando a contar com a adesão de 2.000 operários e estendendo-se por aproximadamente 21 dias – demonstra que um dos traços importantes daquele contexto era justamente o fato de que o número de artífices especializados e de oficinas artesanais estava diminuindo consideravelmente, dando lugar às fábricas e ao trabalho operário. Naquele momento, o número de fábricas com mais de duzentos operários ainda não chegava a uma dezena²⁷, mas já havia um crescente número de pequenas fábricas – especialmente nas atividades de metalurgia, vestuário, móveis e alimentos – que comportavam entre cinquenta e cem operários. Esses estabelecimentos se tornaram, segundo Bak, “o primeiro campo de batalha dos conflitos por mudanças nas relações sociais de produção”²⁸.

Entretanto, o processo que gerou essa nova identificação não estava livre de contradições e penso que uma das mais importantes para essa análise foi, durante longo tempo, a dificuldade de convivência e identificação dos antigos artífices especializados com os novos operários não qualificados. Esse fato pode ser explicado tanto pela persistência do “orgulho do ofício” que levava os artesãos a se identificarem muito mais com o seu grupo de trabalho – marceneiros, pedreiros, tipógrafos, etc. – do que com os operários, quanto pelas esperanças, ainda realizáveis, que muitos

tempo, a ferramenta esteve ligada aos artífices [...]. A máquina [por sua vez] tanto comunica como amplia o movimento, permitindo sempre a economia da força humana” e estará ligada, portanto, ao trabalho operário.

²⁷ A título de exemplo: A fábrica de calçados Companhia Progresso Industrial, empregava 250 operários; a fábrica de meias da Companhia Fabril, 320 e a Tecelagem Fiateci, 400. Ver: Rio Grande do Sul. “Repartição de Estatística”. *Relatório de 1913*. Porto Alegre: A Federação. 1914, p. 24.

²⁸ BAK, “Classe, etnicidade...”, p. 186.

artesãos nutriam de virem a se tornar donos de suas próprias oficinas e, portanto, patrões²⁹. Somadas a essas dificuldades, podemos acrescentar as que decorriam da presença de outras relações identitárias, como as étnicas e de gênero – tratadas no próximo capítulo – que contribuiriam para complexificar ainda mais esse processo.

Estou falando de um momento de transformações nos significados da honorabilidade de pensar-se como artífice ou operário. Assim, ao mesmo tempo em que se pode encontrar um caso como o de André Arjonas, escultor da marmoraria do “mestre” Aloys Friederichs que, aproximando-se do ideário anarquista, preferia não assinar suas obras – por considerar-se operário e não artista³⁰ – pode-se também encontrar outros exemplos cuja tônica era justamente a do orgulho do ofício. Nesse caso, nem mesmo destacadas lideranças operárias ficaram imunes a ele, como expressa um texto de Xavier da Costa, intitulado “O Tipógrafo e o chefe – A sua psicologia”. Nele, o socialista explicava que, “o tipógrafo tem sobre o jornalista uma certa superioridade”, mais do que isso, “o jornalista é a sua vítima”, pois “os pensamentos deste, suas idéias, tudo cai debaixo do seu domínio, é comentado, manuseado, e não poucas vezes se permite emendar-lhe a tira”.

Além disso, esse seria um ofício enobrecedor, pois faria com que “o pensamento se perpetuasse no jornal, no livro, que mais tarde serviria de nobre ensinamento e de excelso exemplo às gerações futuras [...]”, para arrematar com a seguinte definição: “O jornalista é o pai. O tipógrafo é o anjo tutelar. O tipógrafo, pois,

²⁹ Ainda era, de fato, possível para alguns deles ascenderem na escala social como mostram o texto de BAK, *Classe, etnicidade e gênero...* e o estudo histórico-biográfico de SILVA, Haïke Roselane Kleber da. *Uma liderança étnica: J. Aloys Friederichs (1868-1950)*. Porto Alegre: PPG-História/UFRGS, 2005, (tese de doutorado), sobre a vida do artesão de origem germânica que, chegando a Porto Alegre para trabalhar como aprendiz nas oficinas de seu irmão, acabou se tornando um importante empresário do ramo da marmoraria, sendo em sua oficina iniciada, em 1906, a “greve de 21 dias”.

³⁰ Suas esculturas encontram-se no cemitério da Santa Casa de Misericórdia e foram identificadas com a ajuda do filho do escultor, Mário Arjonas, quando estas foram estudadas por uma equipe de pesquisadores da PUCRS, coordenados pelo Prof. Harri Bellomo.

põe o seu contingente na obra magna da civilização”³¹.

Esse texto chama atenção não apenas pelo fato, já assinalado, de demonstrar as características de um discurso de orgulho e defesa de ofício, mas também por ter sido escrito por Xavier da Costa, o que não deixa de encerrar uma contradição, uma vez que ele, como líder socialista, manteve uma conduta de reprovação aos segregacionismos no meio operário e bateu-se, não raras vezes, por uma postura unificadora das diversas categorias profissionais.

De outra parte, o líder anarquista e tipógrafo, Polydoro dos Santos³², apresentava uma versão bem menos heróica para o dia-a-dia do trabalho nas tipografias porto-alegrenses. Segundo ele, “diariamente ocorrem verdadeiras iniquidades nas oficinas tipográficas”. As reclamações de Polydoro dirigiam-se às condições de trabalho exaustivas “em oficinas cujas condições higiênicas deixam muito a desejar”, aos baixos salários e, principalmente, “às mortificações morais a que se vêem obrigados a sujeitar os tipógrafos para não perder o sempre duvidoso pão cotidiano”. Por tudo isso, concluía que “a classe chegou a um estado de desmoralização deplorável!”, situação que seria resultante da “falta de compreensão do que deve ser a solidariedade operária e por não quererem compreender os

³¹ *A Democracia*, Porto Alegre, 13/8/1905, p. 3

³² Polydoro dos Santos iniciou suas atividades sindicais em 1906, na *União Operária Internacional*, período em que participou do grupo editorial d’*A Luta*. Em 1910 iniciou sua militância na *FORGS* e, em 1911, tornou-se secretário geral da entidade. Em 1912 ajudou a editar o jornal *A Voz do Trabalhador*. Inspirado na pedagogia de Francisco Ferrer, fundou, em 1906, juntamente com um grupo de apoiadores, a *Escola Eliseu Reclús* e, em 1918, a *Escola Moderna*, que chegou “a ter cerca de 400 alunos de ambos os sexos”. Encabeçou também a fundação, em 1923, da Sociedade Pró-Ensino Racionalista. Após o término da greve de 1917, deixou de atuar diretamente nos meios sindicais, mas continuou escrevendo para jornais anarquistas, foi colaborador assíduo d’*O Sindicalista*, dirigido por Friedrich Kniestedt, e também um dos diretores da *Revista Liberal* que circulou a partir de 1920, onde escreveu com o pseudônimo de Mário d’Albor. Foi presidente da *Sociedade Pró-Ensino Racionalista* até falecer, em 1924, aos 43 anos, deixando viúva e três filhos. Informações retiradas de seu necrológio, publicado n’*O Sindicalista*. Porto Alegre, ano 6, n 3, nov. de 1924. Apud: PETERSEN. *Que a União Operária...*p. 241-243. Ver também: MARÇAL, João Batista. *Os anarquistas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, EU/Porto Alegre, 1995, p. 157-162 e GERTZ, René. *Memórias de um imigrante anarquista – Friedrich Kniestedt*. Porto Alegre: EST Editora, 1989, p. 124 e 125.

tipógrafos que precisam, como os demais operários, lutar constantemente contra a absorção patronal”³³.

Esse exemplo é importante não apenas porque se confronta à idéia de orgulho do ofício – ilustrando, portanto, uma das muitas polêmicas a envolver os líderes anarquistas e socialistas porto-alegrenses – mas também porque permite entrever, em nível local, uma contradição que perpassava o significado e o valor do trabalho pelo menos desde o século XIX, qual seja: se, por um lado, este atingia uma valorização sem precedentes, fazendo com que pensadores como Marx chegassem a afirmar que “o trabalho faz o homem”³⁴ ou como Proudhon, que o “homem manifesta a sua coragem mais pelo trabalho do que pela guerra”³⁵, por outro lado, vivendo o contato com a realidade operária, as lideranças conheciam as “desgraças reais” das condições de trabalho nas fábricas e oficinas e passavam, em conseqüência, a perceber que a excessiva jornada, a falta de higiene, os maus-tratos e os baixos salários violavam a dignidade operária.

Assim, importantes lutas precisavam ser travadas para que o trabalho e o operário pudessem encontrar em seu cotidiano a valorização merecida. Importante, nesse sentido, era a idéia de que o excesso de trabalho aproximava-os da opressão escravista, exaurindo suas forças e impedindo sua dedicação a outras atividades como o estudo, o lazer e os hábitos saudáveis. Dessa forma, parece não ser exagerado dizer que uma das mais importantes campanhas das lideranças operárias do mundo capitalista, na virada do século XIX para o XX, foi em prol da redução da jornada de trabalho para oito horas diárias. Essa luta, da qual falarei mais detidamente no Terceiro Capítulo, também se fez sentir em Porto Alegre, não apenas como a

³³ A *Luta*, Porto Alegre, 20/06/1908, p.2. Alguns outros exemplos dessa discussão podem ser encontrados ainda nos seguintes textos: “ONTEM E HOJE - OS CHAPELEIROS”. A *Democracia*, 21/07/1907, p. 02. e “A VITÓRIA OPERÁRIA”. A *Luta*, Porto Alegre, 18/02/1911, p.2.

³⁴ MARX, Karl. *Introducción a la critica de la economia política*. México: Editorial Cartago, 1983, p. 7.

³⁵ PROUDHON, Pierre. *Da justiça na revolução e na Igreja*. Paris: 1858. Apud. LEFRANC, *História do Trabalho...*, p. 10.

principal reivindicação das greves ocorridas durante a Primeira República³⁶, mas ainda por estar presente, como uma promessa constante, nos escritos tanto das lideranças socialistas quanto das anarquistas.

Um exemplo disso encontra-se no texto traduzido e publicado em 1905 n'A *Democracia*. Nele, uma série de passagens retiradas do livro do socialista belga Luiz (ou Louis) Bertrand³⁷, procurava esclarecer aos leitores de Porto Alegre o que queriam e o que não queriam os socialistas. No que diz respeito à jornada de trabalho, Bertrand defendia a idéia de que, no futuro socialista todos, “após receberem uma instrução completa, deverão prestar à sociedade uma jornada diária de trabalho de 5 a 6 horas”³⁸.

Também para os anarquistas d'A *Luta*, após a transformação da sociedade, o trabalho teria seu estatuto modificado, deixando “de ser uma pena com é hoje na maioria dos casos, [para tornar-se] amanhã uma ocupação agradável, como exercício higiênico”.

Um das explicações para essa modificação seria a transformação das condições nas quais o trabalho era realizado. Para isso, o texto contrapunha à realidade do “operário [que] trabalha 10 a 12 horas por dia, e até mais, e ainda por cima pelo patrão maltratado e muito mal pago”, à promessa futura de “uma organização melhor em proveito de todos, [na qual] trabalhar-se-á menos horas e produzir-se-á mais”³⁹.

N'A *Luta* multiplicam-se os textos com esse caráter, como o assinado pelo

³⁶ Ver: PETERSEN, Sílvia. “As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919). In: DACANAL, José Hildebrando, GONZAGA, Sérgio (orgs.). *RS: Economia e Política*. Porto Alegre; Mercado Aberto, 1979, p. 277-327.

³⁷ Louis Philippe Bertrand era marmorista e jornalista, um dos fundadores do Parti Ouvrier Belge (POB), elegeu-se, em 1900, deputado por Bruxelas, cargo que exerceu até 1926. Escreveu inúmeras obras de teoria socialista e sobre a situação do operariado belga. Cf. NEUVILLE, Jean (dir.). *Dictionnaire biographique des militants du mouvement ouvrier en Belgique*. Bruxelas, Édition Vie Ouvrière, 1995. Tomo 1, p. 115-120. Apud SCHMIDT. *O Patriarca e o Tribuna...*p. 381.

³⁸ *A Democracia*, Porto Alegre, 1º/10/1905, p 2.

³⁹ *A Luta*, 08/03/1908, Porto Alegre, p.1-2.

anarquista português José Bacellar que, além de associar o anarquismo à paz e a ordem, propunha a imagem do futuro como uma espécie de redenção humana, próxima ao paraíso na terra, onde “duas ou três horas de trabalho por dia bastariam para satisfazer por completo as necessidades de todos. Depois as máquinas, à disposição dos grupos, substituíram o homem na maior parte da produção. E o tempo restante seria livremente consagrado às artes e o prazer”⁴⁰.

Note-se que esses textos foram publicados em um momento em que os operários porto-alegrenses enfrentavam uma jornada de dez a doze horas diárias, sendo constantes na imprensa, as queixas em relação às condições de trabalho e aos maus tratos, acidentes, humilhações e multas de que os operários eram vítimas no interior das oficinas e fábricas.

Nesse contexto, parece possível pensar que uma das mais importantes lutas dos operários era a de transformar o estigma de se encontrarem muito próximos da escravidão e de toda a “maldição” que o trabalho, visto por esse ângulo, podia representar, tornando-o, a partir de novos significados, não apenas motivo de orgulho mas também o principal elo de sua identidade coletiva.

Essa dignificação do trabalho, como atividade enobrecedora é recorrente nos textos operários. Cito a seguir um dos exemplos mais contundentes, publicado no jornal socialista *Avante*, em 1908, o “Credo Operário”:

Creio no trabalho honesto, todo poderoso, criador de todo bem sobre a terra, e no progresso um só seu filho, que não tem senhor o qual é concebido do santo espírito do Direito e nasce da virgem justiça. Creio que Trabalho e Progresso, Direito e Justiça, padecem sob o poder do governo burguês, são torturados sempre e espoliados [...]. Creio que há de surgir o dia da reivindicação, em que o trabalhador subirá à posição que lhe compete⁴¹.

Contudo, essa transformação que levaria ao merecido reconhecimento do operário, estava diretamente ligada à necessidade de uma conduta objetiva que demandava, entre outras coisas, a união de esforços. Ilustrativa, nesse sentido, é a

⁴⁰ *A Luta*, 20/06/1908, Porto Alegre, p 3.

⁴¹ *Avante*, Porto Alegre, 17/7/1908, p. 1.

frase em destaque no manifesto do *Partido Operário*⁴² – fundado em Porto Alegre em 1890 – aos trabalhadores do Rio Grande do Sul,

Operários! refleti nesta indiscutível verdade: UNIDOS RESOLUTOS SEREMOS INVENCÍVEIS PORQUE, ALÉM DE SERMOS OS PRODUTORES, SOMOS A MAIORIA! TENHAMOS CONSCIÊNCIA DE NOSSA FORÇA, TANTO QUANTO TEMOS CONSCIÊNCIA DE QUE ABUSAM DE NOSSA HUMILDE POSIÇÃO!⁴³.

Entretanto, essa idéia não podia ficar restrita ao âmbito partidário ou sindical: a dignidade operária devia ser defendida também no local de trabalho. Um texto publicado n'A *Democracia*, em 1906, demonstrava essa preocupação. Relatava o jornal que quase todos os operários das oficinas gráficas dos Srs. E. Wiedemann & Filhos deram uma “magnífica prova de dignidade” ao se solidarizarem com um colega, que tendo sido ofendido por um sócio da firma, acabou pedindo demissão. A solidariedade dos colegas levou o ofensor a pedir desculpas e, em decorrência disso, exaltava o jornal:

Muito bem, companheiros do estabelecimento gráfico E. Wiedemann & Filhos!

Se todas as vezes em que se tornasse preciso, os trabalhadores repelissem, assim, as brutalidades, os ultrajes feitos por patrões sem educação, muitos destes já teriam ‘engolido’ as ofensas cuja prática lhes é habitual e com as ofensas algo mais...

E seria isto um meio muito bom para que certos burgueses aprendessem que não somos seus escravos⁴⁴.

Agrega-se, nesse momento, a demanda pelo direito de ser tratado com dignidade e não ser confundido com escravo. Portanto, possuir consciência da própria força significa, em tal discurso, tanto se apropriar do estigma, dando-lhe novo significado – transformando a imagem dos operários de explorados, humilhados,

⁴² O *Partido Operário* tratava-se provavelmente de uma ramificação dos partidos socialistas que, por influência da *Segunda Internacional Socialista*, brotavam no centro do país. Constavam de seu programa reivindicações como: sufrágio universal, liberdade de imprensa, emancipação da mulher, imposto exclusivamente sobre a renda [PETERSEN, Silvia. *Que a União...*, p. 86-87]. O programa do Partido está transcrito em PETERSEN & LUCAS. *Antologia do movimento operário gaúcho (1897-1937)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS/Tchê!, 1992, p. 81-85.

⁴³ A *Democracia*, Porto Alegre, 1/5/1905, p. 2-3. Apud PETERSEN & LUCAS. *Antologia...*, p. 131. (grifo no original)

⁴⁴ A *Democracia*, Porto Alegre. 15/12/1906, p. 3.

escravizados, em produtores de riquezas e alicerces da sociedade capitalista – quanto agir de forma a reforçar a solidariedade grupal.

Uma das formas de incentivar a solidariedade era demonstrar publicamente que ela de fato ocorria. Assim, se pode ler na imprensa operária notícias como essa:

[...] foi organizado nesta capital, entre operários tipógrafos e anexos, um grupo que tem por fim evitar que seus associados, em caso de moléstia, fiquem desamparados e se vejam obrigados a recorrer à humilhante generosidade dos patrões. Tem esse grupo um número limitado de sócios e estes só quando haja um doente é que pagarão suas cotas, cujo produto é imediatamente entregue ao enfermo⁴⁵.

Essa notícia não interessa tanto pela ênfase na fundação do grupo – esses em geral tinham duração efêmera – mas, pela defesa expressa no texto de que apenas a solidariedade poderia fazer com que os operários escapassem à necessidade de contar com a “ajuda” dos empresários, situação “humilhante” que viria ferir a dignidade operária, comprometendo seu esforço de distinção em relação à burguesia.

Outro exemplo nessa direção pode ser encontrado no folheto “Operários”, de Carlos Cavaco⁴⁶. Nele, o controverso socialista pontificava: “Uma única coisa pode salvar, em breves dias, a classe dos trabalhadores - é a ‘União’. Sejam eles unidos, ligados para o mesmo fim, corajosos e honrados, e a vitória será uma realidade”. Prossequindo, Cavaco exortava o operário a não se solidarizar “ao burguês contra o seu irmão de lutas, contra o seu companheiro de sorte” pois, “dessa ligação, ele o trabalhador, será mais tarde o prejudicado. É a bilha de barro da fábula, fragmentando-se por se haver ligado na corrente à bilha de ferro”. E concluindo em

⁴⁵ *A Luta*, Porto Alegre, 01/06/1909, p. 2.

⁴⁶ (Custódio) Carlos Araújo Cavaco nasceu em Santana do Livramento, no ano de 1878. Muito cedo ficou órfão de pai e aos 15 anos incorporou-se às colunas maragatas no decorrer da Revolução Federalista (1893-1895). No ano de 1904, mudou-se para Porto Alegre e dedicando-se à poesia e à oratória, participou das rodas literárias e artísticas da cidade e escreveu para jornais. Mais tarde, já casado com Rosita Lupe, tentou a sorte de poeta e escritor principiante também no Rio de Janeiro, ao que tudo indica não sendo muito bem sucedido, regressou a Porto Alegre onde, ao mesmo tempo em que escrevia para o *Correio do Povo* e secretariava o *Petit Journal*, também participava como inflamado orador nos *meetings* operários de outubro de 1906. Ver: SCHMIDT. *O Patriarca...*

tom profético: “8 horas de trabalho!... aumento de salário... que belo ideal tão fácil!... Primeiro a união; depois o triunfo”⁴⁷.

Um último exemplo que apresentarei, nessa linha, pode ser observado em uma estrofe do já citado *Canto dos Operários*:

Tudo, tudo produzimos;
Mas dispersos, nada temos!
Separados, sucumbimos;
só unidos venceremos!⁴⁸

Essa ênfase na união como forma de reforçar a vitória da dignidade operária pode remeter-nos novamente às questões discutidas durante o *I Congresso Operário Rio-Grandense*, em 1898. Naquele momento, perguntavam-se os congressistas: o que é o operário, qual é sua posição no Rio Grande do Sul, o que lhe cumpre fazer como classe produtora? Qual deve ser o modo de agir do proletariado no Estado? Estas questões, colocadas ainda no final do século XIX, demonstram tanto a necessidade de pensar o reconhecimento como um dos componentes principais da identidade coletiva⁴⁹, quanto compreender o caráter operativo da identidade, uma vez que são os fatores objetivos (costumes, atitudes, comportamentos cotidianos), que permitem esse reconhecimento, fazendo com que ocorra a identificação do operário com seu grupo.

Portanto, para concluir essa seção, cabe destacar que é em torno da valorização do trabalho que se pode encontrar um dos mais fortes referenciais de construção da identidade operária, pois é a condição de trabalhador que dá significado a esse contingente que encontra suas condições de subsistência na venda de sua força de trabalho. Além disso, como estou tratando de uma sociedade que “nega qualquer legitimidade às classes subalternas”⁵⁰, a re-significação valorativa do trabalho e do operariado tende a tornar-se também “um fator de forte legitimação social” ajudando a delimitar as fronteiras destes tanto em relação aos “exploradores

⁴⁷ *A Democracia*, Porto Alegre, 26/05/1907, p. 03.

⁴⁸ *A Luta*, Porto Alegre. 1º/05/1910, p.1.

⁴⁹ BOURDIEU. *O poder...*, p. 117.

⁵⁰ BATALHA. “Identidade...” p. 120.

capitalistas”, quanto em relação às classes perigosas.

Na próxima seção analisarei a construção da identidade operária a partir desse princípio de oposição, levando em conta que a contraposição aos “outros”, ao mesmo tempo em que designa quem é o operário, serve para definir os territórios que marcam seu *lugar no mundo social*, conferindo importância à sua existência e legitimando suas ações de resistência à exploração.

1.2 Entre “exploradores capitalistas” e “classes perigosas”: demarcando as diferenças perante os “outros”

O objetivo dessa seção é analisar a alteridade na construção da identidade operária, observando, para isso, as experiências de diferenciação em relação a outros grupos sociais, notadamente à burguesia e às “classes perigosas”.

Para dar início a essa análise transcrevo trechos de um poema de Lobo da Costa, intitulado *O rei e o operário*, publicado na *Gazetinha*, em 1896:

- O que vales junto à forja,
cingindo o sujo avental?
- E a ti, que vale a forja
do teu diadema real?
- Eu mando tropas e armadas
sustento povos na mão...
- Pois eu tempero as espadas
que fazem a revolução!
-
- És um divino espantalho...
- E tu que vales, vilão?...
- Eu forjo o anel do trabalho,
Tu forjas a escravidão!
- Eu tenho o sangue que deve
recordar-me os faraós...
- E eu o do pião em greve
decapitou teus avós⁵¹.

Nesse poema pode-se perceber a construção de características identitárias por

⁵¹ *Gazetinha*. Porto Alegre, 02/02/1896, p. 3.

oposição: de um lado os operários – aqueles que forjam a revolução e a liberdade a partir do trabalho – de outro, os poderosos, aqueles que forjam a escravidão, encarnados na figura do rei.

O esforço constante em reafirmar essa contraposição pode ser melhor entendido se levarmos em consideração que estamos tratando de um período em que se verificava a idéia dominante de que, ao existir, legalmente, oportunidades iguais para todos, os operários eram os únicos “culpados” por sua situação, por não haverem trabalhado e poupado o suficiente, por não terem sido bastante inteligentes. Esta visão ajudava a legitimar a idéia de que os ataques ao capitalismo eram irracionais do ponto de vista econômico e tinham um efeito negativo sobre o bem-estar material de todos⁵².

Essa concepção se expressa no trecho abaixo, no qual o jornal *O Independente*, de Porto Alegre, reprovava o movimento grevista de 1906. Nele, o articulista, ao referir-se aos industriais, observava que

[..] o maior número [deles] é composto de operários como vós, que por econômicos e estudiosos obtiveram a confiança do capital, quer nas construções, quer nas indústrias e para chegar a esse resultado quantas lutas! E quantos naufragaram onde esses venceram!⁵³.

Aqui se pode observar a insistência em uma dupla negação: a primeira é da oposição entre operários e industriais no interior do mundo do trabalho, uma vez que os industriais seriam operários que, graças aos seus esforços pessoais, teriam “vencido” e, a segunda, a da exploração capitalista, uma vez que, através da economia e do estudo, os operários poderiam chegar à mesma condição dos industriais.

Esse trecho expressa ainda uma outra disputa importante: a do valor do trabalho. Como vimos na primeira seção, sua constituição em emblema e transformação em arma de luta é vital para a construção de uma identidade operária. Contudo, o embate não é apenas pela re-significação do trabalho, mas também pela

⁵² THERBORN, Göran. *La ideología del poder y el poder de la ideología*. Mexico: Siglo Veinteuno, 1987, p. 51.

⁵³ *O Independente*, Porto Alegre, 14/10/1906, p. 1.

dignificação daquele que trabalha. Nesse sentido, contrapor-se ao olhar do “outro”, dos empresários e do Estado, é vital para essa dignificação.

Cabe esclarecer que, ao fazer essa constatação, não estou esquecendo de que, nesse período, existe também, por parte do Estado, da imprensa e mesmo do empresariado, uma forte concepção do trabalho como elemento moralizador e disciplinador da sociedade e, inclusive, uma exaltação permanente, nos discursos e veículos jornalísticos, do valor do trabalho como dignificador dos homens. Assim, por exemplo, o operário era repetidamente intitulado pelo Governo Estadual, através do jornal *A Federação*, como a “força ativa e permanente no seio das vastas oficinas elaboradoras dos vastos progressos industriais”⁵⁴; existindo, portanto, uma idealização do trabalho por esses setores dominantes⁵⁵.

Entretanto, esse discurso sobre o trabalho não era o mesmo que gerava os laços identitários entre os operários. A principal diferença é que a idealização do trabalho pelo Estado, imprensa e empresariado tinha como corolário um comportamento “pacífico e ordeiro” por parte do operariado, ao mesmo tempo reconhecendo-o como peça fundamental do sistema produtivo e cobrando-lhe sujeição à disciplina da fábrica e à ordem capitalista, atribuindo aos próprios operários, quando indisciplinados (bêbados, pouco inteligentes ou pouco estudiosos), a culpa por sua situação de pobreza, e defendendo, por conseguinte, a idéia de que os operários mais inteligentes e dedicados poderiam chegar a condição de proprietários, estendendo, dessa forma, ao operariado as concepções do individualismo e da concorrência,

⁵⁴ *A Federação*, Porto Alegre, 1º/5/1906, p. 1.

⁵⁵ Discussões a respeito dessa idealização foram feitas, entre outros por: KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987. CHALHOUB, Sidney. “Vadios e barões no ocaso do Império: o debate sobre a repressão da ociosidade na Câmara dos Deputados em 1888”. *Estudos Ibero-Americanos*, n. 9, v. 1/2, p. 53-67, jul./dez. 1983; *Trabalho, lar e botequim: O Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986; NEVES, Delma. “Mendigo: o trabalhador que não deu certo”. *Ciência Hoje*, v. 1, n. 4, p. 28-36, jan./fev. 1983. KARVAT, Ervian Cassiano. *A sociedade do trabalho: discursos e práticas de controle sobre a mendicância e a vadiagem em Curitiba, 1890-1930*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

inerentes ao capitalismo.

Em contraposição, o discurso das lideranças operárias percebia o trabalho como princípio fundamental na manutenção do sistema capitalista, enfatizando que a pobreza era fruto da exploração. Entretanto, essa postura devia levar ao reconhecimento do operariado enquanto sujeito coletivo, contrapondo-se à individualidade burguesa a unidade operária.

Um exemplo da primeira concepção pode ser observado no posicionamento d' *A Federação* em relação à greve geral de 1906: "Somos pelo operário, mas somos também contra as greves, recurso improfícuo, arma de dois gumes, mas que, entretanto, fere mais profundamente os que a manejam, pelas condições de desigualdade em que se encontram os lutadores". E, aos trabalhadores que estavam participando dos *meetings* do movimento, lançava um alerta:

O estômago não contemporiza. Em chegando sua hora, formula ferozmente suas reivindicações muito mais positivas que as que partem do cérebro.

E a família? E os filhos que lá estão a esperar o pão diário enquanto o chefe anda a ouvir discursos bonitos talvez, mas afastados das realidades cruas que são o fundo do quadro da existência?⁵⁶.

Portanto, desse ponto de vista, os operários que deixavam o trabalho para participar das greves falhavam duplamente: pela imprevidência e pela ingenuidade. Observando esse conjunto de significados, podemos melhor compreender a necessidade dos operários de se distinguirem de modo tão firme tanto em relação aos outros grupos sociais, quanto em relação ao discurso da classe dominante para representá-los.

Observa-se, assim, que para construir sua identidade coletiva e, por conseguinte, marcar seu "território", os operários precisavam delimitar suas fronteiras, e esta delimitação passava pela constituição da imagem dos semelhantes e diferentes, dos rivais e aliados⁵⁷. Nesse caso, uma das contraposições mais marcantes dava-se

⁵⁶ *A Federação*, Porto Alegre, 8/10/1906, p. 2.

⁵⁷ BACZKO. *Los imaginários...*p. 28.

em relação aos empresários e um dos princípios recorrentes em que ela estava assentada era a defesa da conduta honrada.

O jornal *A Luta* tratou desse tema em um texto que fazia considerações sobre o *inverno*. Nele, o articulista, utilizando-se de uma linguagem metafórica, entrelaçava condenações tanto à moral quanto à exploração burguesa, chegando à conclusão de que o inverno era um tirano pois “[...] os pobres o temem; os ricos lhe sorriem. Por sua vez o inverno sorri aos ricos e encara os pobres com turvo e duro olhar”. E, entremeando a distinção de classes à condenação moral, seguia explicando que

[...] os ricos precisam do inverno depois do verão, como precisam do sono depois da orgia, e da cocote depois da esposa. O verão brinda os ricos com a frescura de suas praias, com o perfume de seus campos; com a alegria de seus dias de ouro e com a majestade augusta de suas noites azuis.

O inverno oferece-lhes deliquíus [sic] amorosos na penumbra aromatizada e quente das alcovas nupciais; oferece-lhes excitações febris nos grandes centros e nos clubes de jogos; oferece-lhes os seus teatros, os seus cafés-concerto, os seus cassinos, os seus bordéis... Oferece-lhes mais ainda. Oferece-lhes o prazer esquisito de estarem abrigados em quanto os outros tiritam de frio, de estarem enxutos, enquanto aos outros as roupas empapadas aderem-lhes às carnes, de passear as suas carruagens pelas ruas encharcadas onde outros caminham a pé, descalços e seminus, sob um céu implacável⁵⁸.

A linguagem metafórica não esconde, contudo, a manutenção, por parte do articulista, do padrão ético-moral predominante na sociedade do período. Percebe-se, assim, que apareciam nos textos operários as mesmas condenações à vida desregrada e à frequência aos bordéis, estampadas nas reiteradas campanhas pelo “saneamento moral” da cidade⁵⁹. A diferença, nesse caso, é que se estendia aos

⁵⁸ *A Luta*, Porto Alegre. 15 /08/1908, p.3.

⁵⁹ Cláudia Mauch analisa os jornais *Gazetinha e Gazeta da Tarde*, demonstrando que, embora fossem veículos direcionados a públicos diferenciados, o primeiro denominando-se “órgão popular” e o segundo mais “aburguesado”, ambos defendiam a necessidade de um saneamento moral na cidade, associando o desregramento dos hábitos aos problemas sociais. Cláudio Pereira Elmir analisa as condenações expressas pelo jornal *O Independente* à frequência aos bordéis bem como a visão da prostituição como “doença social”. Ver, respectivamente MAUCH, Cláudia. “Saneamento moral em Porto Alegre na década de 1890”; e ELMIR, Cláudio pereira. “Imagens da prostituição na Porto Alegre: o discurso d’O Independente”. In: MAUCH, et. All. *Porto Alegre na*

“ricos” uma acusação de imoralidade que, na imprensa comercial, era atribuída especialmente aos “pobres” ou às “classes perigosas”.

Todavia, a defesa de uma conduta honrada não residia apenas na condenação aos vícios morais da burguesia. A conduta inatacável era, no período em questão, uma das principais formas de garantir o lugar social do operariado e este era chamado a manter um comportamento honrado não apenas em seu local de trabalho mas também em sua rede de sociabilidades⁶⁰.

Entretanto, o apelo à honra, ou melhor, à “palavra de honra” poderia ser usado ainda como uma importante estratégia de cobrança aos empresários à manutenção dos acordos firmados após as greves – uma vez que no período em questão não existia nenhum tipo de legislação ou fiscalização trabalhista que pudesse obrigar legalmente a esse cumprimento.

Um exemplo, nesse sentido, é fornecido por uma notícia publicada, em 1907, n’*A Democracia*, dando conta de que o “Sr. Schimidt, proprietário de uma carpintaria e marcenaria [...] e que foi um dos signatários do CONVÊNIO DOS INDUSTRIALISTAS – FIRMADO SOB PALAVRA DE HONRA – acaba de faltar ao que estabeleceu o mesmo quanto ao horário de labor dos operários em Porto Alegre”⁶¹. O periódico convocava o proprietário a manter o acordo de nove horas diárias de trabalho, firmado após a greve de 1906, ameaçando-o tanto com a publicação de novas denúncias de sua “falta de honra” quanto com a possibilidade de novas paralisações.

Entretanto, para essa análise, é importante perceber, como lembra Pitt-Reivers, que “a honra também é coletiva e pode se fixar num grupo social: família, raça, pátria, seja qual for a comunidade com a qual se identifique”. E ainda que “a honra – ou a

virada do século 19: cultura e sociedade. Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: Ed. da Universidade/UFRGS, Ed. ULBRA, Ed. UNISINOS, 1994.

⁶⁰ SILVA Jr., Adhemar Lourenço. “O herói no movimento operário”. In: OTERO, Loiva & ELMIR, Cláudio. *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998, p. 111-139, propõem uma discussão acerca da conduta honrada para o herói operário, enfatizando que essa conduta deveria ser mantida “ao longo de toda a vida” para que pudesse servir de modelo ao conjunto do operariado.

⁶¹ *A Democracia*, Porto Alegre. 10/03/1907, p.1. [grifo no original]

conduta ditada pela honra – varia de acordo com o lugar de cada um na sociedade”⁶². Dessa forma, a manutenção do comportamento honrado ajudava os operários a construir sua identidade coletiva à medida que lhes permitia se diferenciarem, contrapondo-se às condutas desonrosas tanto da burguesia quanto das “classes perigosas”.

Essa observação pode ser melhor compreendida se levarmos em consideração a questão da alteridade, pois, como observa Jean Pierre Vernant, “numa sociedade de confronto onde, para se fazer reconhecer, é preciso sobrepujar seus rivais, [nela] cada um está sob o olhar do outro, cada um existe a partir desse olhar”. Dessa forma,

[...] a identidade de um indivíduo coincide com sua avaliação social [...]. Se o valor de um homem permanece assim ligado à sua reputação, toda ofensa pública à sua dignidade, todo ato que possa ferir seu prestígio, serão sentidos pela vítima. Desonrado, aquele que não soube rebater o ultraje de seu ofensor [será] cortado das antigas solidariedades, suprimido do grupo de seus semelhantes⁶³.

Exemplos dessa observação de Vernant são abundantes nas fontes analisadas; utilizo aqui um que se refere à condenação pública que, em 1907, *A Democracia* fez à conduta do operário Adolpho Roever acusando-o de ter passado para o lado “dos interesses do patrão, graças à mamata de [tornar-se] contra-mestre”. A desonra de Roever consistia no fato de que ele, ao responder em nome da fábrica de chapéus de Oscar Teichmann, a uma demanda feita pelos operários por aumento de salário, teria declarado “não haver razão para ela, pois que os salários que esses companheiros recebem - ‘são muito bons’[...]”. Interessa-nos aqui principalmente o alerta feito pelo jornal:

Sr. Roever! Seja justiceiro, seja criterioso; não continue a auxiliar quem prejudica aqueles a cujo número já pertenceste e a cuja condição ainda podereis voltar. Recordai-vos do tempo em que fostes simples operário também. Deixai de ser inimigo dos interesses legítimos, justíssimos dos trabalhadores - se não quereis ler n’*A Democracia* coisas que, embora sabidas de muitos nossos colegas,

⁶² PITT-RIVERS, Julian. “A doença da honra”. In: GAUTHERON, Marie. *A honra: imagem de si ou dom de si – um ideal equívoco*. Porto Alegre: L&PM, 1992, p.18.

⁶³ VERNANT, Jean Pierre. “A ‘bela morte’ de Ulisses”. In: GAUTHERON. *A honra...*, p. 34.

não vos seja agradável ver publicadas⁶⁴.

Um outro exemplo, igualmente contundente, é dado pela seguinte nota, publicada no mesmo jornal, no momento em que operários porto-alegrenses estavam sendo recrutados para ir substituir os grevistas, durante a greve geral ocorrida em São Paulo, em 1907:

Pedimos aos companheiros que souberem quais são os operários desta capital que se comprometeram com Eduardo Hasslocher a ir substituir grevistas de S. Paulo, o obséquio de enviar a esta redação os nomes dos mesmos, a fim de os publicarmos na 'Democracia', como castigo à traição e aviso aos nossos companheiros paulistanos.

Pela moralidade da classe operária é preciso que os Iscariotes sejam expostos ao desprezo público⁶⁵.

Um dos principais componentes da conduta operária honrada é, nesse caso, a lealdade aos companheiros.

Entretanto, não se pode descuidar do fato de que a forma como a honra é concebida também é matizada pelas relações de gênero que se desenvolviam no interior do mundo do trabalho naquele momento. Dessa forma, é interessante perceber que dos homens era cobrada prioritariamente uma conduta que manifestasse, como nos exemplos acima, sua fidelidade pública aos companheiros e às demandas e reivindicações operárias enquanto que, para as mulheres, a conduta honrada estava muito ligada à moral sexual, associando-se assim a honra ao reconhecimento público de seu recato.

No próximo capítulo tratarei mais detidamente das interfaces entre as identidades de gênero e operária e sobre o papel das mulheres no mundo do trabalho porto-alegrense nesse período. Por ora, trago apenas alguns exemplos de como se diferenciavam os padrões de honorabilidade em relação ao gênero. Nesse sentido, é ilustrativa a preocupação da *Sociedade Beneficente Feliz Esperança*, uma entidade

⁶⁴ *A Democracia*, Porto Alegre. 21/07/1907, p. 4.

⁶⁵ *A Democracia*, Porto Alegre. 07/07/1907, p. 01.

mutualista operária da cidade de Pelotas⁶⁶, que admitia como sócias operárias que fossem “senhoras de reconhecida moralidade e de procedimento irrepreensível” embora não lhes desse o direito de votar em assembleias ou de serem votadas para cargos diretivos. Uma outra mutual, também de Pelotas, a *Associação Beneficente das Classes Laboriosas Pelotenses*, previa em seus estatutos, em caso de falecimento do associado, o pagamento de uma espécie de pensão para a viúva enquanto ela vivesse “honestamente”⁶⁷.

Em Porto Alegre, neste mesmo período, um cronista da *Gazetinha* lamentava que a vida urbana corrompesse os hábitos femininos, denunciando a enorme diferença entre a “mulher porto-alegrense e a gaúcha livre dos campos, onde ainda não penetraram os sorrisos fingidos e a vaidade que caracterizam a moça da capital”⁶⁸.

Contudo, apesar de muito importantes, a reafirmação da conduta honrada e a denúncia da falta de honradez não eram os únicos fatores de diferenciação em relação aos “outros”; em uma construção identitária baseada na delimitação de “territórios” existem outros modos de distinção igualmente eficazes.

Um deles consistia em demonstrar a distância que separava o modo de viver de um operário daquele das “classes abastadas”. Inúmeros são os exemplos nesse sentido, deles selecionei uma notícia publicada n’*A Luta*, por dois motivos: primeiro, pela ênfase na demonstração do abismo que separava os hábitos e vivências dos operários em relação aos capitalistas, preocupando-se em mostrar que essa distância era sustentada pela exploração e, segundo, por que esse texto procurava esclarecer aos leitores que tal fenômeno pertencia à órbita internacional do capitalismo.

Com o sugestivo título “Os reis do dinheiro”, informava o artigo que o norte-

⁶⁶ Essa cidade do Sul do Rio Grande do Sul possuía, já no século XIX, um importante núcleo urbano com significativa presença de operários organizados em associações mutualistas e em entidades sindicais. A esse respeito ver: LONER, Beatriz. *Construção de classe...*

⁶⁷ *Estatutos da Sociedade Beneficente Feliz Esperança*, p. 4. e *Estatutos de União das Classes Laboriosas Pelotenses*, p. 7-9. Apud PETERSEN. *Que a União...* p. 42 e 44.

⁶⁸ *Gazetinha*, Porto Alegre, 3/3/1899, p.2.

americano “[...] rei do aço, Charles M. Schwab, deu à sua irmã que se vai casar, um dote de \$ 4.000.000, além de valiosíssimos presentes de jóias” e que um “jornal burguês” informou que “recentemente, Miss Pierpont Morgan se casou com o Sr. Sartterlee, e o pai lhe deu títulos no valor de um milhão de dólares, uma casa com proporções de palácio nas margens do Hudson, uma tiara, um colar e um broche de brilhante de um preço fabuloso”. O artigo informava ainda que outra filha desse mesmo milionário, “Miss Laura Mc Lanchlin, recebeu um milhão de dólares em presentes, entre os quais um serviço de jantar de ouro maciço e um colar de brilhantes cujas pedras eram de 9^{1/2} quilates cada uma”. Encerrando, dizia o texto:

Compensando tudo isso, porém, há nos Estados Unidos uma terrível crise de trabalho, reduzindo o operariado à miséria e obrigando um grande número de famílias proletárias a emigrar para a Europa, na esperança de encontrar quem lhes alugue os braços em troca do pão cotidiano.
Isto chama-se ordem⁶⁹.

Mesmo que a burguesia porto-alegrense não tivesse condições de reproduzir tamanho fausto e opulência, o artigo cumpria a função de denunciar, pela via do exemplo externo, tanto o distanciamento entre as duas classes, quanto o fato de que a riqueza de uma era gerada pela miséria da outra. A oposição é, vale lembrar, uma forma eficaz de construção de identidade. Entretanto, era importante que essa oposição também fosse demonstrada por exemplos mais próximos do operariado local. Uma das mais contundentes formas de fazer essa demonstração ocorria através da denúncia dos acidentes de trabalho, que apareciam seguidamente em jornais operários e comerciais da cidade. O texto seguinte apresenta diversas situações que exemplificam o que venho tentando demonstrar nesse capítulo.

Sob o título “Vítimas do trabalho”, *A Luta* noticiou o desabamento dos andaimes de um palacete que estava sendo construído na Praça Júlio de Castilho e que “na queda ficaram sob os escombros os trabalhadores Antônio Laisseir, Adolfo Margenteis, João Pastro e Antonio Paganini, que saíram horrivelmente feridos”. A

⁶⁹ *A Luta*, Porto Alegre. 06/01/1908, p.1.

explicação da causa do acidente era a seguinte: “Os Srs. empreiteiros, com o fim de ganhar tempo e economizar materiais fazem andaimes ligeiros e de tábuas ordinárias e podres, de forma a ocasionar desastres como estes; e ninguém lhes toma conta por isso”. E, explicitando as diferenças, ressaltava que: “o burguês, empreiteiro, apenas com uma explicaçãozinha, dada aos jornais de que não tinha culpa do desastre, que foi devido a um sarrafo ‘reverso’, ficou livre de outros incômodos”. Mas, ao contrário, “um operário que teve ‘desaforo’ de dizer que o andaime estava mal feito, foi esbofeteado pelo patrão, que explicando o caso a sua vontade, deixou ainda o trabalhador passando como ruim”.

Se, nessa parte do texto, as distinções de conduta e tratamento já aparecem, sua seqüência aponta para a possibilidade de generalização dessa oposição de interesses:

E assim as classes burguesas, com um desprezo soberano pela vida dos pobres, que constroem os seus palacetes enquanto se albergam em tristes casinholas, aliam-se e mutuamente protegem-se quando se trata de explorar o trabalhador e este, que tudo produz e tudo paga, vê-se no isolamento mais completo ante as instituições que, mentirosamente, dizem curar dos interesses populares quando não é mais senão exclusivamente o interesse duma classe que defendem. Quando quererá o operariado compreender isso?⁷⁰.

Esse texto apresenta algumas das reclamações recorrentes nos meios operários de Porto Alegre, fazendo menções aos maus tratos, à exploração e distinção, por parte do poder público, na forma de tratamento a ambas as classes. Logicamente essas reclamações não eram novidade, entretanto, o que interessa nessa notícia, é que ela ensejava mais do que a simples denúncia do já sabido: indo além, procurava demonstrar as relações desse caso específico (o desabamento de um andaime) com a exploração capitalista, e a localização dos Srs. empreiteiros entre as “classes burguesas”, reforçando, através das denúncias, a distinção dos interesses operários em relação aos burgueses e, ao mesmo tempo, a necessidade de união dos operários, ou seja, de reconhecimento entre iguais.

⁷⁰ *A Luta*, Porto Alegre. 08/03/1908, p.1.

No entanto, essa distinção com a burguesia não era a única, pois outros setores da sociedade – como médicos e estudantes – por vezes, também eram apresentados como “inimigos do operariado”⁷¹. No “diálogo” a seguir vê-se, por exemplo, como essa animosidade podia ser estendida aos funcionários públicos:

- Oh! amigo velho, aonde te atiras tão cedo?
- Ao trabalho. Muito serviço; somos obrigados a entrar na repartição às 10 horas.
- E saem às 3? Realmente é penoso nestes tempos de calores insuportáveis. E para ganhar o que? Uma migalha...
- 450\$000
- É a tal cousa; quanto mais se faz menos se merece...
- Bem, vamos tomar um cafezinho, a fazer horas.
- E com isso passarei os olhos no “Correio”.
- Tens acompanhado as notícias da greve?
- Tenho.
- E que me dizes destas absurdas exigências dos operários?
- Inqualificáveis. Essa gente daqui há dias não quer mais trabalhar; é só receber o “cobre” no fim da semana...
- 8 horas de trabalho. Depois quererão 7, Depois 6, onde iremos parar ?
- Daqui uns dias temos que sustentar esses vagabundos operários, que não querem trabalhar...
- Ah! Mas se eu fosse governo e com o Macielzinho, ali da “Gazeta”, feito chefe de policia, acabava com isso num instante, a ferro e fogo...
- A ferro e fogo !
- Bem! São 11 horas e preciso ir trabalhar...
- Até às 3!
- Até logo⁷².

⁷¹ O jornal *Gazetinha* publicou a seguinte notícia: “Chega a tal ponto a desumanidade, que há médicos cuja primeira pergunta ao chegar à casa de um pobre, para tratar de um doente da família deste, é esta, mais ou menos: ‘quem paga as visitas?’ ou, ‘o dono da casa pode pagar o meu trabalho?’ Se a resposta é afirmativa ele continua o tratamento; porém se é duvidosa ou negativa... as visitas médicas escasseiam ou cessam de vez.

Dir-me-ão que os médicos não são mais do que outros profissionais quaisquer. Dou de barato que assim seja; não quero discutir a natureza do seu mister reputado por muita gente um sacerdócio, desejo mesmo crer que duas ou três visitas gratuitas de médico a doentes pobres lhe cause grande diferença pecuniária”. [01/08/1897, p.1]. Outros exemplos são os textos publicados no *A Luta*: o primeiro relatando que “No Congresso dos Estudantes reunido em São Paulo, ao ser discutida a tese do auxílio e proteção aos estudantes pobres, o Sr. Gilberto Amado, da delegação Pernambucana, proclamou do alto de sua sapiência de filhote de burguês enriquecido com o suor dos necessitados ‘que quem é pobre não deve estudar’.

Sempre queríamos que nos explicasse esse democrático estudante, donde o seu papá tirou dinheiro para o fazer estudar e desejaríamos perguntar-lhe se não sabe que é com o dinheiro do povo cuja grande maioria é pobre, que os governos subvencionam as academias para os mocinhos ricos se fazerem doutores!”[*A Luta*, 12/08/1909, p.2.].

⁷² “Sobre os funcionários públicos”. *A Luta*, Porto Alegre. 18/02/1911, p. 4.

Permeando o tom jocoso, podemos perceber algumas características de uma construção identitária por oposição. Note-se, por exemplo, que o diálogo mostra o que o articulista pensava a respeito dos funcionários públicos (opinião que talvez pudesse contar com a concordância dos operários). Entretanto, o que, ao contrário, aparece no texto é a suposta opinião dos funcionários públicos em relação aos operários e, principalmente, ao motivo da greve (o que talvez também pudesse estar apoiado na realidade). O que me interessa nesse texto é que ele podia exprimir ao mesmo tempo, a condenação dos “privilégios” dos funcionários públicos, que não teriam “moral” para discutir a justeza das reivindicações operárias e também a demanda por uma jornada diária de trabalho menor que, entretanto, não podia ser confundida com “vagabundagem”.

Tendo como tom marcante a ironia e procurando demonstrar uma hierarquia de “não confiáveis”, *A Luta* já vinha, de longa data, publicando “diálogos” como esse que se segue:

- Conheces algum bicho mais velhaco que a raposa?
- Conheço: é um padre.
- E mais velhaco que um padre?
- Um político.
- E mais velhaco que um político?
- Desconheço⁷³.

Essa nota demonstra não apenas a exposição daqueles grupos ou indivíduos dos quais os operários deveriam desconfiar, mas ainda a reprovação, por parte das lideranças anarquistas, à participação do operariado na política partidária. Esse texto, pelo período em que foi publicado, estava ligado às polêmicas que vinham ocorrendo desde a criação de um partido operário socialista em Porto Alegre⁷⁴ e sobre isso

⁷³ *A Luta*, Porto Alegre, 25/10/1908, p.4.

⁷⁴ O *Partido Operário Rio-Grandense* foi fundado, em 1º de maio de 1905. Esse partido representa a soma de esforços de Xavier da Costa e Carlos Cavaco e também do grupo dirigente da *Allgemeiner*. Ver: MARÇAL, João Batista. *As primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1985, p. 62 e PETERSEN, *Que a União...*p. 152-160.

enfaticava o periódico: “qualquer pessoa, por pouco inteligente que seja, sabe que significa e encarna um partido político”. Os partidos seriam,

[...] pequenas camarilhas de “personagens” ambiciosos que, divididos pelo antagonismo natural dos seus propósitos de exaltação e de lucro, de predomínio sobre o povo e de apropriação dos lugares públicos remunerados, vivem a custa do engano e do dolo, e sustentam-se graças à credulidade incauta de muitos mil infelizes⁷⁵.

Ao esforço das lideranças socialistas em organizar o Partido Operário e a sua constante necessidade de discutir a participação dos operários na vida política da cidade, os anarquistas contrapunham-se com tiradas irônicas. Por exemplo, noticiando que

[...] o Jornal da Manhã afirma, repetidamente, que o partido operário que, pela vigésima vez, projetam organizar nesta capital, inspirar-se-á nos princípios do “coletivismo libertário”.
Que diabo disto é aquilo?
Nós, apesar de libertários, não entendemos nada desses estranhos princípios coletivistas...
Isto até parece spencerismo-católico a la minute...
Pois não é?

Ou ainda, apropriando-se dobochadamente de máximas socialistas,

Socialismo velho:
“Proletários de todos os países, uni-vos!” - (Karl Marx)
Socialismo novo:
“Proletários, uni-vos... aos vossos exploradores!” - (Manifesto “partido”, de Porto Alegre)⁷⁶.

Esses exemplos demonstram, de um lado, a aposta na via sindical, por parte das lideranças anarquistas. Para elas, os sindicatos seriam espaços onde os operários poderiam superar suas diferenças políticas, ideológicas, religiosas, étnicas, etc, identificando-se, antes de tudo, como operários. Os sindicatos seriam, assim, locais privilegiados para a construção da identidade operária. Essa visão não deixa, por outro lado, de apresentar um ponto convergente em relação àquela das lideranças socialistas, uma vez que, segundo Schmidt, a “cristalização dessa identidade [operária] se dava, inicialmente, segundo os socialistas, nas associações de trabalhadores”, para eles as associações teriam uma “tripla função: agregar o

⁷⁵ *A Luta*, Porto Alegre, 09/02/1908, p.1.

⁷⁶ *A Luta*, 1^o/05/1908, Porto Alegre, p. 3.

operariado – inicialmente segundo o ofício e/ou etnia e, depois, em entidades pluri-profissionais – fomentando sua solidariedade de classe; proteger os sócios necessitados e promover a resistência frente à exploração capitalista”⁷⁷.

A divergência dos anarquistas centrava-se na participação política por parte dos operários. Eles temiam que a inserção dos trabalhadores na política partidária os impedisse de participar diretamente em sua emancipação, delegando a outros um poder que acabaria por tornar-se corruptor uma vez que, ao ser eleito, o representante do operariado estaria legitimando o próprio sistema político burguês. Assim, ao se imiscuírem no terreno “movediço e sáfaro da políticagem”⁷⁸, os operários poderiam não apenas ser enganados e manipulados por políticos inescrupulosos, mas ainda verem a sua honra, importante fator de diferenciação em relação à burguesia, comprometida. Dessa forma, *A Luta*, em setembro de 1908, conclamava os operários a deixarem “os políticos se rebolcarem no seu mare-magnum de intriga, de ambições e conveniências”⁷⁹.

Entretanto, se a reafirmação de uma postura de honorabilidade, dignidade e valorização daquele que trabalha servia como contraposição às classes dominantes, da mesma forma, poderia servir como fator de diferenciação ao grupo do “outro lado”: as “classes perigosas”.

Nesse sentido, o tom indignado do texto abaixo pode exemplificar esta outra diferenciação. Ao narrar um “recrutamento” feito pelas polícias judiciária e administrativa, *A Democracia* denunciou que “a pretexto de dar ‘caça’ a vagabundos, pelas ruas da cidade, em pleno dia, procederam a um recrutamento vergonhoso e indecente”. A justificativa para a condenação do ato vinha em seguida: “que a polícia procure reprimir a vadiagem, damos de barato; porém, que tal repressão alcance a

⁷⁷ SCHMIDT. *O Patriarca...* p. 373.

⁷⁸ RELATÓRIO DA FEDERAÇÃO OPERÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL (1913). Arquivo Histórico da Cidade do Rio de Janeiro (manuscrito). Apud PETERSEN & LUCAS, *Antologia...*, p. 166.

⁷⁹ *A Luta*, Porto Alegre, 13/09/1908, p.1-2.

indefesos e laboriosos operários, é o que não podemos deixar passar sem o nosso protesto”. E, explicando o que havia acontecido, seguia a notícia: “[...] passando pela rua da Margem [atual Rua João Alfredo], um operário, com uma toalha enrolada em uma das mãos, ia em procura de sua lavadeira, buscar roupa limpa, quando foi ‘apanhado na rede’ estendida pela polícia, no afã de ‘pegar vagabundos’”. Encerrando a nota, o jornalista questionava: “sempre queríamos saber o que atuou sobre o espírito da polícia para que em tal diligência confundisse, ‘com tanta facilidade’, operários com vagabundos...” e reivindica então: “que a polícia reprima os viciados”⁸⁰.

O texto chama atenção inicialmente porque mostra a facilidade com que se poderia ser preso por vagabundagem no início do século XX em Porto Alegre. Nesse sentido, Cláudia Mauch aponta para o fato de que, desde o final do século XIX, o policiamento de Porto Alegre vinha passando por algumas modificações importantes. A principal delas foi “a constituição de uma polícia civil municipal especializada na prevenção de delitos e transgressões, tais como desordens, embriaguez e prostituição”. Assim, a *Polícia Administrativa*, criada em 1896, tinha a atribuição de exercer “no espaço público uma vigilância sistemática sobre uma parcela da população considerada ‘suspeita’”⁸¹.

Essa situação ajuda a compreender a veemência empregada pelo articulista em distinguir um “operário honesto” de um indivíduo “viciado”. Veemência que poderia ser atribuída ao fato de que ser confundido com um desocupado poderia gerar muitos dissabores a quem fosse pego pelo “recrutamento”; entretanto, mesmo não descartando essa possibilidade, pode-se acrescentar um outro ângulo à análise: essa diferenciação – como venho buscando demonstrar – reforça o “lugar social” ocupado pelos operários, ou seja, é mais uma forma de construção de sua identidade por oposição, nesse caso, aos “vagabundos”. A indignação, portanto, consiste no fato de que a polícia ainda identificava “com muita facilidade” a uns e outros, o que poderia

⁸⁰ *A Democracia*, Porto Alegre. 09/12/1906, p. 4.

⁸¹ MAUCH, “Saneamento...” p. 9.

expressar o pensamento de outros setores da sociedade, especialmente em relação aos operários que não se comportavam segundo os cânones da disciplina industrial vigente ou desejada.

Dessa forma, a frase final do texto encerra, a meu ver, um duplo significado no estabelecimento de diferenças: tanto procurava mostrar que os operários eram parte do grupo constituído pelos cidadãos honestos de Porto Alegre e, assim, reclamava também que os “maus elementos” fossem punidos, quanto denunciava a incompetência da polícia em identificar quem pertencia ou não a esse grupo.

Contudo, a tarefa de diferenciar os “operários” dos “maus elementos” não era das mais fáceis e um indicativo disso é o fato de que esses grupos ocupavam os mesmos territórios ou territórios muito próximos na geografia da cidade, vivendo nos “cortiços” da Colônia Africana (atual bairro Rio Branco) ou no 4º distrito (atuais bairros Navegantes e São João) os operários não apenas se deparavam com péssimas condições de habitação, como aquelas denunciadas n’*A Democracia*, de que as casas de aluguel não passavam de galpões sem “as condições exigíveis de habitação para gente, anti-higiênicas e quando muito prestam-se para cocheiras”⁸², como tinham de conviver com aqueles que ainda não estavam enquadrados na ordem industrial vigente e eram vistos, pelo pensamento dominante, como gatunos, larápios, desocupados que residiam nesses “redutos”.

No dizer do cronista Achyles Porto Alegre, o “reduto” seria um

[...] intrincado conjunto de casinhas de mau aspecto, telhados baixos e irregulares.

Quem penetrasse aí suporia que estava num arraial mourisco ou, antes num acampamento de ciganos.

Eram habitações de feitura simples e tosca, tetos de tábuas velhas de caixões, folhas de zinco manchadas pela ação do tempo e tampando as janelas pedaços de tiras de aniagem.

⁸² “Os Cortiços”. *A Democracia*, 24/09/1905, p. 1. Sobre esse aspecto é interessante observar as análises de Sandra Pesavento nas seguintes obras: *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho. (RS 1889-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988, p. 150-153; *Os pobres da cidade*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998 (série Síntese Rio-Grandense) e *A emergência dos subalternos*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1989.

Vivia ali gente da pior espécie, mulheres de vida airada e sujeitos com má nota nas crônicas da polícia. Era uma colméia de vagabundos, gatunos, desordeiros e faquistas”.⁸³

Além da ênfase no aspecto desagradável da arquitetura do reduto, chama a atenção nessa narrativa o fato de que o lugar é apresentado como uma “colméia de gatunos, etc.”, ou seja, essa generalização era mais um fator a dificultar a diferenciação do “operário honesto” em relação aos “desocupados”, ensejando assim a necessidade de um reforço cada vez maior de distinção.

Portanto, os operários precisavam refutar tanto a situação de serem confundidos com ladrões ou desocupados em um “recrutamento” policial, quanto a generalização de que todos os que viviam em um “reduto” ou “cortiço” eram “gente da pior espécie”. Nessa mesma linha de raciocínio, as famílias operárias também não podiam aceitar que suas filhas, por trabalharem fora, fossem tratadas como “mulheres de vida airada”, preocupação que expressava, ainda no final século XIX, um articulista da *Gazetinha*: “para os lados da Azenha [...] línguas invejosas ou mal dizentes, tem atacado de modo brusco e escandaloso, [algumas] pobres meninas, que trabalham em diversas fábricas de coxonilhos [mantas para montarias] [e] que têm como o único defeito namorarem com alguns rapazes que lhes fazem roda, coisa muito natural entre a mocidade”.

O articulista, partindo em defesa das moças, argumentava que elas eram honestas, pois “procuram para viver, um meio útil que lhes dê os proveitos da subsistência, sem de modo algum serem pesadas à sociedade”⁸⁴. Tem-se, dessa forma, um exemplo do princípio da honradez operária estendida às mulheres. Assim, é importante destacar que o trabalho era visto como um fator enobecedor que impedia que as operárias fossem confundidas ou igualadas às mulheres de “vida leviana”.

Outra maneira de enfatizar a diferença era mostrar que os operários também

⁸³ PORTO ALEGRE, Achyles. *História popular de Porto Alegre*. Para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre: PMPA, 1940, p. 71.

⁸⁴ *Gazetinha*, Porto Alegre. 11/08/1895, p. 2.

eram vítimas da violência causada pelos “maus elementos”. Dessa forma, por repetidas vezes, encontravam-se na imprensa notícias de assaltos, agressões e até assassinatos sofridos por operários. Selecionei, como exemplo, um trecho que narra a ocorrência de um assalto contra um operário alemão chamado Alexandre Springer. Dizia a nota que o mesmo havia sido roubado no momento em que se dirigia para seu trabalho na fábrica de cerveja Ritter, e que, sendo “brutalmente atacado e ferido só [foi] encontrado no dia seguinte, às 6 horas da manhã, todo banhado em sangue e no mais lamentável estado”. Depois de criticar a demora da polícia em encontrar a vítima e de lançar dúvidas sobre a boa vontade da autoridade policial, o artigo terminava com o seguinte comentário:

Tratando-se de um crime praticado na pessoa de um estrangeiro, é de esperar-se que a nossa polícia desta vez se ponha em campo, envidando tudo para a descoberta dos criminosos, evitando por esta forma a intervenção do Sr. Cônsul da Alemanha, que, segundo nos informaram, muito se interessa para que não fique impune o bárbaro crime⁸⁵.

Além da interface com a questão da identidade étnica, temos aqui um outro ponto interessante para a análise: a cobrança para que o crime praticado contra um operário não ficasse impune e a intimação à autoridade policial para que prendesse os criminosos que representavam um perigo para toda à sociedade “de bem”, aí incluídos os operários que se dirigiam ao trabalho. Dessa forma, ocorria o reforço da diferenciação.

Contudo, mesmo sendo esse um componente dos mais importantes na construção da identidade operária, ele não deve ser tratado de modo simplista, pois existem matizes na abordagem dos textos operários sobre as “classes perigosas” que nos oferecem alguns outros elementos de análise. Exemplar, nesse caso, é um artigo, publicado em 1908, n’A *Luta*. Nele, analisava-se uma tentativa de rebelião dos presos na Cadeia Civil da cidade.

O autor iniciava imaginando: “[...] que sofrimentos não suportarão os pobres

⁸⁵ *Gazetinha*. Porto Alegre 01/08/1897, p. 1.

infelizes, ali recolhidos como bodes expiatórios do detestável regime burguês, que ousaram arriscar uma fuga!” E, dando continuidade à narrativa, comentava que, se os rebelados

[...] conseguissem pôr os pés no lado de fora do casarão e fossem presentidos pelas sentinelas sabiam que seriam caçados como animais ferozes; se fossem descobertos, como o foram, esperava-os a tortura e os atrozes castigos do regulamento interno, agravado, muitas vezes, pela perversidade de um carcereiro. No entanto, arriscaram-se.

Entretanto, uma vez descobertos os planos e frustrada a fuga, foram “os pobres metidos em frigérimos e escuros calabouços, espiando a ânsia que tinham de se verem livres”. E prossegue: “São criminosos, dizem. Mas quantos criminosos passeiam impunemente as suas cortejadas e respeitáveis personalidades pela Rua da Praia, sem temerem a guerra da justiça?”. Exemplificando, enumerava:

Passeiam os contrabandistas de alto coturno.
 Passeiam os viciados jogadores dos clubes.
 Passeiam os ébrios contumazes e devassos freqüentadores da casa de Madama.
 Passeiam os honrados negociantes enriquecidos à força de transações duvidosas.
 Passeiam os jornalistas caluniadores da reputação alheia.
 Passeiam, enfim, os enriquecidos pelo incêndio, pelo dolo, pela moeda falsa, pela trapaça e pelo engano.

Concluindo, acrescentava que “esses não precisarão de planos de fuga porque têm bastante dinheiro e amigos bem colocados para comprar a vesga justiça burguesa”. E, seguindo livres, comentariam os planos de fuga dos presos que “estarão a caminho da morte, sofrendo os rigores implacáveis dos guardas da lei e da justiça! A ordem burguesa!”⁸⁶.

Mesmo fugindo ao padrão vigente das publicações operárias – que utilizavam um tom moralizante e disciplinador no que se refere às condutas e às pessoas consideradas criminosas, buscando estabelecer diferenciações diretas entre estes e os operários – o texto acima traz também alguns elementos que, em meu entendimento, podem ajudar a esclarecer aspectos do que vimos comentando.

⁸⁶ *A Luta*, Porto Alegre. 20/06/1908, p.2.

O primeiro aspecto é o de que não se pode esperar uma uniformização dos discursos identitários, pois esses irão variar, como já foi dito, conforme a fonte, a época e o grupo que os publicava. O segundo, é o de que – mesmo que a maior parte dos discursos apresentasse uma forte tendência à busca direta de diferenciação, por oposição, entre operários e “classes perigosas” – em alguns momentos apontavam para outros desdobramentos. Um deles era a percepção de que a criminalidade era um fator social, causado pelo “detestável regime burguês” e essa percepção reforçava o posicionamento, já demonstrado anteriormente, de condenação à “falsa moral burguesa”, que punia a partir da distinção de classes.

Entretanto, parece-me possível vislumbrar ainda uma outra indicação que, mesmo contradizendo em parte o que venho demonstrando, não pode ficar esquecida: a de que a situação dos presos deveria despertar a compaixão dos operários porque esses, muito seguidamente, ao se verem envolvidos em greves e outras manifestações ou até mesmo pelo simples fato de serem confundidos com desocupados, poderiam acabar fazendo companhia aos “criminosos”. Dessa maneira, por mais que se reforçassem as diferenças, o lugar social ocupado por ambos os grupos ainda guardava muitas semelhanças na visão das classes dominantes e nas formas de punição que lhes eram destinadas. Penso que esse também poderia ser mais um motivo para que as publicações dirigidas aos operários insistissem tanto na necessidade da manutenção de uma conduta virtuosa, questão que será analisada na próxima seção.

1.3. A fórmula da virtude, ou como deveriam ser os “bons operários”

Como venho buscando demonstrar, a construção da identidade do operariado implica, por um lado, na delimitação de suas fronteiras sociais, distinguindo-se dos

“exploradores capitalistas”, das “classes perigosas”, bem como da imagem construída pelo discurso dominante – que os associa ao vício, à preguiça e à indisciplina sempre que ameaçavam sair do controle e/ou reivindicam melhores condições de vida e trabalho – e, por outro, no reforço constante de sua condição de honorabilidade, influenciando na reafirmação de uma auto-imagem positiva e de seu valor frente à sociedade.

Entretanto, percebe-se nas fontes analisadas que, mesmo batendo-se contra a “falsa moral burguesa”, as lideranças operárias não deixavam de defender uma conduta operária baseada nos cânones ético-morais predominantes no período. Nesse sentido, inúmeros são os exemplos, publicados na imprensa operária – tanto de atitudes consideradas corretas, quanto condenáveis – que podem ajudar a compreender as características das principais campanhas encetadas pelas lideranças na busca pela respeitabilidade dos operários e, conseqüentemente, por sua diferenciação especialmente em relação às “classes perigosas”, fator de dignificação e honorabilidade frente à sociedade da época.

Dessa forma, a leitura dos periódicos pode oferecer tanto uma visão geral das preocupações que afligiam as lideranças operárias naquele período, quanto as diferentes formas dos discursos pedagógicos por elas dirigidos ao conjunto do operariado. Os artigos abarcavam uma variada gama de elementos que iam da defesa de instrução para os operários à necessidade de união e cooperação – passando por questões como a higiene e o combate aos vícios, especialmente o jogo e o alcoolismo.

Para dar início a essa análise tomarei como exemplo a defesa da instrução para os operários⁸⁷ tema que, como seu correlato incentivo à leitura, comparecia reiteradamente na imprensa operária da época, sendo considerada pelas lideranças como condição primordial à difusão dos “nobres ideais” e ao “alevantamento moral” do

⁸⁷ Sobre as escolas operárias em Porto Alegre, ver: CORRÊA, Norma E. *Os libertários e a educação no Rio Grande do Sul (1895-1926)*. Dissertação de Mestrado em Educação/UFRGS. Porto Alegre: 1987.

operariado.

Nesse sentido, *A Democracia*, em 1907, publicou um longo artigo enaltecendo a iniciativa da *União dos Pedreiros* que pretendia criar uma escola. E, mesmo que essa ainda não passasse de planos, a idéia por si só merecia os maiores elogios do articulista.

No entanto, ao elogiar a iniciativa dos pedreiros, o artigo não deixava de mencionar que esta vinha, antes de tudo, atender uma demanda que deveria ficar a cargo do poder público, o que não acontecia. Assim, o articulista afirmava que o projeto “criando a aula para adultos e crianças, vem prestar inúmeros benefícios à classe operária, já que aqueles que são obrigados a manter e distribuir a instrução, disto é o que menos cuidam”.

A explicação para que o poder público não cuidasse, como devia, da instrução dos operários era a de que esse, por estar subordinado a um “regime burguês”, acabava por tolher “a educação dos filhos de operários, e conseqüentes futuros proletários, para dessa maneira, poder prolongar a existência deles, burgueses, usufruindo de maneira mais vergonhosa o labor dos trabalhadores”. O tom predominante do texto era o de que os operários não estariam pedindo nenhum favor, insistindo, o articulista, que sua finalidade única era “[...] reivindicar aquilo a que temos direito e sobretudo mais do que qualquer outra classe, somos operários, fazemos parte por conseguinte da maioria do povo que paga impostos, e neste direito reclamaremos sem cessar, muito embora a nossa voz não chegue até aos ouvidos dos governantes”⁸⁸.

Esse texto, ao mesmo tempo reforça a idéia de que a educação seria um dos instrumentos privilegiados na luta pela valorização do operariado e pela construção da sociedade futura e demonstra a convicção de que o operariado fazia parte da sociedade produtiva, contribuindo para o “bem comum” através do pagamento de impostos, merecendo, por esse motivo, o respeito tanto do Estado quanto das demais

⁸⁸ *A Democracia*, Porto Alegre. 14/04/1907, p. 2.

classes sociais. Mas, uma vez que isso não acontecia, não lhes restava outra alternativa a não ser buscar, por seus próprios meios, a instrução.

Não se pode deixar de assinalar, no entanto, que essa defesa da educação como um direito dos operários e um dever do Estado, distinguia-se do postulado das lideranças anarquistas, que viam na instrução pública uma forma de domínio do Estado e da burguesia sobre o operariado e defendiam uma forma, por assim dizer, particularista de instrução para os operários, sobressaindo-se, nessa defesa, a criação de escola noturnas, baseadas nos princípios do ensino racionalista de Francisco Ferrer y Guardia⁸⁹.

Embora as diferentes concepções de como a instrução deveria chegar aos operários não possam ser desconhecidas, gostaria de destacar aqui um ponto de convergência no qual tanto socialistas quanto anarquistas tendiam a aproximarem-se: a esperança iluminista permeando a defesa da educação como arma de emancipação operária. Assim, para ambos, a instrução seria “a maravilhosa luz”, e a “escola verdadeira” seria aquela de onde emanaria “a luz do saber para o intelecto dos que não tiveram a felicidade de aprender durante a infância e a adolescência”, entendimento que estava consoante com um pensamento clássico das lideranças operárias, uma vez que, como lembra Dora Barrancos, “o movimento a favor da participação daqueles que graças a seu trabalho transformavam a fisionomia do mundo, alcançou envergadura a partir da segunda metade do século XIX ao mesmo

⁸⁹ As escolas *Eliseu Réclus* e *Moderna*, mantidas por lideranças anarquistas da cidade, inspiravam-se naquelas fundadas pelo educador catalão Francisco Ferrer y Guardia, idealizador da pedagogia racionalista, assim chamada por contrapor-se às visões religiosas do ensino e por procurar, através da tradução e divulgação de obras científicas, desenvolver o espírito racionalista. Ferrer foi acusado de ser o mentor intelectual da “Semana Trágica”, de julho de 1909 – rebelião popular, ocorrida em Barcelona, propagada a partir de uma greve geral que se caracterizou pelo incêndio a conventos e na qual ocorreram confrontos diretos de operários e populares com as forças governamentais – condenado a morte pelo governo do Rei Afonso XIII, foi fuzilado em 13 de outubro de 1909, na fortaleza de Montjuich. A partir de então, durante muitos anos, a imprensa operária mundial prestou-lhe homenagens. Em Porto Alegre, Ver, por exemplo: *Echo do Povo*, 18/10/1909, p. 2; *A Luta*, 1º/05/1910, p.4; 13/10/1910, p. 1.

tempo em que a ciência se revelava como um valor universal”, momento em que se estabeleceu a convicção de que não poderiam faltar nesse “banquete [da ciência e do progresso] exatamente quem mais os colocava em evidência: os trabalhadores”⁹⁰.

Nesse sentido, os textos dos dois grupos esforçam-se por demonstrar que era a falta de instrução que produzia, para a maioria dos operários, todas as dificuldades que se antepunham à melhoria de suas condições de vida. Assim, segundo *A Democracia*, o operário sem instrução seria colocado, ou colocar-se-ia sempre entre dois extremos: “ou na passividade de irracional, ou no mórbido desperdiçar de esforços, provocado pelo fanatismo”⁹¹. De forma ainda mais contundente, afirmava um texto d’*A Luta*,

[...]‘o ignorante é um morto que caminha’, diz um provérbio. É pior: é um instrumento fatal nas mãos de todos os patrões e tiranos da terra. Ele pode servir como sicário e traidor nas greves, como soldado e assassino, carcereiro e esbirro, ou espia, ou laçao, ou algoz, incapaz de sinceridade e altivez, caluniador e hipócrita⁹².

Por outro lado, o homem instruído seria livre, ou seja, “o ser humano perfeito, dono de si próprio e da natureza”. Por isso mesmo, todos “os tiranos da terra puseram obstáculo à instrução, a fim de que a ela pudessem chegar o menor número de homens, ficando os outros sumidos na ignorância e na pobreza, expostos assim de corpo e alma à exploração e à escravidão”⁹³.

De fato, essa não era uma demanda nova. A defesa da instrução operária e a crença em sua eficácia como arma de luta já estavam presentes nos textos do século XIX. Assim, o *Gazetinha*, ainda em 1896, refletia: “triste do proletariado daqui se, curvando a cerviz, continuar descuidadoso a mourejar sem estudar, entretido em sua faina e, imprevidentemente, assemelhar-se-á ao leão que, podendo ser livre sem

⁹⁰ BARRANCOS, Dora. *A escena iluminada. Ciências para trabajadores (1890-1930)*. Buenos Aires: Editorial Plus Ultra, 1996, p. 17-18; no contexto local o alcance dessas idéias foi analisado por SCHMIDT, Benito. “O Deus do progresso: a difusão do cientificismo no movimento operário gaúcho da I República”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, vol. 21, nº 41, 2001, p. 113-126.

⁹¹ *A Democracia*, Porto Alegre. 07/04/1907, p. 1.

⁹² *A Luta*, Porto Alegre. 01/05/1909, p.4.

⁹³ *A Luta*, Porto Alegre. 01/06/1909, p.1.

grande esforço, deixa-se agrilhoar facilmente”⁹⁴.

Entretanto, os textos não deixavam de reconhecer que os operários lidavam com grandes dificuldades a impedir-lhes o acesso aos estudos. Isso estava presente, por exemplo, na constatação de que “[...] para diminuir os males sociais, o pauperismo e a ignorância, preparar a emancipação, urge diminuir a fadiga, reduzir as horas de trabalho manual, para deixar tempo à instrução”⁹⁵. Portanto, como já foi dito na primeira seção, a luta pela redução da jornada diária de trabalho era vista como condição imperiosa para o acesso dos operários à educação.

Porém, enquanto essa redução não acontecia, os operários precisavam encontrar formas de conciliar as longas jornadas com a frequência às aulas. Essa era uma das constantes preocupações daqueles grupos que fundavam escolas operárias em Porto Alegre. Assim, por exemplo, o *Grupo Libertário Solidariedade*, que propôs, em 1909, a reorganização da *Escola Eliseu Réclus* fez questão de anunciar que esta

[...] desde o dia 1º de Maio, época em que foi inaugurada, bem demonstra a sua necessidade, pois [nela] os trabalhadores e seus filhos não só não dispõem de recursos para aprender o que têm vontade, como também só têm disponível algumas horas da noite e, nessas condições, não havia até então nenhum local onde pudessem encontrar a realização de seus desejos⁹⁶.

Dessa forma, percebe-se, por um lado, a procura de soluções autônomas para o problema das precárias condições da educação operária e, por outro, o incentivo à conduta daqueles que, a despeito de todas as dificuldades, se interessavam por estudar.

Essa maneira de tratar a questão pode indicar, em meu entendimento, uma estratégia de reforço da honorabilidade dos operários que não apenas contribuíam para o progresso da cidade com sua força de trabalho, mas que também muitas vezes dedicavam suas poucas horas de descanso ao cultivo das atividades intelectuais, opondo-se aqueles que preferiam desperdiçá-las em “locais pouco recomendáveis”.

⁹⁴ *Gazetinha*, Porto Alegre. 22/11/1896, p. 1.

⁹⁵ *A Luta*, Porto Alegre. 01/05/1909, p. 4.

⁹⁶ *A Luta*, Porto Alegre, 01/06/1909, p. 2.

Assim, também se pode perceber, nesse processo de construção identitária por oposição, uma campanha constante pela definição dos lugares a serem freqüentados pelos operários – e, nesse caso, a sala de aula era o preferido – e dos que deveriam ser evitados. Um exemplo, nessa linha, é fornecido por uma notícia d'A *Luta* comentando a fundação do *Clube Germinal*. Nela, pode-se observar tanto uma tentativa de disciplinar a vida dos operários em seus horários de lazer, quanto a desaprovação, pela via do discurso sanitarista, de práticas consideradas incorretas do ponto de vista da higiene e prejudiciais à saúde.

O texto informava que “[...] um grupo de moços, alguns deles nossos camaradas, acabam de fundar nesta capital um grêmio recreativo e instrutivo”, mas lamenta que

[...] entre tantos moços não houvesse sugerido a algum a utilíssima idéia da organização de uma biblioteca na ocasião em que confeccionara uma chapa com tantos cargos, a maior parte deles inúteis, por que geralmente só servem para entorpecer a marcha dos associados e coatar (sic) a iniciativa dos mais operosos. Pelo ofício que nos enviaram, é a dança o fim principal, e, segundo informações subministradas por um sócio, nas condições deploráveis, anti-higiênicas das suas congêneres já aqui existentes.

E seguia explicando que as condições de funcionamento do clube seriam “deploráveis e anti-higiências” por que ali, como em outros salões noturnos, “se reúnem até mais de 300 pessoas, tornando o ambiente prejudicial e perigoso, pelas emanções expelidas da aglomeração de tantos assistentes de todas as idades, é para os mais jovens ir buscar na tuberculose a morte prematura”. Dessa forma, permitia-se o articulista aconselhar que muito mais saudável seria que esses jovens fizessem

Exercícios ao ar livre, no campo onde se respira o ar puro, saudável, [...] [sendo] mesmo de grandes resultados para o desenvolvimento físico e higiene do organismo, do que tanto carecem a maior parte dos jovens, de ambos os sexos, ocupados diariamente em trabalhos fatigantes e as mais das vezes insalubres.

E, não perdendo a oportunidade de propagandear as “benesses” da educação para os operários, o articulista enfatizava que “A instrução não deve ser descurada

pelos jovens germinalineos (sic), aproveitando os intervalos que lhes deixam as diversões (no campo bem entendido) e que só lhes são possíveis nos dias de folga, devido às suas ocupações”. Num tom de aconselhamento, mesclado à condenação, seguia a notícia:

Só assim poderão germinar as sementes provenientes dos esforços do Clube Germinal, porque entendemos que não se deve perder tempo inutilmente em diversões prejudiciais que em vez de retemperar o organismo das lides das oficinas, entorpecem-no e prejudiquem-no ao mesmo tempo que indis põe o cérebro para o estudo necessário aos que trabalham, e de cujo elemento é composto o Germinal⁹⁷.

O grupo d' *A Luta* não se encontrava isolado quanto a essa preocupação com a saúde e os cuidados com a higiene. Pelo contrário, nesse período as campanhas sanitaristas abundavam nos jornais da cidade, trazendo consigo uma grande quantidade de fórmulas de combate à sujeira e de prevenção às doenças.

Assim, é interessante observar um texto intitulado “Os Dez mandamentos da Higiene”, publicado, em 1912, no jornal *O Diário* que, em muitos de seus conselhos, irá coincidir com as orientações d' *A Luta* aos jovens bailarinos, citadas anteriormente:

- 1º O melhor preservativo das doenças pulmonares é o ar fresco, de dia e de noite, condição necessária para a saúde.
- 2º O movimento é a vida. Fazer todos os dias exercícios ao ar livre trabalhando e passeando. É o contrapeso do trabalho sedentário.
- 3º Comer e beber simples e moderadamente. Quem preferir ao álcool a água, o leite e a fruta, consolida a saúde e aumenta as suas capacidades de trabalho e de felicidade.
- 4º Os cuidados inteligentes da pele, resistir ao frio por meio de lavagens de água fria, e tomar um banho quente uma vez por semana, isto todo o ano; pode-se assim conservar a saúde e evitar os resfriamentos.
- 5º O vestuário não deve ser nem muito quente, nem justo ao corpo.
- 6º A habitação deve ser exposta ao sol, seca, desafogada, limpa, clara, agradável e cômoda.
- 7º Rigoroso asseio em tudo: ar, alimento, água, pão, roupa, vestuário, casa, tudo deve ser limpo: também a moral; é o melhor preservativo da cólera, tifo e demais doenças contagiosas.
- 8º O trabalho regular e intenso é o melhor preservativo das doenças do espírito e do corpo, é a consolação nos contratempos e a felicidade da vida.
- 9º O homem não acha o repouso e a distração, após o trabalho, nas festas turbulentas. A noite é para dormir. As horas de descanso e as

⁹⁷ *A Luta*, Porto Alegre 14/11/1908, p. 3.

festas devem consagrar-se à família e às satisfações espirituais.

10º A primeira condição de saúde é uma vida fecunda pelo trabalho e enobrecida por boas obras e alegrias sãs. O desejo de ser um bom membro de família, um bom trabalhador na sua esfera de ação, um bom cidadão, isso dá à vida um valor inestimável⁹⁸.

Mesmo que esse texto não tenha sido escrito diretamente para os operários como no caso do anterior (uma vez que esse último foi publicado em um jornal comercial), não se pode deixar de assinalar algumas recorrências: a insistência de ambos nos benefícios dos exercícios ao ar livre em contraposição ao ambiente viciado dos salões de baile e a necessidade de sono revigorante após o trabalho, que permitem vislumbrar os cânones de saúde pregados naquele período.

Por outro lado, é preciso salientar que este era um momento em que se encontravam em disputa várias teorias a respeito das formas de contágio e propagação das doenças, sendo que os conhecimentos médicos, então em voga, iam da prescrição do ar puro, como o melhor remédio para todos os males, à associação direta da conduta moral com algumas das mais perigosas enfermidades. Nesse sentido, Beatriz Weber explica que, “até a década de 1940, a tuberculose foi uma das grandes responsáveis pela mortalidade em todo o mundo. No final do século XIX e início do XX, o discurso a respeito da doença acusava os próprios pacientes de serem os responsáveis pelos seus males devido à ‘corrupção dos costumes’, não cabendo à sociedade ocupar-se deles”⁹⁹.

As campanhas das lideranças operárias pelo regramento dos hábitos necessários à manutenção da boa saúde estavam, portanto, consoantes com o conhecimento médico-sanitário e com os cânones morais de seu tempo. Entretanto – devido à insistência com que eram reafirmadas – pode-se inferir que elas ainda não haviam sensibilizado o conjunto da população e, para o nosso caso em especial, o conjunto do operariado.

⁹⁸ *O Diário*. Porto Alegre, 3/9/1912, p. 2.

⁹⁹ WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense – 1889-1928*. Santa Maria: Ed. da UFSM; Bauru: EDUSC, 1999, p. 65-66.

Contudo, por mais que a manutenção de um organismo saudável pudesse ser um fator importante para a combatividade do operariado, a recorrência desse discurso nos textos operários interessa a esse estudo, sobretudo, pelo fato dele apontar também para o reforço de uma conduta objetiva que ajudava na construção da identidade assentada na condição de “homem de bem” do operário. Ou seja, a preocupação com os estudos, com a higiene, com o repouso, com o regramento dos hábitos possibilitava diferenciar “os operários” dos “maus elementos”, aqueles que gastavam a vida nos “antros de devassidão e alcoolismo”.

Entretanto, alguns dos textos endereçados aos operários procuraram ir além das simples explicações de como evitar doenças e buscaram superar a mera condenação moral aos vícios e à falta de higiene. Um exemplo, nesse sentido, é um trecho retirado da Introdução à tese inaugural do médico anarquista Reinaldo Frederico Geyer, publicado n’*A Luta*¹⁰⁰.

Nele, Geyer defendia a idéia de que “a solução do problema higiênico depende da solução do pauperismo”. E, dessa forma, “atenuando a pobreza e, com ela, diminuindo progressivamente as moléstias, irá surgindo e predominando o tipo ideal de homem sociável e irá realizando-se a sociedade perfeita de homens sãos de corpo e sãos de espírito”¹⁰¹. Nesse texto, pode-se perceber a preocupação em demonstrar à

¹⁰⁰ Reinaldo Frederico Geyer era médico, jornalista e esperantista, nascido em Porto Alegre, provavelmente em 1885. Fundou a Liga Esperantista *Esperanta Societo Sud Rio-Granda*, em 1906. Participou da equipe de redatores d’*A Luta* entre os anos de 1906-1911. Colaborou também no jornal *A Guerra Social*, do RJ. Antimilitarista e partidário da ação direta, participou ativamente em várias greves desencadeadas nesse período em Porto Alegre. Na área médica, trabalhou como responsável pelo Setor de Sorologia do Instituto Oswaldo Cruz, da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, destacando-se como um dos primeiros na cidade a realizar pesquisas na área de infectologia. Em 1913, concorreu à cátedra de Patologia Clínica da Faculdade de Medicina, mas, apesar de sua renomada capacidade, acabou preterido. Essa decepção somada à pressão familiar e à repressão ideológica que vinha sofrendo fez com que passasse a ter crises de depressão nervosa, doença que o levou a internação num asilo do Rio de Janeiro e num manicômio na cidade de Santa Cruz do Sul, onde faleceu em 1964. Ver: MARÇAL. *Os anarquistas...* p. 83-88.

¹⁰¹ *A Luta*, Porto Alegre, 17/10/1909, p. 2. Essa tese parece ter alcançado alguma notoriedade, pois encontrei referências a ela tanto no jornal *Liberdade*, Rio de Janeiro,

sociedade a existência de uma relação direta entre a saúde pública e os níveis de pobreza. Mas, essa não era, cabe ressaltar, a tônica da maior parte dos textos da imprensa operária do período, que permaneciam apenas na condenação moral às atitudes dissolutas que prejudicavam a saúde e a imagem do operariado.

Os dois grandes “hábitos dissolutos”, combatidos igualmente pela imprensa comercial e pela imprensa operária naquele momento, eram o jogo e o alcoolismo. A esses dois vícios e, principalmente, aos viciados, não eram poupadas críticas. Algumas das mais contundentes foram publicadas no *Echo do Povo*. Sobre o jogo, dizia o jornal:

Vício degradante que deturpa os sentimentos, o caráter, a honra, o raciocínio, daqueles que arrastados por ele vão de queda em queda até arrojarem-se no cárcere do infortúnio, chorando amargamente o peso das suas desditas como conseqüência da sua ambição.

E sobre os viciados:

Quantas vezes um pai cruel abandonando o aconchego do lar, vai sentar-se à mesa negra do jogo, ombreando com os mais reles assassinos, cavando a sua perdição, a desgraça da sua família. Em cada beco, em cada tasca imunda vê-se os mais baixos tipos, esquecidos da família, entregues ao azar do jogo, desperdiçando (sic) o dinheiro com que deveria comprar pão para seus filhos¹⁰².

Para o caso desse estudo, o que mais interessa nessa “cruzada” é a preocupação de que ambos os vícios poderiam fazer desaparecer os elementos de distinção entre os operários e as “classes perigosas”. Nos versos abaixo temos um exemplo dessa preocupação com o aspecto degenerante do jogo:

O jogo nos rouba a honra,
O sossego, o bem-estar,
Do trabalho, o doce fruto
E a ventura do lar!¹⁰³

E a seguinte nota da *União dos Chapeleiros*, publicada no *Correio do Povo*,

08/09/1909, p. 1, quanto em um artigo transcrito na revista *A Aurora*, Porto, 4/4/1915, p. 4.

¹⁰² *Echo do Povo*, Porto Alegre, 19/12/1913, p. 1.

¹⁰³ *Echo do Povo*, Porto Alegre, 30/1/1914, p. 1.

recebeu o protesto d'*A Luta*:

[...] sabendo o Sr. Carlos Haertel que a União dos Chapeleiros efetuava, a 14 do corrente, a posse da nova diretoria, foi nos oferecido pelo distinto industrialista algumas caixas da sua deliciosa cerveja que foi premiada na Exposição Brasileira; podemos afirmar ao público e especialmente aos operários que esta não contém ingredientes nocivos à saúde e não produz dor de cabeça, como muitas outras marcas que estão expostas à venda.

Operários: Bebei só a cerveja preta e a cosmopolita do Sr. C. Haertel que é saudável e deliciosa. - Porto alegre, 14.3.1909 - União dos Chapeleiros.

Em tom jocoso, protestava o articulista:

- E digam-nos cá que a classe operária não está adiantada, e que não sabe tratar bem de seus interesses!

Talvez haja até quem, no próximo congresso, proponha substituir o enfadonho grito de Marx - operários de todo mundo, uni-vos! - por este outro bem mais agradável - operários de todo mundo, bebei cerveja preta e cosmopolita!

Tem graça

É de se lhe tirar o chapéu!...¹⁰⁴

Esse texto pode revelar – indo além do deboche pela subserviência da *União dos Chapeleiros*, expressa nos agradecimentos ao “brinde” concedido pelo industrialista – outra preocupação, relacionada à difusão do alcoolismo entre operariado da cidade. Assim, dos inúmeros artigos tratando do assunto na imprensa operária¹⁰⁵, escolhi dois exemplos (um d'*A Luta* e outro d'*A Democracia*) por entender que o teor de ambos demonstra tanto as preocupações quanto os desdobramentos que esse combate vinha assumindo entre as lideranças operárias.

No primeiro caso, o articulista utilizava-se do discurso médico e informava que iria fazer uma “ligeira resenha dos efeitos a que tão repugnante vício produz no organismo humano”. Assim, iniciando pelos efeitos no sistema nervoso, informava que o álcool podia transformar “o homem mais tranqüilo em uma fera selvagem, capaz de cometer atos que em pleno domínio de suas faculdades mentais talvez não os

¹⁰⁴ *A Luta*, Porto Alegre, 02/04/1909, p. 4.

¹⁰⁵ Ver, por exemplo: *Gazetinha*, Porto Alegre, 01/03/1899, p. 1; *A Democracia*, Porto Alegre, 19/05/1907, p. 03; *A Luta*, Porto Alegre, 20/06/1908, p.1 e 20/06/1908, p.1; *Echo do Povo*, Porto Alegre, 16/5/1912, p.1, 3/6/ 1912, p.1, 17/3/1914, p.1; *O Diário*, Porto Alegre, 17/10/1912, p. 5.

praticasse”.

Mas como essa informação, que já poderia ser de conhecimento público, talvez não causasse o impacto desejado, o articulista passava a descrever outros efeitos no restante do organismo, enumerando assim:

[...] o endurecimento dos rins, inflamação do estômago, cancro no fígado, catarros pulmonares e muitas outras enfermidades que consideramos ocioso enumerar, em face do que acontece com o sistema nervoso que é de piores conseqüências, porque a medula irrita-se a ponto de degenerar completamente. E o que acontece com o cérebro, este misterioso receptáculo onde se elaboram o pensamento, a idéia, as concepções mais sublimes da arte e da Ciência? Perturba-se, funciona torpemente, é preza de delírios e visões momentaneamente animadas ao bebedor que acabam por sumi-lo nas negruras da imbecilidade.

O texto fazia questão de ressaltar ainda que, além de todos esses males que causavam a si mesmos, os dependentes do álcool poderiam deixar para sua prole a pior das heranças: “engendrarão indivíduos em cujo organismo o micróbio da tuberculose encontrará vasto campo para o seu desenvolvimento, ou também [...] cancerosos ou degenerados de toda a espécie”. E não bastasse tamanho mal, somava-se ainda o fato de que a maior parte dos indivíduos dependentes dariam origem a uma “série de desgraçados que vêm ao mundo tão somente para proporcionar matéria de estudo aos necrotérios ou escravos inconscientes e submissos à burguesia”¹⁰⁶.

Se, por um lado, os redatores d’*A Luta* procuravam dar uma forma mais “pedagógica” à exposição dos problemas causados pelo álcool, visando o convencimento de que os operários deveriam, por todos os meios, manterem-se afastados de tão nefasto vício – que não apenas lhes consumia a saúde física, mas também sua distinção “moral” em relação às “classes perigosas” – o pessoal d’*A Democracia*, mesmo não deixando de apontar para problemas semelhantes, em alguns momentos preferia a estratégia de propagandear as vitórias conseguidas. Dessa forma, em tom elogioso, noticiou o surgimento da *Associação Anti-Alcoólica de*

¹⁰⁶ *A Luta*, Porto Alegre, 20/06/1908, p. 1.

Operários:

Bela iniciativa acaba de ser tomada por alguns dos nossos companheiros de classe: a fundação de uma sociedade composta unicamente de operários e dedicada à propaganda tenaz contra o desnecessário - ou antes - prejudicialíssimo uso de bebidas alcoólicas.

Alegra-nos muito o bom propósito daqueles companheiros; e com eles nos declaramos plenamente solidários para a nobre propaganda a que se vão dedicar.

E para mais inequivocamente demonstrá-lo, a 'Democracia', que já várias vezes tem publicado artigos contra o alcoolismo, não só fá-lo-á, doravante, com mais ardor, porque reconhece não haver pregado no deserto, como coloca as suas colunas à disposição dos mencionados companheiros¹⁰⁷.

Para o caso desse estudo interessa especialmente – para além do problema de saúde pública e dos discursos utilizados em seu combate – a defesa, por parte das lideranças operárias, de uma postura que, estando impregnada pelos cânones ético-morais da época, esforçava-se para que os operários, mantendo-se longe dos vícios, não fossem confundidos com os indivíduos das “classes perigosas”, pois, além dos males causados à saúde, o alcoolismo e o jogo prejudicavam a imagem de dignidade e honradez, dificultando o reconhecimento e a valorização dos operários junto à sociedade.

Entretanto, como foi dito na Introdução, as identidades coletivas não existem de forma isolada umas das outras. Dessa forma, no próximo capítulo, analisarei a identidade operária a partir de suas relações com as identidades étnica e de gênero, procurando observar suas constantes e recíprocas transformações de significados.

¹⁰⁷ *A Democracia*, Porto Alegre, 19/05/1907, p. 3.

CAPÍTULO II

RELAÇÕES IDENTITÁRIAS: TRABALHO, ETNICIDADE E GÊNERO

No primeiro capítulo analisei a construção identitária do operariado porto-alegrense relacionando-a tanto à apropriação e resignificação do estigma do trabalho braçal e da valorização daquele que trabalha, quanto à oposição e diferenciação àqueles que não trabalham, ou por serem “exploradores” ou por pertencerem às “classes perigosas”. No presente capítulo, buscarei analisar as relações entre as diferentes construções identitárias nas quais estes operários estavam envolvidos na virada para século XX. Entretanto, por entender que não seria possível analisar todas essas relações, opto, como aponta o título, por focar as interfaces entre as identidades definidas pelo trabalho, pela etnia e/ou nacionalidade e pelo gênero.

Tal opção procura contemplar a perspectiva, já mencionada na Introdução, de que uma identidade coletiva se estabelece através de relações entre semelhanças e diferenças, assumidas tanto como auto-reconhecimento quanto como reconhecimento dos outros, no plano coletivo. Dessa forma, a identidade, tal como aqui é entendida, está diretamente relacionada à noção de experiências ou de relações identitárias¹.

Isto também significa dizer que estou partindo da idéia de que os indivíduos praticam, ao longo da vida, uma permanente “negociação” entre os referenciais identitários legados e transmitidos no grupo social ao qual pertencem, de geração em geração, e as novas expectativas e aprendizados realizados em suas relações sociais. A combinação dos fatores herdados – o fato de nascerem em um grupo social, cultural, étnico e de gênero determinado, pertencendo a uma determinada classe, em uma certa nação – com aqueles provenientes de suas experiências, mudanças, desafios e vivências cotidianas, conjugam-se na construção e reconstrução de sua

¹ OLIVEIRA. *Identidade...* p. 36 e 44.

identidade. Isso faz com que a identidade possa ser pensada, como já foi dito, como “uma totalidade contraditória, múltipla e mutável, no entanto una”².

Nesse sentido, trabalharei com a idéia de que mesmo existindo uma identidade coletiva dominante, essa nunca ocorre de forma isolada. Assim, algumas identidades coletivas podem conviver “pacificamente”, ou mesmo de forma complementar, no interior de uma comunidade (como, por exemplo, identidades étnicas e religiosas), da mesma forma que, no decorrer de determinados processos, podem vir a se tensionar umas com as outras.

Tratarei, portanto, na primeira seção, intitulada *A vida na “Babel Operária”*, das interações, conflitos e transformações decorrentes da convivência de múltiplas identidades étnicas e/ou nacionais com a identidade operária, em processo de construção, no interior do mundo do trabalho porto-alegrense.

Na segunda seção – *Entre bombas de dinamite e ramalhetes de flores: algumas interfaces das identidades operária e de gênero*, procurarei analisar, em uma sociedade marcada tanto pelo predomínio masculino no mercado de trabalho e na organização operária, quanto pela incipiente incorporação do “elemento feminino” ao mundo produtivo, as influências das relações de gênero na construção da identidade operária.

2.1. A vida na “Babel Operária”

Em 1896, ao comentar os avanços da organização operária, decorrentes da criação da *Liga Operária Internacional*³, um artigo publicado no jornal *Gazetinha*

² CIAMPA. “Identidade...”, p. 61..

³ A *Liga Operária Internacional* foi fundada em 17 de novembro de 1895, segundo o cronista Archimedes Fortini, as primeiras reuniões ocorreram em um sobradinho da Rua Ramiro Barcelos, onde residia um velho alemão chamado Frank, que cedia sua casa para essa finalidade. Encabeçando a fundação dessa entidade estavam Francisco Xavier

destacava, como um dos principais problemas da nova associação, a dificuldade de entendimento devido à diversidade idiomática dos grupos que a compunham. Para o articulista, a *Liga Operária* era “quase uma Babel” e o principal problema daí decorrente era a morosidade com que transcorreriam as reuniões uma vez que a elas compareciam “sócios de diversas nacionalidades, brasileiros, alemães, italianos” e estes acabavam por não se entender sendo, portanto, necessário a intermediação de intérpretes para que todos os presentes tomassem conhecimento das “opiniões ou propostas apresentadas no decorrer da sessão”.

O articulista ponderava que essa medida, além de tornar a reunião enfadonha, obstava “a que qualquer assunto sujeito da deliberação da assembléia geral daquele grêmio [fosse] discutido com a amplitude necessária, e mesmo [podendo] dar margem a inconvenientes oriundos de má tradução se por acaso o interprete não [fosse] bastante habilitado”. Portanto, opinava que,

Preferível seria que os operários se reunissem em clubes conforme o idioma que falam, isto é, os brasileiros e os portugueses em um clube brasileiro, e os alemães e os austríacos em um outro alemão, e assim os italianos etc.

Esses núcleos, no entanto trabalhariam de acordo naquilo que fosse de interesse geral da classe, e para isso suas diretorias escolheriam companheiros dentre si para formar um diretório da confederação operária⁴.

Embora se possa ressaltar que essa não é uma característica exclusiva dessa ou daquela cidade e sim uma das formas marcantes da constituição do movimento operário brasileiro, particularmente, esse documento deixa entrever como a incipiente organização operária porto-alegrense tentava lidar com os problemas decorrentes da

da Costa, Pedro Tácito Pires e Lucídio Marinho Prestes. FORTINI, Archimedes. *Revivendo o passado*. Porto Alegre: Sulina, p. 163-165. Apud PETERSEN. *Que a União....*p. 96. Segundo Marçal, os principais objetivos dessa entidade eram difundir o pensamento social-democrata e auxiliar na organização das diversas categorias profissionais (chapeleiros, tecelões, artífices) e congregá-las em uma mesma entidade. *Coojornal*, Porto Alegre, 1980, p. 26-28. Apud PETERSEN. *Que a União....*p. 97. A última referência encontrada sobre o funcionamento da *Liga* data de 1905, *A Democracia*, Porto Alegre, 7/5/1905, p. 2, comentava a participação dessa entidade nas comemorações do Primeiro de Maio.

⁴ *Gazetinha*, Porto Alegre, 10/5/1896, p.1.

diversidade étnica que marcou a formação da cidade, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, e interferiu substancialmente na forma como as relações sociais ocorreram no interior do mundo operário.

A primeira vista, a fonte de conflitos parecia emanar apenas da dificuldade de entendimento entre operários que falavam diferentes idiomas, algo que na opinião do articulista poderia ser resolvido tão somente com a separação desses operários em grupos que pudessem “falar a mesma língua”. Essa solução, segundo ele, não causaria a desunião do operariado, pois “qualquer proposta que implicasse matéria concernente ao proletariado em geral, apresentada em um dos clubes seria, depois de resolvida por ele, submetida à aprovação dos outros seus representantes no diretório da confederação enquanto que esse, por sua vez reunido, não faria mais do que apurar o resultado total e acatá-lo”⁵. A grande preocupação seria, portanto, tornar mais fáceis e práticos os resultados das reuniões.

Mas, indo um pouco além, o texto permite observar que, no final do século XIX, os principais grupos étnicos formadores do operariado porto-alegrense, ou pelo menos aqueles que mereciam as preocupações do articulista, seriam: os “nacionais” – onde estavam inseridos todos os descendentes, miscigenados ou não, da colonização mais antiga da cidade: açorianos, indígenas, afro-descendentes, falantes de português; os “alemães”: grupo heterogêneo formado por falantes de línguas germânicas, como por exemplo, os austríacos, e abrangendo tanto estrangeiros quanto nascidos no Brasil, descendentes de imigrantes oriundos da área de colonização (os teuto-brasileiros); e os “italianos”, compreendendo igualmente os indivíduos vindos da Itália ou seus descendentes, provenientes da região colonial rio-grandense (os ítalo-brasileiros). Ainda não estão contemplados nesse artigo outros grupos que viriam a se somar ao contingente operário da cidade como, por exemplo, os poloneses, entre nós mais conhecidos como “polacos”, e os espanhóis ou castelhanos.

Esse texto ilustra um período onde ainda era possível pensar a solução dos

⁵ *Gazetinha*, Porto Alegre, 10/5/1896, p.1.

problemas apenas com a organização de entidades étnicas de trabalhadores. Com o passar do tempo e com o aumento significativo do número de operários dessas diversas procedências, novas cisões tenderão a ocorrer – aí incluídas as ideológicas – e o próprio debate em torno da comunicação operária tenderá a se complexificar.

O contexto operário da segunda metade do século XIX foi marcado pela chegada de um novo contingente populacional (“alemães” e “italianos”) formado por levadas sucessivas de imigrantes que, entre outros fatores, saíam de regiões ainda em vias de unificação e que se identificavam, inclusive do ponto de vista lingüístico, com suas regiões de origem e não propriamente com os novos Estados e que tinham, portanto, seu elo mais forte de ligação baseado no orgulho étnico e não numa identidade nacional⁶. Por outro lado, deve-se perceber que, ao longo do tempo, novas tensões e disputas irão surgir, estimulando transformações na convivência e nos significados que perpassavam o cotidiano desses novos trabalhadores da cidade.

Joan Bak, em seu citado estudo sobre a greve de 1906, aponta para algumas dessas mudanças. Para ela, essa greve ocorreu em um momento de rápida transformação da autoconsciência, no qual comunidades étnicas – principalmente a germânica e a italiana – começavam a se transformar em comunidades heterogêneas. A autora constata que a experiência da greve não apenas acelerou esta mudança como também forçou os empresários (em sua maioria alemães) a demonstrar inequívoca e publicamente em que medida seus interesses de classe eram superiores a qualquer solidariedade étnica que os trabalhadores pudessem achar que existia⁷.

O enfoque principal dessa seção estará, portanto, centrado nas relações, nem sempre pacíficas, entre as identidades étnica e/ou nacional e operária. Entretanto,

⁶ Ver: IANNI, Octávio. “Aspectos políticos e econômicos da imigração italiana”. In: *Imigração Italiana: estudo*. Porto Alegre/ Caxias do Sul: Editora EST/EDUCS, 1979, p. 11-14; GIRON, Loraine. “A imigração italiana no RS: fatores determinantes”. In: DACANAL, José Hildebrando (org.). *RS: Imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2ª ed. 1992, p.47-66; LANDO, Aldair & BARROS, Eliane. “Capitalismo e Colonização – Os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL. *RS: Imigração...*, p. 9-34.

⁷ BAK. “Classe, etnicidade...”, p. 201.

para melhor entendermos essa questão, cabe definir inicialmente o que entendo por “identidade étnica”. Nesse sentido, pode-se observar que a identidade étnica, como qualquer outra identidade coletiva, é construída e transformada na interação de grupos sociais através de processos de exclusão e inclusão que estabelecem limites entre tais grupos, definindo aqueles que os integram ou não.

Dessa forma, é mais importante procurar saber em que consistem tais processos de organização social, através dos quais mantêm-se, de modo mais ou menos duradouro, as distinções entre “nós” e “os outros”, mesmo quando se transformam ou perdem o significado as características diferenciadoras do “nós” e dos “outros” no decorrer da história do grupo. Encarada dessa perspectiva, observa-se que a etnicidade não é um conjunto atemporal, imutável de “traços culturais” (crenças, valores, símbolos, ritos, regras de conduta, língua, código de polidez, práticas de vestuário ou culinária etc.), transmitidos da mesma forma de geração para geração na história do grupo. Pelo contrário, ela provoca ações e reações entre este grupo e os outros em uma organização social que não cessa de transformar-se⁸.

Entretanto, uma das dificuldades em pensar as características identificadoras da etnicidade reside no fato de que não há um consenso sobre quais seriam os traços aceitáveis ou não para a constituição de um determinado grupo étnico. Para Manuela Carneiro da Cunha, por exemplo, a construção da identidade está diretamente relacionada às operações de reconhecimento e distinção. O que significa dizer que, conforme essa autora, os grupos étnicos

[...] só podem ser caracterizados pela própria distinção que eles percebem entre eles próprios e os outros grupos com os quais interagem. Existem enquanto se consideram distintos, não importando se esta distinção se manifesta ou não em traços culturais. E, quanto ao critério individual de pertinência a tais grupos, ele depende tão somente de uma auto-identificação e do reconhecimento pelo grupo de que determinado indivíduo lhe

⁸ Ver: POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da etnicidade*. Seguindo de “Grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth”. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p.11.

perence⁹.

Essa visão de Carneiro da Cunha filia-se a uma concepção de construção subjetiva dos grupos étnicos, que vem sendo pensada desde a década de 1960. Nessa linha de interpretação, o grupo não pode identificar-se por outra coisa a não ser pelo sentimento que seus membros têm de constituir uma unidade, pelo sentimento de pertencimento a uma única sociedade¹⁰.

Mesmo não negando a importância desses processos de auto-identificação para a constituição de uma identidade étnica, Girarda Seyferth agrega-lhes “uma definição mais ou menos objetiva”¹¹ destacando, para isso, dois aspectos: o primeiro, de que a distintividade de um grupo está baseada numa cultura e numa história comuns “[...] o que significa a classificação categórica dos membros do grupo a partir de um conjunto de critérios de pertencimento que incluem características culturais e sociais objetivamente identificáveis”.

O segundo aspecto diz respeito à importância dos elementos de natureza simbólica que podem levar ao reconhecimento da presumível origem comum dos membros de um determinado grupo étnico. Nesse sentido,

[...] a etnicidade oferece um conjunto de identificadores culturais e sociais que relacionam pessoas a um grupo específico através de critérios de inclusão e exclusão que podem mudar no curso da história. Em grande parte, tais identificadores formam um sistema de símbolos étnicos que criam uma espécie de consciência coletiva¹².

Dessa forma, o foco das pesquisas sobre etnicidade passou do estudo das características dos grupos para o estudo das propriedades de um processo social. “A forma tomou o lugar da substância, os aspectos dinâmicos e relacionais substituíram

⁹ CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade*. São Paulo: Brasiliense: Ed. da Universidade de São Paulo, 1986, p. 111.

¹⁰ POUTIGNAT. *Teorias...*, p. 58.

¹¹ SEYFERTH, Girarda. “Etnicidade e cultura: A constituição da identidade teuto-brasileira”. In: ZARUR, George Sequeira Leite. *Etnia e nação na América Latina*. Washington, D.C.: OEA/INTERAMER, 1996, p. 18.

¹² SEYFERTH. “Etnicidade...” p. 19.

os aspectos estáticos e o processo tornou-se mais importante do que a estrutura”¹³. Logo, os grupos étnicos não podem mais ser definidos isoladamente, mas como entidades que emergem da diferenciação cultural entre grupos que interagem em um contexto dado de relações inter-étnicas que podem ser perpassadas por diferentes fatores: situações migratórias, fenômenos de colonização e de descolonização, etc.

Particularmente, tais observações interessam a essa discussão, pela relevância dada aos elementos objetivamente identificáveis de inclusão e exclusão em uma comunidade identitária, pois estou partindo da hipótese de que, em alguns momentos, as inter-relações identitárias podiam manter uma convivência “pacífica” no interior de uma mesma comunidade, ao passo que, em outros, as tensões existentes levavam os sujeitos a se reconhecerem prioritariamente a partir de uma ou outra forma de identificação. Dito de outro modo, em relação à identidade operária, as vivências no interior do mundo do trabalho tiveram o poder de transformar identidades coletivas ou, ao menos, de revelar novos aspectos identitários.

Nesse sentido, é interessante observar mais concretamente alguns exemplos do contexto de vivências étnicas e operárias na Porto Alegre da segunda metade do século XIX. Naquele momento, a cidade tornava-se atrativa a um novo contingente populacional, verificando-se um crescimento comercial e industrial profundamente vinculado ao circuito econômico da chamada região colonial do Rio Grande do Sul¹⁴. Um dos resultados significativos dessa integração com a economia colonial foi a grande transformação urbana que marcou a cidade. Cito alguns eventos reveladores de tal processo: em 1861 – encanamento de água; 1864 – primeira linha de bondes;

¹³ POUTIGNAT. *Teorias...* p. 64.

¹⁴ A região conhecida como “colonial” estende-se da cidade de São Leopoldo rumo ao Nordeste do RS e foi povoada por núcleos de colonizadores alemães e italianos chegados a partir de 1824. O fato da navegação fluvial ser, naquele contexto, o meio de transporte mais economicamente viável, fez com que Porto Alegre, ligada a região colonial pelo Rio dos Sinos, se tornasse o escoadouro privilegiado de sua produção, relação que se intensificou com a chegada da estrada de ferro a São Leopoldo, em 1874 e a Novo Hamburgo, em 1876 Ver: SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. 2^a ed. São Paulo: Nacional, 1977, p. 141-198. e FORTES. *Nós do quarto distrito...*p. 6.

1872 – instalação definitiva do serviço de bondes; 1874 – iluminação a gás; 1879 – fundação da primeira companhia de seguros do RS (a Phenix); 1884 – serviço telefônico; 1896 – fundação da Escola de Engenharia¹⁵. Essas obras fizeram, conseqüentemente, com que Porto Alegre recebesse novas levas de trabalhadores, que afluíram tanto do interior do RS quanto de outras partes do país e mesmo do exterior.

Assim, na virada para o século XX, Porto Alegre passou por um crescimento urbano acelerado, sua população que era de 52.000 habitantes, em 1890, dobrou em 1910. Juntamente com a população, cresceram os problemas habitacionais da cidade, os cortiços aumentaram em mais de quatro vezes, de trezentos, em 1890 para mais de mil e duzentos em 1904¹⁶.

Além dos antigos cortiços, localizados nos arrabaldes, novos núcleos (ou ajuntamentos) populacionais passaram a ser cenário de convivência de diversos grupos étnicos e essa situação acabou por marcar a geografia da cidade. Exemplar, nesse sentido, é a ocupação do 4º Distrito – região operária formada pelos bairros São João e Navegantes –, originária tanto da chegada de imigrantes alemães e de outras nacionalidades quanto da concentração de trabalhadores de descendência alemã provenientes de São Leopoldo e outras regiões do Rio Grande do Sul¹⁷.

Essa nova realidade permitiu que pessoas provenientes de distintos lugares, e que dificilmente se sentiriam parte de um mesmo grupo étnico em suas regiões de origem, passassem a ser vistas pelos outros e a se identificarem a partir de uma identidade étnica redimensionada e redefinida nesse novo contexto. Aqui se pode citar o exemplo dos “alemães”, grupo proveniente de distintas regiões e falantes de diferentes dialetos de origem germânica que, ao conviverem entre si e com os

¹⁵ SINGER. *Desenvolvimento econômico...* p, 162.

¹⁶ RIO GRANDE DO SUL. *Anuário do Estado*, 1893, p. 156; RIO GRANDE DO SUL. “Repartição de Estatística - Relatório 1913”. *A Federação*, Porto Alegre, 1914, p. 24.

¹⁷ FORTES, *Nós do quarto distrito...*p. 3-22.

descendentes de imigrantes provenientes da região colonial, passaram a se perceber e a serem percebidos como formadores de um mesmo grupo étnico. Assim, características que antes os distinguiam foram amenizadas e traços identificadores foram reforçados (gostos, aspecto físico, teatralização de festas ou cerimônias).

Some-se a isso o fato de que a modernização e o crescimento das oficinas e fábricas da cidade esteve profundamente vinculado aos investimentos de empresários provenientes da região colonial, especialmente os teuto-brasileiros¹⁸, da mesma forma que o emprego da mão-de-obra muitas vezes obedeceu a critérios étnicos. Essa situação explica-se pelo fato de que os empresários (tanto das indústrias quanto de grandes empresas comerciais) preferiam recrutar na Alemanha os técnicos para a montagem, operação e supervisão do funcionamento das novas máquinas, ao passo que os trabalhadores não especializados eram recrutados entre os oriundos da colônia alemã e entre os trabalhadores “nacionais”.

Além disso, os trabalhadores de origem germânica seriam vistos pelos líderes políticos locais, conforme destaca Joan Bak, não como elementos perigosos que precisassem de repressão, “mas como artesãos independentes, trabalhadores e virtuosos de ‘boa estirpe européia’ que muito poderiam contribuir para o desenvolvimento regional”¹⁹. Assim, o peso da etnia alemã no contexto operário da cidade será um dos pontos importantes a considerar nessa análise.

Um dos fatores que merecem destaque no que diz respeito à participação dos alemães nos primórdios da organização do movimento operário porto-alegrense é, entre outros, o fato de que a primeira entidade operária da cidade – a *Allgemeiner Arbeiter Verein* (União Geral de Trabalhadores), fundada em 1892 e que funcionou até

¹⁸ Um estudo já clássico sobre o tema é o citado de Paul Singer. Outro trabalho, mais específico, é o de PESAVENTO. *A burguesia gaúcha...*

¹⁹ BAK. *Classe, etnicidade...*p. 185.

a década de 1930²⁰ – é obra de alemães. Desde o princípio, uma das características marcantes da *Allgemeiner* foi a difusão do pensamento social-democrata alemão ou, pelo menos, de um socialismo difuso e da divulgação da vida e obra de alguns de seus pensadores²¹.

Mesmo que não se possa quantificar o alcance dessa divulgação de biografias e homenagens prestadas aos “grandes vultos” junto ao operariado, não se pode, por outro lado, deixar de destacar que esse tipo de conduta das lideranças socialistas locais acabou por trazer novos personagens ao conhecimento do operariado da cidade – ao menos da parcela de leitores do jornal *Gazetinha* e dos filiados da *Allgemeiner* – apresentando-os como símbolos de virtude, honra e dignidade, apontando-os como modelos (talvez os primeiros) de identificação do operariado porto-alegrense.

Outro indicativo da presença numérica e qualitativa do operariado alemão pode ser percebido pela publicação, ao longo de toda a República Velha, de jornais operários (ou colunas operárias em jornais comerciais e operários) redigidos em alemão. Nesse sentido, destaca-se a figura de Wilhelm [ou Guilherme] Koch. Esse metalúrgico, além de ser redator da seção alemã d'*A Democracia*²², será também um dos principais líderes do operariado germânico durante a greve de 1906 tornando-se, em seguida, delegado da *Allgemeiner* na comissão organizadora da *Federação Operária do Rio Grande do Sul* – FORGS²³.

Da mesma forma, a publicação de importantes documentos, como os estatutos

²⁰ A *Allgemeiner* constituiu-se, portanto, numa das mais duradouras entidades operárias que se tem notícia no país. GERTZ, René. “Um jornal anarquista em Porto Alegre: *Der Freie Arbeiter*. *Veritas*. Porto Alegre, v. 35, n. 140, dezembro, 1990, p. 607.

²¹ Nesse período se encontram vários textos comemorativos ou honoríficos. Assim, por exemplo, a respeito da morte de Ferdinand Lassalle, dizia o jornal *Gazetinha*, em 1897: “comemorando o trigésimo terceiro aniversário do trespasse do grandíloquo vulto do socialismo alemão ofereceu, no dia 29 do passado, à família operária porto-alegrense, a *Allgemeiner Arbeiter Verein*, uma festa cheia de vida e entusiasmo”. *Gazetinha*, Porto Alegre, 2/9/1897, p. 2.

²² Conforme JARDIM, Jorge Luís Pastoriza. *Comunicação e militância. A imprensa operária do Rio Grande do Sul (1892-1923)*. Porto Alegre: PPG-História/PUCRS, 1990, p. 46 e 95, (dissertação de mestrado).

²³ *A Democracia*, Porto Alegre, 28/2/1907, p.1.

do *Partido Socialista*, em português e alemão, pode indicar tanto a proximidade de parcelas do operariado alemão à social-democracia quanto a relevância do componente étnico no movimento operário nascente em Porto Alegre. Assim, não se pode esquecer, por exemplo, que quando o *Partido Socialista Rio-Grandense* foi formado, em 1897, quase metade de seus fundadores tinham nomes alemães. Também foi observado que Francisco Xavier da Costa entrou em contato com os textos socialistas a partir da convivência com colegas alemães no interior das oficinas gráficas de Emílio Wiedmann, e ainda, que sua habilidade em comunicar-se em alemão facilitou sua atuação como liderança socialista entre os operários desse grupo, transformando-se em um elo entre eles e os nacionais²⁴.

Mesmo quando o socialismo rio-grandense difundiu-se entre outras etnias, manteve ainda uma “coloração germânica”. Exemplo disso é a fundação do já citado *Partido Socialista do Rio Grande do Sul*, em 1897, na qual os hinos que integraram a cerimônia foram cantados em três línguas: português, alemão e italiano, representando os três grupos étnicos dominantes. Naquele momento, foi eleita uma comissão para liderar o grupo, com representação das três etnias. Os textos que relatam a fundação do partido apareceram na imprensa local em alemão e italiano, e o manifesto do partido foi impresso em uma página com formato dividido: metade em português e metade em alemão²⁵.

Todos esses indicativos levaram alguns estudiosos a considerar que em Porto Alegre chegou a formar-se “uma elite operária étnica e culturalmente alemã”²⁶. Talvez seja devido a isso que uma das primeiras disputas levadas a efeito pelas lideranças anarquistas porto-alegrenses tenha sido justamente pela redução das influências idiomática e ideológica dos alemães no interior das entidades operárias da cidade.

²⁴ SCHMIDT. *O Patriarca...* p. 45, analisa a convivência de Xavier da Costa com a comunidade alemã e a importância do domínio do idioma germânico para sua liderança no movimento operário porto-alegrense.

²⁵ *Gazetinha*, Porto Alegre, 20/5/1897, p. 2; 1º/05/1897, p. 2-3. Apud: PETERSEN & LUCAS, *Antologia...*, p. 132.

²⁶ GERTZ. “Um jornal anarquista..”, p. 607.

Uma das grandes campanhas realizadas, em inícios do século XX, pelos militantes anarquistas, defendia que o operariado em geral passasse a se comunicar no idioma local, sendo propagandeada a tese de que a língua oficial “deve ser aquela do país onde os trabalhadores moram”²⁷.

Contudo, na prática, imperava o reconhecimento pragmático de que muitos trabalhadores locais ainda dependiam da língua alemã. Prova disso é que a maioria dos grandes movimentos grevistas ocorridos nas primeiras décadas do século XX contaram, em suas mobilizações, com discursos feitos em alemão e português²⁸, ou que, mesmo as constantes campanhas feitas pelos anarquistas pela adoção do “idioma nacional”, não conseguiram impedir que jornais operários anarquistas também fossem dirigidos a esses grupos em seu idioma. Esse é o caso, por exemplo, do *Der freie Arbeiter (O Trabalhador Livre)*, de orientação anarquista, editado de 1920 a 1930, pelo grupo ligado a Friedrich Kniestedt²⁹.

²⁷ *A Luta*, Porto Alegre, 13/9/1906, p.2.

²⁸ Exemplar nesse sentido é a greve dos trabalhadores madeireiros em 1906. Ver: Marçal. *Primeiras lutas...* p. 103; *Petit Journal*, Porto Alegre 3/10/1906, p. 2. Agradeço a Benito Schmidt pelo acesso aos seus fichamentos desse jornal.

²⁹ Friedrich Kniestedt nasceu Kötten, na Alemanha, onde se tornou oficial escoveiro e iniciou sua militância no meio operário, entre 1907-1908, já tendo abraço o ideário anarquista e a luta antimilitarista, sentiu-se ameaçado e resolveu emigrar para o Brasil. Juntamente com a esposa, Elisa Augusta Kniestedt, e com os três filhos instalou-se no interior do Paraná, onde se dedicou à agricultura. Sua permanência na colônia, entretanto, não foi longa, migrando em seguida para São Paulo, onde trabalhou inicialmente nas colheitas de café e depois como operário em Ribeirão Preto. Em 1912, seguindo recomendações médicas, a família Kniestedt retornou à Alemanha, lá permanecendo até 1914. Novamente a militância anarquista e antimilitarista de Kniestedt os colocam em perigo e eles resolvem voltar ao Brasil. Estabelecem-se novamente no interior do Paraná, dedicando-se novamente as lides de pequenos proprietários, ali permanecendo até 1917. Nesse ano venderam e distribuíram todos os seus pertences entre os vizinhos e mudaram-se para Pelotas (importante pólo industrial da Região Sul do RGS). Nessa cidade, Friedrich foi contratado como mestre de uma fábrica de escovas e retomou sua militância operária, entretanto, ali permaneceu apenas quatro meses. Os Kniestedt mudaram-se então para Porto Alegre. Na capital do estado, Friedrich passou a participar da organização anarquista, ajudando a fundar ou participando de associações, escolas, jornais, greves, congressos operários e tendo sido, conforme suas palavras: “mais de 50 vezes [...] hóspede involuntário da chefatura de polícia”. Dedicou-se, nos últimos anos de vida à causa antinazista, vindo a falecer em 1947. Ver: GERTZ, René. *Memórias de um imigrante anarquista: Friedrich Kniestedt*.

Pode-se observar ainda a importância do domínio do idioma alemão por parte de lideranças operárias de outras origens étnicas, de diferentes tendências ideológicas, não apenas para expandirem sua influência a essa parcela do operariado, mas, também, para servirem como elo entre estes e os operários de outras etnias. Além do exemplo de Xavier da Costa, anteriormente referido, cito ainda o caso do anarquista Zenon (Budazewiski) de Almeida que, sendo descendente de judeus poloneses, teve contato com o idioma germânico porque fez seus estudos primários em uma escola alemã em Porto Alegre³⁰.

As primeiras comemorações do Primeiro de Maio em Porto Alegre também tiveram, entre seus iniciadores, membros da *Allgemeiner Arbeiter Verein*. A título de ilustração, apresento abaixo a narrativa do jornal *A Democracia* sobre as comemorações do Primeiro de Maio em 1905. Diz o articulista,

Reuniu-se em frente à sede da *Arbeiter Verein* uma multidão de operários [...] Se fizeram ouvir os srs. [...] José Zeller Rethaler e Guilherme Koch, em alemão, como representantes do elemento operário de origem germânica ente nós, Antônio Nalepinski, do eslavo e Pedro Paulo Pereira, do latino.
[...] Em intervalos de um a outro discurso foram cantados hinos, [...] um em alemão, interpretado proficientemente pelo corpo coral da *Arbeiter Verein* e outro em português, poema do nosso companheiro diretor desta folha e música do inspirado professor e artista tipógrafo sr. Manoel Corrêa.

A reunião dissolveu-se às 10 horas da noite, mais ou menos, sendo por esta ocasião erguidos entusiásticos vivas à *Arbeiter Verein*, à *União de Resistência Padeiral*, à *Liga Operária Internacional*, ao *Partido Operário*³¹.

Por esse relato, pode-se perceber que a divisão em pelo menos três grupos

Porto Alegre: EST, 1989; GERTZ, René. “Operários alemães no Rio Grande do Sul (1920-1937) ou Friedrich Kniestedt também foi um imigrante alemão”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/ Ed. Marco Zero, v. 6, n^o 11, set. 85/fev. 86; MARÇAL. *Os anarquistas...*p. 91-94.

³⁰ Zenon Budazewiski, filho de judeus poloneses, adotou o sobrenome Almeida quando iniciou sua militância nos meios operários anarquistas da cidade. Segundo seu filho, Marat Budazewiski, ele falava, de berço, o iídiche, mas, tendo feito sua formação básica em uma escola alemã, dominou esse idioma como sua segunda língua. Ver ainda nota 41, no Terceiro Capítulo.

³¹ *A Democracia*, Porto Alegre, 7/5/1905, p. 2.

étnicos distintos ainda era marcante na Porto Alegre do início do século XX, não obstante já ser mencionado o “elemento operário de origem eslava” – tratando-se provavelmente de representantes da sociedade operária polonesa *Towzystwo Napzód*. Podemos observar, além disso, que o texto procurava reforçar a idéia de coesão na diversidade, ressaltando que as comemorações do Primeiro de Maio abrangiam o operariado em suas variadas etnias. Na prática, entretanto, o que se verificava naquele momento era uma forte ligação dos grupos étnicos com sua área de atuação profissional, ou seja, cada etnia tendia a reunir-se em torno de ocupações comuns e era identificada com as mesmas.

Dessa forma, os italianos eram principalmente sapateiros, alfaiates, carpinteiros, fabricantes de móveis, funileiros, ferreiros, açougueiros, padeiros, carroceiros, pedreiros e trabalhadores da construção civil³² e os alemães metalúrgicos, chapeleiros e marceneiros. Em conseqüência, quando se formavam os sindicatos profissionais, alguns acabavam ficando sob o controle de um único grupo étnico. Assim, a associação profissional onde os italianos predominavam era a *Associação dos Sapateiros*, fundada em 1901. Já *A União dos Metalúrgicos*, fundada em 1905, contava somente com membros alemães até 1910 e se reunia na sede da *Allgemeiner*. *A União dos Chapeleiros*, formada durante a greve de 1906, também refletia o caráter germânico dos seus sócios e possuía somente um oficial que não era alemão³³.

Com o passar do tempo, e devido a uma série de fatores – entre eles, o aumento populacional e as diferenciações de caráter ideológico – as relações identitárias tenderam a se tornar mais complexas ou mesmo tensas. Assim, se por um lado, a social-democracia desenvolveu-se em Porto Alegre a partir do operariado alemão, por outro, o anarquismo parece ter tido sua divulgação inicial ligada aos

³² BORGES, Stella. *Italianos: Porto Alegre e trabalho*. Porto Alegre: EST, 1993, p. 66-80; CONSTANTINO, Núncia. *O italiano da esquina: imigrantes na sociedade porto-alegrense*. Porto Alegre: EST, 1991, p. 58, 60-61, 97, 118.

³³ *A Luta*, Porto Alegre, 15/3/1907, p. 1.

imigrantes italianos. Nesse sentido, provavelmente teve influência considerável a vinda de ex-integrantes da Colônia Cecília em 1894 e 1895. Segundo um relatório de Polydoro dos Santos, eles “intrometeram-se logo no movimento operário local e aí imediatamente fizeram sentir sua ação”³⁴.

Alguns dados de 1890 podem ajudar a perceber a presença de italianos e seus descendentes em Porto Alegre. Naquele ano, eram em torno de seis mil pessoas, o que significava aproximadamente 10% da população da cidade e dedicavam-se a uma gama variada de atividades. Assim, não chega a ser um fato estranho constatar a atuação de militantes anarquistas de origem italiana no *Primeiro Congresso Operário Sul Rio-Grandense* – realizado em 1898 e presidido pelo socialista Xavier da Costa. Dessa “intromissão”, são resultados assinaláveis: a defesa das táticas de boicote e sabotagem como formas de luta do operariado e, após o Congresso, a fundação do *Grupo de Estudos Sociais* e do *Grupo dos Homens Livres*. Ao que tudo indica, nesse período, as clivagens ideológicas começaram a se tornar tão fortes que não foi mais possível que a *União Operária Internacional* continuasse congregando socialistas e anarquistas³⁵.

Outro fator interessante é o significativo número de assinantes do jornal *A Luta* que possuíam sobrenomes de origem italiana, o que pode ser um indicativo de que o anarquismo contava, no período da primeira fase de circulação do veículo (1906 a 1911) com algum embasamento nessa comunidade³⁶.

Mas, se até aqui venho apenas contextualizando como ocorria essa presença dos trabalhadores de diferentes grupos étnicos na organização do incipiente movimento operário cidade, penso que é chegado o momento de buscar demonstrar mais claramente como essa convivência, esses conflitos e inter-relações no interior do

³⁴ Relatório enviado ao Centro Libertário de São Paulo e publicado na revista *A Vida*, Rio de Janeiro, ano 1, n.2, dez. 1914, p. 14. Apud: PETERSEN. *Que a União....*, p. 135-136.

³⁵ JARDIM. *Comunicação...*, p. 85.

³⁶ *A Luta*, Porto Alegre, 13/9/ 1906, p. 1-3.

mundo do trabalho, acabaram por marcar a forma como se construiu a identidade operária porto-alegrense. Nesse sentido, parece-me que os momentos onde afloravam tensões e contradições são privilegiados na oferta de possibilidades de análise.

Para tanto, recorrerei a algumas matérias publicadas em jornais operários e em veículos comerciais, demonstrando que o peso da “força estrangeira” no mercado de trabalho porto-alegrense não deixava de causar preocupações.

Mesmo que, como foi dito, as obras públicas em Porto Alegre crescessem em ritmo acelerado, a disputa por empregos fazia com que aparecessem reclamações em torno da preferência pelos trabalhadores “de fora” em detrimento dos “nacionais”. É esse o caso do artigo publicado em dezembro de 1899, na seção proletária do jornal *Gazetinha*. Nele, Norberto Jacques da Silva lamentava que

Hoje, já não vêm colonos para colonizar as matas, mas sim para colonizar as cidades, vilas e povoações, etc.
 Já vedes, pois esses colonos têm que trabalhar e procurar meios para viver, e eis onde está a ruína do proletariado nacional.
 E de quem é a culpa desta ruína que nos oprime?
 Não pode ser de outros se não os homens do poder, que, nas cláusulas de contrato de colonização, não estabelecem uma que é, ou persistência fixa em suas colônias ou, do contrário, o regresso para sua terra.
 Assim, eles seriam persistentes e o proletariado nacional não sofreria o que sofre³⁷.

A cobrança do articulista no sentido de que as autoridades obrigassem os colonos a permanecerem nas áreas rurais apontava para o fato de que as gerações de descendentes de imigrantes estavam progressivamente buscando novas frentes de trabalho, pois, não tendo mais como subsistir nas antigas colônias – devido, entre outros fatores, à “minifundialização” acelerada – buscavam outros meios de sobrevivência, abrindo novas colônias, cada vez mais ao norte do Estado, ou migrando para as cidades e empregando-se nas obras públicas ou nas novas fábricas e, nesse caso, Porto Alegre era um destino privilegiado.

Seguindo na exposição do problema, o articulista reclamava ainda que essa

³⁷ *Gazetinha*, Porto Alegre, 22/12/1899, p. 2.

concorrência acabava por fazer com que os nacionais vagassem “pelas ruas da cidade a procura de trabalho, dias, semanas e meses sem o achar”. E, lançando ainda uma acusação direta, dizia:

Lembrai-vos a quem pertence e a quem tem pertencido as obras públicas aqui em Porto Alegre! A quem é dada a preferência, não só das obras públicas como das particulares [...] Ao estrangeiro, com especialidade aos Italianos, esses é que gozam de todas as regalias ao passo que o proletariado nacional, é tratado com indiferença e menosprezado, não só por seus compatriotas como também pelos próprios estrangeiros³⁸.

A solução desse problema estaria, segundo o texto, na força eleitoral dos trabalhadores nacionais. Estes deveriam fazer valer seu voto e obrigar os políticos a legislarem de maneira a garantir-lhes a prioridade nos empregos.

A reação a esse artigo não se fez esperar. No dia seguinte Xavier da Costa respondeu-lhe – utilizando-se da mesma coluna na *Gazetinha* – com um texto intitulado “Má orientação”, no qual defendia que o escrito de Jacques da Silva era “um dos funestos resultados da desorientação e da falta de organização em que vive aqui a nossa classe, para nossa vergonha e para nosso desproveito, em todo sentido, perante o burguês”.

Xavier da Costa iniciava seu artigo perguntando, em tom indignado: “Mas, pelo amor de Deus, companheiro! o que é que vale mais do que o operário italiano, alemão, espanhol ou de outra qualquer nacionalidade e estrangeiro do que o operário brasileiro?”. E, em seguida, fazia questão de esclarecer que ele também era “operário, brasileiro, rio-grandense e porto-alegrense...”, portanto, alguém “acima de qualquer suspeita”.

No entanto, o ponto central do texto de Xavier da Costa era a defesa de que os operários, em geral, deviam “abolir [...] esse preconceito ridículo de nacionalidade”, enfatizando que:

[...] somos uma e a mesma coisa aqui ou ali, no Brasil ou nos Estados Unidos da América do Norte; aqui no continente colombiano,

³⁸ *Gazetinha*, Porto Alegre, 22/12/1899, p. 2.

ou na Europa, na Ásia ou em qualquer outra parte do mundo não passamos da condição de vítimas sujeitas ao poder do Maloch; nosso esforço, nossa vida é mais em proveito do burguês do que em nosso mesmo. Na condição de trabalhar para ter o que comer. Não temos outra pátria senão essa a que todo céu serve de cúpula [sic] e que compreende todas as terras e todos os mares: a pátria do operário é o universo [...].

Esse texto que, diga-se de passagem, reafirma uma importante característica identitária – destacada no Primeiro Capítulo – ao demonstrar a oposição universal entre o operariado e a burguesia, tratava, em seu desenvolvimento, de uma outra característica igualmente cara às lideranças operárias: a necessidade de união. Assim, Xavier da Costa, além de repreender “o companheiro Norberto”, procurou demonstrar que muito mais sábio, por parte dos operários porto-alegrenses, seria que eles aprendessem com os operários estrangeiros “o segredo deles poderem trabalhar assim”. E isso seria conseguido através de uma política associativista. Dessa forma, Xavier da Costa aconselhava que os operários estrangeiros deveriam ser chamados à união com os nacionais: “unindo-nos com eles ou eles conosco e assim como indubitavelmente são iguais os nossos interesses, poder-se-á com facilidade evitar predileções e, mais do que isso, as prevenções de parte à parte”.

Ao concluir, Xavier da Costa não apenas lançava mais uma reprimenda ao comportamento de Jacques da Silva – dizendo-lhe que “não há razão nem é correto procurar dividir ainda mais o proletariado, como o fez em seu artigo, desde a primeira frase, assim concebida: ‘Operários nacionais, é chegado o tempo de estarmos de prontidão!’” – mas, principalmente, aproveita o momento para reiterar uma das máximas socialistas: “de prontidão devemos estar, e sempre, todos nós trabalhadores nacionais e estrangeiros, tendo como ensinamento inesquecível este brado do impertérito batalhador de nossa causa, Carlos Marx: Proletários de todo mundo: unidos!”³⁹.

No entanto, por mais que Xavier da Costa criticasse as idéias discriminatórias de Jacques da Silva, não se pode deixar de perceber que em Porto Alegre, assim

³⁹ *Gazetinha*, Porto Alegre, 23/12/1899, p. 2.

como em outros centros industriais do país, persistia um forte componente de preconceito racial quando da contratação dos trabalhadores. Dessa forma, a associação, pelo pensamento dominante, dos negros com o crime urbano e com a desordem ajudou a relegar a maioria dos não-brancos a trabalhos domésticos mal-pagos e a preencher as vagas na produção, preferencialmente, com brancos⁴⁰.

Talvez o fato de alguns empresários porto-alegrenses declararem abertamente que contratavam somente “europeus” possa ter sido o motivador de um indignado artigo escrito também por Xavier da Costa, intitulado “A Estupidez Branca”, publicado no jornal *A Democracia*, em 1905. Nele, o articulista que, por ser “um mulato entre alemães”⁴¹, poderia ter vivido pessoalmente alguma dessas situações, denunciava: “em geral é uso de certos indivíduos brancos, cujo valor deve ser aquilatado pela nenhuma educação que têm, tentar deprimir outras pessoas da epiderme morena ou preta citando em tom de desprezo a cor delas”. Em sua opinião,

[...] tais indivíduos não sabem nem conseguirão justificar a razão do desprezo que manifestam pelos que não podem dizer-se representantes da raça caucásia; mas apesar disso o seu supremo argumento, a sua ‘melhor’ forma de insultar é chamar alguém de negro ou mulato como se o fato de alguém não ser branco importasse em prejuízo das qualidades morais ou intelectuais desse mesmo alguém.

E arrematava dizendo, “nota-se comumente que quanto mais baixo em inteligência, em condições de moralidade e de origem é o ‘branco’ mais pronto ele é em exprimir apreço ao preconceito de cores epidérmicas”⁴².

Uma das principais formas de lidar com esse preconceito era reforçar a solidariedade étnica entre os negros. Assim, Porto Alegre viu surgir, desde o século XVIII, várias associações e irmandades. Liane Muller⁴³ refere-se às principais:

⁴⁰ PESAVENTO. *A emergência dos subalternos...* p. 71 e 75-79.

⁴¹ A expressão “mulato entre alemães”, referindo-se a Francisco Xavier da Costa, foi utilizada, ao longo da tese de SCHMIDT. *O Patriarca...*

⁴² *A Democracia*, Porto Alegre, 12/11/1905, p.2.

⁴³ MÜLLER, Liane Susan. ‘*As contas do meu rosário são balas de artilharia*’ – *Irmandade, jornal e associações negras em Porto Alegre (1889-1920)*. Porto Alegre: PPG-História, PUCRS, 1999. (Dissertação de Mestrado).

Irmandade do Rosário, fundada em 1786, *Floresta Aurora* e *Sociedade Beneficente Laço de Ouro* (do século XIX), como entidades voltadas inicialmente à compra de alforrias e, após a abolição, às sociabilidades, à educação e ao socorro financeiro das famílias necessitadas, bem como ao amparo às crianças órfãs.

Paralelamente às associações, um veículo de imprensa teve destacado papel na valorização social dos negros em Porto Alegre. Ainda conforme Müller, “o jornal *O Exemplo*, criado em 1892, durante mais de três décadas procurou, entre seus objetivos explícitos, conscientizar a comunidade de suas reais potencialidades e direitos”, empenhando-se especialmente “em divulgar o trabalho realizado nos clubes e sociedades”, realçando suas atividades de ajuda mútua, discutindo as várias formas de preconceitos e trabalhando “incessantemente para a ascensão social dos descendentes de escravizados”⁴⁴.

Entretanto, a discriminação não era restrita aos operários negros, ainda em relação a esse tema, pode-se observar, n’ *A Luta*, a condenação a uma outra faceta do problema. Em sua coluna “Factos e Comentários”, de agosto de 1909, esse jornal denunciou a experiência de um operário carioca que, encontrando-se desempregado, foi à Intendência Municipal indagar se havia algum serviço nas obras públicas, ao que teria respondido o Intendente, José Montauray: “- Então eu vou deixar de dar serviço para os filhos da terra, para dar para o Sr. que veio do Rio?”.

O articulista ponderava, em sua condenação: “o Sr. Montauray poderia ter respondido ao modesto operário que lhe foi pedir serviço, outra banalidade qualquer que não fosse tão dolorosa que, pelo menos, deixasse a ilusão de que a hospitalidade rio-grandense não é só entre o povo trabalhador que existe”. E concluía: “o Sr. Intendente deu uma boa mostra do que é o patriotismo burguês: egoísmo e mentira”⁴⁵. Note-se que, além da discussão em torno das atitudes discriminatórias, o articulista valeu-se do exemplo para ressaltar a solidariedade operária que existia na cidade,

⁴⁴ MÜLLER. ‘*As contas...*’ p. 17.

⁴⁵ *A Luta*, Porto Alegre, 12/08/1909, p.2.

colocando-a em contraposição ao egoísmo burguês.

Em outras fontes podemos encontrar igualmente indícios de tensões envolvendo questões étnicas no interior do movimento operário. Por exemplo, o *Jornal do Comércio*, ao comentar a participação de operários estrangeiros na greve de 1906, fez a seguinte classificação:

Dividem-se em dois grupos radicalmente opostos, os operários paredistas estrangeiros.

Os alemães, que são socialistas, entendem que devem voltar ao trabalho, aceitando o que lhes foi proposto pelos industrialistas, e isso fazem por meio de um decreto com aplauso coletivo.

Os polacos e italianos, anarquistas, opõem-se à volta ao trabalho⁴⁶.

Embora o jornal não faça menção a nomes, podemos depreender que, ao referir-se aos anarquistas, esteja mencionando o italiano Henrique Faccini e o polonês Steffan Michalski – o primeiro era membro de uma das antigas famílias da colônia Cecília e o segundo foi, durante muitos anos, o ponto de contato dos militantes anarquistas do centro do país com o jornal *A Luta*. Ambos participaram da fundação do *Sindicato dos Marmoristas* – categoria que deu início ao movimento, paralisando as atividades nas oficinas de Aloys Friedrichs – e pertencentes ao grupo de militantes anarquistas de Porto Alegre⁴⁷.

Uma outra versão, apresentada alguns dias antes por outro veículo da imprensa comercial da cidade, o *Correio do Povo*, noticiava que os principais “promotores e instigadores do movimento paredista” seriam dois “súditos alemães, homens inteligentes e instruídos que estariam sob a constante vigilância policial”⁴⁸. Esses “dois súditos alemães instruídos” eram, muito provavelmente, José Zeller-Rethaller e Wilhelm Koch, ambos metalúrgicos, que já participavam, de longa data, da militância socialista na comunidade germânica porto-alegrense – haviam ajudado a fundar a *Allgemeiner Arbeiter Verein* e a *Liga Operária*, em 1892; o *Partido Socialista*,

⁴⁶ *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 14/10/1906, p. 1.

⁴⁷ O *Sindicato dos Marmoristas e Classes Anexas* foi fundado durante a greve de 1906, tendo Michalski como Presidente e Faccini como tesoureiro. MARÇAL, *Primeiras lutas...* p. 80

⁴⁸ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11/10/1906, p.1.

em 1897; o *Partido Operário* e a *União dos Metalúrgicos*, em 1905 e a *Federação Operária do Rio Grande do Sul* (FORGS), em 1906. No período da greve, Zeller-Rethaller era presidente da *Allgemeiner* e Koch tornou-se vice-presidente da recém fundada *Federação Operária*.

Mas, o artigo do *Correio do Povo* chama atenção principalmente por tentar diferenciar os líderes da greve – que seriam estrangeiros – dos descendentes de imigrantes alemães nascidos no Brasil, enfatizando que os primeiros permaneciam leais ao Reich Alemão e representavam, portanto, um grande perigo, ao passo que os “pacíficos e ordeiros” descendentes poderiam ser considerados “brasileiros leais”⁴⁹.

Talvez as críticas endereçadas, alguns anos mais tarde, pelo anarquista alemão Friedrich Kniestedt aos trabalhadores germânicos encontrassem sua justificativa na apologia ao comportamento “ordeiro e pacífico” desses trabalhadores, tantas vezes propalado pela imprensa e pelas autoridades locais. Segundo Kniestedt, entre os trabalhadores do Rio Grande do Sul, ainda em 1923,

[...] os mais indiferentes são os alemães. Mostram-se satisfeitos com qualquer osso que os exploradores lhes atirem, isto é, na verdade eles ficam murmurando, cerram os punhos, dentro do bolso... mas no mais, bem, no mais se consideram superiores aos proletas (sic) locais com sua mania de grandeza nacionalista⁵⁰.

Kniestedt acusava ainda: “entre os mineiros há trabalhadores de várias nacionalidades e que quando há uma greve a polícia privada que reprime os grevistas é comandada por um alemão e os fura greves também são alemães”⁵¹.

Parece-me, no entanto, que entre esses vários fatores, alguns têm maior potencial para desencadear tensões entre as diversas etnias de operários que viviam

⁴⁹ René Gertz, destaca que desde a criação do império alemão em 1871 difundiu-se uma idéia de não-integração, de segregação e anti-patriotismo da comunidade teuta. Essa situação decorreria do fato de que “A Alemanha não tinha colônias e ideólogos e estrategistas alemães pensaram no aproveitamento dos ‘alemães do exterior’ em benefício da ‘pátria-mãe’”. GERTZ René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991, p. 15.

⁵⁰ *Der Freie Arbeiter*, Porto Alegre, 4/8/1923. Apud GERTZ, “Um jornal anarquista...”. p. 616.

⁵¹ *Der Freie Arbeiter*, Porto Alegre, 21/6/1924. Apud GERTZ, “Um jornal anarquista...”, p. 617.

em Porto Alegre nesse período. Além das disputas, assinaladas anteriormente, por colocações no mercado de trabalho, existia ainda um outro fator de diferenciação: a possibilidade real, ainda que em grau cada vez mais reduzido, de alguns operários germânicos virem a “mudar de lado” no mundo produtivo, tornando-se proprietários.

Além do caso do “mestre” Aloys, já comentado no Primeiro Capítulo, também ajuda a exemplificar essa situação o fato de que, ironicamente, o próprio Kniestedt, já velho militante anarquista, se viu um dia confrontado com uma proposta da firma Mentz e Co. – que havia fundado uma fábrica de escovas que não estava funcionando a contento – de tornar-se proprietário dessa pequena indústria. Kniestedt conta que foram realizados diversos encontros para tratar do negócio, o qual chegou mesmo a parecer-lhe “em condições muito vantajosas”, mas a compra acabou não se concretizando, segundo Kniestedt, por “uma questão de princípio”, em suas palavras, por não admitir “explorar o trabalho de outros”⁵².

Mas, mesmo que os trabalhadores alemães não viessem a se tornar empresários, havia ainda a sua já comentada virtuosidade técnica, fator de diferenciação tanto para aqueles que mantinham o domínio de algum tipo de trabalho artesanal, nas oficinas, como daqueles que possuíam alguma especialização na montagem ou controle das máquinas, nas indústrias.

Além disso, a organização política do Rio Grande do Sul, durante a Primeira República, reforçava significativamente a solidariedade étnica alemã. O Partido Republicano Rio-grandense favorecia-se de um intercâmbio de concessões políticas em troca da autonomia étnico-cultural: de um lado, o governo apoiava a manutenção da cultura alemã e, por seu turno, as lideranças da comunidade germânica garantiam-lhe apoio político. Essa comunidade, que representava a quarta parte dos votantes registrados no Estado, foi dividida em três distritos eleitorais diferentes evitando, dessa forma, a formação de um bloco eleitoral homogêneo, facilitando a manutenção de um

⁵² *Das Deutsche Buch*, maio de 1937. Apud GERTZ, “Operários alemães...”, p. 80 e GERTZ. *Memórias...*, p. 144.

eleitorado submisso, uma das chaves do sistema político castilhistaborgista⁵³. Esse sistema sobreviveu até mesmo a alguns reveses quando, na virada para o século XX, o pan-germanismo e o medo do “perigo alemão” começaram preocupar as autoridades brasileiras⁵⁴.

Os fatores, que ajudavam a reforçar o “orgulho étnico”, eram ainda reafirmados pelas constantes demonstrações simbólicas de solidariedade e pertencimento, que permitiam aos operários e seus descendentes identificarem-se mais com sua comunidade étnica – aí incluídos os empresários – do que com os demais operários de outras etnias. Nesse sentido, deve-se levar em conta que a existência de interesses materiais em comum não são a única condição para o desenvolvimento de uma solidariedade de grupo ou uma ação coletiva⁵⁵, pois não se pode esquecer que a comunidade transmite de modo seletivo a interpretação da memória compartilhada que forma uma história comum, transformando, a partir de “traços culturais diferenciadores”, determinados fatos e personagens, por meio de um trabalho do imaginário social, em símbolos significativos da identidade coletiva⁵⁶.

Esse trabalho que, entre outros resultados, permite que o simples uso de um turbante ou de uma aliança, a cor de um véu colocado sobre a cabeça, possam designar, para o conjunto da sociedade, o estado civil ou a posição social ocupada por

⁵³ PESAVENTO, Sandra. “O imigrante...”, p. 156-194.

⁵⁴ Em 1904, amostras da retórica pan-germana de jornais alemães apareceram no *Correio do Povo* de Porto Alegre, proclamando que a esfera de influência do Reich se estendia até o Rio Grande do Sul. O furor foi alimentado por notícias de dois incidentes diplomáticos: a intervenção alemã de 1904 na crise da dívida da Venezuela e a alegada violação da soberania brasileira por marinheiros do navio de bandeira alemã Panther, em Santa Catarina, em 1905. Alguns líderes da comunidade alemã de Porto Alegre fizeram questão de aclamar os sentimentos anti-germânicos e afirmaram sua lealdade ao Brasil. Em 1904, fundaram um novo semanário, o *Rio Grandenser Vaterland*, cujo nome proclamava a lealdade dos teuto-brasileiros ao estado de Rio Grande do Sul. Políticos locais apoiaram o jornal e sua oposição às causas pan-germânicas. LUEBK, Frederick. *Germans in Brazil: A comparative history of cultural conflict during World War I*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1987, p. 71-74. Apud BAK. “Classe, etnicidade...” p. 199.

⁵⁵ HECHTER, M. “Le colonialisme interne revu et corrigé”. *Pluriel*, n. 32, 1982, p. 119-128. Apud POUTIGNAT. *Teorias...* p. 105.

⁵⁶ POUTIGNAT. *Teorias...* p. 12-13.

uma pessoa, também ajuda a explicar como funciona a construção de uma identidade étnica, na medida que em que esta necessita passar por um processo de teatralização, de utilização de espaços cênicos, onde os valores culturais adquirem um valor expressivo e são reivindicados publicamente como identificadores de um determinado grupo⁵⁷.

Na Porto Alegre da virada para o século XX, tem-se uma série de exemplos de cerimônias, festas, campeonatos esportivos e sociedades que proporcionavam identificadores que realimentavam uma “consciência coletiva” de pertencimento às comunidades étnicas⁵⁸. Mas, para não me alongar demasiadamente, cito aqui, como exemplo de um desses espaços cênicos, uma das mais conhecidas festas alusivas à “germanidade” – a *Oktoberfest*.

Essa festividade, em Porto Alegre, é resultante da associação de casais bávaros que, liderados por Ferdinand Schlatter, reuniram-se, em 1903, para “cultuar a canção popular bávara”. Esse “culto” expandiu-se com a entrada de outros imigrantes – os *schwaben* (suábios) e os *österreicher* (austríacos) – diversificando as atividades do grupo, em 1906 começaram as apresentações teatrais e, em 1911, já como integrantes do principal clube alemão da cidade, o *Turnerbund*⁵⁹, iniciaram-se os festejos de outubro. A festa, que congregava tanto patrões quanto operários, caracterizava-se principalmente pela reunião de diversas atividades recreativas e competitivas (tiro, ginástica, danças) e pelos símbolos alusivos a diferentes regiões da Alemanha aqui apresentados como representações da “germanidade”, tudo isso

⁵⁷ POUTIGNAT. *Teorias...* p. 112-113.

⁵⁸ Ver, entre outros: ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969. *CEM ANOS de germanidade no Rio Grande do Sul (1824-1924)*. Trad. Arthur Blásio Rambo. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 1999; GRÜTZMANN, Imgart. *A Mágica Flor Azul: a canção em língua alemã e o germanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre; PUCRS, Faculdade de Letras, 1999. (Tese de Doutorado).

⁵⁹ *Turnerbund*, Sociedade de Ginástica, fundada em 1892, passou a designar-se Sociedade de Ginástica Porto Alegre – SOGIPA, no período da Segunda Guerra Mundial.

regado a muito chope, evidentemente⁶⁰.

Entretanto, não se pode esquecer que, como já foi assinalado anteriormente, os critérios de inclusão e exclusão dessa solidariedade sofrem modificações no curso dos processos sociais. Exemplar, nesse sentido, é o caso da rápida transformação de solidariedades engendradas no contexto da greve de 1906. Joan Bak destaca que alguns dos grevistas estavam ingressando pela primeira vez na dinâmica das grandes fábricas, onde precisavam aprender rapidamente a conviver com relações sociais hierárquicas e disciplinadas, muito distantes das situações de integração étnica, vivenciadas em seus clubes e festividades⁶¹.

Naquele contexto, acentuava-se uma tendência de rompimento da sociabilidade entre patrões e operários, uma vez que os primeiros passavam, progressivamente, a se relacionar mais com outros empresários, tanto nacionais quanto de outras origens étnicas, freqüentando seus clubes e solenidades. Nesse momento, a solidariedade étnica começava a ceder espaço a solidariedade de classe. Um exemplo, nesse sentido, é dado pelo cônsul italiano que, na mesma época, lamentava que muitos italianos que chegavam a ter uma boa situação econômica passassem a viver “freqüentemente em ambiente separado” e se negassem a tomar “parte da vida coletiva dos seus compatriotas”⁶². De maneira semelhante, nos hotéis, cafés e cervejarias da cidade, prósperos imigrantes alemães e seus descendentes conviviam cada vez mais com os brasileiros das classes alta e média. Assim, o fato de apreciarem juntos a boa qualidade de sua cerveja passava a promover essa nova sociabilidade, em detrimento da convivência com os operários da mesma origem

⁶⁰ Ver: SILVA, Haike Roselane Kleber da. *Oktoberfest: 90 anos*. Porto Alegre; SOGIPA, 2001. A afirmação de que a festa congregava operários e patrões é feita com base nos registros fotográficos que se encontram nesse livro.

⁶¹ BAK. *Classe, etnicidade...*, p. 186.

⁶² CONSTANTINO, *O italiano...* p. 51

étnica⁶³.

Outra demonstração de que os interesses de classe começavam a se sobrepor rapidamente à solidariedade étnica é a forma como os empresários se organizaram para a negociação da greve de 1906. Capitaneadas por Alberto Bins, empresários nacionais e estrangeiros buscaram dar uma resposta coletiva ao movimento e, logo após a fundação da *Federação Operária*, chegaram a cogitar a organização de um convênio de industrialistas que viria, dali em diante, a negociar com a FORGS⁶⁴. Mesmo que essa associação de industrialistas não tenha chegado a se efetivar, é interessante perceber a existência de um movimento de união de interesses classistas, para além da solidariedade étnica, já na primeira manifestação de força mais efetiva dos operários porto-alegrenses. O que indica que a exaltação dos valores morais e da lealdade étnica pode vir a se transformar, em algumas ocasiões, apenas em um mecanismo de controle para os membros do grupo que conseguiram acesso a posições dominantes na sociedade⁶⁵.

Entretanto, existem ainda outros fatores marcantes nesse contexto de transformações das comunidades etnicamente homogêneas em heterogêneas: um deles é o fato de que Porto Alegre recebeu, como já foi assinalado, ao longo das primeiras décadas do século XX, um significativo incremento em seu contingente populacional. Um dos momentos privilegiados da diversificação populacional ocorreu no período das obras de pavimentação e alargamento das ruas da cidade. Esta obra, iniciada em 1913, fez com que um variado contingente de trabalhadores viesse somar-se à população operária porto-alegrense⁶⁶. Eles afluíram não apenas de outras regiões

⁶³ FERREIRA Athos Damasceno. *Colóquios com a minha cidade*. Porto Alegre: Globo, 1974, p. 189-199.

⁶⁴ Essa entidade que acaba por não prosperar, iria inspirar-se nos estatutos de uma congênere do RJ. Ver: BILHÃO, *Rivalidades...*, p. 48-55.

⁶⁵ POUTIGNAT, *Teorias...*, p. 99.

⁶⁶ Segundo Relatório da FORGS, 1913. Apud PETERSEN & LUCAS. *Antologia...* 164-173, o *Sindicato dos Pedreiros* passou a contar, nesse período, com aproximadamente 1.400 sócios e, segundo estimativa de SILVA JR. 'Povo, trabalhadores!...' p. 41, pelo menos mais 100 operários canteiros vieram somar-se a

do Brasil – sendo que para isso existia até mesmo uma verba do Ministério da Agricultura, que garantia o deslocamento de mão-de-obra de uma região para outra⁶⁷ – mas vieram também de outros países, nesse caso, privilegiadamente, de Portugal e Espanha.

Um dos fatores destacados nesse contexto é o fato de que essas novas levas de operários eram provenientes de regiões onde a identidade nacional já estava consolidada – diferentemente dos alemães e italianos – fazendo com que esses novos grupos operários vivessem, ao mesmo tempo, as solidariedades étnicas e o sentimento de pertencimento nacional e este último seria, para alguns autores, “[...] a mais duradoura e estável identidade coletiva”⁶⁸.

Uma das primeiras conseqüências da chegada desses operários foi a fundação, em 27 de abril de 1916, de um novo sindicato, o dos *Canteiros, Calceteiros e Classes Anexas* – coincidindo com a data de início de uma das várias greves da categoria, desencadeadas naquele período⁶⁹. Em seus Estatutos, chama especialmente atenção a existência de dois artigos que prevêm, como uma de suas principais atribuições, a proteção aos associados contra maus tratos. Estabelecia o artigo terceiro: “os sócios gozarão de todos os benefícios econômicos e morais que forem conseguidos pelo sindicato e terão o direito de para ele apelar sempre que no trabalho forem feridos os seus direitos e interesses, ou tentarem os patrões submetê-los a humilhações”. Esse direito era reforçado ainda no décimo oitavo artigo, que dizia: “O sindicato protestará contra os maus tratos dos [sic] seus associados ou entender-

esses nos trabalhos de pavimentação das ruas, além daqueles que trabalharam nas obras de alargamento do Porto, iniciadas em 1916, dos quais não consegui descobrir dados numéricos.

⁶⁷ *A Luta*, Porto Alegre, 31/5/1910, p. 4. Apud SILVA JR. Adhemar, Lourenço. “Contribuição a uma ‘história dos debaixo’ do sindicalismo. *Estudos Ibero Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, v. 21, n.1, jul. 1995, p. 66.

⁶⁸ SMITH, Anthony D. “La identidad nacional y otras identidades”. In: *La Identidad Nacional*. Madri: Trama Editorial, 1997, p. 7.

⁶⁹ Essa greve parece ter sido uma das mais longas do ano de 1916, durou aproximadamente 45 dias. “Os empregados do calçamento”. *Correio do Povo*. 07/05/1916, p. 5; e “Greve de calceteiros”. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 11/07/1916, p. 4. Apud SILVA JR. Adhemar Lourenço. *Povo, Trabalhadores!...* p. 48.

se-á diretamente com os mestres ou empreiteiros e não sendo atendido recorrerá aos meios que julgar mais conveniente”⁷⁰.

Esses itens são relevantes tanto pela proximidade com alguns dos aspectos, já discutidos no primeiro capítulo, relacionados à preocupação em defender os operários contra humilhações ou contra formas de tratamento que poderiam aproximá-los da condição de escravos – buscando reafirmar o lugar privilegiado que os operários ocupavam no mundo produtivo – quanto pelo fato de demonstrarem as preocupações de um grupo crescente de trabalhadores que vivia uma rotina de trabalho em condições desgastantes, perigosas e, não raras vezes, violentas.

É com base, portanto, nesses artigos, que o *Sindicato dos Canteiros e Classes Anexas* desencadeou um dos mais importantes movimentos grevistas do ano de 1917, envolvendo-se na defesa de um de seus associados que teria passado por uma situação de maus tratos. Esse movimento, ao que indicam as fontes, acabou por resultar em um grande tumulto, onde as cenas de confronto parecem ter convertido as ruas de Porto Alegre em algo próximo a um “faroeste caboclo”.

As informações a respeito desses acontecimentos foram retiradas de um processo-crime instaurado contra vários réus, sendo que o principal acusado era o espanhol Longuinho Monumento⁷¹. A riqueza de detalhes contida nesse documento torna-o uma das fontes privilegiadas para o entendimento do contexto que venho buscando analisar e justifica, em meu entendimento, o uso detalhado que dele passarei a fazer ao longo das próximas páginas. Além desse processo, também me valerei largamente das informações contidas na dissertação de Adhemar Lourenço da Silva Jr., que trata dos principais movimentos, greves e tumultos em que estiveram envolvidos os trabalhadores porto-alegrenses no ano de 1917⁷²; desse trabalho retirarei muitas das informações complementares ao que é informado no *Processo-*

⁷⁰ Estatuto do *Sindicato dos Canteiros e Classes Anexas*, anexado ao Processo-crime 856, maço: 53, estante: 29, Réus: Longuinho Monumento & outros, ano 1917, APRGS.

⁷¹ Processo-crime 856.

⁷² SILVA JR., Adhemar Lourenço. ‘*Povo, trabalhadores!...*’

crime.

No relatório que dá início ao *Processo*, enviado pelo delegado do 1º Distrito de Polícia, Francisco de Paula da Cunha Louzada, ao juiz distrital, fica-se sabendo que, em princípios de março de 1917, iniciou-se uma greve na cidade devido à exigência que os diretores do *Sindicato dos Canteiros* faziam à Empresa de Calçamento, aqui representada pelo engenheiro Álvaro Pereira, de que fossem demitidos os capatazes Dorotheo Rivera e Bueno Riga e o operário Felix Rivera.

A diretoria do Sindicato alegava que os capatazes tratavam mal aos operários e que teriam acobertado a violência de Felix Rivera contra um outro operário, Jeronymo Lourenço, ocorrida dias antes, chegando mesmo Dorotheo – capataz e irmão de Felix – a puxar uma faca e ameaçar Jeronymo, não tendo esse conflito tido maiores conseqüências devido à intervenção dos colegas de trabalho que evitaram a agressão. Sabe-se, pelo relatório, que esse incidente chegou ao conhecimento do engenheiro representante da empresa que, imediatamente, despediu os três operários – Dorotheo, Felix e Jeronymo.

Entretanto, passados alguns dias, uma comissão de operários pediu a reintegração de Jeronymo, por entender que ele não era o provocador e sim a vítima da violência cometida por Felix. A empresa prontificou-se a atender ao pedido, com a condição que voltassem também os irmãos Rivera. A comissão teria aceito a condição da empresa e o movimento parecia então estar encerrado.

Ocorre que, segundo o delegado, os “diretores do Sindicato” não concordaram com a resolução, e “impuseram à empresa por meio de ofício sem assinatura, a demissão dos irmãos Rivera e mais de Bueno Riga”. Segundo consta, a empresa não atendeu a demanda do Sindicato, iniciando-se o movimento grevista.

Observa o delegado que, atendendo à conclamação para a greve, não compareceram ao trabalho “a maior parte dos canteiros especialmente os de nacionalidades estrangeiras”. Por outro lado, “o pessoal nacional e serventes continuaram em seus serviços, mantendo a empresa da turma da Rua da

Conceição”⁷³.

Logo no início da greve, iniciaram-se os comícios na *Federação Operária*. Estes buscavam o apoio dos demais operários ao movimento dos canteiros e também a adesão dos “fura-greve”. Na opinião do delegado, o que se passava nos comícios efetuados nos dias 15 e 18 de março⁷⁴ não autorizava supor que “logo no dia seguinte às 8 horas da manhã começasse a desenrolar-se as cenas de selvageria de que foram vítimas os operários Antônio Fabretti, Feliciano Salles, Anselmo de Lima, João Manoel Benetti e [que] vitima[ram] Luiz Silveira da Silva”. Talvez o estranhamento do delegado possa ser explicado pelo fato de que a empresa de calçamento já tinha lidado, durante o ano de 1916, com uma série greves que foram resolvidas dentro dos “limites legais”⁷⁵.

Passando a seguir a fornecer a descrição da “selvageria”, o delegado explicava que, enquanto uma turma de aproximadamente vinte operários encontrava-se trabalhando na Rua da Conceição, aproximou-se deles o espanhol Saturnino Sandoval, um dos dirigentes do movimento grevista, que teria agredido de surpresa o servente Antônio Fabretti, “velho de 50 anos, [...] desferindo-lhe uma paulada, produzindo-lhe na cabeça o ferimento”. Sandoval teria fugido em seguida pelo interior da Praça da Conceição, escapando da vigilância ali estabelecida pela polícia administrativa, que havia destacado “cinco agentes para o local”⁷⁶.

Mesmo após esse primeiro “incidente”, os operários continuaram trabalhando, mas, aproximando-se do horário do almoço, ainda segundo o relatório, “sem que

⁷³ Processo-crime 856..

⁷⁴ Conforme nota publicada no *Correio do Povo*. 13/3/1917, p. 4, a greve havia sido declarada no dia 12 ou 13 de março e, até o momento do segundo comício, havia obtido a adesão de cerca de 600 operários.

⁷⁵ As principais reivindicações que ensejaram diversas greves, ao longo de 1916, eram: o cumprimento da jornada de oito horas, prometida aos trabalhadores provenientes do Rio de Janeiro e o fim dos atrasos nos pagamentos, já que esses muitas vezes eram feitos em vales que só podiam ser descontados em um armazém do Caminho do Meio, que os operários desconfiavam ser de propriedade da própria empresa. *A Luta*. Pelotas, 31/05/1916, p. 4. Apud SILVA, JR. ‘*Povo, trabalhadores...*’ p. 48.

⁷⁶ Processo-crime 856..

ninguém pudesse esperar”, surgiu da Avenida Bonfim, penetrando na Rua da Conceição, “um grupo de cento e poucos indivíduos, operários grevistas armados de paus, pedras e revólveres” que feriram aqueles a quem puderam alcançar, pois, ante o inesperado “da agressão limitaram-se os agredidos a fugir sem opor resistência, caindo feridos gravemente por arma de fogo os de nome Feliciano Salles, [...] Anselmo de Lima e João Manoel Benetti e Luiz Silveira da Silva, morto, por bala”.

Seguindo o relato, o delegado informava ainda que “o grupo agressor subiu à Rua da Conceição, penetrou pela Rua Independência em direção à Rua da Floresta, onde trabalhava outra turma de calceteiros e nessa ocasião tirotearam uma patrulha da polícia administrativa composta de três homens, e aos gritos fugiram penetrando alguns na *Federação Operária*”. Os grevistas teriam se encontrado na sede da FORGS de onde saíram armados para o “assalto a seus colegas de serviço”, porque esses “não concordavam com a greve e livremente trabalhavam”.

Nesse ponto, o relato chama a atenção pela insistência no fato de que não se poderia supor e, portanto evitar, o que acabou por acontecer: o confronto entre grevistas e “fura-greves”. Segundo o delegado, até então as greves levadas a efeito teriam sido todas de caráter pacífico, “resolvendo os operários seus interesses dentro da ordem e da lei”, procurando a autoridade policial eximir-se de qualquer culpa ou responsabilidade no transcorrido.

Aqui considero importante fazermos uma pausa na narrativa do documento para comentar que usualmente havia, antes de ser declarada uma greve, um ritual de negociação. Isso já havia ocorrido na greve de 1906, quando os iniciadores do movimento entregaram a Aloys Friedrichs uma carta indicando o início do movimento⁷⁷. Da mesma forma, antes da declaração de greve, em março de 1917, O

⁷⁷ Essa carta continha a seguinte mensagem: “Tendo reconhecido nestes últimos tempos que em quase todas as partes do Mundo Civilizado os operários têm alcançado a vantagem de trabalhar menos de antes (oito horas por dia) podendo assim dispor de algum tempo para o desenvolvimento moral intelectual da classe trabalhadora resolvemos em pleno acordo, nós abaixo assinados manifestar-vos a resolução de só

Sindicato dos Canteiros enviou ofícios⁷⁸ ao engenheiro Álvaro Pereira, nos quais reivindicava não apenas a demissão dos irmãos Rivera e de Bueno Riga, mas também a justa distribuição de tarefas, para que todos pudessem trabalhar, além do fim da exigência, feita por alguns dos capatazes, de que fossem realizados 16 m2 de calçamento diário⁷⁹.

Dos cinco ofícios anexados ao processo, chama especialmente atenção a forma como eram escritos, dois em “portunhol”, dois em português – com erros ortográficos, indicando provavelmente a pouca escolaridade dos líderes do Sindicato e/ou sua maior familiaridade com o idioma castelhano – e um em espanhol, ameaçando um “pronto paro general” caso não fossem demitidos “al capataz y al hermano”⁸⁰.

Esses acontecimentos levaram a Delegacia de Polícia do 1º Distrito a viver, em março de 1917, dias de muita agitação: por ela passaram mais ou menos 65 pessoas. A partir da observação das variadas origens dos envolvidos organizei o seguinte quadro numérico:

trabalharmos OITO HORAS por dia, a estabilidade do ordenado sendo para mais e não para menos [acrescentando ser o destinatário] um homem honesto, laborioso e condescendente com tudo quanto é justo [...] que sempre nos tende tratado bem [e que esperavam uma resposta favorável à demanda] a fim de não termos necessidade de tomar resolução diferente”. Apud SCHMIDT. *O Patriarca e o Tribuno*....p. 213.

⁷⁸ Anexos ao Processo-crime 856, p. 132 a 137.

⁷⁹ Essa exigência é denunciada em um panfleto anexado ao Processo-crime 856, p. 53.

⁸⁰ Anexo ao Processo-crime 856, p. 135.

Quadro nº 1:

Indiciados	Vítimas	Deponentes
16 espanhóis ⁸¹	4 brasileiros ⁸²	1 alemão
03 brasileiros ⁸³	1 italiano ⁸⁴	9 espanhóis
02 portugueses ⁸⁵		10 brasileiros
		1 "oriental" ⁸⁶
		18 portugueses
Total: 21	Total: 5	Total: 39

A partir de outros dados encontrados no processo, podem-se observar algumas relações entre o grau de profissionalização e as origens dos depoentes. Dessa forma, dos dez brasileiros ouvidos, seis desempenhavam atividades especializadas⁸⁷ – estava nesse grupo o capaz geral da obra, Manoel Medeiros Júnior – e quatro não especificaram a atividade ou declararam-se serventes. Entre os dezoito portugueses ouvidos, observamos que seis não tinham atividade definida e que doze dividiam-se em canteiros, ferreiros e encunhadores. Chama atenção ainda que, no depoimento de um dos canteiros portugueses, havia o registro de “saber ler e escrever”, o que pode demonstrar, pelo destaque dado ao fato, tratar-se de uma exceção à regra.

⁸¹ Longuinho Monumento, acusado da morte de Luiz Silveira da Silva; Saturnino Sandoval, acusado da agressão a Antônio Fabretti e Manoel Bientes; Isidro Vicente, José Gullias, Ângelo Cavanellas, José Gil, Manoel [ou Antônio] Rodrigues, José Machado, Rogelio Barreiros, Antônio Duval [ou De Val] (presidente do Sindicato dos Canteiros); Felipe Pietros (secretário do Sindicato dos Canteiros); Constantino Gil, Manoel Iglesias, Ramon Ciarco, Cândido Rodrigues, acusados de participarem do confronto.

⁸² Luiz Silveira da Silva (morto) e Feliciano Salles, Anselmo de Lima, João Manoel Bonetti (feridos à bala).

⁸³ Heitor Guimarães dos Santos, Ignácio Ferreira (do RJ) e Lúcio Silva.

⁸⁴ Antônio Fabretti,

⁸⁵ Luiz Teixeira e Afonso Couto.

⁸⁶ Na época, essa era a forma corrente de designar as pessoas provenientes da região “oriental” do Rio da Prata, portanto, uruguaios. O indivíduo em questão chamava-se Salvador Bega.

⁸⁷ São elas: canteiros, calceteiros, ferreiros e pedreiros.

O único alemão ouvido não desempenhava atividade qualificada. Já o “oriental”, Salvador Bega, era canteiro. Entre os depoentes espanhóis temos algumas questões interessantes a destacar: a primeira é que, proporcionalmente, representavam o grupo mais qualificado: dos nove depoentes apenas um não declarou profissão. Há, nesse grupo, ainda o caso dos irmãos Jaime e Daniel Quintas que declaravam saber “ler e escrever” e que estavam provisoriamente sem moradia, pretendendo deixar Porto Alegre para procurar trabalho em Buenos Aires⁸⁸.

O desenrolar das investigações fez com que o delegado concluísse que os líderes do movimento seriam “indivíduos espanhóis vindos das Repúblicas do Prata, anarquistas, e outros fugindo a ação das polícias de Pernambuco, Bahia, Rio e São Paulo [que], aqui empregados no calçamento, fundaram a *Sociedade dos Canteiros*”⁸⁹.

O destaque ao caráter estrangeiro dos manifestantes mais “radicais” nos movimentos grevistas ocorridos na cidade já não era um dado novo, mas apresentou, em 1917, uma variante quanto à origem étnica/nacional. Na greve de 1906, a imprensa identificou os grevistas que atravessavam a linha entre o protesto pacífico e a violência como “polacos”, “de origem italiana” ou “de origem alemã” e acusou-os de ingratidão e deslealdade, condenando-os por utilizarem as “economias e propriedades obtidas dos salários ganhos aqui” para sustentá-los em uma greve, e até por serem “os mais radicais” dos grevistas depois de terem chegado “pobres e sem recursos”⁹⁰.

O delegado Louzada, por seu turno, não titubeou em atribuir os acontecimentos de março de 1917 às “tendências assassinas dos anarquistas espanhóis”⁹¹, justificando a solicitação de sua prisão preventiva pelo fato de que eles, como “chefes do movimento, conduziram os operários em greve ao assalto, atentaram contra a liberdade do trabalho, usaram de violência, com agravantes diversos, premeditação,

⁸⁸ Essa não era uma ação incomum, como veremos no próximo capítulo, entre os trabalhadores qualificados que por aqui passavam.

⁸⁹ Processo-crime 856.

⁹⁰ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 16/10/1906, p. 2.

⁹¹ Processo-crime 856.

motivo frívolo, superioridade de força e traição”.

Os depoimentos transcritos, por seu turno, parecem comprovar a existência de uma rivalidade que vinha assolando as relações entre trabalhadores brasileiros e estrangeiros. Na maior parte dos depoimentos prestados por brasileiros há referências à exaltação dos grevistas portugueses e espanhóis. Anselmo de Lima, por exemplo, esforçou-se por esclarecer que o movimento ocorria entre os calceteiros e que ele, por ser servente, “nada tinha com a greve”, e enfatizou que “os que estavam trabalhando eram todos brasileiros”.

Francisco Salles acusou diretamente a Saturnino Sandoval de ter agredido o calceteiro Antônio Frabetti. Segundo seu depoimento, o primeiro teria justificado a agressão chamando o italiano de “carneiro sem vergonha”, essa versão foi confirmada integralmente pelo irmão de Francisco, José Salles.

De maneira ainda mais contundente, o capataz geral do serviço do calçamento, Manoel Medeiros Júnior, forneceu detalhes incriminatórios contra Longuinho Monumento. De acordo com o capataz, este se encontrava armado com uma *Winschester* e com ela teria alvejando o calceteiro Luiz Silva, acrescentando ainda, em seu depoimento, que o grupo agressor “vinha em condições de não respeitar a quem quer que fosse, pois atirava de revólver desordenadamente”⁹².

O depoimento de Carlos Bento de Lima agrega ao contexto geral alguns detalhes da tensão em que se encontrava a cidade algumas horas antes do tumulto. Segundo este depoente, quando se dirigia ao trabalho, na manhã do dia 19 de março, foi abordado, na Rua Cristóvão Colombo, por um grupo de dez grevistas. Estes teriam lhe ameaçado dizendo “que não trabalhasse, senão lhe cortariam o pescoço”; a essa ameaça o depoente e mais alguns colegas de trabalho teriam respondido que não parariam de trabalhar, sendo então seguidos pelo grupo grevista que, ao entrar na Praça da Conceição, atacou alguns outros calceteiros que estavam a caminho do trabalho, dizendo-lhes que o Sindicato lhes pagaria 1\$500 réis por dia, durante o

⁹² Depoimento, Processo-crime 856, p. 11.

tempo em que estivessem em greve; diga-se de passagem, que este é o único depoimento onde essa informação aparece. Entretanto, o grupo abordado parece não ter dado ouvidos a essa oferta, recusando-se a parar de trabalhar. Finalizando seu depoimento, Carlos Bento de Lima, em concordância com o que já havia declarado o capataz da obra, disse que os agressores estavam “armados de revólver e cacetes e alvejaram a torto e a direito”.

Essa versão, destacando as tentativas dos grevistas de convencerem seus colegas a pararem de trabalhar, foi confirmada ainda no depoimento de João Marcelino da Rosa. Segundo suas declarações, ele e seu colega José Salles também foram abordados a caminho da obra por quatro indivíduos, conhecidos “apenas de vista”, que lhes teriam perguntado para onde iam; ao que haviam respondido “que iam para o trabalho, à Rua da Conceição”; em vista da resposta, os indivíduos aludidos teriam começado a insultá-los. O depoente acrescentou que ele e seu acompanhante não deram importância às ameaças, agregando ainda um relato muito semelhante ao do depoimento anterior, sobre a forma como ocorreu o conflito, com o detalhe de que esta foi a única vez em que apareceram as características físicas de Longuinho Monumento: “baixo, branco, ruivo, regulando ter 30 anos presumíveis, trajando chapéu preto e roupa escura”.

O italiano Antônio Fabretti, a primeira vítima do dia, confirmou as versões anteriores, acrescentando apenas que só não foi morto por Saturnino Sandoval porque os colegas o acudiram e colocaram o agressor em fuga, Fabretti atribuiu a agressão de Sandoval a sua não adesão à greve.

Nos vários outros depoimentos destacam-se algumas novas informações, dentre elas o fato de um conjunto de operários apresentarem justificativas distintas para o afastamento do trabalho, alguns informaram motivos de doença, outros não serem sócios do sindicato, não conhecerem os acontecimentos, ou de terem

paralisado as atividades por ordem da própria empresa de calçamento⁹³. Existindo ainda o caso de um operário que dizia estar alheio ao movimento porque “não sabia ler e escrever”⁹⁴. Nesses casos, penso que poderia estar ocorrendo um dilema: por um lado, buscavam não trair os companheiros e, por outro, não queriam fornecer ao delegado motivos para serem detidos.

Os depoentes que argumentaram que não estavam trabalhando por ordem da própria empresa, provavelmente se referiam ao *lock-out* ordenado no dia 8 de março, portanto, ainda durante o período das negociações. Foi, presumivelmente, essa atitude da empresa que levou à generalização do movimento. A ordem de parada geral das atividades – justificada pela empresa pelo receio de depredação das máquinas – acabou por estender aos trabalhadores das pedreiras um problema que, a princípio, dizia respeito aos trabalhadores do calçamento⁹⁵.

Três depoentes brasileiros, no entanto, foram bastante enfáticos em afirmar que não trabalhavam por medo de represálias por parte das lideranças grevistas, Heitor Guimarães dos Santos afirmou ter sido abordado por Saturnino Sandoval o qual, em tom ameaçador, disse-lhe que se ele “continuasse a trabalhar tomaria uma surra”, e que teria sido prevenido ainda por um de seus colegas que, como medida de precaução, era melhor não ir trabalhar porque poderia “tomar uma camaçada de pau”; Bento Coelho afirmou que temia por saber que “os grevistas tinham armas e bombas de dinamites”, versão confirmada por José Gajeski que disse que, além das “armas *Winschester* de 15 tiros, as lideranças grevista possuiriam três bombas de dinamite”. Nenhum deles sabia informar com exatidão a procedência dessas informações mas afirmavam saber pelos comentários de “diversos grevistas”.

⁹³ Esse é o caso dos espanhóis Antônio Branco, José Gil e Manoel Bientes, do português Luiz Teixeira e do brasileiro Ignácio Ferreira.

⁹⁴ Esse é o caso do espanhol José Pereira.

⁹⁵ A greve iniciou-se com os calceteiros, trabalhadores do calçamento e, após o *lock-out*, estende-se aos canteiros, trabalhadores das pedreiras, os serventes são denominados também como peões. *Rebelião*. Porto Alegre, 14/3/1917, p. 3. Anexo ao Processo-crime 856.

Mas, por outro lado, alguns dos depoentes sustentavam não terem comparecido ao trabalho em solidariedade aos companheiros grevistas. É esse o caso dos espanhóis Manoel Rodrigues e Rogelio Barreiro. O último chegou a afirmar que, mesmo sem motivo de queixa contra a empresa, aderiu ao movimento por concordar com os companheiros e que não estava disposto a traí-los e não voltaria a trabalhar enquanto não fossem satisfeitas suas exigências, acrescentando: “já os acompanhou desde o princípio e os acompanhará sempre”⁹⁶.

O depoimento do principal acusado, Longuinho Monumento, deixa entrever a dubiedade de alguém que, estando acuado pela gravidade da acusação que lhe era imputada – a responsabilidade pela morte de Luiz Silveira da Silva – procurava, por um lado, defender-se e, por outro, não demonstrar covardia ou traição ao movimento. Dessa maneira, confirmou que estava participando das reuniões no Sindicato e assistia aos comícios, estando de acordo com a greve, mas que, quando acompanhou os grevistas até a Rua Conceição, “não levava arma de espécie alguma e que tampouco atirou uma pedra que fosse” e salientou que, por possuir pouca instrução e por não conhecer o idioma português, não sabia dizer do que se tratava o livreto encontrado consigo.

Provavelmente a origem do acusado bem como o livreto *O Ideal Libertário*⁹⁷, encontrado com ele, tenham sido considerados pelo delegado como elementos suficientes para considerá-lo um elemento perigoso. Nesse sentido, sua avaliação também poderia estar embasada no boato de que os espanhóis possuíam bombas de dinamites e armas *Winschester* de 15 tiros.

Além disso, o argumento do Delegado e de alguns depoentes, enfatizando “as tendências assassinas dos anarquistas espanhóis”, como princípio desencadeador

⁹⁶ Processo-crime 856, p. 91.

⁹⁷ Esse livreto foi classificado pelo Delegado Louzada como, “propaganda anarquista contendo os fundamentos do anarquismo [...] que torna conhecidos os intuitos do Sindicato dos Canteiros, semeando a desordem entre o operariado da Capital”. Anexo ao Processo-crime 856.

das violências praticadas durante a greve; acabavam por fazer eco a uma linha de raciocínio internacional que vinha se intensificando desde os acontecimentos da “semana trágica” de Barcelona, em 1909⁹⁸, que tendia associar os militantes anarquistas espanhóis aos excessos e a prática de atos violentos, tanto na Europa quanto no Continente Americano.

Nesse sentido, as ações dos grevistas foram classificadas como “selvageria” contra trabalhadores que estavam exercendo o “livre direito de trabalhar”, com ênfase no fato de que o grupo agressor era composto de “cento e poucos indivíduos” armados de “paus, pedras e revólveres” que, incontroláveis, “feriram aqueles que puderam alcançar, tirotiando até mesmo com a polícia administrativa e que aos gritos fugiram penetrando alguns na *Federação Operária*”. Não se sabe o que eles gritavam, mas esse quadro indica uma oposição entre os trabalhadores nacionais “ordeiros e pacíficos”, e os anarquistas estrangeiros, especialmente espanhóis, arruaceiros. À polícia caberia o dever de garantir a vitória da civilidade, pondo “termos aos intuitos criminosos dos grevistas”.

Some-se a isso, o fato de que diversos indícios apontavam para o aumento da influência anarquista e das práticas libertárias na organização sindical na cidade a partir da chegada desses novos grupos operários. Nesse sentido, foi considerada como prova incriminatória – além do já mencionado folheto “O Ideal Libertário”, encontrado com Longuinho Monumento – a maneira como eram conduzidas as reuniões do *Sindicato dos Canteiros*. Nelas, o coordenador era nomeado entre os presentes, parecendo haver um rodízio de autoridade entre os filiados do Sindicato.

Além disso, os operários espanhóis pareciam contar com uma situação privilegiada quanto à qualificação para o trabalho nas pedreiras e no calçamento. Isso

⁹⁸ Conforme foi comentado no Primeiro Capítulo, a “Semana Trágica”, ocorrida em Barcelona, em julho de 1909 foi uma rebelião popular, propagada a partir de uma greve geral, que se caracterizou pelo incêndio a conventos e na qual ocorreram confrontos diretos de operários e populares com as forças governamentais. Ver: LARA, Manuel Tuñon de. *El movimiento obrero en la historia de España (I)*. Madri: Sarpe, 1985, p. 352-369.

os colocava em uma situação de vantagem frente aos trabalhadores nacionais, menos qualificados, ao mesmo tempo em que lhes conferia maiores poderes de negociação com a empresa de calçamento, pois era difícil conseguir substitutos qualificados, sendo que para os trabalhadores, ao contrário, sempre havia a possibilidade migrar e conseguir emprego em outras cidades, aí incluídas as capitais platinas.

Entretanto, olhando a situação de outro ângulo, pode-se pensar que o tumulto, acima descrito, fazia parte de um contexto mais amplo de construção histórica da organização operária, no qual, por diversas vezes, em distintos países, prevaleceu a “negociação coletiva através da arruaça”. Nesse sentido, Eric Hobsbawm, assinala que, em muitos momentos, a classe trabalhadora estava mais para “turba” do que para “exército”, e que “as greves esclarecidas, ordeiras e burocráticas eram impossíveis [...] os trabalhadores só podiam lutar por meio de demonstrações, gritaria, incitação e vaias, intimidação e violência”⁹⁹.

Essa hipótese pode ser reforçada se levarmos em conta que estamos pensando em movimentos que ocorriam entre trabalhadores com poucos recursos para formar fundos de greve e onde a adesão de toda a categoria era um dos poucos meios de pressão eficiente nas negociações com o patronato (um outro seria a destruição das máquinas da empresa, mas essas estavam constantemente policiadas). Dessa forma, a punição exemplar do “fura-greve” pode ser entendida como uma atitude pedagógica. Nesse caso os atos violentos poderiam estar revestidos de uma “certeza moral” ou de um “senso de legitimidade”¹⁰⁰, chegando

⁹⁹ HOBBSAWM, Eric. “Os destruidores de máquinas”. In: *Os Trabalhadores: Estudos sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 15-31. E. P. Thompson, em seu estudo sobre os motins dos camponeses ingleses do século XVIII, já analisava a transformação do que poderia ser considerado, à primeira vista, um ativismo ilegal e violento em ações significativas e legítimas, desde que entendidas dentro da perspectiva pela qual a *comunidade* entendia essas ações. THOMPSON, E. P. “A economia moral e a multidão inglesa no século XVIII”. In: *Costumes em comum*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

¹⁰⁰ Embora usadas em análises de contextos completamente diferentes, parece-me interessante, também para esse caso, utilizar essas categorias empregadas por DAVIS,

inclusive a reforçar os laços entre os envolvidos.

E, finalmente, o fato, elogiado pelo delegado e confirmado em vários depoimentos, de que “os que estavam trabalhando eram todos brasileiros”, situação que expressa uma possível tensão ou mesmo disputa entre os operários “estrangeiros” e os “nacionais”. Essa situação que, a primeira vista, ressalta o caráter de violência e desunião entre os operários, pode, entretanto, ser matizada pela percepção, de que, naquele contexto estavam ocorrendo algumas transformações importantes: a cidade crescia e se agitava, novos operários, de distintas procedências, passavam a circular em suas ruas, a freqüentar seus cafés, bares e pensões. A convivência e os dramas comuns, a situação de exploração e pobreza, formavam a base de uma solidariedade operária que começava a transpor barreiras étnicas e de categorias profissionais, permitindo exemplos como o do comerciário Oscar Torelly de Araújo e Silva que durante a greve, em solidariedade aos trabalhadores em pedra, falou em seus comícios e ajudou-os a redigir os ofícios¹⁰¹.

Merece destaque ainda o fato de que a adesão de outras categorias à greve dos calceteiros fez com que o movimento ameaçasse se generalizar. Os primeiros a aderirem foram os pedreiros do cais do porto, seguidos pelos padeiros que se declararam “prontos a ajudar”, sendo que a comissão central da *Federação Operária* não descartava a possibilidade de um chamado à greve geral¹⁰². Dessa forma, percebe-se, como já havia ocorrido durante a greve de 1906, a existência de uma solidariedade que extrapolava as barreiras étnicas ou de categorias profissionais.

Além disso, essas novas solidariedades operárias tendiam a se generalizar entre diversas categorias profissionais, de variadas origens étnicas. Nesse sentido, recorrendo novamente ao trabalho de Liane Müller, percebe-se que essa solidariedade

Natalie Zemon. “Ritos de Violência”. In: *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna: oito ensaios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 129-156.

¹⁰¹ Provavelmente os ofícios em português tenham sido redigidos por ele. Processo-crime 856, p. 75-76 e 131.

¹⁰² *Última Hora*. Porto Alegre, 19/3/1917, p. 2. Anexo ao Processo-crime 856.

que ajudava a redimensionar as identidades coletivas na cidade também se estendia aos operários negros, dessa forma, o já citado jornal *O Exemplo*, que manteve, ao longo das suas primeiras décadas de funcionamento, a preocupação com o combate ao preconceito racial, passou no período de 1911 a 1916, a “dar uma importância cada vez maior à questão do operariado porto-alegrense”¹⁰³. Na opinião da autora isso ocorreu porque, nesse período, muitos negros passaram a trabalhar nas fábricas e o jornal precisou ficar atento aos movimentos reivindicatórios desencadeados na cidade. Some-se a isso o fato de que nesse período alguns líderes anarquistas como Henrique Martins¹⁰⁴ e Christiano Fettermann¹⁰⁵ começaram a trabalhar em sua redação.

Ainda segundo Müller, a partir de 1917, houve uma aproximação cada vez maior d’*O Exemplo* às causas operárias, ocorrendo nesse momento “uma fusão entre o combate ao preconceito contra o negro – agora já não abordado tão diretamente – e

¹⁰³ MÜLLER. *As contas...*p. 176.

¹⁰⁴ Henrique Martins nasceu, em 1888, na localidade de São Gabriel da Estrela, município de Lajeado, interior do Rio Grande do Sul. Em sua cidade natal estudou com a professora, livre-pensadora e adepta da educação racionalista, Malvina Tavares. Por volta de 1906 o mais velho dos irmãos Martins (vários deles dedicaram-se a militância operária), veio para Porto Alegre onde passou a trabalhar como tipógrafo nas oficinas do *Jornal do Comércio* e, em meio a agitação grevista conheceu alguns dos mais importantes líderes operários do período, entre eles Polydoro dos Santos, Stefan Michalski e Henrique Faccini, com os quais colaborou na publicação d’*A Luta* e, posteriormente, nas escolas *Eliseu Réclus* e *Moderna*. Em 1911, depois de travar fortes polêmicas contra Xavier da Costa na imprensa comercial e operária da cidade foi por esse processado por calúnia e difamação. Condenado a uma pesada multa e a quatro meses de reclusão, fugiu para o Rio de Janeiro, onde adotou o pseudônimo de Cecílio Vilar, e continuou a participar da militância operária, especialmente escrevendo para órgãos de imprensa e divulgando a educação racionalista. Retornou a Porto Alegre em 1914, vindo participar ativamente da greve de 1917. Faleceu no ano seguinte, vitimado pela gripe espanhola, na cidade de Passo Fundo. Ver: BILHÃO, Isabel. “Família e Movimento Operário: A anarquia dentro de casa”. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, v.XXII, n.2, dezembro 1996, p.195-210 e MARÇAL. *Os anarquistas...* p. 173-180.

¹⁰⁵ Christiano Fettermann era natural de Porto Alegre, filho de um sapateiro alemão e de uma filha de escravos, irmão do também militante anarquista Djalma Fetermann. Foi aluno de Achyles Porto Alegre, demonstrando especial tendência ao domínio de idiomas. Lecionou português, alemão e francês na Escola *Eliseu Réclus* e costumava traduzir oralmente textos de Max Nordau, em sessões de leituras e praça pública. Chegou a formar-se em Direito um pouco antes de falecer. MARÇAL. *Os anarquistas...* p. 73-74.

as reivindicações feitas por um operariado cada vez mais empobrecido”. Assim, esse veículo passou a ser “um jornal classista, defensor de uma camada miserabilizada da população, independente da cor que ela pudesse ter”¹⁰⁶.

Esse era, portanto, um momento de complexificação das vivências identitárias dos operários na cidade, no qual novos contingentes populacionais, portadores de diferentes identidades étnicas e/ou nacionais, passaram a conviver, no interior de oficinas e fábricas. Essas novas convivências no dia-a-dia do trabalho, geradas por novas realidades econômicas e sociais, ajudaram a redimensionar os sentimentos de pertença dos operários porto-alegrenses. Sua identidade deixou de assentar-se preferencialmente nos traços definidores de sua etnicidade e/ou nacionalidade e passou, paulatinamente, a ligar-se ao processo de reconhecimento e distinção gerado por suas vivências cotidianas no interior do mundo produtivo.

Uma outra circunstância, igualmente importante, para o redimensionamento da identidade operária nesse período, foi o estabelecimento de uma convivência cada vez maior entre homens e mulheres no interior das oficinas e fábricas, tema que será analisado na próxima seção.

2.2. Entre bombas de dinamite e ramalhetes de flores: algumas interfaces das identidades operária e de gênero.

Um dos pontos marcantes do período que venho analisando é o fato de que a maioria dos aproximadamente cinco mil trabalhadores de Porto Alegre eram homens e imigrantes europeus¹⁰⁷, dominando tanto a vida produtiva quanto a incipiente organização operária da cidade, formando aquilo que Bourdieu definiu como “a ordem masculina”, ou seja, uma visão de mundo “tão profundamente arraigada que não precisa de justificação: ela se impõe como auto-evidente, universal” e “tende a ser tida

¹⁰⁶ MÜLLER. *As contas...*p. 177.

¹⁰⁷ PESAVENTO, Sandra. *A formação da burguesia...*, p. 69-70.

como certa em virtude da concordância quase perfeita e imediata que estabelece entre, por um lado, estruturas sociais, como as expressas na organização social do espaço e do tempo e na divisão social do trabalho, e, por outro, nas estruturas cognitivas inscritas nos corpos e nas mentes”¹⁰⁸. Dessa forma, se a construção dos papéis de gênero no interior do mundo do trabalho deve ser considerada – como afirma Joan Scott – de forma relacional¹⁰⁹, por outro lado, ao menos no que diz respeito ao período em questão, ela está longe de poder ser considerada igualitária.

Uma das opções analíticas possíveis, na observação dessa “ordem masculina”, relacionada à construção da identidade operária, diz respeito às reiteradas situações de violência ocorridas no interior do mundo do trabalho. Isso não significa, obviamente, que a violência seja por si só e isoladamente um fator definidor dos papéis de gênero, mas sim que ela pode ser uma “via de acesso” à compreensão da construção da identidade masculina relacionada à identidade operária, especialmente porque estou tratando de um período e de uma sociedade que, em muitos momentos, associava imagem do masculino à valentia e legitimava o uso da violência, caso fosse necessário reafirmar ou salvaguardar a honorabilidade pessoal ou coletiva, primeiro ponto a ser analisado nessa seção.

Nessa análise levarei em conta alguns exemplos nos quais diferentes categorias profissionais masculinas, em diferentes circunstâncias, protagonizaram cenas que romperam os limites da lei e da ordem e fizeram uso de/ou ameaçaram atitudes violentas, tanto em suas reivindicações quanto em sua convivência cotidiana. Uma hipótese, nesse caso, é a de que a identidade operária não raras vezes

¹⁰⁸ BOURDIEU, Pierre. “A dominação masculina revisitada”. In: LINS, Daniel. *A dominação masculina revisitada*. Campinas: Papirus, 1998, p. 18.

¹⁰⁹ Para essa autora, “não se pode conceber mulheres, exceto se elas forem definidas em relação aos homens, nem homens, exceto quando eles forem diferenciados das mulheres”. SCOTT, Joan. “História das mulheres”. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992, p. 87. Nesse mesmo sentido, ver: SOIHET, Rachel. “História das Mulheres”. In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História; ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 279.

confundiu-se com/e reafirmou o papel masculino através do protagonismo ou da ameaça de ações violentas.

Iniciarei por um dos mais conhecidos exemplos dessa posição, o discurso do “tribuno” Carlos Cavaco, durante a greve de 1906 – momento que marcou sua estréia na liderança das hostes operárias. Segundo o *Petit Journal*¹¹⁰, no dia 23 de setembro de 1906, acompanhado de uma comissão de oito operários, Cavaco seguiu de sua residência até a Praça da Alfândega, onde se realizava um *meeting*. Eram quatro da tarde e, secundado por Xavier da Costa, o estreante líder operário iniciou um inflamado discurso para uma “forte massa popular”. Nele, além de atacar “impiedosamente a relapsa burguesia”, demonstrou alguns de seus conhecimentos sobre o movimento operário internacional, falando sobre “o movimento operário na Alemanha e as pequenas conquistas do proletariado francês”. Finalizando o discurso em tom dramático, aconselhou o operariado a resistir fisicamente “contra as exigências dos potentados exploradores” e afirmou que ele estaria disposto a morrer nas barricadas “pela causa proletária ao lado de sua espingarda”, não deixando de frisar que “o proletário, para conseguir reclamar os seus ideais, era necessário reclamá-los com um ramo de oliveira numa mão e na outra, se preciso fosse, uma bomba de dinamite”¹¹¹. Em relação a esse discurso, Schmidt esclarece que

Talvez devido ao seu vínculo mais afetivo e estético do que propriamente ideológico com o socialismo, Cavaco foi o único líder da greve a aconselhar, publicamente, o uso da violência contra os patrões.

Ao pregar a violência revolucionária e condenar a política eleitoral, o militante pode ter granjeado as simpatias de alguns anarquistas, Entretanto, na continuidade de sua trajetória, Cavaco – provavelmente influenciado por Xavier da Costa – acabou revendo essas posições, e passou a defender o uso de meios pacíficos – sobretudo a formação de um partido político – para a conquista da emancipação do proletariado¹¹².

Embora concordando com o autor, penso que esse discurso pode fornecer

¹¹⁰ *Petit Journal*. Porto Alegre, 24/9/1906, p.2. Órgão republicano no qual Cavaco trabalhava como redator e secretário.

¹¹¹ *A Luta*. Porto Alegre, 29/9/1906, p. 2. *Petit Journal*. 24/9/1906, p.2.

¹¹² SCHMIDT. *O Patriarca...* p. 227.

mais algumas pistas sobre o comportamento dos espectadores, pois Cavaco, mesmo sendo iniciante nas lides operárias, não era inexperiente nas relações com o público porto-alegrense e parece-me que, mais do que simples bravatas ou frases de efeito, o que o orador pretendia era “falar a mesma língua” de sua audiência e – julgando pela notoriedade do discurso e pelas repetidas menções de que o público havia lhe respondido com aplausos entusiastas – ao que parece, ele alcançou seus objetivos¹¹³.

Aliás, os dados biográficos de Carlos Cavaco tornam-no uma das figuras públicas mais emblemáticas dessa construção da masculinidade relacionada à impetuosidade e à valentia, reforçadas quando de seu engajamento nas lutas operárias. Por outro lado, esses traços associados à identidade masculina, também podem ser encontrados entre os participantes anônimos de greves, aqueles que defendiam a idéia de que a violência era uma forma legítima de resgatar a fidelidade e a honradez ao movimento.

Um exemplo, nesse sentido, foi publicado no *Jornal do Comércio*, ainda no período da greve de 1906. Naquele momento foram entrevistados, em um bonde da cidade, alguns participantes do movimento. Eles afirmavam que não sabiam ao certo o motivo de terem entrado em greve, mas, que “nel[a] permaneceriam devido ao formal compromisso contraído” e que, se por ventura alguns dos chefes do movimento dele se afastassem, “havia quem se encarregasse de liquidá-los”¹¹⁴.

Portanto, a concepção de que os traidores deveriam ser “liquidados” não era um dado inédito no movimento operário da cidade quando ocorreu o tumulto na greve dos pedreiros de 1917, narrado na seção anterior. De forma semelhante, em 1919, um jovem padeiro chamado Leopoldo Silva parece ter se valido dessa prerrogativa ao emboscar e matar a tiros um colega que não havia aderido a uma greve de sua categoria. Esse caso oferece uma série de informações que e ajudam a perceber,

¹¹³ Segundo o *Petit Journal*, Porto Alegre, 24/9/1906, p. 1. “a cada instante, o orador recebia aplausos e vivas da multidão”.

¹¹⁴ *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 14/10/1906, p. 1.

ainda que filtradas pelo discurso jurídico, algumas características das vivências operárias e das identidades de gênero da época. Por esse motivo, passarei a seguir a valer-me em grande medida do processo-crime¹¹⁵ instaurado contra Leopoldo.

Segundo o Promotor Público, Leopoldo Silva tomou parte ativa na greve dos padeiros, sendo designado para vigiar os companheiros que não aderiram ao movimento. Na manhã do dia 16 de maio de 1919, cumprindo sua missão, colocou-se, logo cedo, na esquina das ruas Voluntários da Pátria e Vigário José Inácio, local próximo à *Padaria Piccini*, onde trabalhava o padeiro português Antônio Rodrigues Lopes, que não havia aderido à greve. Nesse local, momentos mais tarde, Leopoldo viria a assassiná-lo. Tudo teria ocorrido rapidamente: Antônio, “ao passar pelo local em que se achava Leopoldo Silva, foi por este interpelado sobre a greve e de súbito, sem mais nem menos, Leopoldo Silva sacou o revólver e detonou-o duas vezes, de surpresa, contra a sua infeliz vítima, prostrando-a sem vida”¹¹⁶.

Em seguida, Leopoldo Silva teria fugido pela Rua Vigário José Inácio, ameaçando, “de revólver em punho, a quem lhe pretendesse embargar os passos”, dirigindo-se à rua da Cadeia Velha, n.º 25, “onde resid[iam] diversas mulheres de vida airada”. Estava ele ainda nesse local quando Alice Ferreira Lima, Edelmira Marques, Efigênia Alves Machado, moradoras do prédio, mandaram chamar a polícia, sendo efetuada sua prisão.

Na época do crime, Leopoldo estava com 20 anos de idade e os dados fornecidos pelo Promotor, bem como o seu depoimento e os das testemunhas de defesa e acusação, deixam entrever algumas das facetas tanto das vivências quanto dos códigos de honradez e masculinidade que permeavam sua vida e a do grupo ao qual pertencia.

No dia seguinte ao crime, Leopoldo (já preso) prestou seu primeiro depoimento

¹¹⁵ Processo-crime 1029, Maço: 67, Estante 29. Réu: Leopoldo Silva, Porto Alegre, 1919.

¹¹⁶ Processo-crime 1029... p. 2.

ao juiz distrital, Dr. Valentim Aragon. Nele, contou que tendo se encontrado com Antônio Rodrigues Lopes, interpelou-o sobre se estava ou não trabalhando; ao que este lhe havia respondido que não mais. A seguir teria ocorrido um desentendimento entre os dois, porque Leopoldo teria duvidado de que Antônio não estivesse furando a greve, “porque nas greves anteriores ele sempre foi do partido oposto ao dos grevistas”. A justificativa para os disparos foi a de que Leopoldo tivesse recebido uma agressão por parte de Antônio, pois o segundo seria “muito mais forte”¹¹⁷.

Após praticar o crime, Leopoldo, como já foi dito, fugiu para uma casa de meretrício, de onde foi denunciado pelas moradoras. Os dados retirados dos depoimentos dessas mulheres ajudam a compreender alguns aspectos das relações identitárias nas quais estava envolvido o protagonista dessa história. Assim, Maria Madalena, a primeira depoente, foi apresentada como uma mulher de 23 anos, branca, casada e meretriz. Ela contou ao Delegado que, na noite anterior ao crime, estiveram reunidos em sua casa, Leopoldo Silva, Arnaldo Prates da Silva, Annibal de tal e um outro de quem ignorava o nome, conversando sobre a greve. Leopoldo teria dito “que haviam de vingar-se de seus colegas, padeiros, que trabalhavam”¹¹⁸.

Maria Madalena confirmou, alguns dias mais tarde, todas as informações prestadas, sendo que a única informação modificada foi a de sua profissão, não sendo mais apresentada no *Processo* como meretriz e sim como doméstica, situação que repetiu-se com todas as mulheres envolvidas no caso, que também passaram a ser apresentadas da mesma maneira.

A segunda depoente, Edelmira Marques, contou ao Delegado que mandou chamar a polícia porque desconfiou do nervosismo de Leopoldo quando ele, ainda muito cedo, chegou a sua casa. Da mesma forma que as outras, Edelmira, por ser analfabeta, não pode assinar seu depoimento.

No desenrolar do *Processo*, alguns dos colegas de trabalho de Leopoldo

¹¹⁷ Processo-crime 1029... p. 9 e 10.

¹¹⁸ Processo-crime 1029... p. 22 e 23.

serviram como testemunhas de defesa. O primeiro depoente, Ovídio Silveira dos Santos, ao ser perguntado se na noite anterior ao crime havia se encontrado com Leopoldo, respondeu que o tinha visto, mais ou menos às quatro da madrugada, bastante embriagado, no botequim denominado *Boulevard*, “em companhia de outros, que também bebiam e saíram em seguida de auto”. Mas, quando foi perguntado sobre os antecedentes do acusado, respondeu que conhecia-o há sete ou oito meses e ele “sempre foi trabalhador e honesto”¹¹⁹.

De forma ainda mais enfática, a próxima testemunha de defesa, Antônio Faria, respondeu, quanto ao comportamento de Leopoldo, que o conhecia há aproximadamente um ano e que ele era “muito trabalhador, estimado dos patrões e dos companheiros e muito honesto”. E, confirmando a versão da testemunha anterior, informou que, na madrugada que antecedeu ao crime, esteve presente, juntamente com Leopoldo e outros colegas de trabalho, em um Cabaré – provavelmente o local de trabalho, ou a “casa” de Maria Madalena – conhecido por *Boulevard*, e que todos teriam saído “pela madrugada, um pouco embriagado[s] em um auto”; e informou ainda que “na noite anterior a esta, o acusado estivera num cabaré à rua São Pedro, onde também bebera regularmente em companhia de outros grevistas”¹²⁰.

A terceira testemunha de defesa, Ignácio Machado, reafirmou os bons antecedentes de Leopoldo, dizendo que o conhecia há dois anos e que ele era “um moço muito honesto e trabalhador”. Confirmou ainda que soube que ele “e outros estiveram de farra no botequim da Rua Três de Novembro e dali saíram de auto para o arrabalde de São João”, e que encontrou Leopoldo naquela madrugada, porém, não quis falar-lhe “porque ele achava-se bastante embriagado”¹²¹.

Embora esse caso não possa ser tomado como definidor de um padrão, justamente por tratar-se de um crime, um momento de excepcionalidade, no qual as

¹¹⁹ Processo-crime 1029.... p. 48.

¹²⁰ Processo-crime 1029.... p. 61.

¹²¹ Processo-crime 1029.... p. 67.

normas sociais e jurídicas foram quebradas, parece-me que alguns dados desses depoimentos podem ajudar a compreender um pouco mais sobre as regras de convivência, sociabilidade e os códigos de conduta que norteavam a vida de Leopoldo, de seu grupo de amigos e, talvez, de outros operários da capital.

Os depoimentos revelam que Leopoldo e seus amigos eram jovens – as idades variavam de 20 a 29 anos – nascidos no Rio Grande do Sul, solteiros e, provavelmente, ocupantes de funções subalternas nas padarias da cidade. Em suas falas, o “cabaré” aparecia como um local de encontro, de sociabilidade do grupo, como um “espaço do masculino”¹²², onde eles podiam travar as mais variadas discussões, aí incluídas as greves e os papéis a serem desempenhados pelos participantes do movimento. No caso de Leopoldo, a vigilância dos “fura-greve”.

A situação de alcoolismo, reiterada nos depoimentos, não se apresentava, aos olhos dos depoentes, como um motivo desabonador da conduta de Leopoldo, que foi referido sempre como “honesto e trabalhador”. O que poderia indicar uma das muitas dissonâncias entre os valores de conduta pregados pelos líderes operários e o pensamento dos “anônimos” do movimento¹²³.

Essas aparentes contradições talvez possam ser melhor entendidas se buscarmos auxílio num “olhar antropológico”. Assim, socorro-me de algumas interpretações de Miguel Vale de Almeida¹²⁴, antropólogo português que esteve, ao longo de um ano, estudando concepções e discursos sobre a masculinidade junto à população masculina de um vilarejo do Alentejo. Mesmo considerando as distâncias

¹²² Essas características dos “locais do masculino” e das “casas de homens” são discutidas por JARDIM, Denise Fagundes. *De bar em bar: identidade masculina e auto-segregação entre homens de classes populares*. Porto Alegre: PPGAS, UFRGS, 1991. Ver também: LEWGOY, Bernardo. “Os cafés na vida urbana de Porto Alegre (1920-1940): As Transformações em um Espaço de Sociabilidade do Masculino”. In: LEAL, Ondina Fachel (org.). “Cultura e identidade masculina”. *Cadernos de Antropologia*. Porto Alegre; PPG Antropologia Social, UFRGS, 1992, p. 61-80.

¹²³ As campanhas contra o alcoolismo já foram comentadas no Primeiro Capítulo desse trabalho.

¹²⁴ ALMEIDA, Miguel Vale. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século, 1995.

que separam nossos estudos, acredito poder utilizar-me de algumas de suas interpretações sobre os códigos de masculinidade.

A primeira delas diz respeito, conforme assinalado por Almeida, a uma certa normatização dos locais e horários para a bebida que passam a ser correntemente aceitos pela comunidade masculina como apropriados. Assim, a bebida sai dos locais de trabalho e passa a ser consumida preferencialmente à noite, “o tempo do masculino”, nos bares, cafés e cabarés, “locais de lazer do masculino”, somando-se a isso uma certa liberdade, no caso do rapaz ser solteiro, não necessitando se preocupar com o sustento da família, o que lhe permite gastar mais livremente o seu salário, com mulheres, bebidas e jogos¹²⁵ – situação na qual Leopoldo parece se encaixar perfeitamente, explicando-se, dessa maneira, a visão de seus colegas que percebem separadamente seu comportamento no trabalho daquele dos seus momentos de lazer.

Entretanto, entremeada à diversão, os “locais da masculinidade” são também ambientes de competição pela masculinidade e de necessidade de sua constante reafirmação. Uma das posturas que garante essa reafirmação seria a embriaguez compartilhada, outras seriam a valentia e a capacidade de arcar com a palavra empenhada¹²⁶. Assim, é possível que, conforme depoimento de Maria Madalena, quando Leopoldo afirmou, na frente de seus amigos, que iria vingar-se dos colegas que estavam furando a greve, estabeleceu-se uma necessidade de cumprir o prometido, não apenas devido à sua convicção na “causa operária”, mas também para que sua masculinidade não fosse colocada em dúvida.

Já as informações sobre o padeiro assassinado, Antônio Rodrigues Lopes, revelam que ele era natural de Aveiro, Portugal, e encontrava-se em Porto Alegre há aproximadamente seis anos, devendo ter emigrado em companhia de seu irmão, José Rodrigues Lopes, seu único familiar na cidade, sendo que ambos residiam, juntamente

¹²⁵ ALMEIDA, *Senhores de si...* p.184-185.

¹²⁶ ALMEIDA, *Senhores de si...* p. 186-187.

com outros patrícios, em uma pensão. Antônio estava com 42 anos e havia deixado mulher e dois filhos em sua terra natal, enviando-lhes regularmente uma quantia em dinheiro¹²⁷.

Nesse ponto, parece importante retomar a idéia, já mencionada no primeiro capítulo, de que “a honra – ou a conduta ditada pela honra – varia de acordo com o lugar de cada um na sociedade”¹²⁸, sendo assim, a noção de honra para homens casados, com famílias a sustentar, como é o caso de Antônio, provavelmente fosse diferente daquela que regia a vida do jovem Leopoldo. Possivelmente a subsistência da família pesasse, no caso de Antônio, como um traço de honorabilidade maior do que a adesão ao movimento grevista.

Outra questão a ser apontada é a divergência nas noções de honorabilidade defendidas pelas lideranças operárias, que a enxergavam especialmente associada a condutas objetivas e coletivas do operariado, que deveria distanciar-se das ações ou comportamentos atribuídos às “classes perigosas” – e, nessa visão, as atitudes violentas poderiam comprometer as linhas demarcatórias de seus “territórios sociais” – e aquelas defendidas pelo operariado em geral, que estabeleciam uma relação mais individual e direta, na qual a defesa da honorabilidade masculina parecia corresponder igualmente a da honorabilidade operária e, nesse caso, as ações violentas não podiam ser confundidas com àquelas praticadas pelas “classes perigosas”.

Tanto assim que Antônio já era conhecido pelos grevistas e já vinha sendo vigiado por não ter aderido aos movimentos anteriores. Essa conduta que, na visão de seus conterrâneos, poderia ser considerada a mais acertada, era considerada como um fator de traição e desonra pelos grevistas. Dessa forma, a abordagem que lhe foi feita por Leopoldo, aparentemente, já havia sido planejada com antecedência e parecia ter algum tipo de legitimidade aos olhos dos que aderiram ao movimento.

¹²⁷ Conforme declaração de José Rodrigues Lopes. Processo-crime 1029... p. 72 e 78-81.

¹²⁸ PITT-RIVERS. “A doença da honra...” p.18.

A explicação para essa legitimidade pode residir no fato de que, como aponta Fernando Teixeira da Silva, “furar uma greve era considerado pela maioria esmagadora dos trabalhadores um ato desonroso, covarde deslealdade que deveria ser punida com escárnio e severidade”¹²⁹. Esse autor refere-se ao caso dos trabalhadores portuários da cidade de Santos, mas, pelo que venho mostrando até agora, parece-me uma explicação plausível também para o caso dos operários porto-alegrenses, envolvidos em situações nas quais a violência era utilizada para demarcar espaços, punir condutas consideradas desonrosas e manter a masculinidade e a respeitabilidade da categoria, mesmo que aos olhos das autoridades policiais e da população em geral os atos violentos pudessem ser interpretados apenas como brutalidade gratuita ou como selvageria.

No caso de Leopoldo, a Promotoria Pública não aceitou a argumentação de legítima defesa, apresentada por seu advogado, encaminhando a solicitação de sua condenação. Seu julgamento, marcado inicialmente para fevereiro de 1920, ocorreu apenas em outubro de 1921, sendo então condenado a dez anos e seis meses de prisão, a serem cumpridos na Casa de Correção, onde ele já se encontrava detido desde 16 de maio de 1919¹³⁰. A pena, no entanto, não chegou a ser cumprida integralmente e Leopoldo foi posto em liberdade em dezembro de 1927¹³¹.

Venho tratando, portanto, de uma sociedade marcada pelo protagonismo masculino tanto no que diz respeito à ocupação do mercado de trabalho quanto à liderança do movimento operário. Dessa forma, ainda que, a classe operária já começasse “a ter dois sexos”¹³², a construção da identidade operária era perpassada

¹²⁹ SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entre guerras*. Campinas: ed. da UNICAMP, 2003, p. 139. Ver também: CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim...*, p. 219 a 230.

¹³⁰ Termo de Julgamento. *Processo-crime...*p. 138 e recibo de Entrega à Casa de Correção, p. 141.

¹³¹ Comunicado da Casa de Correção. *Processo-crime...*, p. 145.

¹³² Essa lembrança é feita por SOUZA LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991. Em um estudo sobre o movimento operário brasileiro nas décadas de 1970 e 1980.

por códigos e valores construídos e aceitos pela parcela dominante.

Nesse sentido, é importante salientar que, nessa seção, mesmo a análise sobre a participação das mulheres no mundo operário parte de “um olhar masculino”, uma vez que os textos que a embasam, publicados a imprensa operária, foram escritos por homens falando *sobre* a “condição feminina”. Assim, como destaca Silvia Petersen, se, por um lado, essa imprensa “reconhece e denuncia a desigualdade da mulher em relação ao homem, considerando-a uma conseqüência da dominação capitalista”, por outro, “esta percepção se dá dentro do marco da dominação patriarcal e do reconhecimento de uma ‘natureza feminina’, o que se revela inclusive nas denúncias mais enfáticas que os jornais fazem sobre a opressão da mulher”¹³³.

Mas, embora levando em consideração esse fator limitante da análise, não se pode perder de vista o fato de que, com o aparecimento e expansão das novas fábricas, especialmente as têxteis e alimentícias, que passaram a utilizar em maior escala a mão-de-obra feminina, as mulheres começaram se fazer notar cada vez mais nos espaços públicos e nos locais de trabalho, já não sendo mais possível negar a importância e as modificações que essa nova participação trouxe aos códigos identitários do mundo operário.

É importante salientar, nesse sentido, que as mulheres porto-alegrenses começaram a entrar no mundo do trabalho no momento em que as oficinas estavam dando lugar às fábricas e elas passaram a trabalhar em um ambiente onde as relações impessoais e o aumento da distância entre os donos das empresas e os funcionários possibilitaram o desenvolvimento de práticas que permitiam uma exploração ainda maior do trabalho.

Não obstante alguns estudos precedentes mencionarem a tendência de expulsão das operárias do panorama fabril, no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, a partir da década de 1920 – especialmente pela vitória de concepções que enfatizavam a

¹³³ PETERSEN, Silvia. “A mulher na imprensa operária gaúcha do século XIX”. *Revista História*, Porto Alegre, 1, 1986/87, p. 86.

fragilidade de seu corpo e dos perigos morais a que estavam sujeitas no interior das fábricas¹³⁴ – não existe, até onde é de meu conhecimento, nenhum trabalho que tenha realizado essa análise para o caso de Porto Alegre, e as pesquisas relacionadas às mulheres operárias no interior do Rio Grande do Sul não fazem menção à retirada ou redução significativa na mão-de-obra operária feminina a partir desse período¹³⁵.

O que se pode notar, na grande maioria dos relatos da imprensa operária, no que se refere ao trabalho feminino em Porto Alegre, é o acentuado caráter de exploração a que elas estavam submetidas. Alguns exemplos nesse sentido: na fábrica *Companhia Fabril Porto-alegrense* três quartos dos empregados eram mulheres, trabalhando por baixos salários, em condições insalubres. Em relação a essa indústria, *A Luta* denunciou o fato de que, algumas vezes, o preço das agulhas era deduzido do já minguado salário das operárias. Além disso, a disciplina era extremamente rígida, as multas e confiscos por faltas como atrasos, conversas durante o trabalho, ler ou subir as escadas de tamancos, variavam entre 100 e 500 mil réis, o que representava de um a cinco meses de salário da operária¹³⁶.

Outra dessas práticas, denunciada pelo *A Democracia*, era realizada pelas indústrias têxteis e consistia em exigir que as candidatas à costureira preparassem de duas a três dúzias de “amostras” de seu trabalho para deixarem para exame, informando-lhes, mais tarde, que seu trabalho tinha sido insatisfatório e que “havia sido desmanchado”¹³⁷. Ou ainda, segundo *A Luta*, uma outra prática, utilizada pela *Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense*, era contratar mulheres jovens para um

¹³⁴ Nesse sentido ver, especialmente: PENA, Maria Valéria Junno. *Mulheres e trabalhadoras. Presença feminina na construção do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981; RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

¹³⁵ Como os de SILVA, Maria Amélia Gonçalves da. *Rompendo o silêncio: mulheres operárias em Pelotas e Rio Grande (1890-1920)*. Porto Alegre: PPGH/PUCRS, dissertação de mestrado, 1998, e MACHADO, Maria Abel. *Mulheres sem rosto: operárias de Caxias do Sul, 1900-1950*. Caxias do Sul: Maneco Livraria & Editora, 1998.

¹³⁶ *A Luta*, Porto Alegre, 15/12/1906, p. 2.

¹³⁷ *A Democracia*, Porto Alegre, 28/05/1905, p. 3.

estágio não remunerado de um mês e depois informá-las, no final do período, que não havia trabalho. Assim, a fábrica contratava outras “aprendizes” para substituí-las¹³⁸.

Além disso, pode-se perceber que a entrada das mulheres no mundo produtivo suscitou um amplo debate, via imprensa, sobre o novo papel da mulher e os riscos e conseqüências dele decorrentes para a sociedade e para as famílias.

Um dos principais riscos, que já vinha sendo mencionado, de longa data, era o abandono à família. Assim, já no ano de 1897, o *Gazetinha* informava que Dona Angelina Cunha, viúva, e não tendo como sustentar a filha, moça de 18 anos, não viu outra saída a não ser empregar-se em uma fábrica. A conseqüência não se fez esperar e a filha, de nome Elvira, logo foi seduzida por um *Don Juan*¹³⁹.

Nesse sentido, como ressalta Maria Amélia da Silva, embora se referindo às cidades de Rio Grande e Pelotas, em caso de crime de sedução, o comportamento das mães das vítimas era um dos aspectos analisados pelas autoridades jurídicas e, dificilmente, se a vítima fosse, como na situação acima, filha de uma mulher sozinha e que trabalhasse fora, receberia ganho de causa em um processo judicial¹⁴⁰.

No mesmo jornal foi publicado, em 1899, um outro artigo relacionando a existência de uma “malta enorme de meninos rudes e turbulentos”, em sua maioria italianos, abandonados nas ruas de Porto Alegre, com a entrada de suas mães nas novas fábricas, concluindo o articulista que “estes meninos estavam nas ruas porque não tinham ninguém em casa para educá-los”¹⁴¹.

Além do abandono à família, a entrada das mulheres no mundo produtivo também era vista como um risco porque elas ficavam expostas às regras da conduta masculina, que poderiam ofendê-las ou até mesmo desonrá-las. Nesse sentido, um cronista do *Gazetinha* lamentava que “os pobres ouvidos castos das caixeiras do *Colombo* e do *Café Central!*” sofressem com os palavrões ou “sátiras de sarjeta”, que

¹³⁸ *A Luta*, Porto Alegre, 1º/12/1906, p.1.

¹³⁹ *Gazetinha*, Porto Alegre, 14/10/1897, p.2.

¹⁴⁰ SILVA, Maria Amélia. *Rompendo o silêncio*...., p. 85-126.

¹⁴¹ *Gazetinha*, Porto Alegre, 16/01/1899, p. 1.

lhes eram ditas pelos freqüentadores daqueles estabelecimentos, concluindo que as mulheres não deveriam ser empregadas nos cafés, com o argumento de que a “mulher é fraca, não repele porque é sempre uma haste delicada, engole os mais atrevidos insultos para na solidão do quarto modesto, sem ser miserável, digeri-los com abundantes e copiosas lágrimas”¹⁴².

Já entrado o século XX, *A Democracia* continuou lamentando os ultrajes sofridos pelas senhoras e meninas das classes pobres que, precisando trabalhar, se encontravam “nas ruas, nos bondes e em outros lugares públicos, desamparadas da presença do pai, irmão ou qualquer outra companhia que imponha respeito”, denunciando que

São comuns em Porto Alegre os indivíduos bem trajados, desde fedelhos, que [...] andam a fazer *conquerants*, faltando aos mais comezinhos princípios de educação, perseguindo as mulheres desacompanhadas de homem. As vítimas desses canalhas de colarinho em pé são, na maioria dos casos, as pobres costureiras, cigareiras e empregadas em estabelecimentos industriais¹⁴³.

A mulher, exposta a todos esses riscos, poderia não apenas sucumbir a sedução de algum *Don Juan*, ou ter seus castos ouvidos enxovalhados por palavras de baixo calão, como também poderia perder sua pureza de corpo e de alma, deixar seus filhos entregues à sorte, criados na rua e expostos à delinqüência. Havia, entretanto, um outro risco que costumava ser denunciado nas páginas dos jornais, o “feminismo”.

Segundo um texto publicado no *Gazetinha*, ainda em 1899, a “pacatíssima” capital do estado estava sofrendo com a influência de um grupo de “bem intencionados e irrefletidos que andam a falar aereamente do feminismo”. A acusação do articulista era a de que esses feministas estavam promovendo a “inconveniente exposição de três ou quatro respeitáveis senhoras de operários, fazendo-as presidir e secretariar reuniões de *marmenjos* sem que as mesmas senhoras perceberem a figura que faziam em tais casos”. E seguindo no tom de crítica perguntava: “digam-nos os

¹⁴² *Gazetinha*, Porto Alegre, 29/12/1895, p. 3.

¹⁴³ *A Democracia*, Porto Alegre, 14/2/1907, p. 2.

tais feministas de nova espécie, qual é a vantagem séria e honesta que advém aos homens serem substituídos por mulheres em seu serviço?”¹⁴⁴.

O problema, segundo o artigo, não estava no fato da mulher passar a ser melhor instruída ou conquistar direitos políticos, mas sim que ela abandonasse “os serviços que lhe competem para ir tomar conta dos que devem ser exercidos pelos marmanjos”. E, continuando em tom de aconselhamento, dizia,

Não há nada mais inconveniente do que provocar a vaidade de uma mulher.

Imagine-se o seguinte: qualquer senhora de operário é escolhida hoje para ser presidente ou secretária em determinada reunião; vai a esta e, na certa, faz fiasco, visto faltar-lhe o conhecimento *do que são estas trapalhadas* ou porque, o que é muito comum, em virtude de seus afazeres domésticos, desde que se casou abandonou a dedicação à leitura e à escrita.

Ainda na opinião desse articulista, apesar dos elogios que pudessem ser recebidos, a mulher que por ventura participasse dessas reuniões, logo perceberia que poderia ter se saído melhor e, em casa, começaria a preparar-se para a próxima sessão, escrevendo o discurso e decorando-o com afinco. Aí iniciar-se-ia um novo problema pois

[...] se tem alguma inteligência, o transtorno quanto aos serviços domésticos não é muito grande; porém se não é dotada de tal felicidade... aí está o diabo na casa. Pode o filhinho de peito estar a chorar, *mamã, mimica*, horas e horas; podem as piugas (sic) do marido estar em petição de miséria a reclamar, ao menos uns *pontos de marinheiro*; pode o feijão estar torrando na panela; podem faltar na capinha da filha mais velha uns *pés de galinha* que, qual! a presidente ou secretária não tem tempo para estas coisas, está estudando um discurso ou praticando em leituras e feitura de atas.

E outro grande inconveniente:

[...] quando o esposo voltar da oficina, ao meio-dia, há de ouvir, provavelmente estas palavras: ‘- Olha, meu velho, vai ali à venda e compra dois tortões de salame, quatro vinténs de queijo e um pão, porque eu ainda não tive tempo de preparar a comida. Está me custando decorar este pedaço de discurso’.

Na conclusão do artigo mais um conselho: “promova-se a instrução da mulher, porém nunca a sua vaidade”. E ainda, um último aviso: “Isso de andar a virar a cabeça

¹⁴⁴ *Gazetinha*, Porto Alegre, 7/6/1899, p. 2.

de senhoras de operários, e convencê-las de sua aptidão para substituir os homens, é *engrossamento* muito prejudicial aos próprios interesses dos trabalhadores. [...] Essas vossas brincadeiras bem vos podem sair caras, amanhã ou depois...”¹⁴⁵.

Esse artigo ajuda a perceber um conflito predominante da época, não apenas a respeito do papel da mulher na sociedade e na família, mas também em relação à sua participação nas associações operárias. Segundo o texto, atribuir tarefas às mulheres participantes das reuniões sindicais era, ao mesmo tempo, alimentar-lhes a vaidade e prejudicar o bom andamento da vida familiar porque elas, desacostumadas à leitura e à escrita, “na certa” se saíam mal em suas novas atribuições e teriam que compensar sua falta de preparo descuidando-se da família, sua “vocaçãõ natural”. Além disso, o articulista condenava o fato dessas mulheres virem a “substituir” o “elemento masculino” em algumas das tarefas tidas como “naturalmente” competentes aos homens.

Nesse sentido, Petersen aponta para uma contradição persistente na imprensa operária que, por um lado, denuncia as “várias faces da discriminação do trabalho da mulher, bem como reconhec[e] que a libertação da mulher passa pela conquista de seus próprios meios de subsistência”, e, por outro, vem “acompanhada da apreensão que tal trabalho representa ao masculino”. Esta contradição, ainda segundo Petersen, revela-se especialmente na defesa de idéias como: “o lugar da mulher é o lar, do qual não deve ser ‘arrancada’, a mulher pode aceitar menores salários por ‘encontrar em seu sexo meios complementares de existência’, a mulher sempre pode viver com muito menos do que o homem, pois suas necessidades [ou obrigações] são menores”¹⁴⁶.

Esse não é, entretanto, um pensamento restrito ao movimento operário porto-alegrense. Pelo contrário, é possível encontrar, em estudos sobre a organização sindical no final do século XIX, reiteradas menções a uma “oposição universal” à

¹⁴⁵ *Gazetinha*, Porto Alegre, 07/06/1899, p. 2.

¹⁴⁶ PETERSEN. “A mulher...” p. 89.

participação da mulher. Nesse sentido, conforme assinala Rachel Soihet, referindo-se ao caso dos norte-americanos e franceses,

[...] muitos sindicatos funcionavam como clubes masculinos, cujos membros consideravam que a presença feminina impediria a sua liberdade. E o assédio sexual, tanto por parte dos supervisores quanto dos colegas de trabalho, constituiu uma séria afronta que as mulheres trabalhadoras tiveram que suportar e que contribuiu para que se sentissem indesejadas nos ‘espaços de homens’¹⁴⁷.

Mas, se o articulista gaúcho pensava em conformidade com o “espírito da época”, podemos perceber, contudo, que seu texto incentivava, ou ao menos não desaprovava, que as mulheres fossem instruídas. Nesse sentido, cabe destacar uma das particularidades da construção da imagem feminina no Rio Grande do Sul: sob fortes influências do ideário positivista da época, conferia-se à mulher a “superioridade espiritual” sobre os homens, atribuindo-lhe, como funções fundamentais, a maternidade, a guarda do lar e a instrução dos filhos, garantindo assim, não apenas a manutenção da espécie, mas também “o desenvolvimento moral da humanidade através da educação”¹⁴⁸.

Entretanto, a importância do papel educativo da mulher no interior da família não é monopólio do pensamento positivista. Essa visão foi reafirmada ao longo do período que vimos estudando também pelas lideranças anarquistas e socialistas. Assim, percebe-se que, se a participação feminina muitas vezes era vista com restrição no meio operário, por outro lado, havia uma quase unanimidade em defesa da educação das mulheres, que viria a se refletir na formação emancipadora dos “homens do futuro”.

Ilustrativo, nesse sentido, é um artigo enviado de Portugal por Pinto Quartim¹⁴⁹,

¹⁴⁷ SOHIET, Rachel. “História das mulheres...”, p. 286.

¹⁴⁸ A respeito da influência do positivismo no ideário sobre “o feminino”, na época, ver: ISMÉRIO, Clarisse. *Mulher: a moral e o imaginário (1889-1930)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995; e LEAL, Elizabete da Costa. *O Positivismo, o Partido Republicano, a moral e a mulher (1891-1913)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 1996, (dissertação de mestrado).

¹⁴⁹ No Terceiro Capítulo tratarei da circulação de textos e dos contatos de Pinto Quartim com os militantes gaúchos.

publicado pelo *A Luta*. Nele, o jornalista iniciava indagando: “quereis ser livres, mulheres? Quereis sorver o prazer inefável da liberdade? Quereis enfim viver?” A essas questões a resposta inevitável: “- instruí-vos! Procurai a verdade, e quando de posse d’ela sereis livres e sereis felizes”. E exortava ainda que as mulheres passassem a fazer novas escolhas em suas vidas: “aos requintes da moda, ao luxo dos vestidos e aos prazeres mundanos, preferi os requintes da bondade, o luxo do coração e os prazeres da ‘vida intelectual’”.

Entretanto, os “prazeres da vida intelectual” deveriam ser colocados a serviço de uma causa maior, e assim seguia o articulista explicando: “a vossa missão, mulheres é de uma tal grandeza que a vossa ignorância vos não permite sequer imaginá-la!”. Essa missão estaria ligada diretamente ao papel de educadora dos futuros homens, a mulher teria o poder de transformar a vida da humanidade futura. Quartim explicava essa questão de maneira bastante didática: “Não sois vós que, primeiro com a seiva de vosso sangue, depois com o leite de vosso seio, dai vida aos filhos da vossa alma? Não sois vós, enfim, que criais, formais e educais as crianças que serão mais tarde homens?”. E concluía,

Pois bem! Se educardes os vossos filhos na opressão, torna-los-ei escravos. Se os educardes no amor, torná-los-ei homens livres. Cultivai, pois, mulheres, o vosso cérebro para que vos emancipais da tutela do homem, e com cuidado aplicai-vos à Arte da Educação para que possais educar vossos filhos de forma a fazê-los felizes¹⁵⁰.

Um detalhe importante: esse texto foi publicado na edição comemorativa ao Primeiro de Maio de 1908 e, pela importância da data no calendário operário, pode-se imaginar que as mulheres estavam ocupando um papel cada vez mais destacado nas discussões e no pensamento das lideranças operárias. Ainda em 1908, um outro texto abordou o assunto. Nesse caso tratava-se de uma tradução de um artigo de

¹⁵⁰ *A Luta*, Porto Alegre, 1º/5/1908, p.2. O mesmo jornal já havia publicado um texto de Ladario Traugott defendendo a idéia de que “educada a mulher convenientemente teremos a humanidade (digo esta palavra porque não tenho outra que se estende à mulher) preparada para o bem em pouquíssimas gerações, porque é nela que repousa a possibilidade da rápida evolução moral atual, visto ser ela a primeira pessoa que nos procura dar a nossa vida uma direção segura”. *A Luta*, Porto Alegre, 6/1/1908, p. 3.

Kropotkin, no qual o anarquista russo defendia a idéia de que “emancipar a mulher é libertá-la do trabalho bestificante da cozinha e da pia; é organizar-se de maneira a permitir-lhe criar e educar os filhos como melhor lhe parecer, bem que conservando bastante vagar para tomar a sua parte na vida social”.

Nesse texto, apesar da referência ao papel da mulher como educadora, já havia uma nova questão que parecia estar preocupando os líderes anarquistas: o papel de homens e mulheres em uma sociedade emancipada. Nesses termos Kropotkin colocava o problema:

Sabemos que uma revolução que se embriaga com as belas palavras de Igualdade, Liberdade e Solidariedade se bem que mantendo a escravidão no lar, não será a Revolução. A metade da humanidade agüentando a escravidão do fogão, da cozinha, ainda teria que se revoltar contra a outra metade¹⁵¹.

Nesse sentido, é interessante perceber que os líderes operários porto-alegrenses já vinham também, em alguns momentos, realizando um *mea culpa* em relação a pouca importância conferida à mulher em seu trabalho de propaganda operária e esse foi o tema do discurso proferido por Pedro Tácito Pires, realizado durante as comemorações do segundo aniversário da *Liga Operária Internacional*, ainda em 1897.

Depois de salientar o sucesso alcançado com a propaganda operária nos dois primeiros anos de existência da entidade, o orador ponderou que essa ainda era “imperfeita e incompleta”, pois não havia sido feito o “mais necessário - a propaganda para a mulher”. Seguindo em sua exposição, dizia: “do homem muito precisamos é o elemento atual para a luta; da mulher muito mais – pois será a preparadora de novos e mais poderosos elementos, será a construtora do edifício do futuro. Mas como aproveitar esse elemento? Como preparar a mulher para a nossa luta?”. A resposta a essa pergunta:

Basta unicamente uma coisa: não lhe ocultemos os nossos sofrimentos, não encavernemos (sic) em nossos peitos os gemidos quando as urzes da estrada tortuosa da vida rasgando-nos as

¹⁵¹ *A Luta*, Porto Alegre, 26/09/1908, p.2.

carnes; gemamos de forma que ela possa ouvir os nossos ais, choremos de forma que ela possa ver nossas lágrimas! Operários companheiros, não oculteis do seio da família nem as dificuldades com que lutais, nem as explorações de que sois vítimas, nem os aviltamentos a que estais sujeito muitas vezes¹⁵².

O orador propunha, portanto, uma conduta que parecia ir à contramão do pensamento corrente, a de que os operários deveriam compartilhar com suas esposas os sofrimentos e angústias de que eram vítimas, abrindo mão da imagem de “fortalezas inexpugnáveis”, de provedores e mantenedores da família, para que, dessa forma, as mulheres pudessem não apenas compartilhar de seus sofrimentos, passando a entendê-los mais profundamente, mas também para que elas perdessem as ilusões quanto ao sistema capitalista e passassem a vê-lo como o responsável, em última instância, pela miséria em que viviam suas famílias.

Alguns anos mais tarde, *A Luta* publicou um artigo, com o sugestivo título de “O motivo porque o homem é violento”, onde, por um lado, procurava explicar ao público feminino que os homens desgraçados, arruinados e aflitos,

[...] não poderão ser bons, doces, pacíficos, tratáveis, eles que, na sua loteria da vida, jamais acertaram num número feliz. Eles, para quem as decepções e os pesares são o pão de cada dia. Eles que a existência passam torcendo as mãos na força do desespero [pois] O seu coração transborda de ressentimento e a sua boca está sempre apta para o insulto, a grosseria.

E, por outro, pedia que as mulheres, “companheiras queridas destes pobres desgraçados”, fossem indulgentes com os seus maridos e compreendessem que “se eles algumas vezes vos maltratam, a culpa não é inteiramente sua, mas também do meio social que os humilha, que os faz sofrer silenciosamente”¹⁵³.

Esses eram textos dirigidos àquelas mulheres que ainda não haviam entrado ou, devido ao casamento e ao crescimento da família, haviam se retirado do mercado de trabalho. Sua principal característica era o aspecto pedagógico de que se revestiam, buscando mostrar às esposas dos operários as mazelas do trabalho e da sociedade capitalista na qual todos estavam inseridos.

¹⁵² *Gazetinha*, Porto Alegre, 21/11/1897, p. 1-2.

¹⁵³ *A Luta*, Porto Alegre, 08/3/1908, p. 2.

Por outro lado, não podemos deixar de perceber que o aumento do número de mulheres operárias acabou por tornar inevitável o seu reconhecimento tanto no mundo produtivo quanto no movimento operário, e o fato de trabalhar fora, por mais que fosse criticado por alguns setores da sociedade, também começou a aparecer como um caráter dignificador que estendia às mulheres a honorabilidade do trabalho, fator importante para a construção da identidade operária feminina. Dessa forma, em 1901, o jornal *Avante* já havia publicado que “como parte integrante da sociedade e como membro produtor, a mulher tem o direito de intervir na vida pública do país e de exercer todas as profissões”. Reconhecendo as mulheres como “vítimas de imensas injustiças”, os socialistas reivindicaram a “garantia de direitos civis e políticos para as mulheres”¹⁵⁴.

Os anarquistas porto-alegrenses também publicaram um artigo em defesa das mulheres trabalhadoras, orientando-as para que não permitissem que os capitalistas as fizessem trabalhar igual aos homens, ganhando salários mais baixos e exortando os homens para que não vivessem desocupados e cheios de vícios, explorando suas mulheres, e defendendo ainda a educação para as mulheres e que não lhes fosse negado o direito à voz em questões de sua incumbência direta¹⁵⁵.

Além disso, os anarquistas publicaram, também n’*A Luta*, um texto no qual a exploração capitalista era denunciada através do trabalho feminino. Nele, uma costureira, símbolo da mulher operária, era usada como exemplo da contradição de interesses em relação às mulheres das classes abastadas. Dizia o texto:

[...] o último [suspiro] talvez daqueles pobres pulmões que não puderam resistir ao peso de tantos vestidos de noivas abastadas! A verdade é que surpreendemos no trabalho um cadáver! Ah, alegre desposada! Como não ficarás quando souberes amanhã que o teu alvo vestido foi manchado pelo fio de sangue onde o patologista encontrará os indícios do bacilo de Koch?¹⁵⁶

Portanto, na virada do século XIX para o XX, já não havia mais como ignorar a

¹⁵⁴ *Avante*, Porto Alegre, 24/2/1901, p. 2.

¹⁵⁵ *A Luta*, Porto Alegre, 2/1/1907, p. 2.

¹⁵⁶ *A Luta*, Porto Alegre, 15/12/1906, p. 2.

presença das mulheres no mundo produtivo e não foram apenas as lideranças operárias que se ocuparam delas em seus escritos. Pode-se verificar, nesse período, uma verdadeira disputa, travada por amplos setores, em torno da imagem e do papel a ser desempenhado pelas mulheres diante dessa nova realidade.

Ilustrativo dessa situação será a construção de uma imagem de “heroína cívica”, realizada pelo jornal *A Federação*, em relação a uma das operárias da indústria têxtil da cidade, devido ao fato dela ter terminado seu relacionamento com o namorado, porque ele estava participando da greve de 1906. Nesse texto, a jovem era elogiada por nunca ter deixado o trabalho durante a greve, “apesar de todas as ameaças dos grevistas”¹⁵⁷. Conforme a análise de Joan Bak

Esta jovem [...] se tornou um modelo de virtude cívica porque colocou sua obrigação de empregada, seu trabalho e a ordem pública acima de seu amor por um homem. Confrontada com as reclamações de lealdade pública e pessoal, ela não escolheu a lealdade pessoal, que por tradição deveria ficar em primeiro lugar para as mulheres, mas as ‘lealdades mais altas’ inerentes à sua nova posição no reino público do mercado de trabalho e do dever cívico. É bem possível, porém, que a decisão desta jovem tenha sido ditada, na realidade, pela sua necessidade de salário para ajudar a sustentar seus pais e irmãos¹⁵⁸.

Ainda durante a greve de 1906, a imprensa comercial da cidade apresentou um outro exemplo de virtude da mulher trabalhadora, o *Correio do Povo* publicou que, em uma fábrica de doces, duas jovens operárias chamavam pela janela seus colegas homens, que estavam fora, para que eles voltassem ao trabalho. A moral, segundo o articulista, era de que “as moças estão dando o exemplo de coragem e de amor ao trabalho ao sexo forte”¹⁵⁹.

Nessas imagens, as mulheres adquiriam a virtude de coragem, tradicionalmente vista como masculina, mas sua postura permanecia tradicionalmente “feminina”. Elas continuavam fechadas dentro da fábrica, como se estivessem em casa. A fábrica acabava por se tornar um lugar seguro dos perigos da rua. Entretanto,

¹⁵⁷ *A Federação*, Porto Alegre, 23/10/1906, p. 2.

¹⁵⁸ BAK. *Classe, etnicidade...*, p. 216.

¹⁵⁹ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13/10/1906, p.2

no contexto da greve de 1906, a hierarquia tradicional de gênero foi parcialmente invertida, as mulheres que não aderiram a greve foram classificadas como trabalhadoras, corajosas e exemplos a serem seguidos e a imagem comum da fábrica, como sendo hostil à mulher ou favorável à promiscuidade sexual, foi (ao menos momentaneamente) deixada de lado¹⁶⁰.

Some-se a isso o fato de que, nessa época, alguns setores da economia começavam a se especializar no atendimento às mulheres e, nesse caso, o trabalho feminino podia ser utilizado como um fator publicitário. Esse é o exemplo da *Fábrica de roupa branca de GUELPHO ZANIRATTI*. Conforme seu anúncio, essa fábrica dispunha de “hábeis costureiras e duas especialíssimas mestras” e por isso estava em “condições de atender a todas e quaisquer encomendas que lhe fo[ss]em dirigidas”, destacando ainda que “na seção de senhoras, as exmas. famílias encontrarão pessoa do seu sexo com quem se entenderão relativamente às encomendas”¹⁶¹.

Portanto, tratava-se de um momento em que as mulheres passavam a ocupar, ainda que discretamente, espaços anteriormente predominantemente masculinos. Essa nova realidade acabou por marcar a construção identitária do operariado da cidade. Entretanto, não podemos esquecer que a identidade feminina era assinalada por uma visão social predominantemente masculina que influía tanto na maneira como as mulheres eram reconhecidas como operárias, quanto em suas ações objetivas de pertencimento ao operariado.

Dessa forma, a identidade de operária estava intimamente ligada à identidade de gênero; isso significa dizer que, enquanto para os homens a conduta violenta podia ser percebida como um fator de reforço à masculinidade relacionada à construção de sua identidade operária, para as mulheres operárias a conduta socialmente aceita estava impregnada dos cânones da época, definidores da “feminilidade”. Ou seja, das operárias esperava-se e exaltava-se a graça, a delicadeza e a manifestação pública

¹⁶⁰ BAK. *Classe, etnicidade...*, p. 216.

¹⁶¹ *Gazetinha*, Porto Alegre, 5/3/1896, p. 4.

de “forma feminina” ou socialmente aceita como “feminina”, em suas participações nos *meetings*, passeatas, protestos, elas apareciam cantando, declamando poesias, distribuindo flores, portando laços e fitas, levando consigo bandeiras e estandartes (bordados previamente por mãos femininas) e carregando seus filhos. Dessa forma, as mulheres contribuíam para a publicização do movimento tornando-o mais bonito e, até mesmo, socialmente aceitável.

Nesse sentido, a imprensa já fornecia, desde o final do século XIX, exemplos desse tipo de participação das mulheres, geralmente “senhoritas”, em atos públicos, festas ou solenidades do trabalho, especialmente nas comemorações do Primeiro de Maio. Um deles foi a participação, em 1897, da “graciosa jovem” Elisa Sonnenstrahl, pronunciando um discurso durante as comemorações alusivas ao Primeiro de Maio.

Segundo o *Gazetinha*, “o discurso [...] foi um verdadeiro sucesso, provocando extraordinários aplausos, chegando o entusiasmo as raias do delírio”. A oradora “versou sobre o atual movimento operário tendente a extinguir os prejuízos sociais existentes; no seu decorrer, a distinta e gentil oradora aludiu a independência da mulher, e de maneira tão eloqüente o fez que os victores (sic) irromperam ruidosos da enorme multidão que a escutava silenciosamente”.

Mas, sua participação não se restringiu a esse discurso. No mesmo dia, já em um outro ponto da cidade, a oradora e uma outra moça, Leopoldina Schacherslehner, discursaram e depois recitaram “magníficas poesias de propaganda socialista, sendo aplaudidas delirantemente”¹⁶².

Não é possível perceber a continuidade da participação dessas moças nas atividades públicas do movimento operário ao longo dos anos. O que se sabe, no entanto, é que a senhorita Leopoldina Schacherslehner tornou-se, no ano de 1898, a Senhora Xavier da Costa¹⁶³ e esse relacionamento, provavelmente, fez com que ela estreitasse seus laços com o grupo de militantes socialistas da cidade.

¹⁶² *Gazetinha*, Porto Alegre, 6/5/1897, p. 1-2.

¹⁶³ SCHMIDT, Benito. *O Patriarca*...p. 103.

Também em momentos como a greve de 1906, as mulheres acabaram por se destacar publicamente. Muitos observadores das passeatas e *meetings*, realizados durante essa greve ficaram surpresos ao ver a grande quantidade de mulheres entre os manifestantes. O jornal *Correio do Povo*, por exemplo, chegou a definir o número de mulheres participantes do movimento como “enorme”¹⁶⁴.

O movimento grevista havia começado basicamente com a participação de homens de variadas categorias profissionais – inicialmente com os marmoristas e espalhado-se entre metalúrgicos e trabalhadores em madeira, pedreiros e fabricantes de chapéus – mas foi com a adesão das operárias das indústrias têxteis, de vestuário e de doces, que o movimento se generalizou¹⁶⁵.

Além disso, através de suas demonstrações de apoio ao movimento, as mulheres contribuíram para que a greve ganhasse uma nova dimensão pública: algumas operárias passaram a teatralizar sua adesão ao movimento rasgando seus vestidos e fazendo topes vermelhos que usavam orgulhosamente no peito, como símbolo de adesão à luta, outras marcharam juntas pelas ruas da cidade levando um estandarte vermelho reivindicando a jornada de oito horas de trabalho.

Situações que remetem à percepção, já mencionada, de que as identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais são representadas. A utilização de diferentes símbolos, como ramalhetes de flores, laços vermelhos, bandeiras e estandartes e o emprego de uma determinada linguagem, podem, dessa maneira, ser consideradas como manifestações de uma identidade operária em construção, teatralizada e apresentada publicamente, mas podem demonstrar, além disso, as distintas percepções de como homens e mulheres deveriam construir sua identidade operária, a partir das diferenças na constituição de suas identidades de gênero.

Voltando à greve de 1906, no decorrer do movimento, as operárias

¹⁶⁴ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11/10/1906, p. 1.

¹⁶⁵ *Petit Journal*, Porto Alegre, 4/10/1906, p. 2.

apareceram repetidamente em comícios e reuniões e falaram a multidões reunidas. E uma “senhorita” chegou a realizar uma palestra sobre as vitórias da classe trabalhadora em outros países. Outras aceitaram os riscos de serem identificadas e, antes de grandes comícios, agradeciam aos líderes operários, especialmente Carlos Cavaco e Xavier da Costa, por seus esforços em defesa dos trabalhadores, presenteando-os com ramalhetes de flores¹⁶⁶.

Essas participações femininas se tornaram um ritual durante a greve e para algumas moças acabaram tendo conseqüências sérias: algumas foram chamadas à delegacia de polícia, acusadas de tentarem impedir que suas companheiras trabalhassem¹⁶⁷ e pelo menos uma acabou sendo demitida da fábrica onde trabalhava¹⁶⁸.

Ao longo da greve, os líderes operários também compreenderam a importância das mulheres participarem do movimento, Carlos Cavaco chegou a convidar suas irmãs a tomarem parte em algumas das atividades públicas. Assim, no dia 8 de outubro, por ocasião de um discurso no Salão 1º de Maio, no Bairro Navegantes, “as senhoritas Rosina, Magdalena e Matilde, ostentando flores vermelhas no peito, estavam entre as operárias sendo saudadas a cada momento. E ainda, segundo o *Petit Journal*, “a despedida entre as três senhoritas e as moças operárias foi tocante: enquanto elas se beijavam mutuamente, a multidão erguia vivas e batia palmas no maior entusiasmo”¹⁶⁹.

Contudo, o que algumas operárias não observaram, é que a principal reivindicação dos grevistas – a redução da jornada de trabalho – poderia afetar negativamente suas vidas. A resposta dos donos de uma fábrica de gravatas a essa reivindicação foi a de que “elas poderiam trabalhar até duas horas por dia se

¹⁶⁶ BAK “Classe, etnicidade...” p. 210-212 e SCHMIDT. *O Patriarca...*p. 245-247.

¹⁶⁷ *Jornal do Comércio*. Porto Alegre, 14/10/1906, p. 1.

¹⁶⁸ *Petit Journal*, Porto Alegre, 06/10/1906, p. 1.

¹⁶⁹ *Petit Journal*. Porto Alegre, 9/10/1906, p. 2. (FBS).

quisessem, porque elas eram pagas por peças”¹⁷⁰. Em relação a esse fato, Joan Bak pondera que

Esta resposta deixava claro que o pedido de oito horas diárias por parte das mulheres não fazia sentido, porque não refletia as condições objetivas de suas próprias vidas de trabalho. [...] Estas mulheres perceberam abruptamente que sua posição na estrutura de classes emergente as separava dos trabalhadores (masculinos e femininos) que eram pagos por dia ou por hora. Dessa forma, abandonaram a greve. Apesar de alguns trabalhadores ainda serem pagos por tarefas, os artesãos tinham habilidades com as quais podiam barganhar, enquanto que as mulheres que não tinham ofício não podiam¹⁷¹.

No final da primeira semana de greve, os líderes do movimento já haviam resolvido esse equívoco, especificando, nas negociações com o patronato, que os valores pagos por tarefa deveriam aumentar para que a adoção da jornada de oito horas não significasse perda para as operárias¹⁷².

Dessa forma, mesmo que a participação feminina no movimento operário ainda fosse muito incipiente e que o reconhecimento de sua situação no mercado de trabalho, como esse de 1906, ocorresse em casos isolados, pode-se perceber que a entrada das mulheres no mundo produtivo suscitou o aumento de sua convivência com os homens no interior das fábricas, nas ruas e bondes da cidade e o fato de estarem lado a lado em passeatas, manifestações e momentos comemorativos, etc. contribuiu significativamente senão para a transformação das tradicionais atribuições de gênero – uma vez que muitas das relações familiares patriarcais continuaram sendo mantidas no interior das fábricas¹⁷³ – ao menos para dar visibilidade a uma parcela crescente de operárias que traziam para o interior do mundo do trabalho, além de novas demandas e reivindicações, a transformação das formas reivindicativas influenciadas por sua identidade de gênero.

Assim, a entrada das mulheres no mundo operário significou não apenas o

¹⁷⁰ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 9/10/1906, p. 1

¹⁷¹ Bak. “Classe, etnicidade...” p. 212-213.

¹⁷² *Petit Journal*, Porto Alegre, 11/10/1906, p. 2.

¹⁷³ A esse respeito ver PAOLI, Maria Célia. “A família operária: notas sobre sua formação histórica no Brasil”. *Tempo Social*. São Paulo: USP, 1992, p. 17-41.

aumento no número de trabalhadores e novas formas de concorrência, mas também novas possibilidades de cooperação, novas maneiras de representar simbolicamente a luta operária e novas perspectivas na construção da identidade operária da cidade.

Entretanto, nessa tese, trabalho com a hipótese de que a identidade operária é construída não apenas a partir de relações de reconhecimento, distinção e oposição e das interfaces com outras identidades, mas também da conjugação dessas circunstâncias com idéias, símbolos, memórias e características que aparecem em diversos lugares e circulam em diferentes países, possibilitando que os operários porto-alegrenses sintam-se parte do operariado internacional. Tema que será tratado no próximo Capítulo.

CAPÍTULO III

***PROLETÁRIO NÃO TEM PÁTRIA!* – INTERNACIONALISMO, CIRCULAÇÃO DE SÍMBOLOS E MEMÓRIAS E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE OPERÁRIA PORTO-ALEGRENSE**

Observei, no capítulo anterior, que a construção de uma identidade operária ocorre num permanente processo de interação com outras identidades coletivas – no caso analisado, as identidades étnicas e de gênero – percebendo que, se em alguns momentos, uma comunidade consegue conviver com distintas formas identitárias, em outros, podem ocorrer situações conflitivas, exigindo novas tomadas de posição; nesse sentido, a convivência no interior do mundo do trabalho pode ser vista como um campo fértil para a dinâmica da construção e reconstrução de identidades coletivas.

No presente capítulo, trabalho com a proposição de que a identidade operária é construída não apenas a partir de relações de reconhecimento, distinção e oposição e das interfaces com outras identidades em âmbito local, mas também da conjugação dessas circunstâncias com idéias, símbolos, memórias e características que aparecem em diversos lugares e circulam, através de militantes, textos, etc. em diferentes países, possibilitando aos operários identificarem-se com as múltiplas dimensões dessa realidade – seus conflitos, contradições, campanhas e solidariedades – e sentirem-se como integrantes do operariado internacional. Dessa forma, uma das questões a ser tratada nesse capítulo será o internacionalismo operário.

Essa análise, entretanto, precisa levar em conta alguns dos principais aspectos do processo histórico de consolidação do sistema capitalista no qual esse internacionalismo está inserido. Dentre eles, se destaca o fato de que, para consolidar-se e expandir-se além fronteiras nacionais, o capitalismo precisou criar condições tecnológicas de desenvolvimento dos transportes e comunicações, diminuindo distâncias e permitindo uma maior rapidez tanto na circulação de pessoas quanto de idéias.

Além de “diminuir” as distâncias globais, o capitalismo, em sua fase monopolista industrial, gerou algumas importantes contradições. A mais visível delas foi o processo de mecanização acelerada que aumentou a produção em uma escala nunca antes imaginada, e ao mesmo tempo produziu um grande número de desempregados nos países europeus, fazendo com que esses países, paradoxalmente, se tornassem tanto grandes produtores de bens industrializados quanto grandes exportadores de braços.

Esse foi um momento marcado, segundo Perry Anderson, pelo abandono do “nacionalismo romântico por parte das classes proprietárias, que o haviam um dia apoiado ou manipulado e [pelo] surgimento de uma nova forma dominante de nacionalismo no ocidente”. Essa nova visão do nacionalismo veio acompanhada de um “[...] novo expansionismo [que] tomou seu vocabulário ao darwinismo social. Sua linguagem intelectual era essencialmente positivista e sua definição de nação crescentemente étnica”. Dessa forma, as relações entre os povos passaram a ser vistas “como uma ‘sobrevivência do mais apto’” na qual o “nacionalismo das grandes potências – ou de grande potência pretendida [...] pregava, pela primeira vez, hostilidade direta a outras nações e povos”.

Ainda segundo Anderson, seriam duas as funções desse novo nacionalismo:

[...] por um lado, ele servia para mobilizar a população de cada estado para a intensificação da competição inter-imperialista do período e para as tarefas da conquista colonial. Por outro lado, ele servia para integrar as massas na estrutura política da ordem capitalista, num momento no qual o sufrágio começava a se estender a setores da classe trabalhadora. O chauvinismo reinante operou de modo a neutralizar os riscos da extensão do voto, deslocando tensões sociais dos antagonismos de classe para antagonismos nacionais¹.

Assim, ao mesmo tempo em que o capital internacionalizava-se, rompendo barreiras nacionais, desenvolvia-se, par e passo, uma corrida protecionista e bélico-

¹ ANDERSON, Perry. “Internacionalism: a breviary”. *New Left Review*, nº 14, março-abril de 2002, p. 11.

nacionalista entre as principais potências capitalistas. Situação essa que, juntamente com a disputa pelos domínios coloniais, contribuiu para a eclosão da Primeira Grande Guerra.

As contradições desse contexto afetaram a organização operária internacional que, por um lado, buscou se contrapor a lógica beligerante e, por outro, algumas vezes, sucumbiu ao discurso nacionalista. Entretanto, algumas dessas contradições da expansão capitalista acabaram por favorecer a organização internacional dos trabalhadores, tanto é assim que a criação da Primeira Internacional Socialista é fruto indireto de uma delas, já que o contato entre trabalhadores franceses e ingleses que lhe deu origem foi estabelecido em 1862, quando a Rainha Victoria organizou uma grande exposição industrial em Londres, para celebrar o desenvolvimento econômico e a paz em seu “Império Universal”. Essa festa contou com a presença de uma delegação de trabalhadores franceses, que viajou subsidiada pelo Imperador Napoleão III. Dessa forma, as duas cabeças coroadas, inadvertidamente, ajudaram a estabelecer o encontro das lideranças operárias que fundaram, em 28 de setembro de 1864, a Associação Internacional dos Trabalhadores².

Ainda no terreno das contradições, percebe-se que a Primeira Internacional (1864-1876) contribuiu tanto para a difusão dos sentimentos de solidariedade e apoio às lutas dos trabalhadores em diversos países, quanto para dar publicidade às disputas internas e às teses divergentes das principais lideranças do movimento operário europeu daquele período, destacando-se nesse caso as conhecidas polêmicas entre os partidários de Proudhon, Bakunin e Marx, relacionadas especialmente à organização dos operários para a conquista do poder político³. Essas polêmicas, embora não tenham chegado de imediato aos locais mais distantes – sendo possível, por exemplo, encontrar ainda em 1898 anarquistas e socialistas

² DROZ, Jacques. *Historia del socialismo*. Barcelona: Laia, 1977, p. 78.

³ COLE, G. D. H. *Hitoria del pensamiento socialista: marxismo y anarquismo 1850-1890*. México: Fondo de Cultura Económica, 1974, p. 90-97.

reunidos no *Primeiro Congresso Operário Rio-Grandense* – acabaram por se espalhar, influenciando a organização operária internacional.

De forma semelhante, a Segunda Internacional (1889-1914), ao mesmo tempo em que difundiu campanhas pelas conquistas e solidariedades operárias – destacando-se a luta pela jornada diária de oito horas – aprofundou divergências e contradições, especialmente pela adesão das principais lideranças dos partidos social-democratas à participação do operariado na Primeira Guerra Mundial, provando que a unanimidade em torno das idéias pacifistas defendidas no Congresso de Basiléia (1912) “havia sido apenas um fino verniz cobrindo um nacionalismo profundamente enraizado”⁴. Em Porto Alegre, como em outras localidades do Brasil, essas influências e contradições também estiveram na ordem do dia.

Exemplar, nesse caso, é o fato de que se, no início do século XX, por um lado, algumas lideranças operárias da capital sul-rio-grandense chegaram a aderir à campanha pela obrigatoriedade do serviço militar, por outro, no mesmo período, foi fundada uma Liga Antimilitarista na cidade e desencadeou-se, via imprensa operária, uma reiterada campanha pacifista; da mesma forma, a luta pela conquista da jornada diária de oito horas de trabalho tornou-se uma das mais importantes campanhas envolvendo operários e lideranças de distintas tendências ideológicas, questões que serão analisadas ao longo desse capítulo.

Será, portanto, a partir desse contexto e levando em conta todas essas contradições, que procurarei pensar algumas das inter-relações entre as perspectivas locais, nacionais e internacionais que, percebidas a partir da memória e das construções simbólicas, podem ter colaborado para desenvolver os sentimentos de pertencimento, distinção e oposição, característicos da construção da identidade operária que venho analisando.

⁴ JOHNSTONE, Monty. “A Segunda Internacional”. In: BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 196-197.

Essa discussão será realizada em duas seções. Na primeira, *Circulação de pessoas, textos, e idéias*, busco analisar as relações estabelecidas entre o movimento operário porto-alegrense com os de outras partes do Brasil e do exterior, observando, para isso, tanto a circulação de militantes locais em outras cidades do interior do Estado e do centro do país – especialmente no Rio de Janeiro – quanto as contribuições “vindas de fora”, em forma de textos de autores nacionais e estrangeiros, publicados nos jornais locais, e pela passagem de militantes, vindos do centro do país, pela cidade.

Enfoco, nesse caso, especialmente as redes de relações, trocas de informações, circulação de idéias e campanhas, estabelecidas no interior do movimento operário europeu e brasileiro. Para realizar essa proposta, contando com alguma base empírica, analiso os dados encontrados em dois fundos documentais de Lisboa⁵. A escolha de pesquisa recaiu sobre essa cidade, como já foi mencionado, por entender que, no período coberto por esse estudo, a capital lusa desempenhava um importante papel de ligação entre o Brasil e a Europa, constituindo-se em um centro difusor de idéias e trocas de informações, especialmente através de traduções e publicações de textos provenientes dos principais centros operários europeus (Alemanha, França, Inglaterra e Itália), que posteriormente eram enviados para o Brasil⁶.

Seguindo uma trilha bastante indiciária, também procuro observar, em jornais do centro do país e lisboetas, algumas referências feitas à organização operária porto-alegrense; a intenção nesse caso é perceber a possível difusão das atividades operárias locais em um panorama mais amplo – nacional e mesmo internacional.

Na segunda seção deste capítulo, *Dia de festa ou dia de luto: Viva o Primeiro*

⁵ Conforme referido na Introdução, são eles: o Arquivo Histórico Social (AHS), que se encontra na Biblioteca Nacional de Lisboa e o Espólio Pinto Quartim (EPQ), que se encontra no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

⁶ Percebem-se, nas publicações analisadas, as relações entre os grupos editores de Lisboa especialmente com o *Centro de Estudos Sociais* e com o *Grupo de Educação Social*, do Rio de Janeiro.

de Maio!, procurarei analisar as comemorações da data internacional do operariado em Porto Alegre no período de 1896 – primeira referência à comemoração na imprensa da cidade – até 1920, ano em que se realizou o *Segundo Congresso Operário Rio-Grandense*, quando se iniciou, devido à influência comunista, um novo ciclo de disputas ideológicas entre as lideranças operárias locais.

Analiso a data a partir de duas perspectivas: como um ritual público de reconhecimento, no qual os operários – apresentando-se com seus símbolos e signos distintivos – marcavam tanto sua honorabilidade, força e coesão como grupo, quanto suas diferenças em relação às outras classes sociais, e também como um momento de confronto de distintas orientações ideológicas em torno da memória histórica do Primeiro de Maio a ser compartilhada pelo operariado porto-alegrense, tendo-se, de um lado, a versão social-democrata, que congregava, sem maiores problemas, a idéia de festa e manifestação operária e, de outro, a versão anarquista que reforçava seu caráter de protesto e luto pelos mártires do operariado.

Essa disputa em torno da memória do Primeiro de Maio por parte das lideranças operárias porto-alegrenses interessa a essa análise especialmente porque, como foi dito na Introdução, um dos elementos importantes na construção de uma identidade coletiva é a memória, pois ela promove a valorização dos acontecimentos dos quais as pessoas nem sempre participaram, fazendo com que eles ganhem força no imaginário de um grupo e se transformem em acontecimentos comuns, socializados política ou historicamente, gerando a identificação do grupo com um determinado passado, com uma memória herdada que serve, inclusive, para marcar, no presente, as distinções com “outros”.

3.1. Circulação de pessoas, textos e idéias

Conforme foi observado anteriormente, o aperfeiçoamento dos sistemas de transporte e comunicação, bem como a expansão da imprensa, inerentes ao desenvolvimento do capitalismo internacional, aceleraram o processo de circulação de pessoas e de textos, contribuindo – desde o século XVIII, para a Europa, e do século XIX, para o Brasil – para a difusão das mais variadas idéias e para o reconhecimento mútuo de grupos com interesses semelhantes em distintos locais do planeta⁷.

Nesse sentido, Benedict Anderson já havia enfatizado a força que a comunicação escrita e que a imprensa tiveram no processo de construção das identidades nacionais. Para ele, os veículos de imprensa ajudaram a desenvolver uma noção de contemporaneidade e simultaneidade entre os grupos leitores de distintas regiões que passaram a se sentir solidários, e a se imaginar como integrantes de uma mesma nação.

Para Anderson, essa situação ocorreu especialmente entre as burguesias, durante a formação dos Estados Nacionais. Em suas palavras, “é difícil imaginar uma burguesia analfabeta. Assim, em termos de história mundial, as burguesias foram as primeiras classes a consumir solidariedades numa base essencialmente imaginada [...]”. Dessa forma, segundo ele, a solidariedade de classe e a identidade nacional das burguesias de distintos países foram construídas simultaneamente, e para isso contaram com o importante auxílio de uma rede de informações e com o intercâmbio de idéias, propiciadas pela circulação da imprensa⁸.

Tomo de empréstimo essas considerações porque acredito ser possível pensar que elas são válidas não apenas para o caso do desenvolvimento das solidariedades burguesas no momento da formação das identidades nacionais, mas, que a análise da

⁷ CHARTIER, Roger. “Textos, impressões e leituras”. In: HUNT, Lynn (org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 211-238.

⁸ ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989, p. 88.

formação de redes de informações e intercâmbio de idéias pode ajudar a compreender também a construção de sentimentos de contemporaneidade e simultaneidade que reforçam o processo identitário entre operários de diferentes partes do mundo. Nesse caso, trabalho com a hipótese de que a difusão dos impressos possibilitava aos operários, especialmente aos que viviam em centros industriais, o acesso a um número maior de textos, às notícias, idéias, cartas e trocas de informações de diferentes localidades, reforçando tanto sua memória historicamente construída quanto, no presente, as noções de pertencimento e oposição em âmbito internacional.

Concordo, dessa forma, com as considerações de Edilene Toledo de que “os jornais operários contribuíram para transmitir aos trabalhadores a idéia de fazer parte de um conjunto, de uma classe social e de uma luta que ultrapassava os limites do Estado Nacional”⁹.

Parece-me, assim, ser defensável a idéia de que – nas bibliotecas sociais, bem como, no interior das oficinas e fábricas, nos bares e cafés, nas alfaiatarias e barbearias da cidade – os operários liam, trocavam impressões, apropriavam-se de idéias e as retransmitiam a novos interlocutores, compartilhando, em diferentes medidas, da dimensão universal e histórica de sua identificação como operários.

Conforme comentei na Introdução, existiam, na Porto Alegre do início do século XX, alguns locais privilegiados de leitura e debates de idéias. Um deles era o Gabinete de Leitura d’*A Luta* – anexo à Escola *Eliseu Reclus*. Ali se encontravam à disposição periódicos nacionais e internacionais, opúsculos e livros. Segundo os redatores d’ *A Luta*, o espaço ficava aberto todas as noites e os interessados podiam utilizá-lo gratuitamente¹⁰.

A partir das listas dos livros e demais impressos, publicadas regularmente pelos editores d’*A Luta*, pode-se ter uma idéia do tipo e da procedência dos materiais

⁹ TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias: idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2004, p. 29.

¹⁰ *A Luta*, Porto Alegre, 1/6/1909, p. 2.

encontrados no *Gabinete de Leitura*, bem como do alcance do intercâmbio de seus redatores com outros grupos editores. Percebe-se que o antimilitarismo, a preocupação com a pobreza, com a procriação consciente e a divulgação do esperanto, se destacavam como os principais temas tratados pelas publicações, bem como se pode inferir o alcance do intercâmbio com grupos operários de várias partes do mundo, com ênfase para os europeus e sul-americanos.

Provavelmente devido a esse intercâmbio, fosse possível aos redatores noticiar que, por intermédio d'*A Luta*, além desses exemplares, os interessados poderiam ainda encomendar obras ou fazer assinaturas de revistas, ou jornais do movimento operário, “de qualquer parte do mundo [...] isento de qualquer comissão”¹¹.

Como já foi mencionado, esse jornal circulou em Porto Alegre, em sua primeira fase, entre os anos de 1906 a 1911 e, conforme observa Evangelia Aravanis, o periódico, bem como a *Escola Eliseu Réclus*, o *Grupo Editor de Propaganda* e o *Grupo Solidariedade*, “eram todos instrumentos pelos quais os militantes anarquistas procuravam marcar a presença de suas idéias”¹².

Uma das atuações desse grupo, destacada por Aravanis, era a preocupação tanto em manter uma permuta permanente com grupos anarquistas de várias partes do Brasil, especialmente do Rio de Janeiro, e do exterior, quanto em colocar, com relativa eficácia, a venda os impressos em duas importantes livrarias da cidade: a Livraria Americana e a Universal. Nesse sentido, os periodistas alertavam os interessados de que, caso não encontrassem as obras, deveriam “encomendá-las à livraria e insistir nos pedidos”¹³, deixando entrever que a persistência dos leitores ajudaria a romper possíveis obstáculos comerciais colocados pelos livreiros.

Entretanto, a preocupação com a divulgação da literatura operária não era exclusiva do pessoal d'*A Luta*. Nesse sentido, é interessante destacar que a proposta

¹¹ *A Luta*, Porto Alegre, 8/3/1908, p. 4.

¹² ARAVANIS. “Leituras...” p. 268.

¹³ *A Luta*, Porto Alegre, 14/12/1909, p. 4.

de criação de bibliotecas para os trabalhadores já acompanhava, de longa data, as discussões das lideranças operárias da cidade. Assim, no Congresso de 1898, foi unanimemente aprovada a proposta de criação de uma biblioteca em todas as sedes sociais das entidades representativas dos trabalhadores¹⁴.

Além disso, o jornal *A Democracia*, veículo dos militantes socialistas, também costumava solidarizar-se com as iniciativas em prol da leitura. Para exemplificar, tem-se uma nota publicada em 1905, elogiando o fato de que o *Grêmio de Artes Gráficas e Correlatas* havia instalado um gabinete de leitura no centro da cidade; enfatizava a nota que “tem sido bastante animador o comparecimento de sócios a ele” e divulgava ainda que a biblioteca já contava “com 44 volumes, de diversas obras, doadas pela diretoria e associados”¹⁵.

Esse mesmo jornal publicou, também em 1905, uma pequena nota defendendo que “os operários devem instruir-se lendo os jornais que pugnam pelos interesses que os defendem, e para isso é necessário que nunca deixem de auxiliar a imprensa proletária”¹⁶. E, em 1907, ainda era possível encontrar nas páginas d’*A Democracia* a seguinte nota

Os editores do semanário de propaganda anarquista *A Luta*, que se publica nesta capital, tiveram a gentileza de nos ofertar um opúsculo, de elegante formato, contendo as ‘Bases’ do sindicalismo, de Emilio Pouget, que a pouco mais de 3 anos já lêramos, em parte, em outro jornal anarquista, que aparecia em S. Paulo.
Gratos nos confessamos pela fineza dos colegas.

Informava ainda que “as ‘Bases’ do sindicalismo, acham-se a venda, a 200 reis o folheto, no escritório d’ ‘A Luta’, à rua dos Andradas, n. 64, onde também são

¹⁴ Congresso Operário. Nota explicativa publicada no *Echo Operário*. Rio Grande, 18/08/1898, p. 1-2. Apud PETESEN & LUCAS, *Antologia...*, p. 104.

¹⁵ *A Democracia*, Porto Alegre, 15/10/1905, p. 2. Os nomes mencionados, com as respectivas quantidades de livros doados, eram os seguintes: vice-presidente Sr. Júlio Henrique Otto Neu, 5; tesoureiro, Sr. Júlio Schultz, 5; 2º secretário, Sr. Polydoro Santos, 31 e pelo sócio sr. Júlio César de Alencastro, 3 volumes. É interessante destacar a grande quantidade doada por Polydoro que, algum tempo mais tarde, se afastaria do Grêmio, passando a definir-se como sindicalista e a militar ao lado do grupo anarquista em prol da fundação de escolas racionalistas em Porto Alegre.

¹⁶ *A Democracia*, Porto Alegre, 12/11/1905, p. 1.

vendidos a 100 reis, os periódicos anarquistas ‘A Terra Livre’, ‘Il Libertário’, ‘Novo Rumo’, e ‘O Veículo’” e que a correspondência para *A Luta* deveria ser dirigida a Stefan Michalski¹⁷.

Embora se saiba que essas gentilezas não duraram muito, ocorrendo em seguida uma das muitas escaramuças entre socialistas e anarquistas, largamente noticiada pela imprensa porto-alegrense¹⁸, é interessante perceber que, nos momentos de trégua, os periódicos operários pareciam irmanarem-se na defesa de algumas causas comuns, uma delas era o elogio à leitura operária, independente da tendência ideológica contemplada pela obra. Essa luta comum pode ser melhor compreendida se observarmos que a difusão da leitura era uma das mais importantes pré-condições para o conhecimento das demais causas e idéias operárias, condição fundamental para que os operários locais pudessem se reconhecer e sentirem-se integrados ao operariado nacional e internacional.

Nesse sentido, o aspecto da circulação de textos que mais interessa à análise dessa construção identitária é o de que, para além da propaganda doutrinária de uma ou outra corrente ideológica, percebe-se uma constante preocupação, tanto nos jornais operários quanto nas colunas operárias dos jornais comerciais, em informar sobre a situação do operariado do centro do país e de além fronteiras, denunciando sua exploração ou divulgando conquistas e reforçando a oposição dos interesses entre os operários e a burguesia.

Um exemplo do primeiro caso é a publicação de uma carta enviada do Rio de Janeiro por Manoel Moscoso, n’*A Luta* em 1909; nela, o militante anarquista – do qual voltarei a falar mais adiante – noticiava importantes acontecimentos decorrentes de uma greve dos operários têxteis, iniciada em abril, na Fábrica *Confiança*, de Vila Izabel, fazendo considerações sobre as precárias condições de trabalho nas fábricas

¹⁷ *A Democracia*, Porto Alegre, 13/01/1907, p. 4.

¹⁸ Sobre a polêmica ocorrida logo em seguida, ver: SCHMIDT, Benito. “A palavra como arma: uma polêmica na imprensa operária porto-alegrense em 1907”. *História em Revista*. Pelotas, v. 6, dezembro de 2000.

de tecidos, “cujo maior contingente é composto por mulheres e crianças”. Denunciava Moscoso que, dentre outros abusos, “crianças [eram] golpeadas, trabalhadores dignos insultados e espezinhados a todas as horas do dia”.

O texto procurava demonstrar ainda que a exploração dos operários têxteis era um exemplo da combinação de interesses dos patrões e governos, afirmando, nesse sentido, que “os operários tecelões do Rio de Janeiro são, sem dúvida, os que mais sentem sobre si a férrea opressão do patronato e do governo, aliados para esmagar as tentativas de reivindicação proletária em todas as suas manifestações, pacíficas ou violentas”. Mostrava ainda que os patrões estavam organizados, existindo entre eles “um pacto pelo qual estão obrigados a não dar trabalho a nenhum operário posto no *INDEX* e tido como subversivo”.

Essa combinação de fatores levou, segundo Moscoso, os operários a se organizarem e a declarar a greve, movimento que foi duramente reprimido, tanto pela decretação de um *lock-out* por parte da *Fábrica Confiança*, quanto pela ação policial, prendendo “os que mais se distinguiam pela sua atividade”. Nesse ponto do relato Moscoso informava, com uma nota de desprezo, que alguns operários “dentre os mais fracos e inconscientes” voltaram ao trabalho. Tal estado de coisas fez, conforme ele, “com que o movimento fosse derrotado”¹⁹.

A carta trás alguns elementos interessantes para a análise que venho fazendo nessa seção. O primeiro deles é que a denúncia das precárias condições de vida e trabalho do operariado têxtil não aparece como um fator isolado e sim como uma das decorrências da oposição generalizada dos interesses de operários e burgueses. Essa forma de ver a questão apontava para a necessidade de que os demais operários se solidarizassem com os trabalhadores têxteis, especialmente porque os patrões não apenas estavam organizados e solidários entre si, mas também porque contavam com amplo apoio do Estado, especialmente da força policial. Nesse caso, tem-se presente

¹⁹ MOSCOSO, Manoel. “Um *lock-out* e suas conseqüências”. *A Luta*, 01/06/1909, p. 1.

um importante elemento constitutivo da identidade coletiva: o reconhecimento da situação dos operários em oposição aos interesses burgueses, conferindo-lhes, dessa forma, uma objetiva delimitação de seus “territórios sociais”.

Este reconhecimento se confirmava na seqüência do texto, quando o missivista apontava a falta de solidariedade e a fraqueza dos operários que voltaram ao trabalho como o principal fator de derrota do movimento. Entretanto, em relação a essa carta, o que mais interessa é que sua publicação por parte dos redatores d’*A Luta* expressava, em meu entendimento, uma utilização pedagógica dos argumentos de Manoel Moscoso, mostrando ao operariado porto-alegrense a exploração capitalista como um fenômeno que, não respeitando limites territoriais, os atingia de forma coletiva e para o qual o único meio de luta era também o reconhecimento e a solidariedade coletiva.

Nesse sentido, fazendo eco às denúncias do centro do país, *A Luta* publicou, no Primeiro de Maio do ano seguinte, um artigo intitulado “Como ‘ganham’ os burgueses”, denunciando, de forma semelhante ao texto de Moscoso, que

Uma das indústrias em que os operários mais são explorados é a da tecelagem. Nesse ramo, afora uns poucos oficiais tecelões, peritos em seu ofício, e que ganham um salário normal, os mais operários e operárias que trabalham nos diferentes misteres duma fábrica de tecidos ganham um ordenado irrisório, variando entre 5000 reis e 3\$500.

Seguindo uma linha explicativa bastante didática, o texto comparava os rendimentos do diretor-presidente da *Companhia Fiação de Tecidos Porto Alegre*, Sr. Manuel Py, com os ordenados recebidos pelos operários da mesma empresa, demonstrando numericamente a exploração. Entretanto, o artigo pretendia esclarecer que essa não era uma situação particular, enfatizando que “os números que aí deixamos não querem de forma alguma dizer que esse capitalista seja diferente dos outros e *ganhe* mais que qualquer um outro. Não; todos eles, guardadas as proporções, *ganham* tanto como o Sr. diretor da Fiação e Tecidos”.

A mensagem final do texto – reafirmando a oposição de interesses entre a burguesia e os operários e o protagonismo esperado desses últimos – era de que “o

regime capitalista é isto mesmo; nem doutra maneira poderia ser. A base do capitalismo é a exploração: pagar o menos possível e vender pelo mais que puder. O limite para o *ganho* capitalista só os operários poderão opor, quando se resolverem a ser menos explorados”²⁰.

Além das denúncias de exploração, a divulgação das conquistas dos operários de outras partes do mundo também servia como exemplo e incentivo à busca dos operários porto-alegrenses por seus direitos, fator importante para construção de uma identidade coletiva que se baseava no reconhecimento da importância social e econômica do operariado. Esse é o caso de uma notícia publicada n’*A Democracia* informando que a Câmara dos Deputados da França havia aprovado o projeto de lei fixando em oito horas a jornada diária de trabalho dos operários daquele país. Interessa-me, especialmente nesse caso, o tom de conclamação utilizado pelo redator: “É isto mais um incentivo para que o operariado do Rio Grande do Sul, e especialmente desta capital, não ‘durma nas palhas’ quanto à campanha pela consecução daquela vantagem”. Segundo *A Democracia*, “se a burguesia francesa reconheceu ser justo adotar a fixação de tal horário não se suponha que o tenha feito por inspiração própria, porém e sim porque o operariado assim o quis, impondo-se pela firmeza na propaganda e na demonstração daquilo”. Logo, “direta ou indiretamente a conquista foi genuinamente dos trabalhadores, o que evidencia, mais uma vez, o acerto do Mestre: ‘A emancipação do Proletariado deve ser obra dele mesmo’”. Assim, a conclamação final do articulista não poderia ser diferente: “Unamos, pois, companheiros, e prossigamos na campanha. Unidos seremos fortes - e a vitória virá alcançar os nossos esforços”²¹.

Entretanto, além dos textos, as idéias que contribuíam para a construção identitária dos operários circulavam através das pessoas, colaborando para que isso ocorresse tanto a existência de uma política imigratória quanto a mobilidade

²⁰ *A Luta*, Porto Alegre, 1/5/1910, p. 2.

²¹ “As ‘oito horas’ triunfando”. *A Democracia*. Porto Alegre, 13/7/1907, p. 4.

geográfica de operários a procura de empregos e de militantes perseguidos pela polícia. De todos os modos, o contexto operário porto-alegrense foi favorecido, pois, conforme mencionado no segundo capítulo, a cidade recebeu, a partir da metade do século XIX, levadas sucessivas de trabalhadores provenientes de diversas partes da Europa, de outros estados brasileiros e das zonas de colonização do interior do Rio Grande do Sul. Além disso, Porto Alegre possuía, no período estudado, um papel estratégico na rota de fugas tanto para os militantes que, vindos do Uruguai e da Argentina, procuravam refúgio em terras brasileiras, quanto para aqueles que saíam do centro do Brasil em direção às capitais platinas.

A seguir farei referência a dois casos de militantes que, por diferentes motivos, participaram dessa circulação e estiveram direta ou indiretamente envolvidos com o movimento operário porto-alegrense. Penso que acompanhar seus percursos pode ajudar a esclarecer o funcionamento de algumas redes de solidariedade e trocas de informações que animavam as vivências operárias do período e que possibilitavam a circulação de informações, especialmente através da troca de correspondências e impressos, retransmitindo idéias, textos doutrinários, e informando, com relativa rapidez, sobre os acontecimentos operários em diversas partes do Brasil e do mundo, contribuindo assim para o aprofundamento das noções de contemporaneidade e de solidariedade, características da construção da identidade operária.

O primeiro exemplo é do acima citado Manoel Moscoso, anarquista espanhol que, vindo do Rio de Janeiro, a caminho de Buenos Aires, viveu em Porto Alegre entre os anos 1910 e 1911. Nesse curto período, ele, além de publicar alguns textos n' *A Luta*²², tornou-se sócio da *União Tipográfica* e da *União Operária Internacional*, ambas de Porto Alegre.

²² Alguns desses textos são: “Um *lock-out* e suas conseqüências” [*A Luta*, 01/06/1909, p.1.]. Publicado enquanto Moscoso ainda encontrava-se no Rio de Janeiro; “A Eterna Comédia” [*A Luta*, 12/08/1909, p.2]; “Anarquismo e Terrorismo” [*A Luta*, 20/01/1911, p.1] e “A morte de Pedro Gori” [*A Luta*, 18/02/1911, p.1].

Moscoso era cunhado do militante português Neno Vasco²³ – definido pelos anarquistas porto-alegenses como sendo “nosso correspondente epistolar em Portugal”²⁴. Essas relações de parentesco e militância, que são relativamente comuns no meio operário²⁵, podem ajudar a estabelecer ainda outros elos de solidariedade entre os militantes brasileiros e portugueses, especialmente se atentarmos para o fato de que Neno Vasco, que também chegou a viver durante uma década entre Rio de Janeiro e São Paulo – onde conheceu sua esposa, Madalena Moscoso – foi colaborador de periódicos operários portugueses, como o jornal *A Batalha* e a revista *A Sementeira*, de Lisboa, e o jornal *A Aurora*, do Porto, tendo escrito ainda para jornais do centro do país como o *Terra Livre* e a *Voz do Trabalhador*, do Rio de Janeiro, e para periódicos porto-alegenses como *A Luta* e *O Diário*²⁶.

Ainda no Rio de Janeiro, Moscoso – que também trabalhou como redator do *Terra Livre* e da *Voz do Trabalhador* – foi responsável pela edição de um periódico intitulado *Liberdade*, onde publicou notícias do movimento operário gaúcho e um trecho da tese inaugural do médico anarquista porto-alegrense Reynaldo Frederico

²³ Neno Vasco (pseudônimo de Gregório Nazianzeno Moreira de Queirós Vasconcelos) deixou inacabada a obra teórica *Concepção Anarquista do Sindicalismo*, publicada originalmente em 1920, e reeditada em 1984, pela Editora Afrontamento, com um estudo introdutório de João Freire. A biografia desse importante militante anarquista português está sendo escrita por Alexandre Samis, em seu trabalho de doutoramento, pelo PPG em História da Universidade Federal Fluminense. No Jornal *A Batalha*, é possível acompanhar notícias a respeito do agravamento de seu estado de saúde e das relações de solidariedade mantidas com militantes brasileiros até o seu falecimento, vitimado pela tuberculose, em 15/09/1920. *A Batalha*, Lisboa, 16/02/1920 p. 1, 17/07/1920 p. 1, 29/07/1920 p. 1, 17/09/1920 p. 1.

²⁴ *O Diário*. Porto Alegre, 07/04/1912, p. 2. Essa mesma nota informa o falecimento de Moscoso em Buenos Aires, onde ele estava trabalhando como redator do jornal operário *La Protesta*.

²⁵ Estudei algumas delas em minha dissertação de mestrado: BILHÃO, *Rivalidades...* p. 67-108. Ver ainda artigo de PETERSEN, Sílvia. “Cruzando Fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira”. *Anos 90*, Porto Alegre: PPG-História da UFRGS, n. 3, maio de 1995, p. 129-154.

²⁶ Quando retornou a Portugal, Neno Vasco publicou um opúsculo intitulado *Das portas da Europa*, contendo artigos seus, publicados em diversos jornais brasileiros e portugueses, dentre eles os *O Diário*, de Porto Alegre.

Gayer²⁷; esse mesmo trecho, alguns anos mais tarde, foi reproduzido por Pinto Quartim no jornal *O Século*, de Lisboa²⁸.

Assim, pode-se perceber que já havia um estreitamento de laços entre Moscoso e os anarquistas porto-alegrenses; provavelmente foi essa rede de solidariedades que garantiu sua permanência na cidade e que, mais tarde, também possibilitou que militantes gaúchos pudessem viver no Rio de Janeiro, caso, entre outros, de Henrique Martins e Zenon de Almeida, dos quais tornarei a falar mais adiante.

Na mesma semana em que noticiou o falecimento de Manoel Moscoso, em Buenos Aires, *O Diário*, de Porto Alegre, também informou que a *União Operária Internacional* havia, em sua assembléia geral, aprovado a inclusão em ata de um voto de pesar pelo seu falecimento, referindo-se a Moscoso como “sócio correspondente em Buenos Aires”²⁹.

O segundo exemplo de militante que precisou contar com essa rede de solidariedades é o do jornalista Pinto Quartim. Em 1913, ele – então redator do jornal *Terra Livre* – foi preso em Lisboa, acusado de tomar parte em um tumulto ocorrido durante a realização de um cortejo camoniano³⁰ no qual, em meio a operários que carregavam uma bandeira negra com o dístico “Pão e Trabalho”, explodiu uma bomba, desencadeando um grande uma onda de protestos, saques e incêndios, por parte de populares³¹, devido provavelmente ao descontentamento com os rumos da jovem

²⁷ *Liberdade*, Rio de Janeiro, 08/09/1909, p. 1. Trecho também publicado n’*A Luta*, de Porto Alegre, em outubro de 1909. Nele, resumidamente, Gayer defendia que “[...] a solução do problema higiênico depende da solução do pauperismo. A nova crença de ser a pobreza um mal curável, corresponde nas massas proletárias, a agitação que as leva a se organizarem para a suprimir. Assim, a proporção que, sob influxo da higiene, todos os esforços se tornarem convergentes, atenuando a pobreza e, com ela, diminuindo progressivamente as moléstias irá surgindo e predominando o tipo ideal de homem sociável e irá realizando-se a sociedade perfeita de homens sãos de corpo e sãos de espírito”.

²⁸ Artigo transcrito n’ *A Aurora*. Porto, 4/4/1915, p. 4.

²⁹ *O Diário*. Porto Alegre, 14/04/ 1912, p. 4.

³⁰ Desfile em homenagem ao poeta Luis de Camões.

³¹ *A Aurora*, Porto, 29/6/1913, p.1; 29/6/1913, p.3; 6/7/1913, p. 2; 27/7/1913, p.1.

república portuguesa, proclamada em 1910³².

Quartim era brasileiro e havido chegado a Portugal ainda criança. Vivia em Lisboa há mais de vinte anos e ali trabalhava como jornalista tanto em veículos operários quanto na imprensa comercial; era casado com uma portuguesa e pai de duas filhas, ambas nascidas em Portugal. No entanto, mesmo sob muitos protestos da imprensa operária³³, a polícia portuguesa utilizou-se de sua condição de estrangeiro para expulsá-lo do país.

Essa expulsão foi veementemente condenada, chegando *A Aurora* a publicar um apelo bilíngüe (em português e francês)³⁴ para que os trabalhadores organizados “de todo o mundo” manifestassem sua contrariedade. Mas a campanha não chegou a comover as autoridades portuguesas e Pinto Quartim foi expulso, ainda em 1913, vindo com a família para o Rio de Janeiro, onde permaneceu até 1915.

Essa passagem de Quartim pelo Brasil resultou, entre outras coisas, na coleta de alguns artigos escritos por militantes brasileiros e publicados na imprensa lisboeta alguns anos mais tarde e até mesmo na pretensão da publicação de um livro (que parece não ter se concretizado)³⁵. A análise desses materiais ajuda a entender mais

³² Logo após a proclamação da República foram publicados diversos artigos desaprovando os rumos e o autoritarismo do novo governo, bem como o colaboracionismo dos socialistas, denunciando que suas atitudes seriam meramente voltadas à conquista de cargos na nova estrutura de poder; traziam ainda a conclamação ao operariado para que desse “um passo adiante” no sentido da transformação social, não se contentando apenas com a troca de sistema de governo. *O Sindicalista*, Lisboa, 13/11/1910 p. 1; 11/12/1910 p. 1. Sobre esse assunto ver, entre outros, VENTURA, António. *Anarquistas, republicanos e socialistas em Portugal. As convergências possíveis (1892-1910)*. Lisboa: Ed. Cosmos, 2000.

³³ Além dos artigos d’*A Aurora*, podemos acompanhar o desenrolar do caso nos jornais *Terra Livre*, de Lisboa, onde Quartim era redator e na revista *Sementeira*, também de Lisboa.

³⁴ *A Aurora* 27/7/1913, Porto, p.1.

³⁵ Os artigos faziam parte de um ambicioso projeto que Quartim chamou de “Inquérito do Brasil”, definido pelo organizador como uma panorâmica do “Brasil julgado pelos brasileiros ou a vida brasileira através de algumas dezenas de entrevistas”. Os chamados a responder esse inquérito eram: Álvaro Reis, Astrogildo Pereira, Carlos de Lacerda, Domingos Ribeiro Filho, Escragnolle Dória, Evaristo de Moraes, Fábio Luz, Francisco de Souza, Gigi Damiani, João Barboza, José Oiticica, Leopoldo de Bulhões, Lima Barreto, Manoel Quintão, Myrthes de Campos, Oliveira Gomes, Orlando Correia Lopes,

detalhadamente como funcionavam as relações entre militantes portugueses e brasileiros. Assim observamos, por exemplo, que a campanha iniciada em Portugal não ficou sem resposta no Brasil, pois a *Federação Operária do Rio de Janeiro – FORJ*, lançou, em agosto de 1913, uma campanha não apenas informando sobre os fatos ocorridos em Portugal, mas também conclamando “os trabalhadores e homens livres do Brasil” a realizarem comícios de protesto, na praça pública ou nas sedes das associações, contra a prisão dos anarquistas portugueses e contra a expulsão de Pinto Quartim³⁶.

Em abril de 1915, através de um longo artigo reproduzido n’*A Aurora*, fica-se sabendo do retorno de Quartim a Portugal, da retomada de suas atividades jornalísticas, bem como dos contatos e conhecimentos realizados durante sua estada no Brasil. Nesse texto, Quartim comentava a morte do poeta Marcelo Gama³⁷, deixando transparecer sua intenção de fornecer aos leitores lisboetas um panorama geral da organização operária no Brasil.

Ocorre que Marcelo Gama – autor do drama antimilitarista *Avatar!* – era gaúcho e havia trabalhado no *Jornal da Manhã*, de Porto Alegre, dirigido por Alcides Maia, além de manter contato com militantes anarquistas da cidade. Por esse motivo,

Paranhos da Silva, Pedro do Couto, Primitivo Soares, Rozendo dos Santos, Reis Carvalho, Teodoro de Magalhães, Viana de Carvalho e Victor Viana. A aspiração parecia ser a de publicar um livro sobre o Brasil, versando sobre oito tópicos: 1 – Conheçamos o Brasil ou A atual situação econômica e financeira do Brasil; 2 - Cultura do povo brasileiro ou Educação e instrução no Brasil; 3 - A imprensa brasileira; 4 - A mulher brasileira; 5 - A questão social no Brasil; 6 - A questão religiosa no Brasil; 7 - O momento literário; 8 - O teatro no Brasil. Pelos textos publicados e pelo material encontrado no EPQ, é possível presumir que apenas quatro indicados responderam à solicitação de Quartim: José Oiticica (A questão religiosa), Astrogildo Pereira e Gigi Damiani (A questão social) e Myrthes de Campos (A mulher brasileira). Os textos de Oiticica, Astrogildo e Gigi Damiani foram publicados, respectivamente, n’ *A Batalha*, de Lisboa em 21/08/1921, p. 2; 27/08/1921, p. 1-2 e 04/09/1921, p. 3. Do texto de Myrthes de Campos, só encontrei a versão original no EPQ, não podendo precisar se foi publicado na imprensa lisboeta.

³⁶ Conforme panfleto encontrado no EPQ – ICS/Universidade de Lisboa, datado de agosto de 1913 e assinado pela comissão central da FORJ.

³⁷ O artigo relata a morte do poeta, que faleceu ao despencar de um bonde quando retornava para casa, no bairro do Meyer (RJ).

Quartim principiou por traçar uma descrição da organização operária na capital do Rio Grande do Sul. Dessa forma, seus leitores foram informados da existência, no sul do Brasil, de um grupo de militantes anarquistas que fundou uma escola racionalista chamada *Eliseu Réclus*, e que esse mesmo pessoal editava o periódico *A Luta*, detalhando que um dos componentes desse grupo, Reinaldo Geyer, havia obtido grau de doutor em Medicina, ao defender a tese “Das classes pobres no ponto de vista higiênico”, da qual reproduziu o trecho, já publicado por Moscoso no periódico *Liberdade*, do Rio de Janeiro³⁸.

Tal artigo ajuda a reforçar a idéia de que Quartim, em sua passagem pela capital brasileira, estreitou os laços que, pelo menos desde 1908³⁹, vinha mantendo com os militantes porto-alegrenses. Nesse sentido, é possível que ele tenha chegado a conviver com Zenon de Almeida⁴⁰ e Henrique Martins (mais conhecido pelo seu pseudônimo - Cecílio Vilar) que, em 1913, também moravam no Rio de Janeiro.

³⁸ *A Aurora*, Porto, 4/4/1915, p. 4.

³⁹ Ano em que *A Luta* publicou um artigo de Quartim sobre a participação das mulheres no movimento operário, já referido na nota 150, do Segundo Capítulo. Além disso, *A Luta* já havia mencionado, também em 1908, entre muitos elogios, que o semanário lisboeta *O Protesto*, dirigido por Quartim, estava à disposição no gabinete de leitura da Escola Eliseu Réclus. Ver: *A Luta*, 13/09/1908, p. 4.

⁴⁰ O anarquista Zenon de Almeida viveu no Rio de Janeiro entre 1912 e 1913, período em que ajudou a organizar e dirigiu o sindicato dos sapateiros, participou da reorganização da *Central Operária Brasileira* (COB), escreveu e encenou peças teatrais no *Grupo Dramático da Cultura Social* e publicou artigos no jornal *a Voz do Trabalhador*. Nessa militância também conheceu Henrique Martins, que viria a se tornar seu cunhado. Retornou ao Rio Grande do Sul, logo após seus embates com a polícia carioca, provavelmente em fins de 1913, instalando-se inicialmente na cidade de Pelotas – naquele momento um importante pólo industrial da região Sul do Estado – e ali passou a desenvolver a atividade de auxiliar químico, enquanto participava do grupo teatral operário, ajudava a fundar o sindicato dos sapateiros e trabalhava como professor voluntário no *Ateneu Operário Pelotense*, demonstrando estar influenciado pela pedagogia racionalista de Francisco Ferrer y Guardia. Em 1915, Zenon e Henrique se reencontraram em Porto Alegre. Atendendo a um convite desse último, Zenon passou a integrar a diretoria da FORGS e a lecionar na *Escola Moderna*. Entretanto, sua permanência na capital gaúcha não se estendeu por mais que dois anos; em 1917, já casado com Eulina Martins, partiu novamente para o interior do estado, de onde foi expulso, por volta de 1919, pelo governador Borges de Medeiros. Retornando ao centro do país, acabou por fixar residência em Campos, no Rio de Janeiro, onde faleceu devido a um ataque cardíaco, em 1939. Ver: MARÇAL. *Os Anarquistas...*, p. 33-41, e BILHÃO “Família...”, p.195-210.

Alguns indícios encontrados na leitura das fontes em Lisboa e no Brasil parecem confirmar essa hipótese.

O primeiro deles é que, no mês de junho de 1913, um pouco antes da expulsão de Quartim, o *Terra Livre*, de Lisboa, havia publicado uma carta enviada por Santos Barbosa, relatando as atividades de militantes anarquistas no Rio de Janeiro, durante as comemorações do 1º de Maio. Nessa carta – além de defender a “agitação sindicalista e anarquista”, em contraposição às “festas promovidas pelos bajuladores do governo” – Barbosa informava que, durante os comícios, haviam sido presos “os camaradas Edgard Leuenroth e Zenon”, e que, devido à pressão dos manifestantes em frente à delegacia, ambos acabaram sendo liberados⁴¹. Essa carta mostra alguns indícios das atividades do jovem Zenon, que em 1912 havia regressado ao Brasil, instalando-se inicialmente no Rio de Janeiro – depois de ter trabalhado como marinheiro em diversos portos da Europa – e permite inferir que provavelmente ele ainda se encontrasse na cidade quando Quartim chegou de Portugal.

Seguindo nessa linha indiciária, também encontrei, no EPQ, um opúsculo, denominado “Ferrer ‘Mártir’ ou ‘patife’?”, publicado pela Revista Vozes de Petrópolis, Rio de Janeiro, em novembro 1913. Tratava-se de um texto escrito por um Frei, chamado apenas de Pedro, que, supostamente, teria participado de uma reunião de anarquistas onde se fazia propaganda do ensino racionalista de Francisco Ferrer y Guardia, e se propunha a fundação de uma Escola Moderna em Petrópolis. O objetivo principal do texto era demonstrar que o Frei havia vencido uma acirrada discussão contra os oradores anarquistas, mostrando que, na verdade, Ferrer seria um “patife” e não um “mártir”.

Do longo texto, interessa-me particularmente que um dos três “oradores vencidos” fosse Henrique Martins (Cecílio Vilar); sobre ele dizia o narrador:

O Sr. Vilar é mocinho ainda, de feições decididas. Mesmo simpático. Pena é que, em vez de estudar as questões imparcial e fundamentada, entoasse as melodias muito gastas de Giordano Bruno, Galilei etc. e

⁴¹ *Terra Livre*, Lisboa, junho de 1913, p. 5.

fizesse os louvores da escola moderna, que dizia já estabelecida em São Paulo, em Minas, no Rio, etc.
 Não sei se o incomodei com minha presença ou mais ainda, quando comecei a tomar notas, mas dizem-me que se mostrou um tanto nervoso. Oxalá ele lute um dia nas fileiras católicas!

Apenas um breve parêntese para explicar que as esperanças do Frei nunca se realizaram: Henrique Martins regressou a Porto Alegre em meados de 1914, vindo a falecer, ainda muito jovem, em 1918, na cidade de Passo Fundo, vitimado pela gripe espanhola. Os outros dois oradores foram apresentados no texto como: Sr. José Elias da Silva e Sr. Leal Jr.⁴².

Portanto, parece-me possível, pelas características do movimento operário do período, que Quartim, em sua estada no Rio de Janeiro, tenha mantido contato com os militantes gaúchos. Aliás, esse contato deve ter se estendido por mais alguns anos, pois encontrei ainda, em seu espólio, um outro opúsculo homenageando o líder sindicalista porto-alegrense Polydoro dos Santos, editado no aniversário de um ano de seu falecimento, em 1925, pela sociedade Pró-Ensino Racionalista de Porto Alegre⁴³.

Gostaria de salientar, nesse ponto da análise, que – mesmo que as viagens de Moscoso e Quartim não tenham chegado a ser relevantes para a maioria dos operários porto-alegrenses e que a maior parte deles jamais tenha entrado em contato com seus textos e idéias – acompanhar, ainda que brevemente, os percursos dos dois militantes pode ajudar a entender melhor o funcionamento dessa rede de relacionamentos e solidariedades, uma vez que os conhecimentos estabelecidos facilitavam a circulação de idéias, opiniões e notícias que, de outra forma, dificilmente

⁴² A resposta a esse livreto foi publicada n’*A Voz do Trabalhador*, do Rio de Janeiro, em janeiro de 1914. Em um pequeno texto intitulado “Palavras de um Franciscano”, o articulista colocava em dúvida a sinceridade do Frei em relação à biografia de Ferrer e indicava aos leitores a obra *Francisco Ferrer: alguns dados para a História*, esclarecendo que “nesse livreto a biografia do inesquecível mestre é feita com a máxima clareza”; também lamentava a falta de profundidade da análise do Frei sobre a situação do operariado de Barcelona antes da “semana trágica”. *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 1^o/1/1914, p. 2. [AEL]

⁴³ Homenagem à Memória de Polydoro dos Santos. Biblioteca da Sociedade Pró-Ensino Racionalista – Porto Alegre – Sul – Brasil, 1925. [Encontra-se no acervo do EPQ/ICS, da Universidade de Lisboa]

chegariam ao conhecimento dos operários em locais muito distantes de onde se desenrolaram os acontecimentos e, conforme foi dito anteriormente, são essas informações que permitiam o desenvolvimento dos sentimentos de contemporaneidade e simultaneidade que, por sua vez, colaboram para a identificação internacional do operariado.

Um exemplo de como as informações circulavam é o fato de se encontrar em um veículo operário de Lisboa, em julho de 1917, a notícia de que o Brasil havia rompido relações diplomáticas com a Alemanha e que, em consequência, populares teriam atacado as casas comerciais alemãs da cidade de Porto Alegre⁴⁴. Diga-se de passagem, que esses acontecimentos já haviam merecido uma aprofundada investigação⁴⁵, mas ainda não tínhamos, até onde é do meu conhecimento, informações acerca de sua possível divulgação na imprensa operária européia.

Um último exemplo, nesse sentido, é a já comentada passagem de Henrique Martins pelo Rio de Janeiro. Na capital do país, o linotipista gaúcho estreitou laços com outros militantes ali residentes, participou na propaganda pró-ensino racionalista e publicou diversos artigos, notícias e comentários, especialmente em relação ao movimento operário no Rio Grande do Sul⁴⁶.

Assim, em um de seus primeiros artigos no jornal *A Guerra Social* (ainda não usando pseudônimo), procurou explicar o contexto da eleição de anarquistas para a diretoria da FORGS, em 1911, enfatizando a “derrota dos chefetes socialistas”⁴⁷ na direção do movimento operário gaúcho, deixando entrever que a animosidade que, em

⁴⁴ *Germinal* - Mensário dedicado aos trabalhadores. Lisboa, n.ºs. 17 e 18 junho-julho, 1917 p. 503, 504.

⁴⁵ SILVA JR. ‘Povo!...

⁴⁶ Das participações de Henrique Martins na imprensa operária carioca podemos destacar, em 1912, a cobertura do 2º Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro, pelo jornal *A Voz do Trabalhador*, 1/10/1912, p. 2 e, em 1914, as notícias sobre a organização operária no interior do Rio Grande do Sul, especialmente a respeito da fundação do *Ateneu Sindicalista Pelotense* e sobre as conferências de Zenon de Almeida que, nessa época, já se encontrava em Pelotas *A Voz do Trabalhador*, 5/8/1914, p. 4, além de sua participação na coluna “Crônica Operária” do jornal *A Guerra Social*.

⁴⁷ *A Guerra Social*. Rio de Janeiro, 03/2/1912, p. 2.

Porto Alegre, havia motivado sua ida para o Rio de Janeiro⁴⁸, ainda ecoava no centro do país.

Contudo, deve-se ter em mente que não eram apenas os militantes anarquistas que procuram manter o intercâmbio com “companheiros” e operários de outras localidades. Existem, nesse sentido, exemplos da participação de socialistas nessa rede de informações. Assim, por exemplo, o socialista Guedes Coutinho, de Rio Grande, costumava colaborar com jornais de outras cidades como o *Correio do Povo*, de Porto Alegre; *O Diabo* e *O Tempo*, de Pelotas⁴⁹, e Estevam Estrella, radicado em São Paulo, colaborava com o *Echo Operário*, de Rio Grande, na *Aurora Social*, do Recife, na *Gazeta Operária*, da capital Federal⁵⁰.

Além disso, as viagens por núcleos operários do interior do Rio Grande do Sul eram consideradas – por socialistas e anarquistas porto-alegrenses – como verdadeiras “peregrinações”, nas quais o estreitamento de laços de reconhecimento e solidariedade ocorria pela presença e pelos discursos e/ou palestras realizados. Carlos Araújo Cavaco é um exemplo de “peregrino” proveniente das hostes socialistas.

Segundo Schmidt, o “Tribuno” deixou Porto Alegre, dirigindo-se ao interior do Estado, logo após o término da greve de 1906. Ele esteve inicialmente em Cruz Alta e depois em Rio Grande e Pelotas; nessas cidades, além de ser entusiasticamente saudado pelos operários, que já estavam informados de sua participação no movimento grevista da capital, também proferiu palestras e discursos⁵¹.

Friedrich Kniestedt, o velho anarquista alemão, parece ter estado, em 1922,

⁴⁸ Henrique Martins foi processado, por calúnia e difamação, pelo líder socialista Xavier da Costa, e condenado a quatro meses de prisão e a pagar uma pesada multa. Conforme Processo-Crime nº 298, maço 15, estante 29, APRGS, 1911. Escapando a essa sentença, fugiu para o Rio de Janeiro em 1912.

⁴⁹ SCHMIDT, Benito. *Um socialista no Rio Grande do Sul: Antônio Guedes Coutinho (1868-1945)*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, p. 69-117.

⁵⁰ BATALHA, Cláudio. “A difusão do Marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX”. In: MORAES, João Quartim de. *História do Marxismo no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995, p. 28.

⁵¹ SCHMIDT. *O Patriarca...* p.288. Nesse trabalho também são analisadas as motivações de muitas outras viagens de Cavaco, tanto por estados brasileiros quanto pelo exterior.

imbuído de um sentimento semelhante ao de Cavaco. Segundo René Gertz, Kniestedt enxergava toda a região de colonização alemã como seu campo de atuação. Assim, por exemplo, escreveu em suas memórias que, no Natal,

[...] quando se comemorava mais um aniversário de Cristo, ele, que não era cristão, se pôs a agir cristãmente [sic] [...] se pôs a caminho para fazer agitação em favor do 'Não Matarás!'. No dia 24 de dezembro, iniciou uma viagem que, passando por São Leopoldo e Montenegro, o levou a Ijuí e Neu-Württemberg (Panambi), onde, em palestras que duravam três horas, mostrava que a sociedade atual é muito pouco cristã e descrevia o verdadeiro socialismo. Em todos os lugares por que passava criava grupos de "freie Arbeiter" (trabalhadores livres)⁵².

Essas viagens de lideranças anarquistas e socialistas pelo interior do Estado podem indicar, em concordância com a análise de Schmidt, que naquele período considerava-se a "elevação cultural" do operariado como imprescindível à sua emancipação, cabendo, portanto, àqueles que possuíam um maior cabedal de leituras levar "a luz" aos companheiros menos instruídos; o que os movia era, dessa maneira, o sentimento de que tinham uma "missão a cumprir". Esse sentimento Iluminista também podia estar ligado ao reconhecimento de que, como aponta Batalha, o público receptor de tais mensagens "mesmo quando alfabetizado deveria ter uma considerável dificuldade em acompanhar a argumentação das lideranças nas questões de cunho teórico"⁵³.

Além disso, deve-se ter em mente que estamos falando de um período em que o movimento operário "ancorava-se fortemente no prestígio individual de certos líderes". Por isso, essas peregrinações em busca de novos fiéis à causa operária "talvez fossem mais eficazes para mobilizar os trabalhadores do que as iniciativas unicamente institucionais"⁵⁴.

Evidentemente os textos, discursos e palestras não eram isentos, apresentando a visão dos fatos a partir dos posicionamentos ideológicos e das

⁵² KNIESTEDT, Friedrich. *Der Freie Arbeiter*, Porto Alegre: 20/1/1923. Apud GERTZ. "Operários Alemães..." p. 79.

⁵³ BATALHA. "A difusão do marxismo..." p. 27.

⁵⁴ SCHMIDT. *O Patriarca...*, p.288.

disputas nas quais estavam envolvidos os seus autores. Mas, penso que, apesar disso, eles podiam ajudar a desenvolver, entre os operários que deles tomavam conhecimento, sentimentos de proximidade, integração e reconhecimento, os quais contribuíam para que esses passassem a sentirem-se parte de uma coletividade operária que ultrapassava os limites locais.

Um outro aspecto importante a ser observado nessa seção é o de que, como observa Eric Hobsbawm, existiam duas distintas formas de difusão do internacionalismo operário: uma entre grupos e indivíduos, como apontam os exemplos que acabamos de ver e outra, entre organizações operárias (sindicatos, partidos, agremiações) que passavam a compartilhar sentimentos de identificação em torno de lutas comuns⁵⁵.

Nesse segundo caso, se colocaria a difusão alcançada pelo programa do Partido Social-Democrata alemão, lançado em Erfurt, em 1891, que se tornou, juntamente com os comentários de Karl Kaustsky – publicados em seu livro *O Programa dos Trabalhadores* – a exposição autorizada do marxismo, não apenas na Alemanha, mas também em muitos outros países onde os partidos social-democratas seguiram o modelo alemão⁵⁶.

Para o caso desse estudo, interessa especialmente o fato de que os Partidos Socialista e Operário, fundados em Porto Alegre, respectivamente em 1897 e 1905, também seguiram a linha programática do Partido Social-Democrata alemão, neles destacando-se a defesa da atuação político-parlamentar dos operários, do ensino obrigatório e laico, da criação de tribunais de arbitragem para fiscalizar oficinas e fábricas, do reconhecimento do direito de voto e elegibilidade da mulher, chegando-se a mencionar, no caso do programa do *Partido Operário*, o exemplo da legislação alemã a respeito da concessão de pensões ao “operário inválido no exercício

⁵⁵ HOBBSAWM, Eric. “Working-class internationalism”. In: HOLTHOON, F. van & LINDEN, Marcel van der (orgs.). *Internationalism in the labour movement*. Leiden-Nova York – Copenhagen – Colônia, 1988, p. 2-16.

⁵⁶ COLE, G.D.H. *Historia del pensamiento socialista...* Vol. 2, p. 397.

profissional, ou a viúvas, filhas solteiras, filhos menores ou progenitores dos que morreram vítimas de desastres no trabalho”⁵⁷.

Além disso, os socialistas porto-alegrenses faziam uma sistemática defesa do internacionalismo operário, de forma semelhante à realizada pela social-democracia europeia. Um exemplo disso é o texto publicado, em 1907, n’A *Democracia*, postulando que “[...] Os capitalistas não têm pátria. Os capitais emigram, dão-se as mãos por cima das fronteiras, fazem ardente internacionalismo. Os seus interesses estão por toda a parte; o patriotismo não lhes importa... a não ser para enganar outros”; conclamando aos operários porto-alegrenses para que fizessem o mesmo, pois “seus interesses estão igualmente por toda a parte. O internacionalismo é a sua arma”; concluindo então com a tradicional máxima do “Manifesto” de Marx e Engels, “Proletários de todos os países uni-vos!” tal é o grito que significa o toque de reunir para a batalha decisiva”⁵⁸.

Entretanto, os anarquistas porto-alegrenses não ficavam atrás dos socialistas quando se tratava de dar publicidade às propostas de efetivação da solidariedade universal do operariado; eles também se esmeravam em noticiar todas as iniciativas em prol de ações conjuntas das organizações operárias. Assim, por exemplo, publicaram n’A *Luta*, em 1908, uma circular ao “operariado sul-americano”, encaminhada pela FORA. Nela, a *Federación Obrera Regional Argentina* propunha, aos centros operários da América do Sul, a realização de um *Congresso Operário Internacional* para, entre outros objetivos, reunir delegados das organizações operárias de todo o Continente, que deveriam expor “[...] as necessidades econômicas e sociais de seus respectivos países e a situação do proletariado em face da burguesia e dos governantes” e para, de comum acordo, combinar “uma luta conjunta

⁵⁷ Ver: Manifesto do Partido Socialista do Rio Grande do Sul. Apud PETERSEN & LUCAS. *Antologia...* p. 89-95 e Manifesto do Partido Operário ao operariado do Rio Grande do Sul. Apud PETERSEN & LUCAS. *Antologia...* p. 126-134. Nesse último documento há uma referência direta à legislação alemã.

⁵⁸ *A Democracia*, Porto Alegre, 21/7/1907, p. 3.

e ao mesmo tempo lançar as bases da *Grande Federação Operária Sul-Americana*". Essa *Grande Federação* deveria ainda "manter contínuas as relações com os trabalhadores do orbe inteiro para os efeitos de solidariedade que deve existir entre todos os deserdados diante dos criminosos acordos dos governos e capitalistas[...]"⁵⁹.

A publicação da Circular interessa a esse trabalho por dois motivos: o primeiro diz respeito ao período de sua publicação, coincidente com o momento de ascensão das lideranças anarquistas na direção da *FORA*⁶⁰, o que poderia indicar um possível estreitamento de relações entre organizações operárias argentinas e brasileiras e, nesse caso, como já foi dito, Porto Alegre destacava-se como local estratégico na manutenção de intercâmbios das lideranças do centro do país com aquelas da região do Prata.

O segundo ponto interessante é a insistência na divulgação desse tipo de mensagem por parte das lideranças operárias porto-alegrenses, indicando, possivelmente, um esforço cotidiano em fazer chegar essa visão internacionalista ao conjunto do operariado da cidade. Essa hipótese parece ser confirmada pelo comentário feito pelo articulista, ressaltando a importância de "torná-la [a circular] conhecida da imprensa, principalmente obreira e de tendências progressistas deste Estado, para que a publiquem e difundam quanto lhe for possível entre os trabalhadores e os homens, que, emancipados de velhos atavismos, marcham sem vacilações para o futuro"⁶¹.

Entretanto, no mesmo momento em que essa campanha, liderada pela *FORA*, em prol da organização conjunta do operariado sul-americano, começou a ser divulgada em Porto Alegre, também principiaram a aparecer seguidamente em diversos jornais operários, notícias a respeito da tensão reinante, especialmente em Buenos Aires, gerada pelo confronto entre os sindicatos de orientação anarquista e o

⁵⁹ *A Luta*, Porto Alegre, 15/08/1908, p. 1.

⁶⁰ Conforme BAILY, Samuel. *Movimiento obrero, nacionalismo y política en la Argentina*. Buenos Aires: Hispamérica, 1985, p. 31.

⁶¹ *A Luta*, Porto Alegre, 15/08/1908, p. 1.

governo do Presidente Figueroa Alcorta⁶². Esses confrontos desencadearam uma onda repressiva que se estendeu até 1912, levando, através da *Ley de Defensa Social*⁶³, à prisão e expulsão sumária de mais de dois mil operários estrangeiros, entre eles o brasileiro Primitivo Raimundo Soares⁶⁴.

Esses acontecimentos interessam ao presente trabalho à medida que permitem observar a formação de uma ampla rede internacional de denúncias e de solidariedade ao operariado argentino⁶⁵. O intercâmbio, estabelecido no decorrer desse período, ilustra a idéia defendida no início desse capítulo de que a circulação de informações, via imprensa, ajudava a estabelecer um sentimento de contemporaneidade e simultaneidade entre operários de diversas partes do mundo.

Assim, em janeiro de 1911, *A Luta* reproduziu um manifesto “aos deportados, aos expulsos de qualquer credo político da República Argentina, a todos os homens livres”, enviado pela “livre comissão de agitação contra a tirania, constituída em Buenos Aires”; nele conclamava-se aos “Proletários de todo o mundo! Homens amantes da integral liberdade humana!” a prestar apoio ao povo argentino que estava sofrendo “com a mais infame e vil das tiranias!” e pedia “à imprensa livre de todo o

⁶² Segundo Samuel Baily, a partir de 1905, ocorreu o acirramento das tensões entre governo e militantes, pois quando a vertente anarquista conquistou a direção da FORA, derrubando a orientação socialista-parlamentar – predominante na organização sindical argentina até aquele momento – imprimiu à organização operária novas táticas, como o boicote e a ação direta, o que teria levado ao recrudescimento da repressão governamental na Argentina. BAILY, *Movimiento obrero...* p. 31.

⁶³ *A Ley de Defensa Social* foi aprovada pelo Parlamento Argentino em junho de 1910, e tinha como característica marcante o fato de apontar a liderança anarquista como a principal culpada pela intranqüilidade social no país. Essa lei permitiu a prisão e expulsão dos dirigentes da FORA e a deportação de muitos “estrangeiros indesejáveis”. BAILY, *Movimiento obrero...*p. 37.

⁶⁴ Conforme noticiado na coluna “Pelo Brasil”, d’*A Luta*, Porto Alegre 20/01/1911, p.4; Primitivo Raimundo Soares havia sido expulso da Argentina e, naquele momento, encontrava-se detido na cidade de Santos, onde residia sua família.

⁶⁵ Dos periódicos analisados em Portugal, a revista *A Aurora*, do Porto, e o jornal *O Sindicalista*, de Lisboa, foram os que deram maior cobertura à situação argentina. Na *Aurora* ver: “A tirania Argentina”, 14/08/1910, p. 1; “El terror Argentino”, 20/11/1910, p. 4; “Liberdades Argentinas”, 26/05/1912, p. 1 e n’*O Sindicalista*, ver: “Na Argentina”, 1º/05/1911, p. 2.

mundo” a reprodução desse apelo⁶⁶.

Destaca-se, nesse texto, além da denúncia das arbitrariedades governamentais e do elogio à resistência operária argentina, a apresentação do problema como algo que não estava restrito ao âmbito de um determinado país, mas que, ao contrário, dizia respeito a todos os operários, independentemente de suas nacionalidades, aí incluídos os porto-alegrenses. A forma usada pelo jornal para reforçar esse sentimento era mostrar exemplos de operários que, em outras localidades, se organizavam para prestar solidariedade aos argentinos, informando que, “respondendo aos insistentes apelos à solidariedade internacional que partem do proletariado da República Argentina, dirigidos aos seus companheiros do mundo, foi convocado em São Paulo um comício de protesto contra a tirania argentina”⁶⁷. Nesse caso, penso que o chamamento à solidariedade internacional poderia ser um fator de reforço à identificação dos operários que o atendiam e passavam a se reconhecer como parte interessada tanto no drama do operariado argentino, quanto de qualquer outra parte do mundo.

Entretanto, esse é um momento bastante conturbado e, ao mesmo tempo em que acompanhavam os destinos do movimento operário argentino, os operários porto-alegrenses, ou parte deles, também se viam confrontados com uma nova campanha. A partir de janeiro de 1908, pode-se acompanhar pelas páginas d’A *Luta* uma intensa conclamação contra a aprovação da “íniqua lei do serviço militar obrigatório”. Essa “batalha”, deflagrada por um manifesto da *Federação Operária do Rio de Janeiro*, contou com a rápida adesão dos anarquistas locais que passaram a reproduzir textos e mensagens antimilitaristas de outras regiões do país.

O manifesto da FORJ apareceu n’A *Luta* antecedido por alguns esclarecimentos: o primeiro deles dava a entender que existiam esperanças de que a

⁶⁶ “Na Rússia americana: a perseguição na Argentina”. A *Luta*, Porto Alegre, 20/01/1911, p. 1.

⁶⁷ A *Luta*, Porto Alegre, 20/01/1911, p. 1.

aprovação da lei não vingaria. A explicação para essa esperança era que

Vivemos em novos tempos, tempos em que os povos, independentemente dos governos, procuram se aproximar cada vez mais e ninguém, a não ser os sugadores do sangue operário, pensa em mover guerra aos seus vizinhos. Todo mundo já reconhece que os governos só fazem guerra quando querem e quando convém aos interesses da classe parasitária, da sociedade, que é a burguesia⁶⁸.

Note-se que, nesse comentário, já aparece a associação direta entre a obrigatoriedade do serviço militar e o perigo de eclosão de conflitos armados com os países vizinhos; esse sentimento de perigo, que será visto como cada vez mais iminente, será analisado adiante. Por ora, é interessante percebermos a clara atribuição da eclosão de guerras aos interesses burgueses, em oposição aos interesses operários, pois, segundo o jornal, a esses últimos só interessava

[...] trabalhar e viver [n]um melhor estado social, em que melhor possa dar expansão à sua atividade e viver mais humanamente. Longe está do seu espírito as regras ideais de preparativos guerreiros para agredir os seus co-irmãos de além fronteira e que como operários de toda a parte sofrem as mesmas conseqüências do sistema econômico atual⁶⁹.

Em seguida via-se a reprodução do manifesto acompanhado da explicação de que as associações operárias do Rio, São Paulo, Santos e de outros pontos do país já haviam começado a reação contra a Lei do Serviço Militar Obrigatório.

O manifesto apelava ainda “aos trabalhadores de todo o Brasil” para que se negassem a prestar serviço militar, argumentando que “ser soldado é consentir em escravizar-se ainda mais do que um trabalhador. O militarismo é a escola do crime e o soldado não é mais do que um assassino mascarado e pago” e, insistindo na contradição de interesses, afirmava: “Nós operários, não temos privilégios, não exploramos e não monopolizamos coisa alguma, pelo contrário, somos vítimas daqueles que nos querem fardar e armar para que amanhã avancemos contra nossos irmãos de além fronteira por pretendidos insultos”. Para concluir com aquela que seria uma das máximas do período: “Negai-vos a ser soldados, negai-vos a atirar contra

⁶⁸ *A Luta*, Porto Alegre, 6/1/1908, p. 3.

⁶⁹ *A Luta*, Porto Alegre 6/1/1908, p.3.

vossos irmãos”⁷⁰.

Entretanto, por mais que as referências feitas no manifesto pusessem em relevo o perigo da eclosão de conflitos externos, sabe-se que, pelos reiterados exemplos internacionais, as lideranças operárias tinham motivos de sobra para temer não apenas a utilização dos exércitos em conflitos internacionais, mas, principalmente, sua utilização em âmbito interno, na repressão à organização operária.

Por outro lado, observando-se a análise de José Murilo de Carvalho sobre o significado da aprovação da Lei do Sorteio Militar Universal⁷¹, nota-se que os redatores d'*A Luta* tinham certa razão em acreditar que ela não “vingaria”. Na prática, essa lei era a reedição de uma outra, de 1874, e representava uma tentativa de resolver o grave problema do recrutamento militar no Brasil – que até então colhia apenas a parcela mais pobre e marginalizada da população⁷² – estabelecendo o sorteio universal dos recrutas.

A implantação dessa lei enfrentou forte oposição, não apenas do operariado, mas também de outros segmentos sociais, como profissionais liberais e camadas médias que – através da imprensa e do Congresso Nacional – obstaculizaram a imediata implantação do sorteio militar, que passou a vigorar apenas a partir de 1916. Nas palavras de Carvalho, “foi necessário uma longa campanha e a Guerra Mundial para pô-la em prática”⁷³.

Um das formas encontradas pelas associações operárias para se oporem ao sorteio militar foi a criação de ligas antimilitaristas. A primeira delas foi fundada pela FORJ, ainda no mês de janeiro e, segundo texto reproduzido pelo *A Luta*, seus meios

⁷⁰ *A Luta*, Porto Alegre, 6/1/1908, p.3.

⁷¹ CARVALHO, José Murilo. “As Forças Armadas na Primeira República: O poder desestabilizador”. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira – O Brasil Republicano (sociedade e instituições)*. São Paulo: DIFEL, 1985, p. 183-234.

⁷² Segundo CARVALHO, “As Forças Armadas...”, p.190. “Ainda em 1913, as principais fontes do recrutamento do Exército eram: os nordestinos afugentados pelas secas; os desocupados das grandes cidades que procuravam o serviço militar como emprego; os criminosos mandados pela polícia e os inaptos para o trabalho”, isso representaria uma “seleção invertida”.

⁷³ CARVALHO. “As Forças Armadas...”, p. 193.

de propaganda seriam: “conferência, imprensa, manifestos, folhetos, etc., bem como a recusa e resistência passiva à sujeição do sorteio”, salientando ainda que “o operariado em peso do Rio é solidário com essa propaganda”.

No mesmo número, noticiava *A Luta* que o operariado porto-alegrense havia seguido o exemplo da FORJ, fundando uma Liga Antimilitarista no centro da cidade; salientava o periódico que essa havia “encontrado muito apoio por parte do operariado esclarecido desta capital”⁷⁴.

A Liga de Porto Alegre, porém, não chegou a funcionar por muito tempo; no mês de março *A Luta* publicou a seguinte notícia: “Como está no domínio público, a Liga Antimilitarista foi, em noite de 15 do mês p. passado, assaltada selvaticamente [sic] por um grupo de indivíduos armados de revólveres, cacetes, adagas, rifles, etc”. Após comentar a repercussão do caso na imprensa comercial da cidade, ressaltando que todos os jornais citados - *Correio do Povo, Jornal da Manhã e Gazeta do Comércio* – haviam sido unânimes na condenação do episódio, o articulista fez ainda o seguinte comentário:

As autoridades tomaram providencias e estão agindo morosamente, como convém ao caso. Se o brutal atentado tivesse partido dos operários, já meia dúzia estaria metida na cadeia, mas como partiu a agressão da outra classe contra os de "roupa desalinhada" é claro que a coisa ficará com uma "pedra em cima". De resto, seria ingenuidade nossa esperar mais⁷⁵.

Aqui se agregam dois fatores interessantes à análise: o primeiro deles é a acusação de descaso das autoridades em relação às investigações, que estariam sendo conduzidas morosamente, entretanto, essa morosidade, no entender do periódico, não era gratuita, pelo contrário, ela estava a serviço de interesses de classe, o que remete ao segundo fator: a reafirmação da oposição de interesses entre operários, representados como os de “roupa desalinhada”, contra os “da outra classe”. Nesse caso, a oposição de interesses pode, uma vez mais, servir como reforço na delimitação das fronteiras sociais entre o operariado e os “outros”.

⁷⁴ *A Luta*, Porto Alegre 9/2/1908, p. 3.

⁷⁵ *A Luta*, Porto Alegre, 08/03/1908. p. 2.

Na seqüência do texto lê-se que “após o atentado correu que a Liga Antimilitarista era composta de estrangeiros, o que movimentou um protesto de cerca de 40 sócios brasileiros publicado nos jornais diários”. Esse trecho é acompanhado de um comentário que procura demonstrar o quanto a questão da “estrangeiridade” era associada aos interesses econômicos e políticos em jogo: “É sabido: sempre que se trata de trabalhadores que querem pensar diferente da ‘classe dirigente’ são considerados estrangeiros e inimigos, enquanto que os estrangeiros que possuem capitais são tidos como bons patrícios, protegidos, eleitores e até oficiais da Guarda Nacional”.

E, na conclusão, o texto reafirmava a idéia de que os interesses operários desconheciam fronteiras nacionais: “Compreendem agora os trabalhadores porque afirmamos sempre que o proletário não tem pátria? Essa pátria, que nos exige tantos sacrifícios pertence somente a ELES!⁷⁶. Novamente, pode-se observar, pela via da defesa do antimilitarismo e do internacionalismo operário, a oposição de interesses do “nós” em relação a “eles”, a burguesia e os governantes imbuídos de sentimentos nacionalistas e beligerantes.

A invasão à Liga Antimilitarista de Porto Alegre alcançou repercussão em âmbito nacional – sendo noticiada pela revista *A Vida*, do Rio de Janeiro, na qual Polydoro dos Santos, escrevendo “pelos camaradas”, falava sobre sua depredação⁷⁷ – e chegou às páginas do jornal *Guerra Social*, de Lisboa, através de carta enviada, do Rio de Janeiro, por Manoel Moscoso, informando que “em Porto Alegre, quando a Liga convocou a segunda reunião, foi assaltada por um grupo de militares que cometeram impunemente toda a sorte de tropelias. Não se espantaram com isso os nossos

⁷⁶ *A Luta*, 08/03/1908. Porto Alegre, p. 2, [grifo no original].

⁷⁷ *A Vida*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, novembro de 1914, p. 14. Apud ACKER, Celso Henrique. *Serviço Militar e nacionalidade: Os tiros de guerra no Rio Grande do Sul – O Tiro de Guerra 337 de Ijuí (1917-1944)*. Porto Alegre: UFRGS/PPGHistória, 1996, p. 51, (dissertação de mestrado).

camaradas de lá, que continuaram na sua obra”⁷⁸.

Porém, um aspecto que não pode ser esquecido é o de que a condenação ao serviço militar obrigatório não ficava apenas no plano das idéias internacionalistas e pacifistas, como nos exemplos acima citados. Em outros momentos, é possível perceber que a condenação à “vida na caserna” também ocorria por motivos morais, bastante afinados com o pensamento da época. Assim, *A Luta* publicou, na emblemática data do Primeiro de Maio de 1908, um artigo demonstrando que, dentre as piores conseqüências do militarismo, estavam as suas “misérias morais”, que, segundo o periódico, eram “mais graves ainda do que as materiais”, pois “no regimento o soldado perde o hábito do trabalho. Os operários do campo e da cidade, que eram forçados a ganhar dificilmente o pão de cada dia, acham que à caserna é um repouso relativo”⁷⁹. Nesse sentido, insistia o periódico,

O que toma gosto pela profissão militar
Aprende mais os prazeres da tarimba, a freqüentar as tascas, a entreter-se com as rameiras que rodeiam em torno dos quartéis e que lhe inoculam, talvez, moléstias incuráveis; habitou-se a praguejar obscenidades, a mentir para “embrulhar” os chefes, para fugir aos serviços, para evitar punições, de forma que a sua dignidade de homem desapareceu antes que pudesse assumir a dignidade de soldado.
O alcoolismo, a prostituição e a hipocrisia, eis o que se aprende na vida de caserna⁸⁰.

Essa condenação moral ao serviço militar estava impregnada dos valores da época, tais como os preceitos higiênicos, e as lideranças operárias, em suas críticas à dissolução moral reinante nos quartéis, faziam eco à condenação que outros setores da população pareciam dirigir à vida militar. Nesse sentido, Carvalho constata que “brigas, roubos e bebedeiras, eram freqüentes nos quartéis e não admira que a população olhasse com terror a perspectiva do recrutamento”⁸¹. Entretanto, não se pode deixar de perceber nessa condenação, uma vez mais, o receio, já analisado no

⁷⁸ *Guerra Social*, Lisboa, 9/1/1909, p. 3.

⁷⁹ *A Luta*, Porto Alegre, 1º/5/1908, p. 3-4.

⁸⁰ *A Luta*, Porto Alegre 1º/5/1908, p. 3-4.

⁸¹ CARVALHO. “As Forças Armadas...”, p. 191.

primeiro capítulo, de que o desaparecimento das diferenças entre os operários e as “classes perigosas”, faria desaparecer também as condições de honorabilidade e de legitimação dos primeiros frente à sociedade da época.

Some-se a esses temores o fato de que, como já mencionei, a obrigatoriedade do serviço militar passou a ser vista pelas lideranças operárias como um primeiro passo rumo à declaração de guerra aos países vizinhos, e em especial contra a Argentina. A explicação para tal temor residia principalmente na desconfiança em relação à política externa brasileira, implantada pelo Barão de Rio Branco durante o longo tempo em que esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores⁸². Essa política – marcada especialmente pela resolução dos conflitos fronteiriços com os vizinhos sul-americanos, levando ao alargamento do território nacional – fez com que os opositores internos e externos de Rio Branco o acusassem de ser imperialista⁸³.

Além disso, ocorria, no mesmo período, a reestruturação das Forças Armadas, incluindo o envio ao Congresso Nacional do projeto de reorganização naval, que garantiria, se fosse cumprido à risca, a supremacia da armada brasileira no Continente Sul-Americano, suplantando a esquadra argentina⁸⁴.

Essa situação acabou por fomentar uma corrida armamentista, entre os dois países uma vez que o Governo do Presidente Figueroa Alcorta, na Argentina, acatando a política do Ministro Estanislao Severo Zeballos, e renunciando ao “Pacto de Mayo” – firmado com o Chile⁸⁵ – também enviou ao Congresso Nacional um projeto

⁸² O Barão de Rio Branco foi Ministro das Relações Exteriores ao longo dos mandatos de Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca, ou seja, durante o período de 1902 a 1916.

⁸³ HEINSFELD, Adelar. *As ações geopolíticas do Barão de Rio Branco e seus reflexos na Argentina*. Porto Alegre: PUCRS/PPG-História, 2000, p. 245 – 264, (tese de doutorado).

⁸⁴ Por esse projeto, ficava o Ministério da Marinha autorizado a adquirir seis couraçados, seis caça-torpedos, seis torpedeiros, três submarinos, um transporte para carregar 6000 toneladas de carvão. Conforme Ata da Câmara dos Deputados de 07/06/1904. Apud HEINSFELD. *As ações geopolíticas...*p. 197.

⁸⁵ *O Pacto de Mayo* realizado entre Argentina e Chile limitava e obrigava à equivalência de poderio bélico entre os dois países. HEINSFELD. *As ações geopolíticas...*p. 205.

de ampliação do poderio naval argentino, visando especialmente a compra de novos couraçados.

Todos esses fatores e mais as campanhas bélico-nacionalistas veiculadas pela imprensa dos dois países contribuíram para que as lideranças operárias passassem a temer a eclosão de uma guerra. Mobilizados no sentido de evitar o possível conflito, os veículos operários desencadearam, a partir de uma circular – “Às associações operárias da América do Sul” – mandada publicar pela COB, uma intensa campanha “CONTRA A GUERRA”.

Em Porto Alegre, as lideranças operárias também não ficaram indiferentes à situação; os redatores d'*A Luta* publicaram a circular da COB, antecedida pelo seguinte comentário: “enquanto os políticos e dirigentes que representam a burguesia procuram modos de perturbar a ordem, provocando uma guerra, o proletariado prepara-se para impor-lhes a paz e o respeito à vida das gentes”⁸⁶.

A circular enviada pela COB defendia a proposta de que, como meio prático de evitar a guerra, os operários deveriam,

[...] responder à declaração de guerra com a greve geral em todos os ofícios e profissões manuais e intelectuais, públicos ou privados, não somente nos países beligerantes como também nas outras nações do continente, a fim de paralisar a ação militar e impor a vontade pacificada às paixões e aos interesses bélicos.

A resolução seria confirmada pela adesão pública do operariado sul-americano à campanha pacifista, marcada para ocorrer no dia 1º de dezembro de 1908 que, “dada à importância histórico-social d[o] fato”, passaria a ser considerado “um dia de festa”. A circular terminava convidando “a todas as povoações da América do Sul a exteriorizar de modo visível sua adesão à dita manifestação, abandonado todo trabalho nesse dia de feriado, concorrendo em massa às reuniões e passeios públicos”⁸⁷.

Note-se nesse trecho a importância do incentivo à tomada dos cenários

⁸⁶ *A Luta*, Porto Alegre, 23/05/1908, p.1, [grifos no original].

⁸⁷ *A Luta*, Porto Alegre, 23/05/1908, p.1.

públicos por parte dos operários para que esses exteriorizassem, através de rituais sociais, não apenas as manifestações de sua solidariedade internacional e de suas idéias antimilitaristas, mas também, e talvez principalmente, o reconhecimento da oposição internacional de interesses entre eles e a burguesia.

Para reforçar essa idéia, era importante mostrar, uma vez mais, aos operários porto-alegrenses que eles não estavam sozinhos e, nesse sentido, *A Luta* passou a noticiar as repercussões da campanha antimilitarista tanto em âmbito nacional quanto internacional⁸⁸. Segundo o jornal, a iniciativa da *Confederação Operária Brasileira* estava encontrando a “mais franca simpatia, por toda a parte [e] não só no Brasil como nas outras nações sul-americanas, principalmente na Argentina, as manifestações são inequívocas de adesão”.

O texto informava ainda a adesão de “quase todas as associações operárias do Rio e São Paulo”, e também dos grêmios operários de Porto Alegre e das associações operárias do sul do Estado – provavelmente de Rio Grande e Pelotas – que compareceriam “à reunião da paz”⁸⁹; fato confirmado, no mês seguinte, com a notícia de que *A União Operária Internacional*, de Porto Alegre, havia resolvido:

Aderir às convenções das Associações Sul-Americanas, para isso nomeando um delegado e realizando no dia 1º de Dezembro uma sessão magna de protesto contra a guerra; acatar e propagar todas as resoluções que resultarem dessa União [...] Recomendar aos seus consócios a propaganda individual das idéias pacifistas⁹⁰.

As notícias dessa campanha também chegaram a Portugal. Mais uma vez foi através de carta enviada por Manoel Moscoso – logo após a manifestação de 1º de dezembro – que os Lisboetas puderam ler, no jornal *Guerra Social*, as notícias sobre a

⁸⁸ Alguns exemplos: “Contra o Sorteio”, n’*A Luta*, Porto Alegre 8/3/1908. p.3 e no dia 1º/5/1908, p. 3; são publicados comentários sobre as contradições entre a adesão da Igreja Católica à campanha militar e a doutrina pacifista cristã. Na coluna “As idéias e os factos”, d’*A Luta*, 23/05/1908, p.2. comenta-se a adesão do líder positivista Teixeira Mendes à campanha do antimilitarismo. Consultar ainda os artigos “Para que serve a Guerra e o Exército” e “O que custa a guerra”, publicados respectivamente n’*A Luta*, Porto Alegre, 20/06/1908, p.1-2 e 29/01/1909, p. 2.

⁸⁹ *A Luta*, Porto Alegre, 15/08/1908, p. 1.

⁹⁰ *A Luta*, Porto Alegre, 26/09/1908, p. 3.

participação operária na campanha antimilitarista desencadeada pela COB. Comentava Moscoso que, “em muitas localidades do Brasil”, foram realizadas manifestações “contra a guerra e o militarismo” e que, no Rio de Janeiro,

Cinco mil pessoas percorreram, no dia Primeiro [de dezembro], as principais ruas da capital, manifestando em alto e bom som as suas idéias revolucionárias e antimilitaristas e um camarada nosso proferiu em praça pública um enérgico discurso, reivindicando as doutrinas de Hervé⁹¹ e combatendo a atual organização social⁹².

Entretanto, por mais que a imprensa operária se esforçasse por fazer crer que a atmosfera geral era de unidade em torno da campanha pelo antimilitarismo e de solidariedade recíproca entre os operários brasileiros e argentinos, também existia, por parte da imprensa comercial dos dois países, uma propaganda pró-nacionalismo que parecia ganhar cada vez mais terreno.

Assim, após o jornal *A Imprensa*, do Rio de Janeiro, ter noticiado que “o Ministro Zeballos estava capitaneando, em plena Calle Florida, grupos arruaceiros que insultaram o Brasil, depredaram o consulado brasileiro e obrigaram casas comerciais onde havia a bandeira do Brasil a retirarem-na”⁹³, formou-se uma contra-ofensiva por parte de populares que irromperam pelas ruas aos gritos de “morras à Argentina e ao estadista Zeballos” e em seguida “encaminharam-se para o consulado argentino, onde arrancaram o respectivo escudo, arrebentando os vidros e as janelas”⁹⁴.

Segundo Heinsfeld, situações semelhantes ocorreram em distintas localidades, sendo noticiadas por diversos órgãos de imprensa que, em geral, justificavam os assaltos a consulados argentinos como “justas represálias da mocidade ardente e patriótica”. Entre as representações diplomáticas e casas de comércio atacadas por

⁹¹ Provavelmente Moscoso se referisse às idéias, publicadas em forma de opúsculo em: HERVÉ, Gustave. *Le Congrès de Stuttgart et l'antipatriotisme*. Paris: La Guerre sociale, 1907, defendendo a declaração de greve geral revolucionária em caso de eclosão de guerras.

⁹² *Guerra Social*, Lisboa, 9/1/1909, p. 3.

⁹³ *A Imprensa*, Rio de Janeiro, 30/05/1910. Apud HEINSFELD. *As ações geopolíticas...* p. 240.

⁹⁴ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 26/5/1910. Apud HEINSFELD. *As ações geopolíticas...* p. 240.

“patriotas brasileiros”, além daquelas do Rio de Janeiro, estavam as da “Bahia, Santos, Porto Alegre, Bagé, Itaqui e Uruguaiana”⁹⁵.

Essas manifestações parecem indicar que as reiteradas campanhas pacifistas não estavam encontrando acolhida unânime na sociedade da época, pelo contrário, o que indicam as fontes é que havia, nesse momento, um crescente entusiasmo nacionalista que persistiu mesmo depois de afastado o perigo de guerra contra a Argentina, concentrando as atenções no avanço da Guerra Européia. Os operários porto-alegrenses, bem como algumas de suas lideranças, parecem não ter escapado a essa euforia beligerante.

Um exemplo disso é a adesão do então “presidente popular do Partido Socialista”, Carlos Cavaco, à campanha pelo Serviço Militar Obrigatório. O *Tribuno* entusiasmou-se a tal ponto com essa campanha que chegou a participar da recepção ao Poeta Olavo Bilac quando este, em 1º de outubro de 1916, esteve em Porto Alegre, difundindo os ideais da Liga de Defesa Nacional. Segundo Schmidt, “Cavaco estava ciente da contradição entre seu posicionamento socialista e a campanha de Bilac”. A adesão, explicada pelo “*Tribuno*” de forma “individual e afetiva”, remetia ao fato de que, mesmo sabendo que seu dever “era combater essa lei”, emanava de sua personalidade, “a alma do filho do valoroso ajudante de campo de Caxias, e de ex-cadete da Escola Militar”.

Nesse ponto, mais do que a contradição individual de Cavaco, interessa o fato de que seu discurso, em saudação a Bilac, foi ouvido por uma “grande massa popular de aproximadamente 2000 pessoas”⁹⁶ dentre elas, provavelmente, muitos operários.

Entretanto, a emoção nacionalista não contagiou apenas Carlos Cavaco. A lógica militarista parecia estar ganhando terreno entre outras lideranças operárias locais, ao menos é isso o que se pode depreender da análise de uma disputa travada

⁹⁵ HEINSFELD. *As ações geopolíticas...* p. 240-241.

⁹⁶ *Echo Americano. Literatura- crítica-combate*. Porto Alegre, 16/12/1916, p. 2. Apud SCHMIDT. *O Patriarca...* p. 491.

no interior da FORGS, durante ano de 1917, em torno da proposta de um acordo entre a *Federação Operária* e o poder público municipal, pleiteando que a Intendência concluísse as obras do Atheneu Operário⁹⁷ e que, em troca, a *Federação* mantivesse, no segundo andar do prédio, um Tiro de Guerra⁹⁸, destinado à “formação militar dos operários”⁹⁹.

O fato de que esse acordo – mediado pelo então Conselheiro Municipal e ex-líder socialista, Francisco Xavier da Costa¹⁰⁰ – não tenha chegado a se concretizar não invalida a hipótese de que a simples discussão do assunto no interior da *Federação* demonstra que o pacifismo ainda era um ponto polêmico entre os líderes operários porto-alegrenses, situação agravada pelo avanço da Primeira Guerra, que tornou cada vez mais presente no cotidiano operário os sentimentos nacionalistas e beligerantes, fazendo com que a máxima que serve de título a esse capítulo se tornasse, não raras vezes, apenas uma frase de efeito em discursos que não encontravam maiores repercussões.

Dessa forma, embora a Guerra estivesse geograficamente distante, seus reflexos se fizeram sentir no dia-a-dia da cidade. De um lado, através das reiteradas campanhas pela paz e pela solidariedade internacional; de outro, pela carestia dos

⁹⁷ O *Atheneu Operário* começou a ser construído em 1910, no bairro Bom Fim, em um terreno doado pela municipalidade. Nos planos originais teria três andares e serviria de instituição educativa para o operariado porto-alegrense; no entanto, o prédio parece nunca ter sido concluído. Ver: *Echo do Povo*, Porto Alegre, 07/3/1910, p. 2; 25/4/1910, p. 2-3; 28/5/1911, p. 2.

⁹⁸ A Lei de 1908 estabelecia uma série de isenções ao seu cumprimento, especialmente através do chamado “voluntariado especial”, que garantia àqueles que participavam de algum tipo de treinamento militar – como o das Sociedades de Tiro – a liberação do treinamento oficial. ACKER. *Serviço Militar...* p. 49.

⁹⁹ GERTZ. *Memórias...* p. 123.

¹⁰⁰ Em 1912, já afastado da diretoria da FORGS, Xavier da Costa foi indicado pelo PRR a seu primeiro mandato no Conselho Municipal de Porto Alegre. Segundo SCHMIDT. *O Patriarca...* p. 466-467: “aquele operário mulato conseguiu articular alianças, superar preconceitos e assumir uma nova identidade política: ao invés de líder socialista, o Conselheiro/Capitão/Major prestigiado no seio do partido oficial e no meio operário (ou em parte dele), ‘homem ponte’ entre os poderes públicos e o ‘povo’”.

alimentos, pelo medo do “perigo alemão”¹⁰¹ e pela difusão de um sentimento bélico-nacionalista que se espalhou violentamente pelas ruas da capital gaúcha.

Essas tensões decorrentes da Guerra parecem ter encontrado seu ponto culminante em Porto Alegre quando, em abril de 1917, o Brasil rompeu relações diplomáticas com a Alemanha, em resposta ao torpedeamento do navio Paraná. Adhemar Lourenço, comentando o quebra-quebra que se espalhou pelo centro da cidade, explica que “a [Rua dos] Andradas começou a encher-se de gente e começaram a ocorrer violências generalizadas [...]. Durante todo o dia diversos estabelecimentos cujos proprietários fossem, ou parecessem, teutos foram, no mínimo, apedrejados”¹⁰².

Nesse ponto é interessante perceber, como faz Schmidt, que, no plano local, tais conflitos envolviam possivelmente “a reativação de antigas rivalidades de classe. Afinal, a burguesia porto-alegrense compunha-se, em boa parte, de alemães e descendentes, assentando sua identidade em uma mescla de interesses sócio-econômicos comuns e afinidades étnicas”. Indicativo dessa situação é o fato de que os “manifestantes preferiram atacar as empresas dos teutos [...] e destruir jornais como o *Deutsche Zeitung*, bastante antipático aos grevistas de 1906, e clubes como o *Turnerbund* e o Germânia, de cujas diretorias participava J. Aloys Friedrichs”, dono da marmoraria onde foi iniciada a greve de 1906¹⁰³.

Estes episódios, mesmo revelando a existência de uma possível coerência entre as violências praticadas e as contradições de classe, não deixam, entretanto, de demonstrar que também havia uma propensão às rivalidades étnicas e nacionalistas e um crescente clima beligerante por parte dos populares e, dentre eles, dos operários porto-alegrenses. O que me leva a concluir que se, por um lado, as redes de informações e campanhas estabelecidas no interior do mundo do trabalho podiam

¹⁰¹ Ver nota 54, no Segundo Capítulo.

¹⁰² SILVA JR. *Povo! Trabalhadores...* p. 181.

¹⁰³ SCHMIDT. *O Patriarca...* p. 498. Sobre Aloys Friedrichs, ver o, já citado, trabalho de SILVA, Haike. *Uma liderança étnica...*

ajudar a difundir sentimentos de contemporaneidade e solidariedade, contribuindo para que operários porto-alegrenses se sentissem pertencentes à coletividade operária internacional, em oposição a uma burguesia também internacional, por outro, essa identificação não foi construída de forma linear e isenta de contradições e muitas vezes a identidade operária precisou disputar terreno com a identidade nacional.

Assim, os operários porto-alegrenses foram confrontados cotidianamente não apenas com a difusão de propagandas bélico-nacionalistas por parte de veículos de imprensa comercial, como também pelos exemplos de algumas de suas principais lideranças que, de forma semelhante ao que estava ocorrendo na Europa, se deixaram empolgar pelos discursos nacionalistas e militaristas.

Essa constatação me faz retomar a questão já colocada na Introdução, de que uma identidade coletiva “totalmente segura, completa, unificada e coerente é uma fantasia muitas vezes embasada em narrativas construídas *a posteriori*, que permite aos grupos sentirem-se seguros e reconfortados”¹⁰⁴. Portanto, os operários que viveram na Porto Alegre daquele conturbado período precisaram lidar o melhor que puderam com todas as contradições e disputas que perpassavam constantemente a dinâmica de construção e reconstrução de sua identidade coletiva.

Na próxima seção, analisarei as comemorações do Primeiro de Maio em Porto Alegre, pensando-as como momentos privilegiados da construção da identidade operária nos quais o operariado, tomando as ruas, apresentava orgulhosamente seus símbolos e a força de sua coesão frente ao restante da sociedade, e também como momentos de disputas em torno do significado da data, através das quais é possível observar tanto a influência da circulação das idéias quanto das contradições que marcaram o movimento operário internacional na virada do século XIX para o XX.

¹⁰⁴ HALL. “A questão da identidade Cultural...”, p. 17.

3.2. Dia de festa ou dia de luto: *Viva o Primeiro de Maio!*

A “invenção” do Primeiro de Maio está ligada ao nascimento da Segunda Internacional, cujo primeiro congresso se realizou em Paris, em julho de 1889. Em 20 de julho, sábado, depois de muitos debates, quando se discutiu principalmente a escolha da data, foi votada, por proposta de Raymond Lavigne, um militante guesdista¹⁰⁵ de Bordeaux, a seguinte moção:

Será organizada uma grande manifestação internacional com data fixa, de modo que, em todos os países e em todas as cidades ao mesmo tempo, no mesmo dia marcado, os trabalhadores intimem os poderes públicos a reduzir legalmente a jornada de trabalho a oito horas e a aplicar as outras resoluções do Congresso Internacional de Paris. Considerando que uma manifestação semelhante já foi decidida para o Primeiro de Maio de 1890, pela American Federation of Labour, em seu Congresso de dezembro de 1888, realizado em Saint-Louis, adota-se esta data para a manifestação¹⁰⁶.

Dessa forma, segundo Michelle Perrot, esse primeiro “[...] de todos os Primeiro de Maio é incontestavelmente criação de cima, e em particular da corrente marxista mais organizada em termos políticos na França (os guesdistas)”; mas, a iniciativa também se tornou exemplar por ser “um ato político deliberado” e, ao mesmo tempo, por ilustrar “o lado voluntário da construção de uma classe – a classe operária –, à qual os socialistas tentaram dar uma unidade política e cultural através [de uma] pedagogia da festa”¹⁰⁷.

Entretanto, ainda conforme Perrot, a idéia de uma manifestação operária internacional não pode ser atribuída exclusivamente à iniciativa dos socialistas, pois ela está presente na França desde 1883-1884, principalmente nos meios libertários.

Assim:

Aos anarquistas franceses deve-se a idéia de greve geral e a prática da “intimação”, por ocasião da grande manifestação dos sem

¹⁰⁵ Os guesdistas eram partidários de Jules Guesdes, fundador do Partido Operário Francês, em 1882.

¹⁰⁶ PERROT. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 127-128.

¹⁰⁷ PERROT. *Os excluídos...*, p. 129-130.

trabalho de março de 1883 em Paris. Aos anarquistas americanos cabe a escolha do Primeiro de Maio e das oito horas. E, sobretudo uma experiência de luta cruenta que, de certa forma, sacralizava a data.

A principal diferença em relação à iniciativa libertária consistia no fato de que os guesdistas quiseram “canalizar as energias operárias em direção ao Estado, dar ao movimento um sentido político, mais que social e antipatronal. Daí o sentimento de logro, de confisco que sentiram e denunciaram os anarquistas”¹⁰⁸. Entretanto, estes últimos não se deram por vencidos, “pragmáticos, entraram na dança e tentaram dobrar o Primeiro de Maio em sua direção, impor-lhe seu estilo: ação direta, violenta, antipatronal”¹⁰⁹.

O Primeiro de Maio viveu, portanto, desde o seu surgimento, a disputa por sua “paternidade” e a divergência em torno da sua forma de representação, mas apresentou também uma emblemática convergência de esforços para “dar à classe operária consciência de si mesma através da realização de gestos idênticos num amplo espaço e de impressionar a opinião pública com tal espetáculo”¹¹⁰, tornando-se assim um momento-chave que, ao ser apropriado de diferentes maneiras por grupos operários em todo o mundo, transformou-se num dos mais importantes símbolos de identificação internacional do operariado.

Em Porto Alegre, a primeira referência à comemoração do Primeiro de Maio encontrada na imprensa é de 1896, noticiada pela *Gazetinha*. Naquele ano, segundo o referido jornal, “bastante animadas estiveram as festas promovidas pela *Liga Operária Internacional*”¹¹¹.

Pelo relato, fica-se sabendo que a aurora daquele Primeiro de Maio “foi saudada com música e foguetada” e que, às 9 horas da manhã, os operários da

¹⁰⁸ PERROT. *Os excluídos...*, p. 132.

¹⁰⁹ PERROT. *Os excluídos...*, p. 139.

¹¹⁰ PERROT. *Os excluídos...*, p. 130.

¹¹¹ *Gazetinha*, Porto Alegre, 3/5/1896, p. 2. Ver também: PETERSEN, Silva. *Origens do 1º de maio no Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS – MEC/Secretaria de Ensino Superior, 1981.

fábrica de calçados *Progresso Industrial* – uma das maiores da cidade naquele período – desfilaram, levando a frente o seu estandarte, pela Rua dos Andradas, e foram em seguida “reunir-se ao grande número de trabalhadores que se organizavam em préstito na Praça da Conceição”. Ali realizaram-se alguns discursos – sem que os nomes dos oradores apareçam mencionados – e logo formou-se uma “grande passeata”¹¹².

Ainda de acordo com o mesmo relato, “às 2 horas da tarde, de novo reunidos no mesmo local, seguiram incorporados, ao som de bandas de música e vivas, para o arraial dos Moinhos de Vento onde se fizeram ouvir diversos oradores brasileiros, italianos e alemães” e, após, “seguiram-se diversões que tiveram termo ao cair da tarde”. Alguns detalhes mencionados pelo jornal chamam especial atenção,

No préstito operário, quer pela manhã quer pela tarde, viam-se uma Bandeira Nacional, no topo da qual havia um ramallete, lindo estandarte de seda, bordado a ouro, do pessoal da fábrica “Progresso Industrial” e três bandeiras vermelhas tendo ao centro pintado à tinta branca e em grandes caracteres o dístico “Viva ao Primeiro de Maio!”.

Nota-se, nesse momento, o caráter patriótico ou talvez republicano, refletido na presença da Bandeira Nacional à frente do cortejo, o que pode exprimir a confiança dos organizadores em ter o Estado como interlocutor e como potencial realizador das reformas desejadas, situação que pode indicar tanto a dimensão política da manifestação, quanto o fato de que as identidades operária e nacional ainda podiam conviver sem maiores conflitos e, talvez, de maneira complementar no ritual público daquele longínquo Primeiro de Maio porto-alegrense.

Além disso, o jornal destacava a visão festiva do dia, enfatizando que “quase todos os estabelecimentos industriais, as tipografias e litografias, encadernações e pautações da capital, não funcionaram no dia consagrado à festa do trabalho”, o que permite inferir que, naquele momento, o Primeiro de Maio ainda era visto mais como um feriado festivo (quase cívico) do que como uma manifestação operária; idéia que

¹¹² *Gazetinha*, Porto Alegre, 3/5/1896, p. 2.

parece ser confirmada na seqüência do texto:

A maioria da imprensa hasteou bandeiras nacionais no frontispício de seus escritórios.

E em virtude do feriado concedido ao pessoal tipográfico, deixaram de ser publicados nesse dia os jornais da tarde e no seguinte os jornais da manhã.

Muitas casas particulares também foram embandeiradas, principalmente as situadas nas ruas mais próximas a estabelecimentos fabris.

Uma menção mais direta à simbologia operária foi feita no final do texto, informando que, “como distintivo durante o dia de festa, o operário, quase que em geral, trazia pregado a botoeira do casaco um laçarote de fita vermelha”¹¹³. Assim, em Porto Alegre repetia-se, como nos demais rituais internacionais da data, o uso da cor vermelha. Essa cor que era, nas palavras de Perrot, “difamad[a] pelas autoridades e incontestavelmente o símbolo da classe mais popular”¹¹⁴.

Os operários porto-alegrenses reviveram dessa forma, ainda que timidamente, a mesma necessidade experimentada pelo movimento operário europeu de marcar sua identidade e sua diferença no plano simbólico. Conforme destaca Bronislaw Baczko, a busca da cor própria para o movimento operário foi feita, “nos anos trinta do século XIX, atentamente e com dúvidas entre o vermelho, o preto, o arco-íris e o azul [...]. Usou-se todo um simbolismo lendário: vermelho porque havia sido empapado com sangue trabalhador”¹¹⁵.

Em 1897, o Primeiro de Maio porto-alegrense apareceu com contornos mais nítidos de grande manifestação operária. É novamente pelas páginas da *Gazetinha*, publicada em edição especial, que tomamos conhecimento dos pormenores dos festejos que, naquele ano, se estenderam por dois dias.

A cobertura jornalística permite observar os primeiros passos da organização operária da cidade e a importância da data para a publicização de idéias e para o

¹¹³ *Gazetinha*, Porto Alegre, 3/5/1896, p. 2.

¹¹⁴ PERROT. *Os excluídos...*, p. 153.

¹¹⁵ BACZKO. *Los imaginários...* p. 15. Já para HOBBSAWM. *Mundos do trabalho...* p. 110, o uso da bandeira vermelha teria sua origem provável nas barricadas de Paris, em 1848.

associativismo, possibilita supor que, naquele momento, ocorria uma espécie de “ensaio” do Primeiro *Congresso Operário Rio-Grandense*, que seria realizado no ano seguinte.

Antes de comentar o transcorrer dos festejos propriamente ditos, é importante salientar que houve, por parte dos organizadores e mesmo do dono do jornal, uma preocupação, a qual poderíamos chamar de pedagógica, em explicar aos operários porto-alegrenses o significado e a importância da comemoração.

Assim, o editorial, endereçado “ao proletariado da capital” e assinado pelo proprietário da *Gazetinha*, propunha-se a evidenciar o entusiasmo pela festa operária. Octaviano Manoel de Oliveira¹¹⁶ afirmava: “abandonarei essa sociedade nefanda que almeja contar-vos como seus lacaios e junto a vós arvorarei o pavilhão da verdadeira democracia, pois só esta nos trará liberdade, igualdade e fraternidade...”¹¹⁷.

Nota-se uma primeira referência ao lema da Revolução Francesa, que passou a ser uma constante nas comemorações da data. Em seguida, Octaviano colocava seu jornal como porta-voz do operariado da cidade, exortando:

Avante, operários!
 [...] Seguis o exemplo de nossos irmãos de além mar, estendei o manto dignificador de vossa abençoada causa por todos aqueles que se revoltarem contra vós.
 [...] Salve o Primeiro de Maio como o grito repercussor de vossas liberdades a conquistar!
 É por esta forma que a *Gazetinha* julga ter cumprido o seu dever para com aqueles de quem tem sido eco; e unida a todos os seus coadjutores nesse dia memorável, grita bem alto:
 Salve, o Primeiro de Maio!
 Salve, os heróis do trabalho!

Na seqüência, lia-se um texto de Xavier da Costa. Nele, o líder socialista

¹¹⁶ Segundo SCHMIDT. *O Patriarca...* p. 85. “Octaviano começou na imprensa como entregador d’A *Federação*” e costumava, apoiando-se nesse passado “reafirmar sua condição de ‘republicano histórico’ de que se gloriava e os serviços e méritos prestados à causa da República. Serviços que, nunca deixava de acrescentar, ‘não haviam sido devidamente reconhecidos’”. Na reflexão de Schmidt, essa frustração de Octaviano com o regime instaurado em 1889 pode ter motivado, como a tantos outros, sua adesão aos ideais socialistas, e provavelmente o estreitamento de relações com Xavier da Costa, pois entre eles nasceu “uma forte e duradoura amizade”.

¹¹⁷ *Gazetinha*. Porto Alegre, 1/5/1897, p. 1.

principiava por dar a entender que, naquele momento, a data passava a ser devidamente comemorada pelos trabalhadores porto-alegrenses. Em suas palavras: “Afinal, o Primeiro de Maio vai ter em Porto Alegre a brilhante sagração das classes laboriosas; afinal essa expressiva data do proletariado universal não passará despercebida para o elemento obreiro desta florescente cidade e de seus arredores”.

Note-se a ênfase dada ao caráter inaugural das comemorações daquele Primeiro de Maio, fazendo supor que as lideranças social-democratas da cidade, ou que pelo menos Xavier da Costa, não haviam participado da organização dos festejos do ano anterior. Aquele seria, em sua opinião, um momento de florescimento da organização operária de Porto Alegre. Em seguida, Xavier da Costa passava a enumerar os motivos de seu otimismo:

Felizmente já se compreende a necessidade de uma união dos trabalhadores, ao menos no dia festivo universal do trabalho; já se percebe o operariado o quanto há de importante e digno provar às demais classes sociais que não é simplesmente um grande número de homens, porém sim uma aluvião de fatores do progresso, muito conscientes de seus direitos, tal qual são, conscientes de seus deveres.

O Primeiro de Maio era então apresentado como um momento privilegiado de demarcação, por parte dos operários, de seu lugar na sociedade. Mas, além disso, como um momento de fazer perceber a histórica oposição dos interesses operários em relação aos seus “inimigos”. Xavier da Costa colocava essa oposição da seguinte forma:

[...] cada país tem dois povos, um numeroso e produtivo para o progresso e para a civilização, o que moureja sem cessar, nasce para o trabalho, vive nele e para ele, e assim morre, é a racional *besta de carga*, o povo operário; e o outro, que não merece o nome de povo diante deste, é o agrupamento de apenas duas ou três classes privilegiadas, por tradições retrógradas de outrora, é a representação do passado impondo-se no presente à força de ouro e assim, usufruindo entre o gargalhar do deboche, e a falsa filantropia, às vezes, o que devia ser de todos porque é o resultado do esforço do trabalho de todos¹¹⁸.

Observa-se nessa passagem do texto uma menção à já referida oposição de

¹¹⁸ *Gazetinha*. Porto Alegre, 1/5/1897, p. 1.

interesses entre os que trabalham e aqueles que apenas usufruem o resultado de tal trabalho. Assim, nota-se presente, nos primeiros anos da comemoração do Primeiro de Maio em Porto Alegre, um dos mais importantes componentes da construção da identidade operária; qual seja, a dignidade construída a partir da valorização do trabalho e apresentada como um emblema de distinção em relação àqueles que apenas exploram o trabalho alheio.

Na continuação do longo texto, o articulista propunha-se a demonstrar que a transformação desse estado de coisas, em conformidade com o pensamento social-democrata da época, não precisaria ser feita de forma violenta. Em suas palavras, o advento de um “novo mundo” era assim definido:

Se houver prudência de parte a parte no continente novo, ele poderá vir sem grande abalo, sem o cataclismo das revoluções. Tenha senso a burguesia do novo mundo, vá cedendo ao povo o que é do povo, facilite – em benefício muito seu também – a transição do bem-estar de hoje para o bem-estar de amanhã, abrindo mão do que sensatamente não é unicamente seu, deixe a burguesia de ser egoísta, e a felicidade geral terá lugar, haverá paz, progresso, liberdade, igualdade e fraternidade.

E, em seguida, perguntava: “Haverá estado social mais belo?” Ao que respondia: “De certo não!”, acrescentando em tom profético: “Pois esse é que será o futuro, forçosamente; é por esse que os nossos irmãos d’além mar lutam e se deixam sacrificar”. E continuando, cada vez mais em tom de discurso messiânico, fazia a seguinte comparação: “o operário de hoje é como o Cristo de que nos falam as lendas religiosas; sofre, lutando, para redimir toda a humanidade, para o bem-estar de toda a sociedade, sem exclusão de nenhuma classe!”. E concluía, ressaltando o caráter internacional da data, com a seguinte conclamação: “companheiros de Porto Alegre, sejamos dignos do nosso tempo: cuidemos do futuro. [...] sigamos o conselho de Carlos Marx, - unamo-nos”.

A mesma edição trazia ainda um outro longo texto, assinado pela *Comissão Organizadora* das festividades, que nele explicava ao operariado local o significado da data, enfatizando-lhe o caráter “festivo e internacional”. Iniciando com a máxima

“PROLETARIADO DE TODOS OS PAISES UNI-VOS!”, esse texto, escrito de forma bastante didática, pode ser um indicativo de que os operários locais ainda possuíam pouca familiaridade com o tema. Assim, o articulista principiava por informar que, a partir de um “Grande Congresso Internacional Operário, reunido em Paris”, ficou resolvido que o Primeiro de Maio seria “considerado, pelos trabalhadores de todos os países, dia de festa comemorativa da confraternização das classes laboriosas e de protesto destas contra a negação de seus direitos”¹¹⁹.

Note-se que em Porto Alegre, a exemplo da versão social-democrata internacional, a data também congregava, sem maiores problemas, o caráter festivo, de confraternização e de protesto. Foi apenas alguns anos mais tarde, com o crescimento da influência anarquista na cidade, que o Primeiro de Maio passou a ser associado com o luto pelos “mártires de Chicago”. Nesse primeiro momento, eles não são sequer mencionados.

Continuando em seus informes, o texto explicava que a resolução de comemorar o Primeiro de Maio,

[...] foi aceita com júbilo por milhões de operários do mundo civilizado; nem ameaças, nem a intervenção policial, nem cadeias, nem mesmo a fome se tornaram eficazes para sustar a carreira vitoriosa da idéia representada nesse grandioso protesto que conseguiu conquistar as multidões cem vezes mais rapidamente do que o cristianismo, e que nesses últimos sete anos tem obtido cem vezes mais adeptos do que a igreja desse século.

Na passagem, já se pode perceber uma nota do anti-clericalismo que começava a se fazer presente nos escritos operários do período, ou talvez da aposta na “sublime doutrina” que começava a se estabelecer em concorrência com a cristã, o socialismo. Em seguida, o texto passava a expor os significados da data, com destaque para a idéia de que ela era a “festa do trabalho, da paz, da liberdade e da fraternidade”, não uma “homenagem ao passado”, mas sim uma manifestação “em prol do belo porvir”¹²⁰.

¹¹⁹ *Gazetinha*, Porto Alegre, 1/5/1897, p. 1.

¹²⁰ *Gazetinha*, Porto Alegre, 1/5/1897, p. 1.

Esse belo porvir de que falava o texto estava associado à grande conquista que começava a ser propugnada pelo operariado naquele momento e, ao que parece, pela primeira vez em Porto Alegre: a “redução a 8 horas do dia de labor”, apresentada como uma demanda “exigida por milhões de operários, louvada e defendida pelo verdadeiro espírito liberal do século XIX, e que, graças à ciência e à energia de homens de resolução inabalável, tão forte como justa, fulgura por todo o orbe, captando simpatias e prosélitos”.

A seguir o texto defendia que “também nós operários do Brasil devemos e precisamos envidar esforços para a consecução do sublime objetivo de libertar o trabalho da opressão do capital, em benefício de toda a humanidade!”. Dessa forma, percebe-se que a demanda internacional pela redução da jornada de trabalho chegou às páginas da *Gazetinha* antes mesmo da realização do *Primeiro Congresso Operário Rio-Grandense*.

Outra característica importante, destacada nesse texto, era o chamado ao associativismo. Nesse sentido, o Primeiro de Maio foi, ao longo dos anos, um momento privilegiado para a propagação da causa e para a congregação de novos filiados às associações operárias, e essa parece ter sido a tônica também do ano de 1897. Assim, prosseguia o texto:

[...] operários de Porto Alegre e arredores, que ainda vos achais afastados de nossos centros de organização a *Liga Operária Internacional* e a *Allgemeneiner Arbeiterveiren*, em prol da causa comum vos pedimos que no dia Primeiro de Maio mostreis a vossa solidariedade com as tendências seguidas por nós; urge provarmos aos nossos companheiros de além oceano que somos unidos, é preciso mostrarmos que no Brasil há operários firmes para a nobre pugna pela independência da classe, que somos trabalhadores dignos de o ser¹²¹.

Somava-se, portanto, ao associativismo, o caráter internacional da data e a necessidade de provar aos operários europeus – referência constante – que aqui também poderia existir operariado consciente. Essa preocupação possivelmente estava ligada ao fato, já mencionado, dos promotores das primeiras comemorações do

¹²¹ *Gazetinha*, Porto Alegre, 1/5/1897, p. 1.

Primeiro de Maio em Porto Alegre serem, em sua maioria, de origem européia e sentirem-se imbuídos de uma missão salvacionista tanto em relação ao “elemento nacional”, recém saído da escravidão, quanto de seus compatriotas ainda não engajados à causa operária¹²².

Finalizando, o texto fazia um apelo: “não somente no dia Primeiro de Maio, devemos sempre nos conservar unidos e firmes para a defesa de nossos direitos de homens livres e para conseguir a garantia de um futuro feliz”, e conclamava, aos operários:

[...] preparemo-nos para o primeiro de Maio.
Sejam nossos brados: viva o socialismo!
- Viva o proletariado de todos os países!
- Viva o dia de oito horas de trabalho!

Na página seguinte pode-se ler, antes da programação dos festejos, uma nota informando que a comissão organizadora tinha tomado o cuidado de dirigir-se ao Chefe de Polícia “a fim de participar-lhe que hoje, dia consagrado ao proletariado universal, haveria uma grande passeata pelas ruas desta cidade”. Ainda segundo a nota, o “Dr. Chefe de Polícia atenciosamente recebeu-a e ficou gratíssimo por essa comunicação que muito o lisonjeava. Após a troca de cumprimentos a comissão retirou-se penhoradíssima pelo bom acolhimento que teve”¹²³.

Além de mostrar as boas relações da *Comissão Organizadora* com as autoridades policiais da cidade, a nota permite perceber uma outra faceta de um discurso importante naquele período, o da honorabilidade operária. Havia, conforme já foi mencionado, um grande esforço, por parte das lideranças, para demonstrar tanto aos operários, quanto ao restante da sociedade, as diferenças existentes entre o operariado e as “classes perigosas”. Dessa maneira, os desfiles e festejos do Primeiro

¹²² Como já foi colocado na Introdução, Claudio Batalha assinala que as referências constantes aos operários europeus também podem caracterizar-se como um recurso das lideranças, no sentido de apontar ao operariado como ele deveria ser: “Esses paradigmas, constituídos pelas experiências da classe operária na Europa, são, portanto, pontos de referência, horizontes, na busca da identidade e da legitimidade empreendida pela classe operária no Brasil”. BATALHA. “Identidade...” p. 118.

¹²³ *Gazetinha*, Porto Alegre, 1/5/1897, p. 2.

de Maio não podiam de forma nenhuma ser confundidos com arruaças ou manifestações desordeiras, sob pena de que, se isso ocorresse, colocar-se-ia em risco tal distinção. Portanto, contar com a aquiescência da autoridade policial não apenas reforçava a idéia de honorabilidade operária perante o restante da sociedade, como provavelmente fazia com que um maior número de operários e suas famílias se encorajassem a tomar parte nas comemorações.

Pela programação apresentada e pela posterior cobertura ao evento, podemos deduzir que esse Primeiro de Maio foi um dos mais solenemente comemorados nos primeiros anos da organização operária porto-alegrense. Tudo leva a crer que era intenção da *Comissão Organizadora* marcar esse momento como um ato inaugural, que deveria ficar na memória de todos os participantes.

Assim, segundo a cobertura da *Gazetinha*, às 5 horas da manhã do dia Primeiro de Maio de 1897, a população foi acordada pelo espocar de “centenas de foguetes” e pelo toque de “diversas bandas musicais” que se apresentavam em distintos pontos da cidade. Às 7 horas e 30 minutos reuniram-se as associações operárias e o operariado em geral na Praça Conceição, no centro da cidade; ali foram proferidos discursos alusivos à data, um deles foi “pronunciado pela graciosa jovem D. Elisa Sonnenstrahl”, já mencionada no Segundo Capítulo. Logo após, cantou-se o hino socialista, “composto pelo inspirado professor Manuel Corrêa, com poesia do nosso companheiro F. Xavier da Costa”.

Em seguida, todos saíram em desfile pelas principais ruas da cidade – Independência, Aurora, Floresta, Ramiro Barcellos, Voluntários da Pátria, Marechal Floriano, Andradas – observando o cortejo a seguinte ordem:

Comissão de festejos; [primeira] Banda de música; três distintas jovens trajando de ricas vestes e simbolizando as aspirações do povo: as exmas. jovens D. Elisa Sonnenstrahl representando a liberdade; D. Antonia Bauer, a redução das horas do trabalho; D. Leopoldina Schacherslchener, a República livre; [em seguida] a Bandeira Brasileira; Liga Operária Internacional; [outra] Banda de música; a Sociedade União Marítima; Operários da Companhia Industrial, com sua respectiva banda de música; Caixa dos Operários Navais; Sociedade Operária Sueca; Comissão do Partido Socialista;

Allgemeiner Arbeiterverein; Ao lado da bandeira desta iam duas moças, trajando vestes brancas: donas Maria Lederhilger e Theresa Zeller-Rethaler¹²⁴.

Na passagem observam-se as principais demandas operárias do período – com ênfase à redução da jornada de trabalho – e as sociedades existentes no final do século XIX. Mas, principalmente, pode-se ver o caráter ritual empregado no desfile: o cortejo, em forma de procissão, é realçado pelo fato das “senhoritas”, trajando ricas vestes ou vestidas de branco, simbolizarem as mais importantes e puras aspirações operárias.

Esse cuidado com a forma inscreve-se na tradição socialista do século XIX na qual existia, nas palavras de Perrot, uma grande preocupação em “criar um novo ritual, de concluir uma nova aliança entre a política e a religião”¹²⁵. O rito operário aproximava-se, dessa forma, ao “da comunhão dos Santos, da comemoração sacrificial”. No Primeiro de Maio ocorria a “exaltação de um povo unido por uma celebração comum”, que se tornava, em suma, “uma Missa Cantada operária”¹²⁶.

Salientava ainda a cobertura da *Gazetinha* que, “com muita ordem e erguendo inúmeros vivas, o numeroso préstito que se compunha de mais de 1.000 operários” retornou à Praça da Conceição para o encerramento das atividades da parte da manhã.

No início da tarde, os operários voltaram a se reunir na mesma praça, para em seguida, realizarem um novo desfile, “precedidos de suas famílias e de bandas musicais” e depois rumarem à Chácara Mostardeiro, no bairro Moinhos de Vento, onde tiveram prosseguimento as atividades festivas, dentre elas: a audição de poesias de propaganda socialista declamadas, em alemão, pelas jovens D. Elisa Sonnenstrahl e D. Leopoldina Schacherslehner e o pic-nic que, no dizer do jornal,

[...] esteve magnífico; de mais de duas mil pessoas compreendido nesta conta elevado número de senhoras, compunha-se a multidão

¹²⁴ *Gazetinha*. Porto Alegre, 6/5/1897, p. 1.

¹²⁵ PERROT. *Os excluídos...*, p. 135

¹²⁶ PERROT. *Os excluídos...*, p. 138.

que se reuniu na mais franca e honesta intimidade sob as copadas árvores do poético bosque onde a ativa comissão de festejos de Primeiro de Maio mandara preparar mesas, bancos e tablados¹²⁷.

Seguindo o relato, o jornal explicava ainda que “os operários da *Companhia Progresso Industrial* levavam também o seu fino estandarte e compareceram acompanhados pela respectiva banda de música, composta unicamente de companheiros empregados do citado estabelecimento” a qual animou os divertimentos durante toda a tarde. O regresso ao centro da cidade deu-se ao entardecer, com a “dissolução do préstito na Praça da Conceição”¹²⁸.

Contudo, em 1897, as festividades não se restringiram ao Primeiro de Maio. No dia seguinte, ainda conforme o relato da *Gazetinha*, “as classes laboriosas realizaram, como fecho de ouro aos seus ruidosos festejos deste ano, um outro *pic-nic* em honra das senhoras e das crianças”. Nesse segundo dia, teriam comparecido “todas as sociedades que tomaram parte nas anteriores festividades”, sendo escolhido “para esta diversão ainda o bosque nos Moinhos de Ventos”. Ali ocorreram novos discursos, declamações de poesias, apresentações de bandas musicais e,

Às 5 ½ foi feita a distribuição de doces às crianças, em seguida organizou-se uma ‘polainese’ infantil, e após fez-se ao som do hino de Manuel Corrêa, uma grande marcha geral, finda a qual usou da palavra o companheiro Ferla pondo em relevo a importância de inculcar-se no ânimo das crianças o entusiasmo pela defesa da idéia social-democrática, pois a elas é que está entregue o futuro¹²⁹.

Nesse ponto do relato, chama a atenção a importância conferida à participação das senhoras e crianças na comemoração. Essa ênfase poderia indicar, por um lado, a defesa da incorporação do “elemento feminino” ao movimento operário e a divulgação pedagógica dos ideais socialistas aos filhos do operariado, mas, por outro lado, parece-me que também pode se tratar, uma vez mais, da defesa da honorabilidade operária, uma vez que os festejos, ao serem mostrados como propícios

¹²⁷ *Gazetinha*. Porto Alegre, 6/5/1897, p. 1.

¹²⁸ *Gazetinha*. Porto Alegre, 1/5/1897, p. 3.

¹²⁹ *Gazetinha*. Porto Alegre, 6/5/1897, p. 2.

ao convívio familiar, ordeiros e pacíficos, tornam-se muito diferentes dos “antros de devassidão e alcoolismo”, freqüentados pelas “classes perigosas”, reforçando, portanto, a honradez e importância do operariado, constituintes importantes na construção de uma identidade coletiva marcada, entre outros fatores, pela afirmação das distinções sociais.

Prosseguindo no relato, fica-se sabendo que, ao final da tarde, retornaram os operários, formando enorme préstito, que se desfez em frente ao Hotel Europa, na Rua Voluntários da Pátria. Finalizando a cobertura, salientava a *Gazetinha* “um bravo aos operários pela boa ordem com que se conduziram nas suas mais intensas expansões”¹³⁰.

Nos primeiros anos do século XX, a forma de homenagear o Primeiro de Maio em Porto Alegre parece pouco ter se modificado. Pelo que demonstram as fontes consultadas, seguiu-se a fórmula de reunião em praça pública, cortejo pelas ruas e pic-nics, jogos e diversões na chácara Mostardeiro, no Bairro Moinhos de Vento.

Em alguns momentos, contudo, acentuou-se, na cobertura jornalística, o caráter festivo da data. Por exemplo, no Primeiro de Maio de 1906, a imprensa comercial esmerou-se em ressaltar o caráter pacífico das comemorações. Segundo *O Independente*: “Nesta nossa pátria a festa do Primeiro de Maio é inteiramente pacífica e não apresenta esse espírito de revolta que a caracteriza nas nações do velho mundo”¹³¹.

A justificativa para tal paz de espírito que, conforme o jornal governista, se generalizava pela cidade, era o fato de, em Porto Alegre, não haver “capitalismo feroz, não estão entre nós implantadas essas tendências plutocratas que esmagam o proletariado. Em nossa pátria, felizmente, não existe ainda a miséria negra que tanto incremento dá às cóleras surdas, mas terríveis do proletariado no estrangeiro”. Ainda mais que no Brasil e, especialmente em Porto Alegre, “não falta trabalho para quem

¹³⁰ *Gazetinha*. Porto Alegre, 6/5/1897, p. 2.

¹³¹ *O Independente*, Porto Alegre, 3/5/1906, p. 1.

tem decidida vontade de trabalhar”. E, por esse mesmo motivo, “nunca poderá existir socialismo revolucionário, apesar de alguns agitadores procurarem criá-lo; com gestos e palavras que muito se aproximam de tendências demagógicas. Não poderá existir [...] não encontra elementos que lhe proporcionem desenvolvimento”.

Para provar a força dessa idéia, *O Independente* multiplicava os exemplos de integração festiva entre “capital e trabalho”, no decorrer das comemorações do Primeiro de Maio. Os operários da *Companhia Progresso Industrial*, por exemplo, tendo à frente a banda do primeiro batalhão da Brigada Militar, dirigiram-se para Canoas, onde participaram de um pic-nic na chácara do Sr. Victor Barreto de Oliveira, proprietário da empresa. Ao escurecer, os mesmos operários regressaram à capital e realizaram um passeio pelas ruas da cidade “à luz de fogos de bengalas e ao estrugir de foguetes”.

Já os operários do curtume do Sr. Silveira Martins & Cia. comemoraram a data realizando um pic-nic em Teresópolis. A festa foi abrilhantada por uma banda de música civil. Simultaneamente, nas oficinas do Sr. Emílio Mabilde também houve festa, na ocasião serviu-se aos funcionários “gordo churrasco e cerveja”¹³².

A versão apresentada pelo Governo do Estado reforçava, igualmente, os motivos de comemoração. Segundo um artigo intitulado “Festa do Trabalho”, publicado n’A *Federação*, o Primeiro de Maio seria o momento de uma “celebração festiva” já que os operários porto-alegrenses estavam edificados pela “supressão das distinções sociais que ainda na velha Europa e noutros países conservam homens do trabalho em plano secundário”. Tais distinções sociais já teriam sido “banidas de nossa terra pela Constituição Rio-grandense de 14 de julho”.

No texto, o operariado era representado como a “força ativa e permanente no seio das vastas oficinas elaboradoras dos vastos progressos industriais, o operário encontra em nossa terra, como base de sua atividade, o inalterável capital moral constituído pelas garantias que o rodeiam, para o livre exercício de seu labutar” e,

¹³² *O Independente*, Porto Alegre, 3/5/1906, p. 2.

reforçando a idéia, o artigo contrapunha a harmonia social do operariado porto-alegrense às mazelas do europeu. Assim, na Europa, o Primeiro de Maio não se apresentava com as

Louçanias festivas das expansões do regozijo. Desponta como a alvorada nos acampamentos de guerra, ao som de tambores e de instrumentos marciais. No Rio Grande do Sul, felizmente, onde não temos o que na Europa se chama proletarismo, o dia de hoje é de confraternização criadora, é de vibrantes manifestações de vida contrastando com o espetáculo das reações e protestos gerais, trágicos atentados e reivindicações que o velho mundo oferece e do qual não tem podido libertar-se.

A garantia desta harmoniosa felicidade era, nas palavras do periódico oficial, a segurança de que aqui todos os operários eram beneficiários de um regime que lhes assegurava a igualdade, “tão perfeita quanto a praticada nas sociedades mais avançadas. Neste Estado, a liberdade e a independência são fortalecidas pelo amparo da lei, da justiça, da assistência pública em favor dos direitos e da saúde, do trabalhador e de sua família, bem como da instrução de seus filhos”¹³³.

Contraditoriamente, a cidade estava a poucos meses de viver uma inédita greve geral que, se não a paralisou por completo, fez com que grande parte do comércio, obras e indústrias tivessem de fechar suas portas. Desencadeada em outubro de 1906, a “greve dos 21 dias” teve, entre suas principais reivindicações, a redução da jornada de trabalho a oito horas diárias¹³⁴ e, dentre seus mais importantes resultados, a criação da *Federação Operária do Rio Grande do Sul*.

Essa situação faz supor que o empenho na propagação da perspectiva de uma integração pacífica entre capital e trabalho, por parte da imprensa comercial e do periódico oficial do PRR, poderia estar encobrindo a realidade de que as “cóleras surdas do proletariado” e a “lepra da luta de classes” já estavam instauradas na

¹³³ *A Federação*, Porto Alegre, 1º/5/1906, p.1.

¹³⁴ É importante lembrar que o *Primeiro Congresso Operário Brasileiro*, realizado no Rio de Janeiro, em abril de 1906, estabeleceu a conquista das 8 horas diárias de labor como uma reivindicação imediata, fazendo com que essa demanda entrasse definitivamente na ordem do dia das organizações operárias.

cidade. Exemplo disso é o pouco destaque dado ao fato de que, entre pic-nics e churrascos, a *União dos Trabalhadores em Madeira*, a sociedade *Arbeiterverein* e a *União Operária Internacional* optaram por lembrar o dia com uma sessão solene e com uma passeata¹³⁵.

Em 1907, ainda prevalecia o caráter festivo do Primeiro de Maio. Mas, neste ano, devido a uma copiosa chuva, os organizadores precisaram contar com a colaboração da proprietária da chácara Mostardeiro para que os discursos e diversões pudessem ocorrer. Segundo *A Democracia*:

A Exma. Viúva Mostardeiro, com gentileza que conquistou simpatia unânime dos operários, ofereceu-lhes o vasto edifício de sua residência a fim de ali efetuar-se a comemoração interrompida e que contou de sessão, onde se fizeram ouvir os srs. José Zeller Rethaler e Guilherme Koch, em alemão, Pedro Paulo Pereira em português e Antônio Nalepinski, concerto coral e baile que se prolongou até às 5 da tarde.

O diferencial desse dia de comemorações, em relação aos anos anteriores, parece ter ficado por conta das discussões realizadas na parte da noite. Conforme *A Democracia*:

Às 7 ½ de novo reuniu-se o operariado, no “Polytheama”, onde, devia ter lugar a reunião [para] discutir-se e votar-se uma resolução a propósito do projeto de proteção e indenização aos operários vítimas de desastres [nos serviços de estaleiros, vias-férreas, bondes, minas e construções, bem como em estabelecimentos industriais] apresentado ao Congresso pelo Deputado Federal Dr. Medeiros e Albuquerque.

Ainda segundo o jornal, a referida reunião havia sido proposta para que o operariado porto-alegrense “influísse no caso, conforme o convite feito pelos nossos companheiros de São Paulo”. Foram, então, distribuídos entre os presentes avulsos da resolução a ser discutida, escrita em português e alemão. Uma das principais preocupações da noite era de que o projeto de lei, caso fosse aprovado na Câmara dos Deputados, vigoraria apenas para o Estado do Rio de Janeiro. A essa situação contrapunham-se os líderes operários porto-alegrenses, pleiteando, além disso, que o referido projeto de lei estivesse voltado não apenas para indenização, mas também

¹³⁵ *O Independente*, Porto Alegre, 3/5/1906, p. 2.

para a prevenção dos acidentes. Tal resolução ainda seria discutida pelas demais entidades representativas do operariado local, para depois ser enviada ao Congresso Nacional, por intermédio dos “companheiros de São Paulo”.

Finalizando a cobertura, informava ainda o veículo socialista que “a reunião dissolveu-se às 10 horas da noite, mais ou menos, sendo por esta ocasião erguidos entusiásticos vivas à *Arbeiter vereim*, à *União de Resistência Padeiral*, à *Liga Operária Internacional* e ao *Partido Operário*”¹³⁶.

Duas questões chamam a atenção nesse momento. A primeira diz respeito ao fato de que a corrente socialista parecia continuar predominando na organização das festividades do Primeiro de Maio em Porto Alegre, mantendo-lhe o caráter ao mesmo tempo de manifestação operária e de dia festivo.

A segunda questão relaciona-se à menção, cada vez mais clara, da aposta na via político-parlamentar e na regulamentação estatal das relações trabalhistas que, nesse momento, pareciam contar com o apoio de líderes de outras regiões do Brasil, os mencionados “companheiros de São Paulo”, com os quais as lideranças locais formavam um intercâmbio e se organizavam para pressionar o Congresso Nacional.

Entretanto, no decorrer dos anos, vemos que o espaço ocupado pelos socialistas na direção do movimento operário porto-alegrense começa a ser cada vez mais disputado com as lideranças anarquistas. O ano de 1907 parece ter sido emblemático nesse sentido, especialmente pela dimensão jornalística dada às disputas e polêmicas entre os dois grupos.

Uma das formas de marcar a disputa e garantir a diferenciação das duas correntes no interior do movimento operário, passava pela ênfase na distinção das condutas de uns e outros; assim, uma questão que já era recorrentemente suscitada pelos socialistas passou a aparecer cada vez mais em seu discurso, qual seja, a necessidade de manutenção do caráter pacífico e ordeiro das manifestações operárias.

¹³⁶ *A Democracia*, Porto Alegre, 7/5/1907, p. 2.

Dessa maneira, observa-se n' *A Democracia*, o empenho de seus redatores em mostrar exemplos de lugares onde o socialismo estava “mais avançado”, como a “Alemanha e a Bélgica”, e em relacionar tal avanço com a forma como eram conduzidas as manifestações operárias naqueles países, a idéia central era: “Nada de extremos meios de luta quando não o exijam extremas necessidades”.

A explicação socialista, que deixava entrever um conflito latente, desenrolava-se da seguinte forma: “eles [operários europeus], como nós agora, sofreram, a princípio, a tentativa de desorientação, exercida por exploradores em benefício próprio, por perversos de nascimento e por imbecis nas condições desses que Lombroso tão admiravelmente classificou”. E em seguida aconselhava:

Tratemos de nos organizar, mas sempre calmos, prudentes e com firmeza [...] evitemos que os nossos companheiros de classe se deixem levar, por maus conselheiros, pela vereda do ódio [...] Organizemo-nos resolutamente; lutemos com franqueza de ânimo – mas de acordo com a civilização e com o modo de agir adaptável ao ‘meio’ em que vivemos”¹³⁷.

As comemorações e o significado do Primeiro de Maio também não ficaram imunes ao acirramento dessa disputa. Assim, o operariado porto-alegrense passou a conviver com duas variantes ideológicas a respeito da data. A primeira, dos socialistas, apresentando o dia como o grande “feriado da confraternização universal, isto é [da] democracia-social em todos os países”, instituído “em 14/07/1889, quando se comemorava o centenário da tomada da Bastilha, e a democracia-social reuniu-se em congresso naquele mesmo local onde com toda a pujança se havia demonstrado a energia popular”, e cujo principal objetivo seria a transformação da sociedade para bem de todos os homens, uma vez que “nós, os homens do trabalho, devemos ter, sempre, em mira, os mais elevados ideais, que são nossos - porque não somos egoístas e tanto que o que almejamos é a felicidade geral”¹³⁸.

¹³⁷ *A Democracia*, Porto Alegre, 14/02/1907, p.1.

¹³⁸ “Manifesto de Primeiro de Maio de 1907: Aos operários do Rio Grande do Sul e especialmente aos de Porto Alegre”. *A Democracia*, Porto Alegre, 1/5/1907, p. 1, (com versão em alemão).

Essa versão estaria, segundo Perrot, em conformidade com “um Primeiro de Maio exemplar, conforme o modelo guesdista, associando festa popular e procedimentos políticos numa tranqüila unidade”¹³⁹. Entretanto, em Porto Alegre, cada vez mais, a ação anarquista se fazia sentir e inaugurava-se uma disputa que já estava presente nos primórdios do Primeiro de Maio francês.

A versão anarquista para a data em Porto Alegre chegou pelas páginas d’*A Luta*. Nelas, o articulista apresentou o Primeiro de Maio como “o aniversário do início da luta formidável que o operariado americano sustentou em prol das 8 horas de trabalho, luta que teve por epílogo a sangrenta vingança da burguesia que fez enforcar os estremados propagadores anarquistas Engels, Spies, Fischer, Parsons e Lingg, em 1887”.

A proposta dos líderes anarquistas era, portanto, de que o Primeiro de Maio deveria representar “um escarro às faces da criminosa burguesia”, e um momento de “recordação das suas monstruosidades e para que também demonstrado fique não haver violência alguma empregada pelo proletariado que àquela se iguale em fereza e perversidade”.

Nesse momento, o discurso anarquista apresentava, aos operários porto-alegrenses, os executores dos “Mártires de Chicago” como “bárbaros modernos”, “Torquemadas do Capital”, “cães togados”, “homens sem entranhas”, que,

[...] sem sentir sequer um abalo na consciência negra, lavraram as sentenças de morte que iam abater aqueles homens de ânimo de ferro, que não tremeram diante da iniquidade do banditismo organizado.

Os miseráveis mataram cinco homens que amavam a liberdade, mas, não mataram, antes, mais seiva deram à liberdade!

E reivindicava que os operários não poderiam ficar indiferentes aos “crimes monstruosos da burguesia”, emendando que os trabalhadores porto-alegrenses deveriam compreender “como merecem desprezo os vilões e os hipócritas que nos vem aconselhar calma na luta contra a violência organizada”; defendendo, por outro

¹³⁹ PERROT. *Os excluídos...*, p. 151.

lado, que “contra a violência só a violência poderá vencer”¹⁴⁰.

Entretanto, pelo menos oficialmente, uma vez que a direção da *Federação Operária* estava nas mãos dos socialistas, o Primeiro de Maio em Porto Alegre ainda seguia a versão social-democrata. Assim, em 1909, foi distribuído de véspera, pela *Federação*, um boletim em português e alemão – publicado pelo *Correio do Povo* – informando sobre os festejos e reforçando o significado da data: “A comemoração de Primeiro de Maio relembra que o proletariado possui aspirações elevadas e luta pela realização delas”. Acentuava-se, nesse comunicado, o caráter internacionalista e as preocupações com o aumento das tensões beligerantes. Assim, prosseguia o texto: “Neste dia devem os operários em cada país congregar-se e fazer uma demonstração inequívoca em prol da instituição eficaz de leis que os protejam; da redução à média de oito horas de labor diário para o obreiro e em prol da efetividade da paz entre os povos”¹⁴¹.

Contudo, a direção da FORGS, mesmo enfatizando o caráter disciplinado e pacífico que deveria nortear as comemorações do Primeiro de Maio, não deixava de denunciar que “todas as grandes conquistas alcançadas por nossos irmãos de países mais adiantados [...] ainda estão bem longe de ser uma realidade para nós”; ressaltando, nesse sentido, que “o século XX não deve ser apenas o do desdobramento do progresso nas indústrias, nas artes e nas ciências e sim para nós, proletários, o do bom discernimento, do verdadeiro cultivo espiritual”.

E, uma vez mais, aproveitava para ressaltar que nenhum operário consciente deveria “deixar de tomar parte dos atos consagrados pelo proletariado internacional”, e conclamar: “Assim, pois companheiros, por nossas aspirações tão elevadas, por nossos sagrados interesses, por nossos direitos, pelo nosso futuro, enfim,

¹⁴⁰ *A Luta*, Porto Alegre, 1/5/1908, p. 1.

¹⁴¹ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 1/5/1909, p. 1. Agradeço à Silvia Petersen por ter me permitido consultar seus Fichamentos sobre o Primeiro de Maio, retirados desse jornal.

concorramos todos à comemoração do Primeiro de Maio”¹⁴².

Em 1910 parece ter havido uma concorrência entre organizações socialistas e anarquistas, pois o programa da *Federação Operária*, publicado pelo *Correio do Povo*, previa a fórmula consagrada nos anos anteriores: préstito partindo da *Federação*, com as sociedades filiadas, Lyra Operária, lançamento da pedra fundamental do Atheneu Operário, discursos, jogo de futebol pela tarde (com cervejada entre vencedores e vencidos na sede da *Federação*) e, à noite, festa comemorativa com apresentação do *Grêmio Dramático Operário Francisco Xavier da Costa*. Já a *União Operária Internacional*, associação que, nesse momento, congregava os militantes anarquistas, propunha-se a organizar três conferências: uma sobre “A origem do Primeiro de Maio”; outra sobre “O Primeiro de Maio no movimento operário” (em alemão a ser realizada no Bairro Navegantes); e ainda outra sobre “O proletariado e o Primeiro de Maio”, informando que em todos os locais seriam distribuídos exemplares d’ *A Luta*¹⁴³.

Embora não se possa afirmar com certeza, parece que os socialistas, utilizando-se da forma ritual consagrada, captaram maiores simpatias entre o público participante. Aliás, não é apenas em Porto Alegre que essa disputa ocorria. Cito, para exemplificar, um momento nacional e dois internacionais desse “combate” em torno da forma de marcar o Primeiro de Maio.

Conforme Luciana Áreas, no Rio de Janeiro, as comemorações do Primeiro Maio iniciaram em 1891 e foram marcadas, especialmente a partir dos primeiros anos do século XX, pela combinação de manifestações e festividades com missas, préstitos, pic-nics, bailes, etc. que sempre dividiram as opiniões das lideranças operárias tanto em torno do significado da data quanto na forma de sua comemoração.

Entretanto, a partir de 1910, as festividades promovidas pelas associações operárias passaram a enfrentar a concorrência daquelas promovidas por empresários e pelo governo. Nesse sentido, segundo Áreas, havia uma campanha de apropriação

¹⁴² *Correio do Povo*, Porto Alegre 1/5/1909, p. 1.

¹⁴³ *Correio do Povo*, Porto Alegre 1/5/1910, p. 4.

da data, por parte do poder público que seguia dois eixos principais: “O primeiro era a tentativa de monopolização das comemorações do Primeiro de Maio nas mãos do governo” e, o segundo, “era a transformação progressiva do Primeiro de Maio em feriado oficial”, situação efetivada em 1924, quando o presidente Artur Bernardes decretou que a data seria considerada feriado nacional¹⁴⁴.

Nesse caso, além de disputarem entre si os diferentes significados da data, as lideranças operárias anarquistas, socialistas, sindicalistas... precisaram enfrentar uma outra importante “batalha”: a de competirem com o governo e com os empresários pela definição do Primeiro de Maio, como “Dia do Trabalho” ou do trabalhador; como feriado nacional ou como dia de greve. Situação que já vinha aparecendo de maneira mais tênue em outras localidades, e até mesmo em Porto Alegre, mas que na capital da jovem república brasileira parecia ganhar contornos bem mais expressivos.

Quanto aos exemplos estrangeiros dessas disputas, inicio pelo caso português. Em 1913, a revista *Novos Horizontes*, de Lisboa, publicou um opúsculo intitulado “O 1º de Maio e o Sindicalismo”, escrito por A. Machado, objetivando defender “a origem revolucionária do Primeiro de Maio”, e mostrar a oposição de duas visões sobre a data: aquela que a percebia associada aos “cortejos, dos carros alegóricos, dos andores, das pechinchas ao parlamento e tantas outras tristes exibições” e a visão que, segundo o texto, estaria verdadeiramente ligada à sua origem: “a luta pela conquista do dia de oito horas, pelo emprego da greve geral, pela prática da ação direta”¹⁴⁵.

Na Espanha, por seu turno, em 1900, o jornal *El Liberal*, de orientação socialista, lançou um concurso premiando com 500 pesetas o melhor artigo com o tema *1º de Mayo, fiesta de la paz*. O artigo vencedor defendia basicamente a seguinte idéia:

¹⁴⁴ ARÊAS, Lucia Barbosa. “As comemorações do Primeiro de Maio no Rio de Janeiro (1890-1930)”. *História Social*, IFCH/UNICAMP, nº 4/5, 1997/1998, p. 16-17.

¹⁴⁵ MACHADO, A. “O 1º de Maio e o Sindicalismo”. *Novos Horizontes* – pequena folha mensal de propaganda e crítica. Lisboa, 1913, p. 2.

Abrid, pues, los pechos a la esperanza, vosotros los explotados, los oprimidos, los esclavizados de la edad presente, y aún vosotros también, los explotadores y señores: em la sociedad igualitaria que se avecina, aquéllos serán redimidos de sus misérias y dolores, y éstos trocarán su papel de opresores por el de hermanos y colaboradores en la obra del progreso social; de esta suerte, la paz y armonía entre los hombres se afirmarán sobre bases inconvencibles, y la humanidad caminará sin obstáculos a la conquista de su bienestar y perfección¹⁴⁶.

Os anarquistas espanhóis, de forma semelhante aos portugueses, também condenaram o que para eles representava uma “mistificação” da data, alegando que os socialistas, em suas comemorações do 1º de Maio, não faziam mais do que levar os operários a desfilar “em vergonzosa procesión, ante sus opresores, [...] inculcándole la idea de que debe mendigar lo que tan fácilmente puede conquistar”. Dessa forma, na crítica anarquista, a “dicha fiesta se ha apartado de su cauce revolucionario, de protesta, y ha quedado convertida em una especie de rutina consentida por burgueses y autoridades”¹⁴⁷.

A disputa se evidencia, portanto, pela recorrência da condenação das lideranças anarquistas à forma festiva da comemoração do Primeiro de Maio. Mas, a maneira reiterada com que esses apelos eram feitos pode levar a supor que eles não conseguiam atingir seus objetivos e que a fórmula socialista de marcar a data acabava por conquistar maior número de adeptos no conjunto dos operários, que não apenas participavam do Primeiro de Maio como um dia privilegiado de descanso e lazer, como também pareciam não perceber como antagônicas a celebração festiva, os desfiles, os discursos e as manifestações de protesto.

Some-se a isso o fato de que tais desfiles possuíam um forte apelo, não apenas por sua aproximação aos rituais consagrados pela tradição católica – tão forte nos países ibéricos – mas também pelo fato de congregarem operários de diversos

¹⁴⁶ “El 1º de Mayo Fiesta de la paz”, *El Liberal*, 1/5/1900, p. 1. Apud LARA, Lucía Rivas. “Ritualización socialista del 1º de Mayo: ¿fiesta, huelga, manifestación?”. *Historia Contemporanea* (Movilización obrera entre los siglos 1890-1910). Universidad del País Vasco. Euskal Herriko, nº 3, 1990, p.46.

¹⁴⁷ LARA, “Ritualización socialista...” p. 52-53.

ofícios, homens e mulheres que, vestindo suas roupas domingueiras e portando estandartes e bandeiras de suas associações, marchavam lado a lado, reforçado as noções de coesão e unidade, bem como de honorabilidade operária com as quais se apresentavam frente ao restante da sociedade.

Voltando a Porto Alegre, em 1911, Xavier da Costa já não estava mais à frente da diretoria da FORGS, mas a apresentação da data não sofreu nenhuma grande modificação. Através de um boletim divulgado na imprensa, informava a *Federação Operária* que “pela 22ª vez a democracia-social comemora o Primeiro de Maio em todos os países civilizados vindo mais uma vez apresentar suas justas e naturais reclamações”.

Dentre essas reivindicações, estava a histórica pela jornada de oito horas diárias de trabalho, justificada pelos “aperfeiçoamentos modernos da técnica” graças aos quais “o operário produz e até com excesso em oito horas tudo o que é razoável exigir-se do esforço produtivo de um homem”; e a reedição da demanda de 1907, pela a criação de “uma lei que ampare os proletários vítimas de desastres que com o desenvolvimento industrial cada dia mais se multiplicam”.

O toque internacionalista nesse ano, como era de se esperar, ficou por conta da defesa do pacifismo, acrescentando o texto:

[...] somos contrários e até inimigos de todas as guerras. Entendemos que o povo na paz se desenvolve melhor do que nos tempos de guerra, como tem dado provas a Alemanha e outros países. O desarmamento geral das nações só poderia trazer benefícios para o povo. Estes dez bilhões que o militarismo anualmente engole nos países ditos civilizados, poderiam ser aplicado em muitas coisas de real utilidade para o povo.

A novidade naquele ano, entretanto, apareceu na frase final do boletim, avisando que seria “muito do agrado dos operários se a polícia não se fizer representar nas comemorações do Primeiro de Maio”. Os organizadores desejam provar que “a ordem reinante nos anos anteriores não se deve à ação da polícia e sim

é resultado da disciplina que os trabalhadores sabem manter”¹⁴⁸.

Nota-se, assim, por um lado a manutenção de um tipo de comemoração muito próxima das anteriores, conservando-se tanto o discurso quanto o programa rotineiro (préstito, acompanhado de bandas musicais, e discursos da diretoria da *Federação*); mas há uma considerável modificação na relação com a autoridade policial, atitude que pode indicar o início da influência mais direta dos militantes anarquistas na entidade.

Em 1912, fica-se sabendo, também pelo *Correio do Povo*, que a *Federação Operária* estava organizando, como ponto culminante daquele Primeiro de Maio, festejos de Batismos de Estandartes das entidades filiadas, além de uma sessão com discursos, realizada na sociedade Helena di Montenegro, contando ainda com a distribuição de um número especial d’*A Luta*¹⁴⁹.

Quanto a essa referência à manutenção das cerimônias de batismos de estandartes, anteriormente tão criticadas, penso que se pode inferir que elas demonstram o reconhecimento, não necessariamente consciente, por parte das lideranças anarquistas da importância dos símbolos na vida das associações operárias, além das possibilidades pedagógicas inerentes à sua utilização. Assim, conforme Baczko, “a função do símbolo não é apenas de instituir distinções senão também de introduzir valores e de modelar condutas individuais e coletivas”¹⁵⁰.

Nesse sentido, o estandarte é um símbolo privilegiado para a demonstração dos sentimentos de solidariedade, força, honorabilidade e aspirações futuras de uma associação operária, da mesma forma que o conjunto desses estandartes, em desfile no Primeiro de Maio, demonstra, ao mesmo tempo, o reconhecimento das peculiaridades de cada ofício e a necessidade do estabelecimento de solidariedades que reforçam a importância do operariado em sua totalidade, ação fundamental na

¹⁴⁸ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 1/5/1911, p. 1.

¹⁴⁹ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 1/5/1912, p. 5.

¹⁵⁰ BACZKO. *Los imaginários...* p. 29.

construção de uma identidade coletiva.

Em 1913, entretanto, a FORGS pronunciou-se oficialmente, através de um informe distribuído pela cidade e publicado também no *Correio do Povo*, pela condenação das comemorações festivas do Primeiro de Maio. Segundo o texto, “Operários! [...] Longe de nós querer iludir-vos com palavras retumbantes ou atos festivos, que comemoram o dia 1º de Maio, pois convencidos estamos de que se esta data merece uma comemoração esta, longe de ser de regozijo e de festa, devia ser toda de pesar e tristeza”; lembrando em seguida o enforcamento dos Mártires de Chicago e acrescentando que “de então para cá esta data tem sido assinalada por toda parte com lutas formidáveis nas quais o proletariado muito sangue tem derramado em defesa de seus ideais”¹⁵¹.

Nesse ponto é interessante perceber, em concordância com a análise de Batalha, que sem que necessariamente se dessem conta, os líderes anarquistas, utilizando-se do tema “dos ‘mártires’, assim como de suas implicações simbólicas, [também] acentuavam os aspectos comuns entre certos elementos do discurso operário e da religião”¹⁵². Nesse caso, a aproximação ocorria pela defesa da possibilidade de redenção por meio do sacrifício daqueles que, mantendo a coerência entre idéias e atos, não temeram entregar a própria vida em nome da causa¹⁵³.

Nesse mesmo informe transpareciam ainda as rivalidades que, naquele momento, ocupavam as atenções das lideranças operárias da cidade, especialmente a condenação à participação do operariado na política burguesa, enfatizando que,

Nada podemos esperar das falazes promessas dos governos nem dos políticos de quaisquer matizes que se apresentam como *salvadores* do operariado e que nada mais salvam se não seus próprios interesses e ambições.

¹⁵¹ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 1/5/1913, p.1.

¹⁵² BATALHA, Claudio. “Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República”. In: *Culturas de Classe...*, p. 108.

¹⁵³ SILVA Jr. “O herói...” p. 111-139, enfatiza a coerência necessária “ao longo de toda a vida” para que o herói operário pudesse servir de modelo ao conjunto do operariado, precisando muitas vezes abrir mão de sua própria vida em sacrifício pela causa.

Nós, só nós mesmos, é que havemos de realizar nossos melhoramentos econômicos, morais e intelectuais, progredindo continuamente até alcançarmos a igualdade social, baseada no são princípio do trabalho, justiça e bem estar para todos.

Apresentava então, para concluir, o tradicional apelo ao associativismo,

Operários!

Acorrei às associações existentes e alistai-vos como sócios ou organizai novas associações dos vossos respectivos ofícios e vinde lutar pela emancipação e pelo bem estar de nossas famílias.

Operários!

A emancipação dos trabalhadores há de ser obra dos próprios trabalhadores.

A luta pois!

Viva a solidariedade operária!

Entretanto, por mais inovador que fosse o discurso, a prática mostrou-se, em essência, a mesma dos anos anteriores. Manteve-se o programa: concentração em frente à sede da *Federação*, préstito até o *Atheneu Operário* (em construção), e na parte da tarde, divertimentos na chácara Mostardeiro, constando de tiro ao alvo e quermesse.

Ao anoitecer, os operários formaram um novo préstito, retornando à sede da Federação Operária, onde se realizou uma sessão solene promovida pela *União Operária Internacional*¹⁵⁴.

Essa ambigüidade pode apontar para alguns fatores variados. Assim, além da tradicional disputa por espaços de liderança no interior do movimento operário, é possível pensar que o que estava em jogo era também uma disputa pela maneira como o operariado se apresentaria frente à sociedade, como seria reconhecido por ela e como delimitaria seus territórios diante das outras classes sociais. Ou seja, de que forma ocorreriam, num momento privilegiado como o do Primeiro de Maio, os processos de reconhecimento e distinção e com que memória os operários iriam contar para construir sua herança histórica e sua identidade presente.

Contudo, apesar de todas as diferenças, as lideranças operárias de Porto Alegre pareciam concordar em um ponto: “quem não é visto não é lembrado”; ou seja,

¹⁵⁴ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 1/5/1913, p.1.

independentemente das controvérsias em torno das formas de comemorar e dos significados da data, todos entendiam que esse dia deveria ser marcado pela demonstração pública da presença operária na cidade, fosse em desfiles ao som de bandas marciais, ao estrugir de fogos, ou em *meetings* e manifestações de protesto. Assim, empunhando ramalhetes de flores, laços vermelhos, bandeiras e estandartes, os operários deveriam ganhar as ruas, mostrarem-se e serem reconhecidos pelo conjunto da população em seu orgulho de ser operários, teatralizando, dessa maneira, a transformação de seu maior estigma, o trabalho braçal, em emblema de luta e em motivo de orgulho.

Em 1914, pelo retrospecto das atividades realizadas, fica-se sabendo que: “Os operários e entidades filiadas à *Federação Operária* contrariamente ao que tem sucedido em anos anteriores tiraram da comemoração de 1º de maio o caráter festivo que lhe era dado”; ou, pelo menos, era essa a intenção da nova diretoria da *Federação*.

Naquele ano, as homenagens à data teriam transcorrido da seguinte maneira:

Os operários saudaram com vivas o estandarte vermelho hasteado na Federação Operária, seguiu-se o préstito, Lyra Operária, alunas da Escola Operária, o Presidente: Luiz Derivi, presidiu a sessão solene e houve conferência de Cecílio Vilar (Henrique Martins) falando sobre a origem do 1º de maio: campanha das 8 horas, e sobre a greve de Chicago

Ainda segundo o relato, Henrique Martins, recém chegado do Rio de Janeiro, “procurou demonstrar que o caráter da comemoração do 1º de maio longe de ser festivo devia ser uma oportunidade para o proletariado protestar contra as iniquidades que sofre a classe trabalhadora em todos os recantos do mundo, conclamando a união dos operários”. Após a conferência, foi distribuído um número especial d’*A Aurora* (órgão da *Federação Operária*) em português e alemão.

Porém, o grande diferencial do dia parece ter sido o fato de que, pela primeira vez, os operários não passaram a tarde na chácara Mostardeiro, ao invés disso, sinal de novos tempos, foram ao cinema. Na matiné do Cine Coliseu, assistiram Os

*miseráveis e o Apito da Fábrica*¹⁵⁵.

Em 1915, o *Correio do Povo* noticiou apenas que o préstimo programado para ocorrer com a participação de associações do interior e da capital não se realizou pelo mau tempo, não informando, contudo se ocorreram sessões ou conferências¹⁵⁶.

No ano seguinte, o mesmo jornal informou que as repartições federais encerraram seu expediente mais cedo e que, na programação do Primeiro de Maio, realizou-se uma sessão solene na *Federação Operária* na qual estiveram representadas associações e sindicatos operários da capital e do interior. Além da execução do Hino Socialista, realizou-se uma conferência sobre o “proletariado perante a política”, encerrada com discurso de Cecílio Vilar/Henrique Martins exaltando os operários “ao estudo e a união, para que possam atingir seu ideal de libertação”. Na programação manteve-se a fórmula: préstimo, presidido pela banda Lyra Operária, e sessão de cinema¹⁵⁷.

O ano de 1917, por sua vez, foi marcado por um silêncio emblemático tanto em relação à programação da *Federação* quanto sobre qualquer outra atividade organizada por associações operárias. A única informação encontrada no *Correio do Povo* a respeito do Primeiro de Maio refere-se ao fato de que muitas fábricas e estabelecimentos estavam fechados pela data e que foi feita uma “distribuição de ranchos pelo Pão dos Pobres, ofertados por uma firma”¹⁵⁸.

Esse silêncio torna-se especialmente “eloqüente”¹⁵⁹ se observarmos que 1917 foi um ano dos mais ativos do movimento operário, tanto em âmbito nacional quanto local, sendo que em Porto Alegre se desencadeou, em março, a greve dos calceteiros

¹⁵⁵ *Correio do Povo*. Porto Alegre, 2/5/1914, p.1.

¹⁵⁶ *Correio do Povo*. Porto Alegre, 1/5/1915, p.10.

¹⁵⁷ *Correio do Povo*. Porto Alegre, 2/5/1916, p. 4.

¹⁵⁸ *Correio do Povo*. Porto Alegre, 2/5/1917, p. 4. O *Pão dos Pobres* é uma entidade assistencial da Igreja Católica e “rancho” é a forma corrente de designar o suprimento periódico de alimentos, nesse caso provavelmente trata-se da distribuição de “cestas básicas”.

¹⁵⁹ Como lembra Eni Orlandi “há um sentido no silêncio” que muitas vezes apaga os sentidos indesejáveis de uma determinada situação discursiva. Ver: ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 75.

provocando o tumulto tratado no capítulo anterior; em abril, o quebra-quebra aos estabelecimentos teutos, já mencionado antes. Posteriormente, a cidade ainda viveria a greve geral contra a carestia dos gêneros alimentícios, ocorrida em julho, mas que provavelmente já começava a se delinear em maio¹⁶⁰.

Em 1918, eclodiram novas disputas em torno da liderança do movimento operário porto-alegrense. Logo depois da greve de geral de 1917 houve, no interior da *Federação Operária*, uma série de divergências relacionadas à manutenção ou não da cooperação da *Federação* com os poderes públicos, inclusive para a construção do Tiro de Guerra, acima mencionado. Tais divergências parecem ter culminado na expulsão da *União Operária Internacional* da FORGS e, juntamente com ela, na saída de alguns militantes anarquistas históricos ligados à entidade, entre eles Polydoro dos Santos.

As citadas rivalidades acabaram chegando à organização do Primeiro de Maio. Segundo relato do *Correio do Povo*, a *Federação* lançou um manifesto conclamando os operários a participarem do préstito – onde seria “comemorado dignamente o Primeiro de Maio” – e lembrando aos “Srs. patrões a conveniência de dispensar seus operários”. Na programação estava o desfile, encabeçado pela Lyra Oriental, discursos alusivos à data e seção de cinema¹⁶¹.

A confusão teria sido motivada pelo fato de membros da *União Operária Internacional* terem resolvido participar do desfile, conferindo-lhe um caráter não tão ordeiro e pacífico quanto desejava a nova diretoria da *Federação*. Conforme relato do *Correio do Povo*, foi necessária a intervenção da polícia, com a qual “restabeleceu-se

¹⁶⁰ Sobre os episódios relacionados à greve de 1917, ver: GERTZ, *Memórias...*p. 124-130; SILVA JR. “*Povo! Trabalhadores...*”, p. 302-360; PETERSEN, Silvia. “As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919). In: DACANAL, José Hildebrando, GONZAGA, Sérgio (orgs.). *RS: Economia e política*. Porto Alegre; Mercado Aberto, 1979, p.277-327; BODEA, Miguel. *A greve de 17 e as origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre: ProArte – L&PM, s/d.

¹⁶¹ *Correio do Povo*. Porto Alegre, 1/5/1918, p. 4.

a ordem”¹⁶².

Em 1919, a disputa entre socialistas e anarquistas pela direção do movimento operário seguia firme em Porto Alegre e a novidade do Primeiro de Maio daquele ano foi que o recém criado *Partido Socialista Operário*¹⁶³ também promoveu festejos alusivos à data, realizando dois comícios: um diante do Teatro Helios, na Rua São Pedro, e outro no centro da cidade. Entretanto, não há indícios de que tenha havido qualquer relação entre essas festividades e aquelas realizadas pela *Federação Operária*, que manteve a fórmula consagrada em suas atividades anteriores.

De acordo com a descrição do *Correio do Povo*, assim transcorreram as atividades promovidas pela FORGS: às oito horas da manhã, os operários “[...] formaram um préstito com os estandartes do Sindicato dos Sapateiros, Padeiros, União Telefônica, União Operária, e Sindicato Alemão”. Os alunos da *Escola Moderna* entoaram o hino *Porvir*, sendo saudados pelos operários com o hino *Filhos do Povo*. Em seguida dirigiram-se para a Rua São Pedro, onde realizaram um comício com dois operários discursando em português e alemão. Pela tarde, houve outro comício na Praça Montevideu, com a participação de vários oradores¹⁶⁴.

Essa calma aparente nas comemorações do Primeiro de Maio contrastava, entretanto, com as agitações vividas pelo operariado da cidade naquele ano. Além de uma onda de greves de diversas categorias profissionais, a cidade viveu – entre 25 de agosto e 11 de setembro de 1919 – uma nova greve geral, que tinha entre seus principais motivadores o elevado custo de vida, a defasagem salarial e a histórica

¹⁶² *Correio do Povo*. Porto Alegre, 2/5/1918, p. 4.

¹⁶³ Segundo a convocatória para reunião de fundação, publicada no *Correio do Povo*. Porto Alegre, 23/2/1919, p. 5, esse partido estava sendo encabeçado pelos dirigentes da associação dos Trabalhadores em Madeira e da União Metalúrgica e seu programa seria lançado no dia 1º de maio de 1919. Nas palavras de Petersen, “parece que esse partido esteve bastante ativo, pois já em março seu nome aparece ligado à campanha pela eleição de Rui Barbosa a presidente da República [...] mas não há qualquer referência à participação de militantes ligados à FORGS [...]. Não encontrei, no entanto, informações que ajudassem a determinar que papel desempenhou junto ao operariado ou se foi apenas um partido fantasma surgido como forma de organizar os trabalhadores para a eleição de Rui Barbosa”. PETERSEN. *Que a união operária...* p. 357-358.

¹⁶⁴ *Correio do Povo*. Porto Alegre, 3/5/1919, p. 4.

demanda pela regulamentação da jornada de oito horas diárias de trabalho.

A nova greve levou, diferentemente do que havia ocorrido em 1917 – quando o governo recebeu uma comissão de representantes dos grevistas e chegou a atender parte das reivindicações – ao recrudescimento da repressão ao movimento operário, resultando no fechamento temporário da FORGS e do jornal *O Syndicalista*, na prisão de alguns líderes operários – entre eles, Abílio de Nequete, Orlando Martins e Friedrich Kniestedt – e na dispersão de um comício público, no centro da cidade, “a patas de cavalo”, tendo como saldo a morte de um operário¹⁶⁵.

Os influxos de toda essa agitação chegaram ao Primeiro de Maio de 1920. Nesse dia, o *Correio do Povo* publicou um longo editorial no qual se pode observar a preocupação com o “avermelhado clarão” que pairava sobre o movimento operário da cidade.

[...] a diferença entre classes sociais se estriba apenas na diferença de sua situação econômica, mas o filho do mais humilde dos operários, o homem que trabalha e que sabe querer, pode aspirar as mais altas posições que a nossa organização social lhe pode oferecer, a ela subindo não raro pela energia de seu próprio esforço, pelo mérito exclusivo de suas próprias virtudes, sem títulos herdados no berço, sem preconceitos exclusivistas de castas.

O texto não negava, porém, a justeza de algumas das reivindicações operárias, reconhecendo que “certamente no Brasil, males há a corrigir. Certamente há também entre nós uma questão do proletariado. Mas esta se arriba principalmente em dois problemas a resolver: o da assistência social a que o operário tem direito e o do custo de vida”; pleiteando em seguida que o primeiro problema envolveria “o estabelecimento de mais humanas condições de trabalho” e que o segundo interessaria “não só ao operariado, como às classes médias” uma vez que “a carestia de vida assumiu hoje tal importância que a sua solução corresponde à própria necessidade de tornar possível a existência”, insistindo, entretanto, que “ambos estes problemas podem e devem ser resolvidos sem violência”. Nesse caso,

¹⁶⁵ Ver: GERTZ, *Memórias...*p. 124-130; SILVA JR. “*Povo! Trabalhadores...*”, p. 302-360; PETERSEN. “*As greves...*” p.277-327.

[...] a sua solução pode e deve vir não da subversão iniciada de baixo, mas emana do alto, de necessárias e oportunas reformas e medidas legislativas, muitas das quais de caráter inadiável [...] podem os poderes públicos intervir para facilitar [?] [a vida das] classes proletárias¹⁶⁶.

Contudo, mais do que a existência do temor às “ideologias exóticas” o que esse editorial – endereçado ao operariado porto-alegrense em uma data tão significativa quanto o Primeiro de Maio – permite inferir é que já havia se constituído no imaginário social da época o reconhecimento da força dos trabalhadores da cidade, que não podia mais ser ignorada.

É importante salientar, para concluir, que todos esses Primeiro de Maio foram momentos privilegiados na construção de tal imagem, pois neles os operários porto-alegrenses apresentaram publicamente suas demandas e aspirações bem como sua força e coesão, e elaboraram, conforme Baczko, “uma representação de si mesmos”, marcando “a distribuição dos papéis e das posições” e, por conseguinte, delimitando “as fronteiras de seus territórios sociais”¹⁶⁷.

¹⁶⁶ *Correio do Povo*. Porto Alegre, 1/5/19120, p. 1. Apud PETERSEN. *Que a União...* p.373-376.

¹⁶⁷ BACZKO, *Los imaginários...* p. 28.

CONCLUSÃO

Nessa tese procurei, como principal objetivo, analisar o processo de construção identitária do operariado que, no final do século XIX e inícios do século XX, viveu em Porto Alegre, buscando compreender como, no interior do mundo do trabalho, esses operários estabeleceram laços de solidariedade, reconhecimento, distinção e oposição, delimitando as fronteiras de seus “territórios sociais” em relação aos seus “iguais” e em relação aos “outros”.

A delimitação cronológica proposta deveu-se à constatação de que, no decorrer do período estudado, a cidade passou por grandes transformações urbanas e demográficas que ensejaram uma mudança no processo e nas relações de trabalho caracterizada pela redução do número de artífices especializados e de oficinas artesanais que, paulatinamente, deram lugar às fábricas, permitindo, ao mesmo tempo, o surgimento da atividade de operário e sua valorização social, fazendo com que o antigo orgulho de ofício começasse a ceder lugar a uma nova conduta: a de pensar-se coletivamente, postulando não mais a valorização da técnica e do saber individuais, mas o pertencimento a uma coletividade de operários.

Naquele contexto, a cidade passou a conviver com uma incipiente organização operária marcada por agitações, prisões e destaque de lideranças de diferentes tendências ideológicas, que evidenciaram disputas, posições de reconhecimento e distinção, nas quais foi possível perceber algumas características do processo de construção identitária do operariado em inter-relação com outras identidades coletivas, especialmente as étnicas e de gênero.

Para realizar essa análise, foi necessário examinar a interação das vivências

peçoais e sociais, em seus múltiplos papéis e pertenças nos quais estavam envlvidos os operários porto-alegrenses. Entretanto, lidar com toda essa dinâmica constituiu-se numa matéria extremante complexa. Por esse motivo, recorri à contribuição de outros campos de estudo, notadamente a Sociologia e a Antropologia, com os quais procurei definir os referenciais teóricos utilizados na pesquisa. Essa opção, aliás, deveu-se ao reconhecimento do débito dos historiadores brasileiros para com essas outras áreas de estudo, pois foram antropólogos e sociólogos que, ao fazerem incursões pelo campo da História, demonstraram inicialmente as possibilidades e riquezas das análises, que mesmo não abrindo mão de uma explicação macro-social, pensassem os *sujeitos reais* em suas vivências cotidianas.

Utilizei, assim, um instrumental analítico que priorizou três aspectos da construção identitária: o reconhecimento, a distinção e a memória coletiva. O reconhecimento foi pensado a partir da análise de Pierre Bourdieu sobre a importância da identidade na construção e utilização da idéia de região. Nessa mesma linha, Bourdieu demonstrou ainda que, por vezes, os estigmas, que produzem as distinções sociais, podem ser re-apropriados e re-significados, tornando-se emblemas de luta e símbolos de orgulho, constitutivos da identidade grupal. Para o caso desse estudo, um exemplo marcante dessa re-apropriação foi a transformação do estigma do trabalho braçal, por parte dos operários, em um importante emblema, um símbolo de honorabilidade, utilizado na construção de sua identidade coletiva.

Os processos de distinção, outro aspecto constitutivo da identidade coletiva, foram analisados nessa tese diretamente relacionadas ao reconhecimento, tendo em mente que as duas vias se conjugam, fazendo com que ocorra tanto a delimitação dos “territórios sociais” e suas fronteiras, quanto a definição das relações com os *outros*, no sentido de formar imagens de amigos e inimigos, de rivais e aliados.

O terceiro elemento utilizado nessa análise foi a memória. Nesse caso, recorri às proposições do sociólogo Michael Pollak, especialmente à idéia de que a valorização dos acontecimentos nos quais as pessoas nem sempre participaram faz

com que esses ganhem força no imaginário de um grupo e se transformem em eventos comuns, socializados política ou historicamente, gerando a identificação dos indivíduos com um determinado passado, com uma memória coletivamente herdada que serve, inclusive, para marcar distinções históricas com outros grupos, reforçando e justificando as relações de identificação e de oposição vivenciadas no presente.

Levando em consideração esses três aspectos, estabeleci as hipóteses que nortearam essa tese. A primeira: de que a construção da identidade operária demanda a valorização do trabalho e a busca de reconhecimento do operariado através do orgulho de sua capacidade produtiva – inclusive pela apropriação do estigma de “trabalhadores braçais” que é transformado em emblema.

Ao longo da pesquisa, percebi que esta reivindicação de reconhecimento fazia com que os operários se necessitassem se distinguir tanto dos “exploradores capitalistas” e das “classes perigosas” quanto da imagem construída pelo discurso dominante, que os associava ao vício, à preguiça e à indisciplina sempre que eles ameaçavam sair do controle e/ou reivindicavam melhores condições de vida e trabalho.

Essa hipótese foi discutida no Primeiro Capítulo. Nele, observei que o processo de construção da identidade operária pode ocorrer tanto pela aproximação com os iguais quanto pela oposição aos “outros”. A aproximação aos iguais dava-se, nesse caso, pela valorização do trabalho e pela sua transformação em emblema de reconhecimento; ao passo que a diferenciação passava tanto pela denúncia da oposição de interesses, em relação aos “exploradores capitalistas”, quanto pela demonstração das diferenças dos operários em relação às “classes perigosas”, ressaltando-se, em todos os casos, a necessidade de uma conduta honrada, que garantisse aos operários diferenciarem-se objetivamente desses grupos.

Levei em consideração ainda o fato de que, no período estudado, estava em curso em Porto Alegre um processo de crescimento urbano/industrial, no qual um significativo número de trabalhadores estava paulatinamente saindo da “idade da

ferramenta” e passando à “idade da máquina”, ou seja, estavam deixando de ser artesãos e tornam-se operários e, em decorrência disso, o antigo orgulho do ofício começava a ceder lugar a uma nova conduta: a de pensar-se como operário, momento, portanto, de construção de uma nova identidade coletiva.

Entretanto, esse também foi um período no qual importantes lutas precisaram ser travadas para que a importância do operário e de seu trabalho fossem socialmente reconhecidos. Nesse sentido, era imperioso demonstrar, por exemplo, que o excesso e as más condições de trabalho não apenas exauriam suas forças, impedindo a dedicação a outras atividades como o estudo, o lazer e os hábitos saudáveis como também feriam sua dignidade, reaproximando-os da opressão escravista.

Contudo, essa transformação que levaria ao merecido reconhecimento social do operariado, estava diretamente ligada à necessidade, defendida pelas lideranças, de uma conduta honrada, que lhe permitisse distinguir-se tanto dos exploradores capitalistas quanto das “classes perigosas”. Dessa forma, para delimitar e garantir seu “lugar social” o operário era chamado a manter um comportamento honrado não apenas em seu local de trabalho, mas também em sua rede de sociabilidades, uma vez que eram os fatores objetivos (costumes, atitudes, comportamentos cotidianos), que permitiam o reconhecimento e a identificação com sua classe.

Verifiquei, entretanto, que essa conduta honrada estava impregnada do padrão ético-moral predominante na sociedade do período. Nos textos operários apareciam as mesmas condenações à vida desregrada e à frequência aos bordéis estampadas nas reiteradas campanhas pelo “saneamento moral” da cidade. A diferença, nesse caso, é que se estendia aos “ricos” uma acusação de imoralidade que, na imprensa comercial, era atribuída especialmente aos “pobres” ou às “classes perigosas”.

Nessa mesma linha de raciocínio, observei que, naquele momento, a concepção de honorabilidade também era matizada pelas relações de gênero que se desenvolviam no interior do mundo do trabalho. Assim, dos homens era cobrada prioritariamente uma conduta que manifestasse sua fidelidade pública aos

companheiros e às demandas e reivindicações operárias enquanto que, para as mulheres, a conduta honrada estava muito ligada à moral sexual, associando-se assim a honra ao reconhecimento público de seu recato.

Os textos analisados abarcavam uma variada gama de elementos que iam da defesa de instrução para os operários à necessidade de união e cooperação, passando por questões como a higiene e o combate aos vícios, especialmente o jogo e o alcoolismo, e permitiram identificar inúmeros exemplos tanto de atitudes consideradas corretas, quanto condenáveis, possibilitando acompanhar as principais campanhas encetadas pelas lideranças, na busca pela respeitabilidade dos operários, bem como os diferentes discursos pedagógicos por elas dirigidos ao conjunto do operariado.

A segunda hipótese norteadora desse trabalho foi de que as identidades coletivas não existem de forma isolada. Nesse sentido, trabalhei com a idéia de que mesmo existindo uma identidade dominante, essa nunca permaneceria ilhada. Assim, algumas poderiam conviver “pacificamente”, ou mesmo de forma complementar, no interior de uma comunidade (como, por exemplo, identidades étnicas e religiosas), da mesma forma que, no decorrer de determinados processos, poderiam vir a tencionarem-se. Assim, a identidade operária foi pensada, no Segundo Capítulo, a partir da relação, convivência ou conflito com outras identidades que interagem em sua construção, contribuindo para uma constante e recíproca transformação e reelaboração.

Nesse caso, não sendo possível abarcar todas as relações identitárias em que estavam envolvidos os operários em questão, optei – devido à importância percebida ao longo do trabalho com as fontes – por analisar as interfaces entre as identidades operária, étnicas e de gênero.

Levei em consideração, nessa parte do trabalho, especialmente o fato de que o mundo operário porto-alegrense, a partir da segunda metade do século XIX, foi marcado pela chegada de um novo contingente populacional formado por levas

sucessivas de imigrantes que, entre outros fatores, saíam de regiões ainda em vias de unificação, que se identificavam, inclusive do ponto de vista lingüístico, com suas regiões de origem e não propriamente com os novos Estados e que tinham, portanto, seu elo mais forte de ligação baseado no orgulho étnico e não numa identidade nacional. Procurei observar como, ao longo do tempo, a convivência, as tensões, disputas e solidariedades estimularam transformações em suas formas de identificação, percebendo que os critérios de inclusão e exclusão nos grupos identitários sofreram modificações no curso dos processos sociais. Observei, assim, que, naquele período, as solidariedades étnicas começaram a ser redimensionadas em função das solidariedades de classe.

Ao longo das primeiras décadas do século XX, Porto Alegre viveu ainda um significativo incremento em seu contingente populacional. Especialmente no período de 1913 quando, devido às obras de pavimentação e alargamento das ruas, um variado contingente de trabalhadores veio somar-se à população operária da cidade. Esses novos grupos vinham não apenas de outras regiões do Brasil, mas também de outros países, especialmente de Portugal e Espanha e, nesse caso, traziam, além das solidariedades étnicas, um sentimento de pertencimento nacional.

Observei, portanto, que aquele foi um momento de complexificação das vivências identitárias na cidade, no qual novos contingentes populacionais, portadores de diferentes identidades étnicas e/ou nacionais, passaram a conviver em todos os espaços urbanos. Essas novas convivências, geradas por novas realidades econômicas e sociais, ajudaram a redimensionar os sentimentos de pertença dos operários porto-alegrenses. Sua identidade além de assentar-se nos traços definidores de sua etnicidade e/ou nacionalidade passou, paulatinamente, a ligar-se aos fatores de reconhecimento e distinção, gerados por suas vivências cotidianas e por seu lugar no mundo do trabalho.

Ainda no Segundo Capítulo, observei que outro fator, igualmente importante, para a construção e redimensionamento da identidade operária naquele período, foi o

estabelecimento de uma convivência cada vez maior entre homens e mulheres no interior das oficinas e fábricas. Essa convivência acentuou as relações entre as identidades de gênero e operária, contribuindo para sua mútua construção e reconstrução.

Por outro lado, essa observação não permite desconsiderar que um dos pontos marcantes do contexto analisado era o fato de que a maioria dos aproximadamente cinco mil operários de Porto Alegre eram homens e imigrantes europeus, dominando tanto a vida produtiva quanto a incipiente organização sindical da cidade, situação que demonstra que, se a construção dos papéis de gênero deve ser sempre considerada de forma relacional no interior do mundo do trabalho, ao menos no que diz respeito ao período em questão, elas estavam longe de ser igualitárias.

Nesse tópico utilizei, como uma das opções analíticas possíveis para observar essa “ordem masculina”, relacionada à construção da identidade operária, as reiteradas situações de violência ocorridas no interior do mundo do trabalho. O que não significa que a violência tenha sido tomada isoladamente como um fator definidor da masculinidade e sim como uma “via de acesso” à compreensão da construção da identidade masculina relacionada à identidade operária.

Levei em conta, nesta análise, alguns exemplos nos quais diferentes categorias profissionais masculinas, em variadas circunstâncias, protagonizaram cenas que romperam os limites da lei e da ordem e fizeram uso de/ou ameaçaram atitudes violentas, tanto em suas reivindicações quanto em sua convivência cotidiana. Observei, assim, que a identidade operária, não raras vezes, confundiu-se com/e reafirmou o papel masculino através do protagonismo ou da ameaça de ações violentas.

Entretanto, com o aparecimento e expansão das novas fábricas, especialmente as têxteis e alimentícias, que passaram a utilizar em maior escala a mão-de-obra feminina, as mulheres começaram se fazer notar cada vez mais nos espaços públicos e nos locais de trabalho, já não sendo mais possível negar a importância e as

modificações que essa participação trouxe aos códigos identitários do mundo operário.

É importante salientar, nesse sentido, que as mulheres porto-alegrenses iniciaram seu ingresso no mundo do trabalho no momento em que as oficinas estavam dando lugar às fábricas e elas passaram a trabalhar em um ambiente onde as relações impessoais e o aumento da distância entre os donos das empresas e os funcionários começavam a possibilitar o desenvolvimento de práticas que permitiam uma exploração ainda maior do trabalho.

Por outro lado, observei, na análise das fontes, que o aumento do número de mulheres operárias acabou por tornar inevitável o seu crescente reconhecimento tanto no mundo produtivo quanto no movimento operário, e que o fato de trabalhar fora, por mais que fosse criticado por alguns setores da sociedade, também começou a aparecer como um fator dignificador que estendia às mulheres a honorabilidade por meio do trabalho.

Portanto, tratava-se de um momento em que as mulheres passavam a ocupar, ainda que discretamente, espaços anteriormente predominantemente masculinos. Essa nova realidade acabou por marcar a construção identitária do operariado da cidade. Entretanto, conforme observei, a identidade feminina era assinalada por uma visão social predominantemente masculina que influía tanto na maneira como as mulheres eram reconhecidas como operárias, quanto em suas ações objetivas de pertencimento ao operariado.

Dessa forma, a identidade de operária, tal como foi entendida nessa tese, também estava intimamente ligada à identidade de gênero; isso significa que, enquanto para os homens a conduta violenta podia ser percebida como um fator de reforço à masculinidade relacionada com a construção de sua identidade operária, para as mulheres operárias a conduta socialmente aceita estava impregnada dos cânones da época, definidores da “feminilidade”. Ou seja, delas esperava-se e exaltava-se a graça, a delicadeza e a manifestação pública de “forma feminina” ou socialmente considerada como “feminina”. Assim, em muitos momentos, as mulheres

contribuíam para a publicização do movimento tornando-o socialmente mais aceitável.

A terceira hipótese dessa tese é de que a identidade operária foi construída não apenas a partir das peculiaridades do local e do contexto em que se encontravam os trabalhadores, mas também resultou da conjugação dessas peculiaridades com idéias, símbolos e características que apareciam em diversos lugares e circulavam em diferentes países contribuindo para que os operários porto-alegrenses desenvolvessem um sentimento de contemporaneidade e simultaneidade em relação ao “operariado universal”, auxiliando na formação de uma identidade coletiva que ultrapassava barreiras geográficas.

Assim, conforme observei, o estudo da construção da identidade operária deve levar em conta os particularismos da esfera local com suas peculiaridades e desdobramentos e, ao mesmo tempo, observar que essa construção identitária não ocorre de forma isolada, tanto no que diz respeito à sociedade na qual está inserido o grupo de identidade quanto, em um contexto mais amplo, à época e aos acontecimentos nacionais e internacionais que, em diferentes medidas, lhe dizem respeito. Procurei, dessa forma, combinar, no Terceiro Capítulo, as esferas local, nacional e internacional de análise.

Realizei essa discussão inicialmente a partir da observação das relações estabelecidas entre o movimento operário porto-alegrense com os de outras partes do Brasil e do exterior, buscando analisar, nesse sentido, a circulação de idéias, símbolos, campanhas e memórias, através tanto da circulação de militantes locais em outras cidades do interior do Estado e do centro do país – especialmente no Rio de Janeiro – quanto das contribuições vindas “de fora”, em forma de textos de autores nacionais e estrangeiros, publicados nos jornais locais, e pela passagem de militantes, provenientes do centro do país, pela cidade.

Além disso, observei a existência de duas distintas formas de difusão do internacionalismo operário: uma entre grupos e indivíduos, como mencionado acima, e outra, entre organizações operárias (sindicatos, partidos, agremiações) que passavam

a compartilhar sentimentos de identificação em torno de lutas e idéias comuns.

Exemplar, nesse aspecto, seria o caso dos Partidos Socialista e Operário, fundados em Porto Alegre, respectivamente em 1897 e 1905, que seguiram a linha programática do Partido Social-Democrata alemão, lançado em Erfurt, em 1891, destacando-se em seus programas a defesa da atuação político-parlamentar dos operários, do ensino obrigatório e laico, da criação de tribunais de arbitragem para fiscalizar oficinas e fábricas, do direito de voto e elegibilidade da mulher, chegando-se a mencionar, no caso do programa do *Partido Operário*, o exemplo da legislação alemã a respeito da concessão de pensões por invalidez ou morte em decorrência de acidentes de trabalho.

Constatei algo semelhante em relação às organizações anarquistas porto-alegrenses, pois elas também se esmeravam em noticiar todas as iniciativas em prol de ações conjuntas das organizações operárias. Nesse sentido, destacavam-se as publicações de circulares enviadas tanto do Rio de Janeiro, pela COB, quanto da Argentina, pela FORA. Em ambos os casos, tratava-se de dar publicidade às propostas de efetivação da solidariedade universal do operariado, reforçando assim o sentido de pertencimento.

Posteriormente, procurei analisar as comemorações do Primeiro de Maio em Porto Alegre no período de 1896 – primeira referência à comemoração na imprensa da cidade – até 1920, ano em que se realizou o *Segundo Congresso Operário Rio-Grandense*, quando se iniciou, devido à influência comunista, um novo ciclo de disputas ideológicas entre as lideranças operárias locais.

Busquei entender a data a partir de duas perspectivas: como um ritual público de reconhecimento, no qual os operários – apresentando-se com seus símbolos e signos distintivos – marcavam tanto sua honorabilidade, força e coesão como grupo, quanto suas diferenças em relação às outras classes sociais, e também como um momento de confronto de distintas orientações ideológicas em torno da memória histórica e universal a ser compartilhada pelo operariado porto-alegrense, tendo-se, de

um lado, a versão social-democrata, que assumia, sem maiores problemas, a idéia de festa e manifestação operária e, de outro, a versão anarquista que reforçava seu caráter de protesto e luto pelos mártires do operariado.

Essa disputa em torno do Primeiro de Maio interessou a essa análise especialmente porque ajudou a perceber como a memória, aspecto intrínseco à construção de uma identidade coletiva, foi apropriada e permitiu a valorização de diferentes visões da data, fazendo com que ela ganhasse força no imaginário do operariado e se transformasse em um acontecimento socializado historicamente, proporcionando a identificação do grupo com um determinado passado, com uma memória herdada que serviu como um referencial importante, para marcar, no presente, tanto o auto-reconhecimento do grupo operário quanto as distinções com os “outros”.

Observei, assim, que as manifestações do Primeiro de Maio eram momentos privilegiados na construção da identidade operária, pois neles eram apresentadas publicamente as demandas e aspirações, bem como o que se pretendia ser e a força e a coesão do grupo numa dimensão internacional. Os préstitos congregavam operários de diversos ofícios, homens e mulheres que, vestindo suas roupas domingueiras e portando estandartes e bandeiras de suas associações, marchavam lado a lado e elaboravam uma representação de si mesmos, reforçando, assim, tanto a distribuição dos papéis e das posições e, por conseguinte, delimitando as fronteiras de seus territórios sociais, quanto a honorabilidade, com a qual se apresentavam frente ao restante da sociedade.

Esses foram os aspectos da construção identitária dos operários porto-alegrenses estudados nessa tese. Reconheço, entretanto, que muitos outros foram deixados de lado, dentre eles, alguns que poderão, no futuro, interessar a outros pesquisadores que venham a se debruçar sobre o tema; apenas a título de exemplo, cito, especialmente entre as lideranças anarquistas, a difusão do Esperanto, que estudada mais profundamente e com novas fontes, provavelmente poderá esclarecer

algumas facetas ainda pouco conhecidas da difusão do internacionalismo entre os operários locais.

Um outro aspecto, igualmente interessante para estudos vindouros, é o das ligações entre os grupos editores de Portugal e do Brasil, especialmente do Rio de Janeiro, que publicavam em parceria, livretos, opúsculos e traduções de obras operárias. Essa investigação poderia ajudar a compreender melhor como ocorria a recepção e difusão do pensamento social europeu nas mais distantes localidades brasileiras. Nesse caso, ainda seria possível aprofundar essa observação tanto para Porto Alegre quanto para os outros pólos industriais do interior do Rio Grande do Sul.

Tal estudo demandaria um cruzamento de textos, correspondências e obras a ser realizado a partir de uma investigação mais aprofundada nos arquivos portugueses (especialmente em Lisboa e Porto), nas fontes deixadas pelo movimento operário do Rio de Janeiro, que se encontram no centro do país, bem como nos acervos locais.

E, finalmente, considero que ainda se faz necessário um estudo mais aprofundado das relações identitárias do operariado porto-alegrense na década de 1920, observando as decorrências, no movimento operário local, das disputas ideológicas nacionais e internacionais ensejadas pela difusão do ideário comunista e pelos desdobramentos da Terceira Internacional.

Não tenho dúvidas de que esses são caminhos que ainda poderão apresentar muitas e gratificantes descobertas aos pesquisadores que vierem a se embrenhar por suas veredas e, tal como me ocorreu durante a realização do trabalho que agora concluo, poderão brindar-lhes com novas possibilidades interpretativas, algumas poucas certezas, sempre provisórias e muitas novas interrogações – prêmio maior de todo aquele que optou por empregar uma generosa parte da vida no labor da pesquisa histórica.

FONTES E BIBLIOGRAFIA:

FONTES HEMEROGRÁFICAS:

Periódicos:

- *A Aurora*, Porto, 1915 -1920.
- *A Batalha*, Lisboa, 1916-1923.
- *A Democracia*, Porto Alegre, 1905-1907.
- *A Federação*, Porto Alegre, 1906-1920.
- *A Luta*, Porto alegre, 1906-1911.
- *A Sementeira*, Lisboa, 1913-1915.
- *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 1910-1914.
- *Avante*, Porto Alegre, 1901-1908.
- *Correio do Povo*, Porto Alegre, 1906-1920.
- *Echo do Povo*, Porto Alegre, 1908-1912.
- *Gazetinha*, Porto Alegre, 1894-1898.
- *Germinal*, Lisboa, junho-julho, 1917.
- *Guerra Social*, Lisboa, 1909.
- *Jornal do Comércio*, Porto Alegre 1910-1920.
- *Liberdade*, Rio de Janeiro, 1909.
- *O Diário*, Porto Alegre, 1912, 1916-1917.
- *O Independente*, Porto Alegre, 1906-1910.
- *O Sindicalista*, Lisboa, 1910-1913.
- *Petit Journal*, Porto Alegre, 1905-1906.
- *Terra Livre*, Lisboa, 1913-1915.

Panfletos:

- Conclamação da Comissão Central da FORJ - agosto de 1913 (EPQ/ICS).
- Homenagem à Memória de Polydoro dos Santos. Biblioteca da Sociedade Pró-Ensino Racionalista – Porto Alegre – Sul – Brasil, 1925. (EPQ/ICS)

Opúsculos:

- “Ferrer, ‘Mártir’ ou ‘patife’?”, *Revista Vozes*, Petrópolis (RJ), novembro 1913 (EPQ/ICS).
- HERVÉ, Gustave. *Le Congrès de Stuttgart et l'antipatriotisme*. Paris: La Guerre sociale, 1907 (EPQ/ICS).
- MACHADO, A. “O 1º de Maio e o Sindicalismo”. *Novos Horizontes* – pequena folha mensal de propaganda e crítica. Lisboa, 1913 (AH/BNL).

FONTES DOCUMENTAIS:

Processos-crime:

- Réu: **Henrique Martins** - Processo: 298 - Maço: 15 - Estante: 29, 1911, (APRGS).
- Réu: **Longuinho Monumento e outros** - Processo: 856 - Maço: 53 - Estante: 29, 1917, (APRGS).
- Réu: **Leopoldo Silva** - Processo 1029 - Maço: 67 - Estante 29, 1919, (APRGS).

Estado do RGS:

- RIO GRANDE DO SUL. “Repartição de Estatística”. *Relatório de 1913*. Porto Alegre: *A Federação*. 1914, (AHRGS).
- RIO GRANDE DO SUL. *Anuário do Estado*, 1893, (AHRGS).

BIBLIOGRAFIA:

ACKER, Celso Henrique. *Serviço Militar e nacionalidade: Os tiros de guerra no Rio Grande do Sul – O Tiro de Guerra 337 de Ijuí (1917-1944)*. Porto Alegre: UFRGS/PPGHistória, 1996, (dissertação de mestrado).

ALMEIDA, Miguel Vale. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século, 1995.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência nacional*. Tradução de Lólio Loureno de Oliveira, São Paulo: Ática, 1989.

ANDERSON, Perry. "Internacionalism: a breviary". *New Left Review*, nº 14, março-abril de 2002.

ARAVANIS, Evangelia. "*Uma utopia anarquista: o projeto social dos anarquistas do periódico A LUTA e o seu desejo de mudar o rumo da história em Porto Alegre (1906-1907)*". Dissertação de Mestrado em História / UFRGS. Porto Alegre: 1997.

_____. "Leituras, edições e circulações de impressos na Porto Alegre de 1906 A 1911: uma análise a partir do periódico 'A Luta'". *História Unisinos*, revista do PPG-História da universidade do Vale do Rio dos sinos, São Leopoldo: v.6, n. 6, p.263-284, 2002.

ARÊAS, Lucia Barbosa. "As comemorações do Primeiro de Maio no Rio de Janeiro (1890-1930)". *História Social*, IFCH/UNICAMP, nº 4/5, 1997/1998.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 10^a ed., 2001.

BACZKO, Bronislaw. *Los imaginários sociales Memorias y esperanzas colectivas*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1991.

BADARÓ, Marcelo. "Classes sociais e Luta de Classes". In: BADARÓ, Marcelo (org.). *História – Pensar e Fazer*. Rio de Janeiro: UFF/ Laboratório Dimensões da História, 1988.

BAILY, Samuel. *Movimiento obrero, nacionalismo y política en la Argentina*. Buenos Aires: Hispamérica, 1985.

BAK, Joan. "Class, Ethnicity, and Gender in Brazil: The Negotiation of workers' Identities in Porto Alegre's 1906 Strike. In: *Latin American Research Review*, volume 35, number 3, 2000.

_____. "Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na greve de 1906 em Porto Alegre". *Métis História e Cultura: Revista de História da Universidade de Caxias do Sul*: Caxias do Sul (RS): EDUCS, v.2, n.4, jul.-dez./2003.

BAKOS, Margaret. *A Continuidade administrativa no governo municipal de Porto Alegre: 1897-1937*. Tese de Doutorado em História, São Paulo: USP, 1986.

_____. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

BARRANCOS, Dora. *A escena iluminada. Ciências para trabajadores (1890-1930)*. Buenos Aires: Editorial Plus Ultra, 1996.

BATALHA, Cláudio H. M. "A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetórias e tendências". *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Ed. Contexto e Universidade São Francisco, 1998.

_____. "Identidade da Classe operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou legitimidade". *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 12, n. 23/24, p. 111-124, set./ago.1992.

_____. "A difusão do Marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX". In: MORAES, João Quartim de. *História do Marxismo no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995

_____. "Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. *Anos 90*. Porto Alegre: n.8, dezembro de 1997.

_____; SILVA, Fernando Teixeira & FORTES, Alexandre (orgs). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

BILHÃO, Isabel Aparecida. *Rivalidades e Solidariedades no Movimento Operário (Porto Alegre 1906-1911)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

_____. "Família e Movimento Operário: A anarquia dentro de casa". *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v.XXII, n.2, p.195-210, dezembro de 1996.

BIONDI, Luigi. "identidade de classe e identidade nacional entre solidariedade e conflito: socialistas e republicanos italianos na São Paulo do início do século XX e suas relações com as associações patrícias e o nascente sindicalismo". In: *Estudos Ibero-americanos*. Porto alegre: PUCRS, v. XXVI, nº. 1, p.131-162, 2000.

BODEA, Miguel. *A greve de 17 e as origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre: ProArte – L&PM, s/d.

BOEIRA, Nelson. "O Rio Grande de Augusto Comte". In: GONZAGA, Sergius & DACANAL, José Hidelbrando (orgs.). *RS; Cultura & Ideologia*. Porto Alegre; Mercado Aberto, 2ª ed. 1996.

BORGES, Stella. *Italianos: Porto Alegre e trabalho*. Porto Alegre: EST, 1993.

BOURDIEU, Pierre. "Gostos de classe e estilos de vida". *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

_____. "A dominação masculina revisitada". In: LINS, Daniel. *A dominação masculina revisitada*. Campinas: Papyrus, 1998,

BRUSCHINI, Cristina. "Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade?". In: ABRAMO, L. & ABREU, A. R. (org.) *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo; Rio de Janeiro, ALAST, 1998.

CARVALHO, José Murilo. "As Forças Armadas na Primeira República: O poder desestabilizador". In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira – O Brasil Republicano (sociedade e instituições)*. São Paulo: DIFEL, 1985.

_____. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney. "Vadios e barões no ocaso do Império: o debate sobre a repressão da ociosidade na Câmara dos Deputados em 1888". *Estudos Ibero-Americanos*, n. 9, v. 1/2, p. 53-67, jul./dez. 1983.

_____. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da 'belle époque'*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

_____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. "Textos, impressões e leituras". In: HUNT, Lynn (org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992

CHEVALLIER, Louis. *Classes laborieuses et classes dangereuses* Paris: Librairie académique Perrin, 2002.

CIAMPA, Antônio da Costa. "Identidade". *Psicologia Social: O homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COLE, G. D. H. *Hitoria del pensamiento socialista: marxismo y anarquismo 1850-1890*. México: Fondo de Cultura Económica, 1974.

CONSTANTINO, Núncia. *O italiano da esquina: imigrantes na sociedade porto-alegrense*. Porto Alegre: EST, 1991.

CORRÊA, Norma E. *Os Libertários e a Educação no Rio Grande do Sul (1895-1926)*. Dissertação de Mestrado em Educação/UFRGS. Porto Alegre: 1987.

COSTA, Emília Viotti da. Novas tendências da história do movimento operário na América Latina : o que se perde e o que se ganha. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, nº 29, 1990.

_____. "Novos públicos, novas políticas, novas histórias: do reducionismo econômico ao reducionismo cultural: em busca da dialética". *Anos 90*. Porto Alegre: PPG em História da UFRGS, n. 10, dez./1998.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade*. São Paulo: Brasiliense: Ed. da Universidade de São Paulo, 1986.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna: oito ensaios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DECCA, M. Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920 - 1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DROZ, Jacques. *Historia del socialismo*. Barcelona: Laia, 1977.

DUARTE, Regina Horta. *A imagem rebelde: a trajetória libertária de Avelino Fóscolo*. Campinas: Pontes/Ed. da UNICAMP, 1991.

DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

ECKERT, Cornélia. *Os homens da mina: um estudo das condições de vida e representações dos mineiros de carvão em Charqueadas / RS*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social/UFRGS. . Porto Alegre: 1985.

_____. "Memória e Identidade. Ritmos e ressonâncias da duração de uma comunidade de trabalho: mineiros do carvão (La Grand-Combe, França)". *Cadernos de Antropologia. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*. Porto Alegre: UFRGS, Escola Profissional La Salle Gráfica – Editora, nº 11, 1993.

ELMIR, Cláudio pereira. "Imagens da prostituição na Porto Alegre: o discurso d'O Independente". In: MAUCH, et. All. *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*. Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: Ed. da Universidade/UFRGS, Ed. ULBRA, Ed. UNISINOS, 1994.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

FERREIRA Athos Damasceno. *Colóquios com a minha cidade*. Porto Alegre: Globo, 1974.

FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito – a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2001, (tese de doutorado).

_____. *Nós do Quarto Distrito – a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas*. Caxias do Sul (RS): EDUCS, 2004.

GERTZ, René. "Operários Alemães no Rio Grande do Sul (1920-1937)) ou Friedrich Kniestedt também foi um imigrante alemão". *Revista Brasileira História*. São Paulo: ANPUH/ Ed. Marco Zero, v. 6, nº 11, set. 85/fev. 86.

_____. *Memórias de um imigrante anarquista - Friedrich Kniestedt*. Porto Alegre: EST, 1989.

_____. "Um jornal anarquista em Porto Alegre: *Der Freie Arbeiter*. *Veritas*. Porto Alegre, v. 35, n. 140, dezembro, 1990.

_____. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.

GIRON, Loraine. "A imigração italiana no RS: fatores determinantes". In: DACANAL, José Hildebrando (org.). *RS: Imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2ª ed. 1992.

GRÜTZMANN, Imgart. *A Mágica Flor Azul: a canção em língua alemã e o germanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre; PUCRS, Faculdade de Letras, 1999, (tese de doutorado).

GUIMARÃES, Alberto Passos. *As classes perigosas: banditismo urbano e rural*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio; AGIER, Michel & CASTRO, Nadya. *Imagens e identidades do trabalho*. São Paulo: HUCITEC, 1995.

HALL, Stuart. "A questão da identidade cultural". *Textos Didáticos*. Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, n. 18, 2ª ed. Fev. 1998.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão. Vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____ & LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Ática, 1982.

HEINSFELD, Adelar. *As ações geopolíticas do Barão de Rio Branco e seus reflexos na Argentina*. Porto Alegre: PUCRS/PPG-História, 2000, p. 245 – 264, (tese de doutorado).

HOBBSAWM, Eric. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. "Working-class internationalism". In: HOLTHOON, F. van & LINDEN, Marcel van der (orgs.). *Internationalism in the labour movement*. Leiden- Nova York – Copenhagen – Colônia, 1988.

_____. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IANNI, Octávio. "Aspectos políticos e econômicos da imigração italiana". In: *Imigração Italiana: estudo*. Porto Alegre/ Caxias do Sul: Editora EST/EDUCS, 1979.

ISMÉRIO, Clarisse. *Mulher: a moral e o imaginário (1889-1930)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

JARDIM, Denise Fagundes. *De bar em bar: identidade masculina e auto-segregação entre homens de classes populares*. Porto Alegre: PPGAS, UFRGS, 1991.

JARDIM, Jorge Luiz Pastoriza. *Comunicação e militância. A imprensa operária no Rio Grande do Sul (1892-1923)*. Porto Alegre: PPG-História PUCRS, 1990, (dissertação de mestrado).

JOHNSTONE, Monty. "A Segunda Internacional". In: BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

KARVAT, Ervian Cassiano. *A Sociedade do trabalho: Discursos e práticas de controle sobre a mendicância e a vadiagem em Curitiba, 1890-1930*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

KIRK, Neville. "Cultura: costume, comercialização e classe". In: BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da & FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p.49-70.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LANDO, Aldair & BARROS, Eliane. "Capitalismo e Colonização – Os alemães no Rio Grande do Sul". In: DACANAL, José Hildebrando (org.). *RS: Imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2ª ed, 1992.

LARA, Lucía Rivas. "Ritualización socialista del 1º de Mayo: ¿fiesta, huelga, manifestación?". *Historia Contemporanea* (Movilización obrera entre los siglos 1890-1910). Universidad del País Vasco. Euskal Herriko, nº 3, 1990.

LARA, Manuel Tuñon de. *El movimiento obrero en la historia de España (I)*. Madri: Sarpe, 1985,

LEAL, Elizabete da Costa. *O Positivismo, o Partido Republicano, a moral e a mulher (1891-1913)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 1996, (dissertação de mestrado).

LEFRANC, Georges. *História do trabalho e dos trabalhadores*. Odivelas/ Portugal: Europress, 1988.

LEWGOY, Bernardo. "Os cafés na vida urbana de Porto Alegre (1920-1940): As Transformações em um Espaço de Sociabilidade do Masculino". In: LEAL, Ondina Fachel (org.). "Cultura e identidade masculina". *Cadernos de Antropologia*. Porto Alegre; PPG Antropologia Social, UFRGS, 1992.

LONER, A. Beatriz. *Classe operária: mobilização e organização em Pelotas: 1888-1937*. Tese de Doutorado em Sociologia/UFRGS. Porto Alegre: 1999.

_____. "A História Operária no Rio Grande do Sul". In: *História Unisinos*. São Leopoldo/ RS: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Número Especial: V Encontro Estadual de História, 2001.

_____. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas; Universidade Federal de Pelotas. Ed. Universitária: Unitrabalho, 2001.

LOPES, José Sérgio (coord.) *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.

MACHADO, Maria Abel. *Mulheres sem rosto: operárias de Caxias do Sul, 1900-1950*. Caxias do Sul: Maneco Livraria & Editora, 1998.

MALATIAN, Teresa. "Memórias de sapateiros: transformações no mundo do trabalho e identidade". Texto apresentado em comunicação coordenada, *XXI Simpósio Nacional de História*, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 22 a 27 de julho de 2001.

MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário no Brasil (1890-1920)*. Rio de Janeiro, 1979.

MARÇAL, João Batista. *As primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1985.

_____. "As Gaúchas na Luta Operária e popular". *Revista Sul*, Porto Alegre, 1986.

_____. *Os anarquistas no rio Grande do Sul; anotações biográficas, textos e fotos de velhos militantes da classe operária gaúcha*. Porto Alegre: EU/Porto Alegre, 1995.

MARX, Karl. *Introducción a la crítica de la economía política*. México: Editorial Cartago, 1983.

_____. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Tradução de Leandro Konder e Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 6ª ed. 1997.

_____ & ENGELS, Friedrich. *Obras Escogidas de Marx y Engels*. Madrid: Fundamentos, 1975.

MARTINS, "Trabalho e sobrevivência: a classe operária e a criação da previdência social 1900-1923". *Revista História*. São Paulo: UNESP, 1990.

MAUCH, Cláudia. "Saneamento moral em Porto Alegre na década de 1890". In: MAUCH, et. All. *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*. Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: Ed. da Universidade/UFRGS, Ed. ULBRA, Ed. UNISINOS, 1994.

MENDES, José Manuel Oliveira. "O desafio das identidades". In: *A Globalização e as Ciências Sociais*. SANTOS, Boaventura de Souza (org.). São Paulo: Cortez, 2002.

MORAES FILHO, Evaristo de. "A proto-história do Marxismo no Brasil". In: REIS Filho e outros. *História do Marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991

MOURA, Esmeralda B. *Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*. Petrópolis: Vozes, 1982.

MUELLER, Helena Isabel. *Flores aos rebeldes que falharam; Giovanni Rossi e a utopia anarquista: colônia Cecília*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

MÜLLER, Liane Susan. 'As contas do meu rosário são balas de artilharia' – *Irmadade, jornal e associações negras em Porto Alegre (1889-1920)*. Porto Alegre: PPG-História, PUCRS, 1999. (Dissertação de Mestrado).

MURARO, Rose Marie. *Sexualidade da mulher brasileira. Corpo e classe social no Brasil*. Petrópolis, 1983.

NEVES, Delma. "Mendigo: o trabalhador que não deu certo". *Ciência Hoje*, v. 1, n. 4, p. 28-36, jan./fev. 1983.

OLIVEIRA, Francisco de. *O Elo Perdido – Classe e Identidade de Classe*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

OLIVEIRA, Menicucci E. *A mulher, a sexualidade e o trabalho*. São Paulo: CUT, 1999.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

PAOLI, Maria Célia. "Mulheres: lugar, imagem, movimento". In: FRANCHETO, Maria Laura et. al. *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, v.4, 1985.

_____. "A família operária: notas sobre sua formação histórica no Brasil". In: *Tempo Social*. São Paulo: USP, 1992.

_____. "Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero/ ANUH, n.6, 1984.

PENA, Maria Valéria Junno. *Mulheres e trabalhadoras. Presença feminina na construção do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. "Figuras e papéis". In: ARIÉS & DUBY. *História da vida privada: Da revolução à Primeira Guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho. (RS 1889-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

_____. *Os industriais da República*. Porto Alegre: IEL, 1991.

_____. *A emergência dos subalternos. Trabalho livre e ordem burguesa*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/FAPERGS, 1989.

_____. "O imigrante na política rio-grandense". In: DACANAL, José H. & GONZAGA, Sergius. *RS: Imigração e Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

_____. "Trabalhadores e máquinas: representações do progresso (Brasil: 1880-1920)". In: *Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História*. Porto Alegre: UFRGS, n.2, 1994.

_____. *Os Pobres da Cidade*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. "As greves no Rio Grande do Sul na República Velha". In: DACANAL, J. I. e GONZAGA, S. (org.) *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

_____. "A mulher na imprensa operária gaúcha do século XIX". *Revista de História*. Porto Alegre: UFRGS, n.1, 1986/87.

_____. "Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira". *Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História*. Porto Alegre: UFRGS, n.3, 1995.

_____. *Guia para o estudo da imprensa periódica dos trabalhadores do Rio Grande do Sul (1874-1940)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS – FAPERGS, 1989.

_____. *Origens do Primeiro de Maio no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS – MEC, 1981.

_____. *Que a União Operária Seja Nossa Pátria! História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Santa Maria: editoraufsm; Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

_____ & LUCAS, Elisabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

PINHEIRO, Paulo Sérgio & HALL, Michael. *A classe operária no Brasil, 1889-1930, documentos*. São Paulo: Alfa Omega, v.1, 1919.

PITT-REIVERS, Julian. “A doença da honra”. GAUTHERON, Marie. *A Honra: Imagem de si ou dom de si – um ideal equívoco*. Porto Alegre: L&PM, 1992.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Associação de Pesquisa e Documentação Histórica (APDOC), vol. 5, n.10, 1992, p. 201.

PORTO ALEGRE, Achyles. *História popular de Porto Alegre*. Para as comemorações do bicentenário da cidade e oficializada pela Prefeitura Municipal. Porto Alegre: PMPA, 1940

POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da etnicidade*. Seguido de “Grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth”. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil: 1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. “Relações de Gênero e classe operária no Brasil, 1890-1930”. In: *Caderno Espaço Feminino*. Minas Gerais: Ed. Universidade Federal de Uberlândia, 1998.

_____. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

REICHEL, Heloísa Jochims. “A industrialização no rio Grande do Sul na República Velha”. In: DACANAL, GONZAGA (org.) *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969. *CEM ANOS de germanidade no Rio Grande do Sul (1824-1924)*. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 1999.

RODRIGUES, Arakcy Martins. “Lugar e imagem da mulher na indústria”. In: BRUSCHINI & COSTA (org.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

RUDÉ, Goerge. *Ideologia e Protesto Popular*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1982.

SAVAGE, Mike. "Classe e História do Trabalho". In: BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da & FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p. 25-48.

SIQUEIRA, Deis; POTENGY, Gisélia & CAPELLIN Paola. *Relações de trabalho, relações de poder*. Brasília: Editora da UnB, 1997.

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre: n.2, Julho/dezembro, 1990.

SFERRA, Giuseppina. *Anarquismo e anarcossindicalismo*. São Paulo: Editora Ática, 1987.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Um socialista no Rio Grande do Sul: Antônio Guedes Coutinho (1868-1945)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

_____. "A palavra como arma: uma polêmica na imprensa operária porto-alegrense em 1907". *História em Revista*. Pelotas, v. 6, dezembro de 2000.

_____. "O Deus do progresso: a difusão do cientificismo no movimento operário gaúcho da I República". *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, vol. 21, nº 41, 2001.

_____. *O patriarca e o Tribuno: Caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187?-1934) e Carlos Cavaco (1878-1961)*. Campinas/SP: Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Tese de Doutorado, 2002.

_____. *Em Busca da Terra da Promissão: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

SCOTT, Joan. "História das mulheres". In: BURKE, Peter. *A Escrita da História*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.

SEYFERTH, Girarda. "Etnicidade e Cultura: A constituição da identidade teuto-brasileira". In: ZARUR, George Sequeira Leite. *Etnia e Nação na América Latina*. Washington, D.C.: OEA/INTERAMER, 1996.

SMITH, Anthony D. "La identidad nacional y otras identidades". In: *La Identidad Nacional*. Madrid: Trama Editorial, 1997.

SILVA JR, Adhemar Lourenço. *'Povo! Trabalhadores!': Tumultos e Movimento Operário (estudo centrado em Porto Alegre, 1917)*. Porto Alegre, IFCH/UFRGS, 1994, (dissertação de mestrado).

_____. "Contribuição a uma 'história dos debaixo' do sindicalismo. *Estudos Ibero Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, v. 21, n.1, jul. 1995.

_____. "O herói no movimento operário". In: OTERO, Loiva & ELMIR, Cláudio. *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.

_____. "Etnia e classe no mutualismo do Rio Grande do Sul (1854-1889)". In: *Estudos Ibero-Americanos*. Revista do Departamento de História / Pós-Graduação em História da PUCRS. Porto Alegre: EDPUCRS, v. XXV, n 2, dezembro, 1999.

SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entre guerras*. Campinas: ed. da UNICAMP, 2003.

SILVA, Haïke Roselane Kleber da. *Oktoberfest: 90 anos*. Porto Alegre; SOGIPA, 2001.

_____. *Uma liderança étnica: J. Aloys Friederichs (1868-1950)*. Porto Alegre: PPG-História/UFRGS, 2005, (tese de doutorado).

SILVA, Maria Amélia G. da. *Mulheres operárias em Pelotas e Rio Grande (1890-1920)*. Porto Alegre: IFCH/PUCRS, 1998, (dissertação de mestrado).

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1977.

SOIHET, Rachel. "História das Mulheres". In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História; ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SOUZA LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

SZESZ, Maria Manuela Tavares Ribeiro, et all. *Portugal-Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

THERBORN, Göran. *La ideología del poder y el poder de la ideología*. México: Siglo Veintiuno, 1987.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 3 Volumes.

_____. *Tradición, revuelta y conciencia de classe: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Crítica, 1979.

_____. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. NEGRO, Antônio Luigi & SILVA, Sérgio (orgs.). Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias: idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2004

TOURAINE, Alain. *El regreso del actor*. Buenos Aires: Editorial Universitária, 1987.

_____. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

VENTURA, António. *Anarquistas, republicanos e socialistas em Portugal. As convergências possíveis (1892-1910)*. Lisboa: Ed. Cosmos, 2000.

VERNANT, Jean Pierre. "A 'bela morte' de Ulisses". GAUTHERON, Marie. *A Honra: Imagem de si ou dom de si – um ideal equívoco*. Porto Alegre: L&PM, 1992.

VEYNE, Paul et alli. *Indivíduo e Poder*. Lisboa: Ed. 70, 1988.

VILLORO, Luis. "El Concepto de ideología en Marx y en Engels". In: OTERO, Mario (org.). *Ideología e Ciências Sociais*. Universidade Autónoma do México, México: 1979.

VITORINO, Artur José Renda. *Máquinas e operários: Mudanças técnicas e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858 – 1912)*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

_____. "Os sonhos dos tipógrafos na Corte Imperial Brasileira". In: BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da & FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p. 167-203.

WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense – 1889-1928*. Santa Maria: Ed. da UFSM; Bauru: EDUSC, 1999.

WEBER, Regina. *Os operários e a colméia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil*. Ijuí (RS): Editora Unijuí, 2002.

WOODCOCK, George. *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 1981.

APÊNDICE Nº 1

Opúsculos e livretos do Gabinete de Leitura d'A Luta

OBRA	AUTOR	COMENTÁRIO D'A LUTA
<i>A Sociedade Futura</i>	Jean Grave	Traduzida em quase todas as línguas do mundo
<i>Em Volta Duma Vida</i>	Pedro Kropotkine	
<i>Evolução, Revolução, Ideal Anarquista</i>	Eliseu Reclus	
<i>Peste Religiosa</i>	João Most	
<i>Pátria e Internacionalismo</i>	A. Hamon	Excelente folheto de propaganda antimilitarista
<i>Malthusianismos y Neo-Malthusianismo</i>	Manuel Devaldés	Recomenda-se aos que se dedicam ao estudo da miséria pelo excesso de procriação
<i>Antipatriotismo</i>	Gustavo Hervé	Folheto em esperanto
<i>La Internacio</i>	Eugenio Poítier	Versão em esperanto do canto revolucionário
<i>O Militarismo Ante a Política Moderna</i>		Folheto editado pelo Apostolado Positivista
<i>Bases do Sindicalismo</i>	Emilio Pouget	

Fonte: A LUTA, Porto Alegre, 14/11/1908, p. 4; 09/02/1908, p. 4; 01/06/1909, p. 2.

APÊNDICE Nº 2

Revistas e periódicos do Gabinete de Leitura d'A Luta

PERIÓDICO	LOCAL DE PROCEDÊNCIA	COMENTÁRIO D'A LUTA
<i>A Terra Livre</i>	Rio de Janeiro	
<i>Marmorista</i>	Rio de Janeiro	
<i>Brasil revuo esperantista</i>	Rio de Janeiro	
<i>Lucta Proletária</i>	São Paulo	Órgão da Confederação Operária Brasileira
<i>O Baluarte</i>	São Paulo	Órgão dos chapeleiros
<i>La Battaglia</i>	São Paulo	
<i>A Aurora Social</i>	Santos	Órgão da Federação Operária
<i>Novos Horizontes</i>	Portugal	
<i>A Vida</i>	Portugal	
<i>Germinal</i>	Portugal	
<i>A Boa Nova</i>	Portugal	
<i>A Greve</i>	Portugal	
<i>O Protesto</i>	Portugal	
<i>Tribuna Libertaria</i>	Uruguai	
<i>La Emancipacion</i>	Uruguai	
<i>Em Marcha</i>	Uruguai	
<i>La Protesta</i>	Argentina	
<i>El Obrero Gráfico</i>	Argentina	Órgão das Sociedades Gráficas
<i>Pensamiento Nuevo</i>	Argentina	
<i>Gérmén</i>	Argentina	Revista de Sociologia
<i>La Accion Socialista</i>	Argentina	Órgão Sindicalista
<i>La Aurora del Marino</i>	Argentina	Órgão dos Marinheiros
<i>L'Agitatore</i>	Argentina	
<i>La Rebellion</i>	Paraguai	
<i>El Hambriento</i>	Peru	
<i>El Oprimido</i>	Peru	
<i>Los Parias</i>	Peru	
<i>Tierra y Libertad</i>	Espanha	
<i>Salud y Fuerza</i>	Espanha	Órgão da Liga de Regeneração Humana Procriação consciente e limitada
<i>Boletim de La Escuela Moderna</i>	Espanha	
<i>Regeneracion Humana</i>	Espanha	Órgão de defesa - Procriação consciente e limitada
<i>El Porvir Del Obrero</i>	Espanha	
<i>Il Pensiero</i>	Itália	Revista quinzenal de Estudos Sociais
<i>La Vita Operária</i>	Itália	
<i>La Pace</i>	Itália	

<i>La Protesta Humana</i>	Itália	Publicação Diária
<i>Lês Temps Nouveaux</i>	França	
<i>L'Anarchiste</i>	França	
<i>Regeneration</i>	França	
<i>La Voix du Peuple</i>	França	Órgão da Federação Geral do Trabalho
<i>Terre et Liberte</i>	França	Enérgico e bem redigido periódico, do Grupo Internacional Anarquista de Paris
<i>Lê Libertaire</i>	França	
<i>Sócia revuo</i>	França	Revista mensal de sociologia (em Esperanto)
<i>Revuo esperantista</i>	França	
<i>Bulletin del'Internacionale Anarchiste</i>	França	Faz apelo aos camaradas de todo mundo pelas vitimas da reação espanhola
<i>Revolutionär</i>	Alemanha	Órgão das Federações Anarquistas
<i>Direkto Aktion</i>	Alemanha	
<i>Freie Rejeneration</i>	Inglaterra	Revista de Estudos Sociais
<i>Freedom</i>	Inglaterra	
<i>Volné Listy</i>	Estados Unidos	Em tcheco

Fonte: A LUTA, Porto Alegre, 08/03/1908, p. 4; 23/05/1908, p. 3; 26/09/1908, p. 4; 13/09/1908, p. 4 e 14/11/1908, p. 4.